

Hugo Sousa Campos

“Ressoam nos meus ouvidos as vossas palavras”:
O Estado Novo entre propagandas, cartas e fotografias.
(1938-1943)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Franco Reis

Rio de Janeiro - RJ
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Campos, Hugo Sousa.

“Ressoam nos meus ouvidos as vossas palavras”: O Estado Novo entre propagandas, cartas e fotografias (1938-1943)/ Hugo Sousa Campos. – Rio de Janeiro, RJ, 2010.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa de Pós-Graduação em História Comparada – PPGHC-UFRJ, 2010.

Orientador: José Roberto Franco Reis

1. Trabalhadores. 2. Brasil - História. 3. Estado Novo, 1937-1945. 4. Getúlio Vargas - Dissertações. I. Reis, José Roberto Franco (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Comparada. III. Título.

Hugo Sousa Campos

“Ressoam nos meus ouvidos as vossas palavras”:
O Estado Novo entre propagandas, cartas e fotografias
(1938-1943)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Roberto Franco Reis – Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ)/ Fundação Oswaldo Cruz

Prof. Dr. Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ)

Prof^a. Dr^a. Gracilda Alves
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ)

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes - Suplente
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira - Suplente
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-UFRJ)

Dedico este trabalho à minha querida mãe,
Maria da Graça Costa Sousa, que com sua doce voz
e suas leves mãos me conduziu até os espaços escolares,
me incentivou, me deu suporte emocional, me elogiou
e ajudou na minha adaptação à cada nova fase estudantil.
Tudo começou ali...

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho e não poderia deixar de agradecê-las. Primeiramente, agradeço a Deus. Em um momento em que vivemos a forte penetração do paradigma pós-moderno no mundo acadêmico, aliada à crise da idéia de reapresentação e aos questionamentos acerca da existência de verdades, aproveito para agradecer a Ele, que, sem sombra de dúvidas, é verdadeiro e esteve comigo por mais esta a trajetória acadêmica.

Agradeço ao meu orientador José Roberto Franco Reis, pela paciência, seriedade, flexibilidade, pelas dicas profícuas que contribuíram de maneira ótima para o desenvolvimento da pesquisa; por ler atentamente os meus textos e ser sincero naquilo que estava muito bom e naquilo que ainda precisava melhorar. Os deslizos, certamente encontrados neste trabalho, credito à minha teimosia e desatenção. Quanto aos méritos que porventura possua, divido com o meu comprometido orientador. Agradeço por ter aberto a porta de sua casa e também sua biblioteca para mim, o que foi de extrema relevância para a redação deste trabalho.

Aos professores da Graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dr. Flávio dos Santos Gomes e Dr. Luigi Bonafé, o meu reconhecimento de que a trajetória acadêmica teria deixado muito a desejar se eu não tivesse passado por eles. Sou eternamente grato ao professor Flávio por ter celebrado o meu “encontro” com E.P. Thompson. Agradeço pelos trabalhos e pelas provas, os quais arrancaram os meus cabelos, tiraram o meu sono, mas me fizeram amadurecer e despertaram em mim um forte anseio de ser pesquisador. Quanto ao Luigi, sua seriedade, jovialidade, sabedoria e simplicidade me inspiram. Os temas abordados em sua aula tiveram influência direta na escolha do meu objeto de estudo, por isso não poderia deixar de fazer justiça.

Sou especialmente grato pela atenção dispensada, leitura cuidadosa, indicação de bibliografia, sugestões para exploração de fontes de professores que acompanharam a minha trajetória durante o mestrado. Victor Andrade de Melo, me chamando a atenção para a necessidade de deixar o meu referencial teórico mais vivo, no trabalho. A professora Gracilda Alves, que através de suas contribuições me alertou para novos caminhos de pesquisa, os quais nos ajudaram a conhecer melhor a classe trabalhadora. Marcus Dezemone que foi muito preciso e eficiente nos comentários e através de sua experiência recente com a mesma documentação ajudou este trabalho a atingir maturidade acadêmica. A Tese de Doutorado do professor Dezemone, aliada aos seus comentários a esta pesquisa, nos ajudaram a atingir caminhos inicialmente inimagináveis, por isso sou extremamente a este jovem e admirável professor.

Nos intensos meses de pesquisa no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro fui muito bem atendido por todos os funcionários, aos quais externo a minha gratidão, em especial para com Leonardo Pontes e Joyce Helena Kohler Roehrs que frequentemente me recebiam na Sala de Leitura. Joyce já sabia até o horário em que eu chegava, deixava as minhas caixas e processos separados e me recebia com um sorriso, dizendo: “Boa pesquisa, meu jovem!”. Excelente Profissional! O clima silencioso e a penumbra da sala de leitura do Arquivo Nacional serviram-me, de inspiração em diversos momentos a sós com os processos e com o meu laptop. À sombra da história e da inspiração que tal lugar evoca, credito o *Capítulo 1*, escrito, em boa parte, naquele espaço.

Agradeço à Secretaria do PPGHC, Marcia e Leniza, que prontamente respondiam meus e-mails e estavam sempre dispostas a ajudar nas questões relativas a prazos e rotinas do programas de Pós-Graduação.

Agradeço aos meus amigos historiadores, Wellington Nébias e Lair Amaro, os quais me acompanham desde a graduação, me apoiando, incentivando e cobrando o andamento da

pesquisa. Agradeço ao meu super-amigo Eli Diniz, que sempre está presente em todos os momentos importantes da minha vida e tem a maior paciência para aguentar as minhas ausências, em virtude da pesquisa acadêmica. Sei que seremos eternamente amigos, a despeito da proximidade ou da distância.

Principalmente na etapa final de redação fui liberado, em alguns momentos, das minhas atividades profissionais, pelos meus supervisores do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Terezinha Guimarães e Rodrigo Moerbeck, os quais não mediram esforços para me ajudar.

À Aline Campos, minha linda Princesa; minha professora particular de Língua portuguesa, minha esposa, que com seu sorriso, seus olhos brilhantes e seu carinho renova a minha inspiração a cada manhã e me fornece o suporte emocional que foi tão necessário para a conclusão deste trabalho. Além de aturar as minhas repetitivas perguntas sobre o Novo Acordo Ortográfico.

Por fim, agradeço à minha família, meu Pai (José Campos) e minha Mãe (Maria da Graça), que compreenderam a minha ausência em importantes eventos familiares, em virtude do desenvolvimento deste trabalho. Nada que diga ou faça será suficiente, para agradecê-los, pois devo a eles muito do que sou e do que conquistei até então. À Alessandra e ao Alex, meus queridos irmãos, pelo incentivo e por sempre acreditarem que eu posso ir além.

RESUMO

CAMPOS, Hugo. *“Ressoam nos meus ouvidos as vossas palavras”: O Estado Novo entre Propagandas, Cartas e Fotografias (1938-1943)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

O objetivo desta dissertação é resgatar o protagonismo dos trabalhadores durante o Estado Novo. Através do estudo da propaganda governamental e das cartas de pessoas comuns, enviadas ao presidente Getúlio Vargas, comparamos os discursos governamentais com o discurso dos missivistas, em torno da ideologia do trabalho e da idéia do que vem a ser um trabalhador. Procuramos entender estes que escrevem como agentes históricos, os quais vêm na modalidade escrita uma forma de não se manterem passivos diante de um governo ditatorial, agindo dentro de um campo de possibilidades e de acordo com sua experiência de classe, recorrendo àquilo que consideravam ser o seu direito inalienável.

Neste sentido, também serão abordados, neste trabalho, a forma como a propaganda governamental foi recebida e apropriada pelos trabalhadores e qual foi o impacto da política do Estado Novo entre as pessoas comuns daquela época; também abordaremos a relação entre as datas cívicas do regime e a escrita de uma correspondência para o chefe da nação. Por fim, analisamos as fotografias enviadas junto às correspondências, não as encarando como ilustração, mas como mais uma tática de aproximação, pois se há catarse no ato da escrita, permitindo que o missivista se deixe ver pelo presidente, no envio da fotografia há o selo da cumplicidade entre emissores e receptores, algo peculiar na história do Brasil republicano.

Palavras-chave: cartas; fotografias; Estado Novo; propaganda.

ABSTRACT

CAMPOS, Hugo. *“Ressoam nos meus ouvidos as vossas palavras”: O Estado Novo entre Propagandas, Cartas e Fotografias (1938-1943)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Comparada – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

The objective of this dissertation is to rescue the role of workers during the Estado Novo. Through the study of government advertisement and of the letters of ordinary people, sent to President Getúlio Vargas, we compared the government discourses with the discourses of the correspondents in relation to the ideology of work and the idea of being a worker. We seek to understand those who write as historical agents, who see in writing a way of not remaining passive facing a dictatorial government, acting within a field of possibilities and according to their experience regarding social classes, using what they saw as their inalienable right.

In this sense, it is also going to be discussed, in this work, the way the government advertisement was received and appropriated by the working class and the impact of the policy of the Estado Novo among the ordinary people from that time. We are also going to discuss the relationship between the civic dates of the system and the writing of a correspondence to the head of the nation. Finally, we analyzed the photographs sent with the mail, not taking them as mere illustrations, but as one more tactical approach, because if there's catharsis in the act of writing, allowing the writer to be seen through the president, in the mailing of the photograph there is a seal of complicity between senders and receivers, something which is peculiar in the history of Republican Brazil.

Keywords: letters; photographs; Estado Novo; advertisement.

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Resumo	8
Abstract.....	9
Introdução.....	12
Capítulo 1.....	28
“Ressoam nos meus ouvidos as vossas palavras”	28
1.1. “Quem trabalha é que tem razão”: A Propaganda Oficial e os trabalhadores	29
1.2. A Propaganda Extraoficial e o Governo.....	65
Capítulo 2.....	77
Cartas para autoridades políticas: a escrita de si.....	77
2.1. Sobre Cartas e História.....	77
2.2. Quem escreve, por que escreve e como escreve?.....	95
Capítulo 3.....	130
“Neste dia solene...”: Festas e Vozes Dissonantes no Estado Novo.	130
3.1. Discursos e Cartas em tempo de festa.....	131
3.1.1. A Celebração Governamental	132
3.1.2. A Celebração dos Missivistas.	141
3.2. Sem motivos para festejar: Cartas, Denúncias e Críticas ao Estado Novo.....	152
Capítulo 4.....	178
A minha foto para o Presidente	178
Conclusão.....	216
Referências bibliográficas.....	223

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 01: Infográfico do Periódico <i>A Manhã</i> – Carteira Profissional.....	36
Imagem 02: Infográfico do Periódico <i>A Manhã</i> – Justiça do Trabalho	36
Imagem 03: Lauriano Borges de Carvalho, 1938.....	190
Imagem 04: Augusto José, 1941	193
Imagem 05: Manoel Antonio de Santana, 1943	193
Imagem 06: Família Monteiro, 1940.....	196
Imagem 07: Família Eismann, 1940	200
Imagem 08: Família Massaranduba, 1940	202
Imagem 09: Família Nascimento, 1942	202
Imagem 10: Família Furquim Vaz I, 1943	203
Imagem 11: Família Furquim Vaz II, 1943.....	206
Imagem 12: José Irineu da Gama, 1938.....	208
Imagem 13: Antonio Soares da Silva, 1941	210
Imagem 14: Epaminondas de Queiroz, 1941	211

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Cartas da Subsérie Trabalho utilizadas na Pesquisa (1938-1943)	25
Gráfico 02: Cartas analisadas que contêm fotografias anexadas (1938-1943).....	179
Gráfico 03: Porcentagem das Cartas analisadas que contêm fotografias anexadas	180

INTRODUÇÃO

Peço encarecidamente a quem abrir esta carta, o obsequio de faze-la chegar às mãos do supremo Chefe da Nação, pelo que antecipadamente muito agradeço¹.

Miguel de Souza Santos, 1940.

Este trabalho pretende resgatar o protagonismo dos trabalhadores durante o Estado Novo. Através do estudo da propaganda governamental, dos discursos presidenciais e das cartas de pessoas comuns, enviadas ao presidente Getúlio Vargas, cotejaremos os discursos governamentais com o discurso dos missivistas, em torno da ideologia do trabalho e das políticas implantadas a partir do Estado Novo. Partimos da premissa de que estes que escrevem são agentes históricos, os quais vêm na modalidade escrita uma forma de não se manterem passivos diante de um governo ditatorial, agindo dentro de um campo de possibilidades e de acordo com sua experiência de classe.

Observemos, no entanto, que não entendemos a esfera do trabalho como algo isolado e estanque da vida dos trabalhadores, ou algo que pode ser destacado e analisado separadamente. Nas atividades de lazer, no ambiente familiar ou nas discussões acerca da comunidade e de seus direitos o homem não deixa de ser um trabalhador. Assim como no ambiente de trabalho ele não deixa de ser um pai de família ou um membro da comunidade. Defendemos que mesmo aqueles que não possuíam um contrato formal, mesmo as donas de casa e mesmo os desempregados são trabalhadores, pois assim desejavam ser reconhecidos a partir da vinculação entre trabalho e cidadania. No entanto, procuramos ser cautelosos com a questão das identidades, pois ao abordar o assunto da identidade social, devemos sempre observar que “há uma imagem de si, para si e para os outros”². Por isso, faz-se necessário

¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 8.454, caixa 203, 1940.

² POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 204.

também perceber como estes que escrevem se identificam, traçando a diferença de como a burocracia estatal os identifica, sob pena de desprezarmos as especificidades e tomarmos a classificação burocrata como sendo nossa.

O recorte temporal desta pesquisa está entre os anos de 1938 a 1943. Acreditamos que a pequena quantidade de cartas ao presidente, no período anterior ao golpe de 1937, não reflete uma simples falta de vontade de comunicação com o presidente. Defendemos, que a partir do Estado Novo e do recrudescimento de uma política governamental de valorização do trabalho, os trabalhadores encontraram brechas, não programadas, para uma comunicação política com o governo, a qual nos revela a riqueza dos discursos destas classes trabalhadoras, a despeito da propaganda ideológica aparentemente homogeneizadora do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A análise encerra-se no ano de 1943, visto que o *corpus* documental utilizado nesta pesquisa possui processos somente até este ano. Assim, Getúlio Vargas passa a receber, principalmente no período de 1938 a 1943, uma grande quantidade de correspondências. Cartas de pessoas comuns diretamente para o presidente, em um período supostamente silenciado pela censura. A partir desta documentação, buscaremos compreender como o discurso e a propaganda governamental foram recebidos pelos trabalhadores e qual foi o impacto que a política do Estado Novo causou entre as pessoas comuns daquela época.

Um erro historiográfico grave consistiria em selecionar unicamente a vontade de um dos agentes para a análise das relações entre trabalhadores e Estado. Este procedimento tem a capacidade de produzir “somente uma versão, transformada em explicação, deste processo histórico”³. A proposta de análise para esta pesquisa consiste em pensar esta relação como uma via de mão-dupla, um jogo onde as regras podem ser dadas por ambos os lados, culminando em avanços e retrocessos; vitórias e derrotas.

³ LARA. S.H. “Blowin in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. In: *Projeto História*, PUC, São Paulo, nº 12, 1995, p.47.

Este tipo de abordagem que sofisticava a dinâmica política no interior das relações entre dominantes e dominados não é nenhuma novidade para os estudos históricos acerca do mundo do trabalho. A partir da década de 1980, muitos historiadores brasileiros passaram a se relacionar com as idéias de autores identificados com a história cultural⁴, os quais rejeitam que as chamadas classes dominantes tenham o monopólio da produção de idéias, afinal, os trabalhadores produzem suas próprias crenças, valores e códigos. Enfim, a “ideologia dominante” de uma sociedade não é tão dominante quanto se pensava; as “pessoas comuns”, mesmo oprimidas, não se deixavam basicamente enganar ou manipular. Assim, enfatizou-se a importância do resgate da autonomia operária. Os trabalhos de George Rudé, Eric Hobsbawm e E.P. Thompson⁵ demonstraram que as chamadas “camadas inferiores da sociedade” têm uma cultura própria, formas de resistência e maneira peculiares de organização e autodefesa⁶.

Estas contribuições vinham diretamente de encontro às idéias predominantes nos estudos do Brasil pós-30, as quais defendiam que, graças à eficácia do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e à violência policial, os trabalhadores teriam perdido sua combatividade, iludidos com a propaganda política estatal.

Nos anos 1950 e 1960 repercutia no meio acadêmico a teoria da modernização, que influenciou os sociólogos do Grupo de Itatiaia nas primeiras reflexões acerca dos trabalhadores. De acordo com as formulações teóricas deste grupo, a inserção da América Latina no mundo moderno não se deu de maneira ótima, seguindo os padrões clássicos da democracia liberal européia. Essa passagem de um mundo “tradicional” para um mundo “moderno” se deu de maneira abrupta, mobilizando, assim, as massas populares, as quais

⁴ Destacando alguns: Giovani Levi, Robert Danton, Natalie Davis, Carlo Ginzburg e Peter Burke.

⁵ RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991; HOBSEBAWN, E.J. “A outra História - Algumas reflexões”. In: KRANTZ, F. *A Outra História. Ideologia e Protesto Popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990; THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁶ Uma vez que a década de 1980, no Brasil, foi marcada pelo desenvolvimento dos movimentos sociais e por uma luta pelo fim do regime militar, é possível perceber que, no âmbito dos programas de pós-graduação, cada vez mais os objetos de estudo privilegiam uma história social do trabalho, na qual escravos, libertos, camponeses, artesãos são os protagonistas.

impacientemente exigiram maior participação política. Ao atropelarem os canais institucionais clássicos, estas acabaram por impulsionar o surgimento de golpes militares ou “revoluções nacionais-populares”, também chamadas de populismo.⁷

Assim, um dos principais temas da pauta de discussão do grupo de Itatiaia era acerca do surgimento do populismo na política brasileira. Nas formulações dos intelectuais sobre este, percebemos que é caracterizado como uma política de massas, composta por trabalhadores dispersos que não adquiriram consciência de classe, trabalhadores subordinados a interesses que não os seus e incapazes de impulsão própria, inexpressivos. O surgimento do populismo também estava ligado à crise de hegemonia da classe dirigente inoperante, a qual precisava conquistar o apoio das massas. Quanto ao aspecto que faltava para o fechamento do tripé populista estava a ascensão do líder populista, carismático, hábil para “manipular” as massas. Estas seriam compostas por indivíduos recém chegados do mundo rural que teriam contaminado os antigos operários com suas idéias tradicionais e com sua percepção individualista de convivência social, contribuindo para uma sociedade atrasada, de política igualmente atrasada; sociedade pronta para receber líderes populistas. O trabalhador brasileiro foi habitualmente visto como “servo do atraso”, incapaz de inventar suas tradições de forma autônoma⁸.

O populismo também foi fator explicativo da fraqueza do movimento operário diante do golpe civil-militar. O trabalho de Octavio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil*⁹, foi referência obrigatória para todos aqueles que visavam compreender este período que o regime militar de 1964 veio “encerrar”. Nesta obra, o autor propõe-se a reconstituir a formação, o apogeu e o colapso do populismo. Baseia-se nas idéias já explicitadas: lideranças superconscientes, carismáticas; esquerdas iludidas, aprisionadas, desarmadas; massas

⁷ GERMANI, Gino. *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

⁸ *Op. cit.*, p.16.

⁹ IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

manipuladas em uma sociedade atrasada, passando pela transição de um mundo agrário para o um mundo urbano-industrial. Para este autor, a composição rural-urbana do proletariado industrial é um dos fatores que contribui para a “inexperiência política” dessa parte do povo brasileiro. Com as migrações internas, aumentaria cada vez mais o contingente de trabalhadores “sem qualquer tradição política”.¹⁰ Estes figurariam apenas como elementos passivos da relação Estado-povo. Ianni chega a defender que a força política das classes assalariadas foi utilizada pelo Estado, visando ao atendimento de seus objetivos¹¹, considerando, desta forma, os trabalhadores enquanto um objeto, do qual podemos lançar mão ou desprezar a qualquer momento, independente de vontades e expectativas. Para o autor, “a essência das massas trabalhistas e populistas é antes a *consciência de massa* que a *consciência de classe* [grifos meus].”¹²

Como ícone das discussões acerca dos trabalhadores, temos a pesquisa de Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*¹³ na qual investiga as origens do populismo a partir da Revolução de 30 para chegar até a sua crise com o golpe militar de 1964. Para o autor, as razões que teriam levado os trabalhadores a apoiarem os líderes carismáticos e populistas estariam na repressão estatal aliada à manipulação política, além da hábil política de satisfação das demandas dos assalariados.

Francisco Weffort também se utiliza da teoria da modernização em suas análises, pois é um autor afinado com o contexto intelectual de seu tempo, mas segundo Jorge Ferreira, “igualmente limitado por ele”.¹⁴ A categoria, em Weffort, para descrever a relação estabelecida entre o líder carismático e as massas é a de *manipulação populista*: “Aparece,

¹⁰ IANNI, Octávio. *Op. cit.*, p.57.

¹¹ *Idem.*, p.63.

¹² *Idem.*, p.120.

¹³ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

¹⁴ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.76.

assim, o fantasma do povo na história política brasileira, que será manipulado soberanamente por Getúlio Vargas durante 15 anos.”¹⁵

Embora o autor entenda esta manipulação, ao mesmo tempo, como uma forma de controle do Estado sobre as massas e uma forma de atendimento de suas demandas¹⁶, ela foi bastante utilizada, pela historiografia, para embasar a idéia dos populares, não enquanto sujeitos da relação política, mas sim como objetos da astúcia populista. Estes seriam cooptados, seriam esvaziados de qualquer tipo de poder, incapazes de estabelecer negociação. O próprio Weffort afirmou que, em 1945, logo após a “profunda ruptura” com a “fase heróica do sindicalismo” (entenda-se o período pré-30), o movimento operário se encontrava “completamente esquecido de sua própria história”¹⁷

Para Weffort, as massas se encontravam distanciadas de qualquer possibilidade de “participação real”, seja durante a “ditadura Vargas”, seja durante a “etapa democrática”¹⁸. Estas se movimentavam nas margens da sociedade:

Se, baseados na tradição européia de luta das classes, entendemos como participação política ativa aquela que implica uma consciência comum dos interesses de classe e na capacidade de auto-representação política, caberia concluir que todas as classes sociais brasileiras foram *politicamente passivas* nos decênios posteriores à Revolução de 1930[grifos meus].¹⁹

¹⁵ WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil”. In: *Estudos CEBRAP*, nº 4. São Paulo, 1973, p. 51.

¹⁶ O autor chega a afirmar que do lado das massas populares a manipulação populista estará sempre limitada “pela pressão que espontaneamente estas podem realizar e pelo nível crescente de suas reivindicações”. WEFFORT (1973:71). Para Weffort o populismo foi, ao mesmo tempo, “uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano”. Contudo, esta emergência política no período pós-30, para o autor, é sempre condicionada. Weffort, então transmite uma grande ambigüidade: o populismo seria a “manipulação das classes populares”, ou seria “um modo de expressão das suas insatisfações”? Na tentativa de relativizar a idéia de manipulação, o próprio autor não consegue ir muito longe. WEFFORT(1978: 62-68).

¹⁷ WEFFORT(1973: 69-71). Contrapondo-se a esta visão Maria Célia Paoli resgatou os elementos de continuidade das “pequenas lutas” no interior das fábricas entre a década de 20 e o pós-30, em um discurso independente das análises que sugeriam um corte do desenvolvimento proletário pelo Estado Novo.

¹⁸ WEFFORT (1978: 67,68).

¹⁹ WEFFORT, Francisco. *Op. Cit.* p. 71.

Ressaltamos a importância dos estudos das décadas de 1950 e 1960 e também a singular contribuição dos trabalhos de Weffort e Octavio Ianni, que, sem dúvida, representaram um pontapé inicial no sentido de pensarmos os trabalhadores. Apesar das críticas às formulações teóricas destes autores entendemos, primeiramente, que eles falam de um *lugar social* de sociólogos, o que de certa forma contribui para uma postura, um olhar diferente do historiador, mediante à classe trabalhadora. Em segundo lugar, lembramos que eles são homens do seu tempo e que não operacionalizavam todas as discussões das décadas de 1970 e 1980, que atualmente temos o privilégio de conhecer, em torno da Nova História Cultural.

Assim, a partir, principalmente, da década de 1970 e início da de 1980, recrudesciu a crítica às teses da “passividade” e “acomodação” dos trabalhadores brasileiros²⁰. A quebra dos modelos normativos das décadas anteriores, herdados da sociologia, contribuiu para uma maior ênfase na capacidade dos trabalhadores se inserirem no processo histórico, numa interessante contraposição ao determinismo das análises correntes. Para Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro, a lacuna de quase 40 anos de “história heterônima” (1930-1968) ainda clamava por uma explicação, afinal os trabalhadores não ficaram à espera do arrocho salarial para passarem a comparecer nas assembleias e reivindicarem direitos. Até que ponto a sindicalização do pós-30 contribuiu para o abandono das questões referentes ao cotidiano dos trabalhadores? Esta é uma questão que tentam responder. Para os autores, a socialização dos operários no interior da fábrica também não representava subjugação total; uma vez que no próprio ambiente da indústria “moderna” eles criavam formas de sociabilidade e identidade,

²⁰ Estas críticas às teses de “passividade” e “Acomodação” do operariado brasileiro ganham impulso a partir de greves desencadeadas no triângulo do ABC e em São Paulo, as quais rapidamente “contaminaram” o Brasil. Desta forma, vemos o impacto das questões do presente na definição das problemáticas.

demarcavam alianças, diferenças, espaços e tempos próprios, forjando uma “cultura fabril” fortemente marcada por uma noção de “dignidade operária.”²¹

Angela de Castro Gomes, através da sua tese de doutorado, *A invenção do trabalhismo*²², veio a dialogar com as idéias correntes sobre o movimento operário. O trabalho pretendia investigar a constituição da classe trabalhadora, recusando-se a atribuir à mesma uma posição política passiva. Atribuía um papel ativo aos trabalhadores, os quais, em um processo comunicativo com o Estado, poderiam não somente apropriar-se da ideologia estatal, como também relê-la, e vice-versa. A autora, bebendo das águas de Thompson, mostra o protagonismo dos operários no processo de constituição da própria classe trabalhadora, investigando a participação política dos setores populares, como esta classe havia se constituído em ator central no cenário político brasileiro e confrontando o conceito de populismo, visto que o mesmo estava intrinsecamente ligado à idéia de manipulação política dos trabalhadores.

Em sua proposta de análise do processo de formação da classe trabalhadora e de sua emergência como ator político, a autora parte do pressuposto de que não se pode entender o alcance da política varguista apenas pela lógica material, expressa através da implantação da legislação trabalhista, sendo necessário introduzir, também, para efeito de análise, a lógica simbólica. Esta se combinou com a lógica material, resignificando o discurso operário constituído ao longo da Primeira República.

Ao invés de uma sujeição cega e vislumbrada, defende que na obediência da classe trabalhadora ao Estado estava implícito o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Desta forma, não havia mera submissão, “havia pacto, isto é, uma troca orientada

²¹ FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.187,188.

²² GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Tese de doutoramento em Ciência Política, defendida no IUPERJ sob orientação de Wanderley Guilherme dos Santos, em 1987. Trabalho recebido com certa inquietação no meio acadêmico, pois rompe com as premissas da noção de populismo, defendidas e alimentadas por muitos anos.

por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade”²³.

Em seu artigo, na coletânea *O populismo e sua história*, organizada por Jorge Ferreira, Gomes, referendando as idéias já expostas acerca do protagonismo dos trabalhadores no seu próprio “fazer-se”, deixa bem clara a sua rejeição pelo conceito de populismo, rejeição já levemente sugerida ao longo do clássico *A invenção do trabalhismo*. Com a noção de “pacto trabalhista” a autora pretendia destacar a efetiva existência de atores desiguais, mas não marcada por um Estado todo-poderoso e uma classe operária apática, passiva e sem consciência, que era manipulada e enganada por políticos inescrupulosos e trocava ganhos materiais por obediência política²⁴. Nesse sentido, o trabalhismo seria um fenômeno histórico marcado não só pelo propósito da tutela, mas pela possibilidade de sua reinvenção e ruptura.

Ao privilegiar o discurso dos trabalhadores contido nas cartas²⁵, inicialmente, convém destacar que não entendemos o discurso popular como algo estanque ao discurso estatal. Partir desse caminho seria propor que cada um se encontra dentro de escaninhos compartimentados. Um sem acesso ao outro. Assim, entendemos como recíprocas as influências entre a cultura dos segmentos dominantes e subalternos, movendo-se de baixo para cima, bem como de cima para baixo.²⁶

Se cultura dominante e cultura subalterna conversam constantemente entre si é possível também afirmar que numa sociedade ocorrem diferentes apropriações dos produtos culturais por distintos grupos ou indivíduos. Há apropriações diversas dos materiais que

²³ GOMES, Angela de Castro. (2005:180).

²⁴ GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.26-27.

²⁵ Ressaltamos que a natureza das cartas a serem trabalhadas será explicitada no item “metodologia e fontes”.

²⁶ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

circulam na sociedade, dando lugar a usos diferenciados. Não há um sentido fixo nos “artefatos culturais”, tudo é recebido, segundo expectativas e à maneira do recebedor²⁷.

Assim, torna-se interessante enfatizar a recepção ativa, a apropriação e entender a produção de sentido como um diálogo entre as propostas do texto e as “categorias interpretativas”²⁸ de seus leitores. Por esta razão, este trabalho propõe um enfoque, também, no discurso dos trabalhadores e das pessoas comuns que viveram a experiência do primeiro governo Vargas, traçando comparações com o discurso estatal em torno das mesmas temáticas, pois durante um considerável tempo apenas este último foi explorado nas pesquisas acadêmicas, em vista da natureza das fontes utilizadas até então.

Os trabalhadores que escrevem a Getúlio Vargas partilham de um conjunto de experiências comuns: mercado de trabalho restrito; falta de oportunidades; insegurança nos empregos; direitos não atendidos. Tal como Edward Palmer Thompson acreditamos que a *experiência*²⁹ seja um caminho para analisar comportamentos, condutas e costumes. O autor esteve entre os primeiros a se preocupar com uma história que atendesse aos anseios das massas, considerando-as protagonistas. Neste sentido, a *experiência* aparece recorrentemente na obra de Thompson que, ao analisar a classe operária ou os trabalhadores rurais na Inglaterra do século XVIII e do início do XIX, dá à classe uma dimensão histórica. É somente através da *experiência* que o indivíduo desenvolve e incorpora valores, constituindo-se como classe. Considerar a experiência dos homens em seu tempo e lugar é fundamental para o entendimento dos processos sociais.

Através da leitura das cartas, a despeito de tantos protagonistas, em lugares diferentes, é possível perceber, em muitos momentos, certa homogeneidade nos temas tratados, sugerindo uma mesma experiência de classe. E neste sentido é Thompson quem nos mostra

²⁷ CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

²⁸ ABREU, Márcia. “História dos textos, história dos livros e história das práticas culturais – ou, uma outra revolução da leitura”. In: CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

²⁹ THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Volume I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

como a diversidade aparente é parte de uma experiência comum³⁰. Classe é, para Thompson, um fenômeno histórico composto por uma multidão de experiências em relação umas com as outras e num constante fazer-se.³¹ Assim, a classe não pode ser isoladamente definida pelo local que o sujeito ocupa nas relações de produção, mas deve ser também compreendida a partir do acesso que o indivíduo teve a determinados valores, a sua experiência. Para o autor, no termo luta de classes, devemos considerar que a luta surgiu antes da classe; foi a luta (a experiência) que constituiu a classe. Em uma crítica clara à metáfora base/superestrutura defende que a classe social se constitui numa formação econômica e também cultural.³²

Thompson, em seu estudo sobre os motins de fome na Inglaterra do século XVIII, mostrou que estes eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. No entanto, estas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas nas atividades do mercado. É o que o autor chama de “*economia moral*”. Havia uma visão consistente, tradicional, das normas e obrigações sociais, que deviam ser observadas pelas autoridades na distribuição de alimentos. “O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta”.³³

Acreditamos que as categorias: *classe, experiência e economia moral*, trabalhadas por Edward Palmer Thompson³⁴, aliam-se aos pressupostos desta proposta. Thompson auxilia-nos, inclusive na prática comparativista, pois em seu clássico trabalho, *Costumes em*

³⁰ Ressaltamos que ao abordar uma “experiência comum” e uma “homogeneidade nos temas tratados” não queremos desprezar os sujeitos, as individualidades e peculiaridades. Faz-se necessário, na medida em a documentação nos forneça tais dados, explicitar a idade, sexo, identidade profissional e segmento social dos missivistas.

³¹ THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Volume I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.11-12.

³² THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Volume I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.10.

³³ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.152.

³⁴ A escolha de Thompson como teórico para elaboração da pesquisa não exclui a possibilidade de trazer alguns conceitos e idéias de outros autores que também estão questionando a idéia de que os segmentos “subalternos são apáticos e incapazes de efetuarem criações e apropriações em cima dos artefatos culturais disponíveis em uma sociedade, vide Carlo Ginzburg e Roger Chartier em obras já citadas.

*comum*³⁵, o autor está constantemente confrontando e comparado as experiências e culturas dos chamados segmentos subalternos com os dominantes, mostrando as diferentes percepções e leituras de determinado evento ou momento histórico.

Este trabalho traz a proposta de comparar os discursos em torno do trabalho e dos trabalhadores pela ótica governamental e também na visão dos próprios trabalhadores, das pessoas comuns. Isso porque, em uma perspectiva *thompsoniana*, defendemos que é não é mais possível estudar o governo Vargas apenas através ótica governamental, tornando a propaganda varguista a única voz a ecoar, soberana, no período. Faz-se necessário também inserir a *experiência* dos trabalhadores, seus discursos, confrontando com os discursos do governo, em busca de semelhanças e diferenças, propondo novas questões e enriquecendo o debate acadêmico.

A documentação a ser utilizada é composta por um conjunto de cartas enviadas a Getúlio Vargas, localizadas no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro (AN-RJ). Estas cartas fazem parte do fundo *Gabinete Civil da Presidência da República* (GCPR), composto de aproximadamente 3.483 caixas que cobrem a trajetória da *Secretaria da Presidência da República* (SPR) de 1930 a 1965, transformada em Gabinete, em 1938. Cada carta enviada ao presidente recebia uma numeração própria; a SPR a transformava em processo administrativo³⁶ e, de acordo com o assunto, enviava-o aos órgãos estatais que pudessem dar um parecer sobre o caso e uma possível solução. O processo retornava e, então, era escrita uma resposta ao missivista.³⁷ Destacamos que durante a pesquisa no Arquivo Nacional, não constatamos nenhum indício forte que nos conduzisse à certeza de que a resposta, embora

³⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁶ O número do Processo Administrativo que está sendo apresentado como referência das fontes é o número dado pela Secretaria da Presidência, visto que as cartas às vezes ganhavam vários números, nos diversos órgãos pelos quais passavam.

³⁷ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.71.

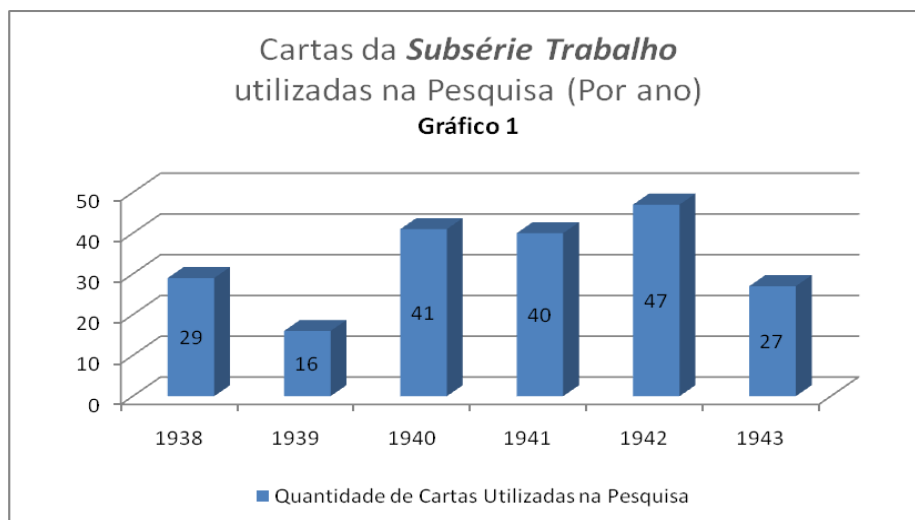
redigida em nome do Presidente Vargas, tenha sido respondida pelo próprio. As cartas são respondidas pela burocracia estatal.

No que diz respeito às cartas a serem utilizadas, é mister ressaltar que o Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (GCPR) – 1930-1965 é composto de correspondências enviadas à Presidência da República por pessoas físicas, jurídicas, órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, entidades de classe, chefes de Estado e outros processos, exposições de motivos, mensagens, relatórios, pareceres, decretos sem número, minutas e projetos de atos legislativos, plantas, fotografias, portarias, livros de protocolo e livros de registro. Este fundo é dividido em séries e subséries³⁸. Uma das principais séries é a *Série Ministérios*. Dentro desta, existem subséries como: *Trabalho, Agricultura, Educação e Saúde*, dentre outras (ver nota de rodapé com todas as séries e subséries). O conjunto de cartas a serem utilizadas no presente trabalho serão aquelas da subsérie *Trabalho*³⁹, portanto, uma parte minúscula em vista da riqueza documental presente no Fundo Gabinete Civil. Há 37 caixas na Subsérie Trabalho. Em seu trabalho, Jorge Ferreira analisou 2 caixas desta subsérie (202 e 205), enquanto José Roberto Franco Reis analisou 8 caixas (125, 126, 278, 281, 346, 474, 475, 478). Nesta pesquisa trabalharemos com 34 das 37

³⁸ Fundo Gabinete Civil da Presidência da República: Composto de Correspondências enviadas à Presidência da República por pessoas físicas, jurídicas, órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, entidades de classe, chefes de Estado e outros processos, exposições de motivos, mensagens, relatórios, pareceres, decretos sem número, minutas e projetos de atos legislativos, plantas, fotografias, portarias, livros de protocolo e livros de registro. Possui a seguinte divisão: 1. Série Banco do Brasil (subsérie Carteira de Importação e Exportação); 2. Série Caixa Econômica Federal; 3. Série Câmara de Reajustamento Econômico; 4. Série Comando de Defesa da Economia Nacional; 5. Série Comando da Marinha Mercante; 6. Série Companhia Siderúrgica Nacional; 7. Série Congresso Nacional; 8. Série Conselho Federal de Comércio Exterior; 9. Série Conselho Nacional do Café; 10. Série Conselho Nacional do Petróleo; 11. Série Correspondência (Subséries Chefes de Estado, ministros e representantes estrangeiros; Representantes de entidades de representação de classe; Geral; Pedidos de Audiência; e Familiar); 12. Série DASP; 13. Série Departamento de Imprensa e Propaganda; 14. Série Governos Estaduais (Subséries Acre; Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Espírito Santo; Goiás; Maranhão; Mato Grosso; Minas Gerais; Pará; Paraíba; Paraná; Pernambuco, Piauí; Rio Grande do Norte; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro; Santa Catarina; São Paulo e Sergipe; 15. Série Instituto do Açúcar e do Alcool; 16. Série Lloyd Brasileiro; 17. Série Ministérios (Subséries Aeronáutica; Agricultura; Ministério da Educação; Ministério de Saúde Pública; Fazenda; Guerra; Justiça; Marinha; Relações Exteriores; **Trabalho**; Viação e Obras Públicas; 18. Série Movimentação de Pessoal (Subséries Comissão Revisora; DASP; Diplomático; Geral; Militar; Pedidos feitos através de intermediários; Polícia Civil do Distrito Federal e Secretaria – de 1930 a 1938/Gabinete Civil a partir de 1938).

³⁹ Também foram utilizados na pesquisa: um processo da Serie Pessoal Civil, Subsérie Pedido de emprego: 4.785; um processo da Serie Governos Estaduais, Subsérie Distrito Federal: 34.03; e um processo da Serie, Movimentação de Pessoal, Subsérie Geral.

caixas da Subsérie Trabalho⁴⁰, o que corresponde a um total de 200 cartas transformadas em processo, que serão utilizadas na dissertação (vide Gráfico 1):



Fonte: Arquivo Nacional (AN-RJ), Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (GCPR), Ministérios – Trabalho.

Uma tarefa desafiadora é definir quem escreve as cartas. Entendemos que não podemos desprezar as especificidades e estabelecer rótulos como: são os marinheiros, são os aposentados, as empregadas domésticas ou os desempregados. Esta não é nossa intenção. É óbvio que ao abordar, transcrever e analisar as cartas os nomes, profissões e Estado não serão ignorados, mas interessa-nos acima de tudo, como estes indivíduos que escrevem estão se identificando, e muitas das vezes identificam-se apenas como trabalhadores.

Pretendemos, ao analisar a subsérie Trabalho, conhecer quem são os *trabalhadores do Brasil*, não caindo no erro metodológico de achar que estamos dando conta de todo país e de toda subjetividade dos missivistas, mas contribuindo para complexificar e matizar os *trabalhadores*, do pós-30. Assim, os discursos a serem analisados não são da chamada classe trabalhadora brasileira, como um todo, mas se constituem em uma pequena amostragem que por si só já é suficiente para comprovar que existiram agentes históricos que não se renderam

⁴⁰ Caixas 125, 126, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 278, 279, 280, 281, 282, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 411, 474, 475, 476, 477, 477-A, 478.

apaticamente aos desígnios da propaganda governamental, mas receberam ativamente o discurso estatal através de uma apropriação criativa.

As cartas constituem-se em uma reprodução ativa de valores, crenças e cognições. Transmitem a subjetividade de quem as escreve. No entanto, ao empreender a análise das cartas devemos tomar cuidado para não cair “nas malhas do feitiço” dos arquivos, ao pensar que podemos através deles conhecer os autores de forma fantasticamente “real” e “sem disfarces”, na “intimidade de seus sentimentos”⁴¹. Está bastante claro que não podemos considerar as coisas que as pessoas dizem simplesmente como expressões de seus pensamentos. Pelo contrário, devemos examinar o que as pessoas dizem como ações de desempenho mediante ao contexto em que estão inseridas⁴².

Utilizando a categoria “economia moral” de Thompson, procuraremos, no conteúdo das cartas, elementos da lógica construída a partir da chegada de Vargas ao poder a respeito do que seriam práticas legítimas ou ilegítimas da política governamental, no que tange aos direitos dos trabalhadores. Afinal, as formas de comunicação efetivamente empregadas nos permitem penetrar nas percepções, crenças e valores que constituem representações sociais do mundo político. Aqueles que escrevem ao presidente possuem concepções sobre as interações entre o Estado e a sociedade, que moldavam a sua percepção acerca do papel da autoridade, dos direitos e obrigações do cidadão.

No primeiro capítulo apresentamos a mensagem destinada aos trabalhadores durante o Estado Novo e destacamos a recepção, o modo como esta mensagem chega aos destinatários, o que, por sua vez, não significa que foi recebida com o mesmo significado de sua elaboração. Através da comparação entre a *Propaganda Oficial* e a *Propaganda Extra-Oficial*, perceptível

⁴¹ GOMES, Angela de Castro. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, nº21, 1998.

⁴² EDWARDS, Derek. “Psicologia Discursiva: Teoria da Ligação e método com um exemplo”. In: IÑIGUEZ, Lupicino (coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

nas cartas, ressaltamos as principais características do processo comunicativo estabelecido entre o governo e os missivistas.

O objetivo do segundo capítulo é, primeiramente, apresentar ao leitor um panorama da historiografia recente que se baseia no estudo da escrita de si, com ênfase nas cartas enviadas para autoridades políticas. Também abordamos as estratégias, argumentos e comportamentos recorrentes no ato da escrita. Buscando conhecer mais os missivistas, destacamos, através de estudo realizado com a Subsérie Trabalho, *quem* escrevia, *por que* escrevia e *como* escrevia para o presidente Vargas.

No terceiro capítulo mostramos como os missivistas viviam a atmosfera de festividades que rodeava o primeiro governo Vargas e comparamos a celebração governamental com a celebração dos missivistas, buscando diferenças e semelhanças no modo como estes enxergavam o calendário cívico do Estado Novo. Em seguida apresentamos cartas de pessoas que não tinham muitos motivos para festejar, pois apresentavam como tema central de suas missivas, incisivas críticas e denúncias, mesmo vivendo a experiência de um governo ditatorial.

No quarto e último capítulo temos aquilo que consideramos um elemento bastante diferenciador deste trabalho com relação aos demais que se utilizaram desta documentação: analisamos a presença marcante de fotografias, anexadas em 16% da documentação utilizada na presente pesquisa, comparando as fotografias de família enviadas para o presidente. Tal trajetória de análise nos ajuda a ir além na questão: “Quem são estes que escrevem?”, mostrando seus rostos e de seus familiares.

A conclusão busca retomar alguns dos principais pontos destacados na dissertação, sugerindo algumas possibilidades nas quais este trabalho pode contribuir para pensar o Estado Novo e indicar novos caminhos de pesquisa a serem trilhados com base no acervo do Fundo Gabinete Civil da Presidência da República.

CAPÍTULO 1

“RESSOAM NOS MEUS OUVIDOS AS VOSSAS PALAVRAS”

*As palavras de V. Excia, proferidas no dia 25 de dezembro, confortadoras e magnificas, sobre a valorisação do HOMEN DO TRABALHO, encheu de alegria e felicidade a todos nós operarios do BRASIL!*⁴³

Henrique Coutinho, 1940

Durante um período considerável, a historiografia acerca do Estado Novo se debruçou, apenas, no discurso estatal e na propaganda varguista, sem preocupar-se com a recepção e com os efeitos desta propaganda. O estudo baseado nas cartas dos trabalhadores ao presidente Getúlio Vargas é um caminho próspero, no sentido de captar o modo que o projeto governamental foi recebido pelos “de baixo”.

No entanto, de forma alguma podemos desprezar a propaganda estatal. A leitura e análise das cartas só faz sentido se colocada ao lado dos discursos do presidente e do aparato propagandístico do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). As cartas dialogam com as palavras do presidente, conversam com as músicas e com os cartazes orientados pelo governo. Assim, pretendemos, neste capítulo, destacar os principais aspectos da propaganda governamental, a sua produção e os valores nela contidos, sem esquecer que “as práticas de apropriação sempre criam usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e as normas”⁴⁴.

Neste sentido ressalta-se que, ao apresentar a mensagem destinada aos trabalhadores, não significa que a mesma foi recebida com o mesmo significado de sua elaboração, pois para

⁴³ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 2.565, caixa 478, 1940.

⁴⁴ CHARTIER, Roger. “Textos, impressões e leituras. In: Hunt, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 232.

quem fala a homonímia não existe, mas diante do receptor a mensagem pode apresentar um grande número de ambiguidades “onde não havia qualquer equívoco para o emissor”⁴⁵.

Pretendemos também comparar a chamada *Propaganda Oficial* com uma *Propaganda Extra-Oficial*, perceptível nas cartas, ou seja, pessoas que difundiam as glórias do presidente e do regime de forma aparentemente espontânea e sem orientações oficiais de como fazê-lo.

1.1. “Quem trabalha é que tem razão”: A Propaganda Oficial e os trabalhadores

Quando o governo Vargas chega ao poder, em 1930 e, principalmente, a partir de 1937, percebe a necessidade de elaborar e sistematizar um discurso legitimador⁴⁶, fruto do contexto político que se inaugurava. Desta forma, há um foco na importância da propaganda, e, sobretudo, na necessidade de eficácia e abrangência dos canais de divulgação, afinal, instaura-se no país um regime político que afirma inaugurar uma experiência singular na história do Brasil. A propaganda, eficaz por ser rápida e abrangente, não só deveria ser feita de maneira sistemática, como também deveria utilizar-se de todas as possibilidades proporcionadas pelas novas técnicas de convencimento e pelos novos instrumentos utilizados com esse fim em diferentes países do mundo⁴⁷. De acordo com as idéias de Hitler, expressas em *Mein Kampf*, “a arte da propaganda consiste em ser capaz de despertar a imaginação pública fazendo apelo aos sentimentos, encontrando fórmulas psicologicamente apropriadas que chamam a atenção das massas e tocam os corações”⁴⁸.

Assim, são criados órgãos públicos especialmente voltados à propaganda estatal. Em 1931 surge o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), substituído pelo Departamento de

⁴⁵ JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2008, p.81.

⁴⁶ Ressaltamos que a busca pela legitimidade é uma preocupação para todos os regimes políticos, contemporâneos ou não, autoritários ou democráticos e por isso também no governo Vargas vai ganhar especial interesse.

⁴⁷ Não podemos negar que, no Brasil, a organização e o funcionamento dos órgãos produtores da propaganda política revelam inspiração européia.

⁴⁸ *Apud* CAPELATO, Maria Helena. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.167.

Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) em 1934, dirigido por Lourival Fontes, jornalista e antigo membro da Aliança Liberal. No entanto, neste período, o governo ainda carece de um projeto propagandístico mais coeso, pautado em um projeto político-ideológico igualmente coeso. A partir de novembro de 1937, com a instauração do Estado Novo, o ambiente propício para esta coesão foi criado através da ampliação e fortalecimento da intervenção estatal e da tentativa de neutralização das forças contrárias ao regime⁴⁹. Tornou-se, desta forma, necessário trilhar um caminho para a legitimação. Esse caminho certamente passava pela propaganda.

De acordo com Aline Lopes de Lacerda, a propaganda estatal passa, a partir de então, a ser vista como uma questão relacionada à defesa nacional, ligada à idéia de manutenção da ordem e garantia de unidade da nação, sendo, ao mesmo tempo, “capaz de desempenhar uma função educativa e coercitiva junto às massas”⁵⁰. Desta forma, o Estado se coloca como a instância mais preparada para educar o conjunto da sociedade.

Em meio a uma conjuntura internacional de guerra e à emergência de regimes autoritários, foi elaborado um projeto político-ideológico muito bem articulado, capitalizando os acontecimentos e convencendo a favor de uma nova ordem pautada na centralização e no fortalecimento do Estado. Havia a necessidade de se produzir e divulgar um discurso que ajudasse a erigir uma determinada imagem do regime, das instituições e do próprio presidente; uma estratégia política e ideológica capaz de legitimar o novo regime frente à

⁴⁹ A centralização passa a ser a tônica do governo a partir de 1937, uma vez que o “caos” político de 1935, cuja expressão é o levante comunista, foi diagnosticado como fruto do fracasso e da inconsistência da legislação liberal. Difundiu-se, a partir de então, a idéia de que o desenvolvimento econômico e social do país não era compatível com a experiência da liberdade e da igualdade liberais. A Constituição de 1937 legalizou a censura prévia aos meios de comunicação e a imprensa tornou-se instrumento do Estado e veículo da ideologia estado-novista.

⁵⁰ LACERDA, Aline Lopes. “A ‘Obra Getuliana’ ou como as imagens comemoram o regime”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14, 1994. A autora utiliza-se do termo “massas”. Percebemos assim a sua vinculação a um tipo de discurso que privilegia totalmente os “de cima”, dotando-os de perspicácia a ações impossíveis de serem relidas e manipuladas pelos “de baixo”. Acreditamos que o termo “massas” não é o melhor para se referir aos receptores do discurso governamental, pois transmite a idéia de algo disforme e acaba não dando conta da heterogeneidade e da capacidade dos trabalhadores, dos estudantes, dos intelectuais de agirem enquanto agentes políticos.

opinião pública. Essa ideologia, um importante bloco de concreto da ordem política que se deseja construir, é “um recurso de poder fundamental ao esforço de articulação, não só do que já existe, mas, sobretudo daquilo que se deseja que exista”⁵¹. Para Ângela de Castro Gomes, a difusão de uma ideologia política legitimadora tem uma dupla função: controlar o comportamento dos grupos “dominados” e, ao mesmo tempo, assegurar a harmonia no interior dos “grupos dominantes”⁵². Não que seja uma política totalmente vitoriosa no controle destes “dominados”, mas que tem apenas pretensões subjugadoras e manipuladoras. Ainda tratando acerca da dominação, Gomes chama a atenção para a impossibilidade de existir um Estado todo poderoso em contraposição a uma massa amorfa: “a legitimidade da dominação é, sobretudo, decorrente da crença de que existirão vantagens materiais mútuas para dominantes e dominados (...) ainda que a distribuição de vantagens beneficie mais os primeiros em prejuízo aos segundos”⁵³. Existem estratégias em ambos os lados, e, mais ainda, existe uma heterogeneidade nestes lados. O jogo possui vários lances. “Dominantes” e “dominados” dão as cartas e utilizam táticas peculiares.

A proposta era a fundação de um novo Estado “verdadeiramente nacional”. Seria o redescobrimento do Brasil, ou melhor, um novo começo da nossa história. A Primeira República foi apelidada de “Velha”, ou seja, o regime anterior foi bastante depreciado, caracterizado como artificial e sem ordem. Tal caracterização negativa era necessária para proporcionar o contraponto, tornado o novo regime muito mais belo, legítimo e indispensável ao progresso. A Revolução de 1930, desta forma, inserira a sociedade, definitivamente, no caminho da ordem política, preservando o país de uma catástrofe, retomando a nossa vocação histórica rumo à construção efetiva de nossa nacionalidade e reajustando o país às suas fontes históricas, étnicas, políticas e culturais.

⁵¹ GOMES, Ângela de Castro. “O redescobrimento do Brasil”. In: GOMES, Ângela de Castro et alii. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.110

⁵² *Idem.*, p.109.

⁵³ GOMES, Ângela de Castro. “A Construção do Homem Novo: O trabalhador brasileiro”. In: GOMES, Ângela de Castro et alii. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.110.

Neste contexto de construção de um modelo peculiar de Estado - edificação efetuada através da reescrita da história do país - é criado, em 1938, o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), ainda sob a direção de Lourival Fontes, mas com raio de ação significativamente ampliado, mostrando a importância que a propaganda vinha adquirindo dentro do regime varguista. O DNP foi substituído, em 1939, pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o que significou a centralização definitiva dos serviços de propaganda e publicidade. O DIP era subordinado diretamente à Presidência da República e responsável pela “orientação” acerca do conteúdo das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação da época. Vale ressaltar que, apesar do DIP controlar as publicações diárias - chegando, inclusive, a fornecer aos jornais e estações de rádio do país elementos de informação e normas a serem aproveitados sem reprodução integral, dando idéia de que foram elaborados pela própria fonte de divulgação – era fundamental, de acordo com Lourival Fontes manter a crença na honestidade, sinceridade e espontaneidade dos meios de comunicação, mantendo uma suposta liberdade de expressão e pensamento⁵⁴.

O Departamento de Propaganda, segundo Maria Helena Capelato, foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura⁵⁵. Para Mônica Pimenta Velloso, com a criação do DIP torna-se muito mais evidente o papel da cultura no governo Vargas, que passa a ser concebida em termos de organização política, o que significa dizer que o Estado cria aparatos culturais próprios, “destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade”⁵⁶. A grandeza e inovação trazida pelo do Estado Novo deveriam ser inquestionáveis.

⁵⁴ ARÊAS, Luciana Barbosa. *Consentimento e resistência: Um estudo sobre as relações entre trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000, p.114-115.

⁵⁵ CAPELATO, Maria Helena. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.172.

⁵⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. “Cultura e poder Político: uma configuração do campo intelectual”. In: GOMES, Ângela de Castro et alii. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.71.

Dentre as atribuições do DIP estava a coordenação, orientação e centralização da propaganda; o estabelecimento da censura ao teatro, cinema, eventos esportivos⁵⁷; organização de manifestações cívicas, festas patrióticas, exposições, concertos, conferências, bem como a direção do programa de radiodifusão oficial do governo. O Departamento possuía as seguintes divisões: Divulgação; Radiodifusão; Cinema e Teatro; Turismo e Imprensa, responsáveis pela distribuição e divulgação de seus próprios produtos: livros, folhetos, cartazes, cinejornais, programas de rádio, fotografias, dentre outros. Assim, uma série de recursos que atestam a produção e a divulgação dos ideais estadonovistas são mobilizados neste momento “novo” da história do Brasil.

O DIP passou a ser um importante órgão, com a grande responsabilidade de transmitir a ideologia do regime, transmissão efetuada através das cartilhas infanto-juvenis⁵⁸, dos jornais, do teatro, do cinema, da música e, também, nos carnavais e festas cívicas ou populares. Já ao final de 1938, 60% de todos os artigos em jornais e revistas eram matéria que o DIP distribuía. O órgão deixou claramente registrado, através de suas publicações e campanhas, a tentativa de recrudescer o sentimento nacionalista e também de promover uma homogeneidade cultural. Destacamos que foi apenas uma “tentativa”, uma vez que múltiplas são as expectativas, percepções e recepções, impossibilitando tal fenômeno homogeneizador. O Estado Novo não foi capaz de suprimir as diferenças.

⁵⁷ A Constituição de 1937 aboliu a liberdade de expressão. Todos os meios de comunicação e de expressão, como teatro, cinema, rádio ou jornais foram submetidos à censura prévia. Havia uma série de assuntos e notícias proibidos pelo DIP: notícias que mostrassem o descontentamento com o regime, ou relativas a problemas econômicos; divulgação de acidentes, brigas, agressões, inquéritos, corrupção, crimes, dentre outras. As empresas jornalísticas ou editoras que desrespeitassem as diretrizes do DIP poderiam sofrer a redução da cota de papel para impressão, pois a importação era monopolizada pelo governo, ou a suspensão temporária ou definitiva de suas atividades. Segundo Luciana Arêas, em sua tese de Doutorado, somente no ano de 1946 foram cancelados os registros de 13 jornais e 6 revistas em todo o país (2000: 109).

⁵⁸ O governo encomendou livros didáticos de modo a reforçar a identidade nacional e a lembrar aos estudantes a “indiferença dos regimes passados pelas questões sociais”. Era uma verdadeira celebração do Novo, o que mostra mais uma característica do regime: o discurso estado-novista constrói um esquema temporal em que supervaloriza, sublima a ação presente.

Os Jornais *A manhã*⁵⁹ e *A noite*; as revistas *Cultura Política*⁶⁰ e *Ciência Política*; a Rádio Nacional e a Rádio Mauá⁶¹, em um esforço coletivo transmitiam os padrões de comportamento e os valores desejáveis a toda sociedade. Destacamos o Jornal *A manhã*, o qual dispunha de excelente documentação iconográfica e exibia uma paginação considerada moderna para os padrões jornalísticos da época. Este foi conhecido como o jornal do Estado Novo, pois publicava, no dia seguinte, o texto das palestras ministradas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Marcondes Filho no programa “Falando aos trabalhadores brasileiros”, transmitido todas as quintas-feiras, durante dez minutos, pela rádio nacional. A escolha deste jornal, para uma análise mais aprofundada, não é aleatória e sim porque ele é o ícone da preocupação governamental em combinar meios de difusão escrita e falada. Assim, as mensagens nele contidas alcançaram um número significativo de pessoas por um destes meios de transmissão ou pelos dois e ajudaram a consolidar e expandir a ideologia do regime.

A primeira edição do jornal foi disponibilizada ao público no dia 09 de agosto de 1941. A página seis do periódico foi destinada exclusivamente ao trabalhador, contendo artigos sobre a justiça do trabalho, entrevistas com autoridades ligadas ao governo, medicina social, legislação trabalhista, estatísticas, expedientes burocráticos, despachos do Ministério do Trabalho, reconhecimento de sindicatos, informes da Inspeção do Trabalho, infância, educação e folclore, registro de queixas, dentre outros de mesma natureza. “Esta página,

⁵⁹ O jornal *A manhã*, órgão oficial do Estado Novo, pretendia divulgar as diretrizes do regime junto a um público diversificado, apresentando, inclusive, textos constitucionais de forma didática, diariamente, em suas páginas. A redação do jornal localizava-se na Av. Rio Branco - 108, sobreloja, Centro, Rio de Janeiro. A Administração e as Oficinas localizavam-se na Rua Evaristo da Veiga, 16, Rio de Janeiro. Em seu corpo de colaboradores estavam: Múcio Leão, Afonso Arinos, Cecília Meireles, José Lins do Rego, Ribeiro Couto, Roquete Pinto, Leopoldo Aires, Alceu Amoroso Lima, Oliveira Viana, Djacir Menezes, Gilberto Freyre, dentre outros. Vargas buscou uma aproximação muito forte dos intelectuais, assumindo, inclusive uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, 1943, corporificando essa comunhão de interesses.

⁶⁰ A *Cultura Política* era a revista oficial do governo, diretamente vinculada ao DIP. Circulou de março de 1941 a outubro de 1945. Era uma revista de “estudos brasileiros”, conforme enuncia o seu subtítulo, voltada para a definição e esclarecimento acerca das transformações sócio-econômicas pelas quais passava o país. Além disso, relatava minuciosamente as realizações governamentais, funcionando como uma espécie de central de informações bibliográficas, destacando e resenhando todas as recentes publicações sobre Vargas e o Estado Novo.

⁶¹ A Rádio Mauá, cujo slogan era “a rádio do trabalhador”, foi criada em 07 de setembro de 1944, com objetivo de atender e reforçar a política trabalhista do Estado Novo, que já apresentava sinais de declínio.

trabalhador, é a tua página.⁶²”, destacava o primeiro número de *A manhã*. O público alvo foi bem destacado: “*A Manhã*, em seu primeiro número, (...) saúda a todos os trabalhadores do Brasil, dos mais altos aos mais obscuros (...)”⁶³. Já no primeiro número, os trabalhadores foram convocados a participar da coluna “Faça a sua consulta”, destinada a receber cartas enviadas pela população contendo dúvidas sobre a legislação trabalhista e visando manter a população “inteligentemente orientada no exercício de suas atividades”. A mensagem foi clara e direta: “Quando surgir um equívoco, uma indecisão, não vacile, nem perca tempo: - Faça a sua consulta!”⁶⁴. Os leitores não hesitaram: a coluna existiu de 1941 a 1945 e recebeu inúmeras correspondências, de vários lugares do Brasil, conforme podemos ver no próprio espaço do jornal destinado à resposta fornecida aos leitores.

Assim, concordamos com Ângela de Castro Gomes quando afirma que apesar de não termos condições de mensurar o alcance efetivo da legislação trabalhista, houve iniciativas que contribuíram para que ela fosse bastante conhecida em todo o país, bem como a ideologia do regime⁶⁵. Assim, ressaltamos os desdobramentos do convite que o jornal fez, convidando os leitores a escreverem e fazerem suas consultas. A modalidade escrita foi bastante utilizada e frequentemente acionada neste período, embora ainda tivéssemos um grande número de pessoas que não sabiam ler⁶⁶.

Desta forma, quando um cidadão escreve para a coluna do jornal, ou quando se comunica de forma escrita diretamente com o presidente da república, defendemos que ele atendeu a um chamado, ele se sentiu livre para fazê-lo. Está disposto a dialogar, solucionar seus dilemas, dar-se a ver e ou simplesmente desabafar. O missivista Pieris Pereira, ao escrever para o presidente, pede perdão por abrir o coração “com franqueza”, em um ato de

⁶² *A Manhã*, 09/08/1941.

⁶³ *A Manhã*, 09/08/1941

⁶⁴ *A Manhã*, 09/08/1941.

⁶⁵ GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002, p. 40-41.

⁶⁶ Em 1940, a taxa de analfabetismos da população entre 15 e 69 anos de idade era de 54,5%. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-2001. Dados extraídos de: Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

alguém que pretende se deixar ver por completo⁶⁷. Através destas cartas é possível recompor expectativas e projetos políticos dos missivistas, bem como analisar as percepções, mobilizações e debates políticos sobre a questão trabalhista.

Aspecto relevante no periódico *A Manhã* é o modo como este também servia para doutrinar, ditar parâmetros de comportamento e reprovar atitudes. Neste sentido, a coluna “Medicina Social” é emblemática, pois apenas os títulos dos artigos já são bastante elucidativos: “O Trabalho e a Fadiga”; “O vestuário do trabalhador”; “A escolha da profissão”; “O vestuário da mulher que trabalha”; “Não cuspa no chão”; “As pretensas virtudes do álcool”; “O trabalho não tem sexo”⁶⁸, são alguns dos exemplos destes artigos que dissertavam acerca do comportamento que o Estado esperava dos cidadãos.

Como o jornal assumia uma postura bem didática, há de se destacar a Coluna “Estatística”, sempre com um infográfico, que talvez se envergonhasse diante dos que estão presentes nos jornais atuais, mas que passava de forma eficaz e às vezes bem humorada a sua mensagem, atingindo a todos os leitores:

Imagem 1



Imagem 2



Fonte: *A Manhã*, 13/08/1941 e 10/08/1941 – Biblioteca Nacional.

⁶⁷ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 9.895, caixa 403, 1942.

⁶⁸ *A Manhã*, 09/08/1941 a 22/08/1941.

Observe que os gráficos trabalham com uma proposta de grande *versus* pequeno. O primeiro (imagem 1) tem por objetivo mostrar a quantidade de empregados que não possuíam a carteira de trabalho em dois momentos distintos. O intervalo entre os dois períodos demonstrados é de apenas 2 anos, o que denota um recrudescimento significativo, em pouco tempo, do número de pessoas que possuem o documento e estão desfrutando dos benefícios governamentais. O número de empregados que adquiriram a sua carteira de trabalho, de acordo com o gráfico, chega a aproximadamente 14 mil. Note, no infográfico, que aqueles que não possuem o documento são representados por um trabalhador de braços cruzados, o que não é em vão, pois os braços cruzados denotam uma postura de conformismo, de alguém estático e fechado à novas possibilidades. A interrogação substitui o rosto, transmitindo a idéia de alguém sem identidade, sem cidadania, pois esta, a partir da década de 30, foi vinculada à existência de direitos do trabalho. À medida que mais pessoas vão tendo acesso à sua carteira de trabalho, este homem de braços cruzados, sem rosto e sem cidadania, vai diminuindo, desaparecendo.

Já o segundo gráfico (imagem 2) trabalha com um intervalo temporal maior e lança mão de duas datas significativas: 1930, momento em que Getúlio Vargas assumiu e, portanto, ainda não tinha posto em prática a política trabalhista; e 1940, passados 10 anos do governo Vargas e já no Estado Novo, com um significativo conjunto de implementações no campo da legislação trabalhista. Neste gráfico, o trabalhador não está mais de braços cruzados e possui um rosto. A perspectiva grande *versus* pequeno, desta vez recai sobre as tábuas, que simbolizam a lei, o acesso à justiça do trabalho. Em 1930 as tábuas estão pequenas, pois existe apenas um Conselho Nacional do Trabalho. Em 1940, a lei está grande, à altura do trabalhador que possui um Conselho Nacional do Trabalho, 8 Conselhos Regionais e 36 Juntas de Conciliação, ou seja, está amparado por leis e delas desfruta.

Os gráficos são diretos, falam por si só e denotam um cuidado todo especial na sua elaboração. Portanto, a coluna “Estatística”, diariamente na página seis, pelo menos nas edições pioneiras do jornal, mostra-nos que estratégias diversificadas e eficazes foram utilizadas para transmitir a mensagem de um novo Brasil: escritas, visuais ou sonoras; estas mensagens estão chegando aos seus destinatários, os quais as reproduzem e ressignificam-nas, mostrando que tais mensagens não passam despercebidas.

Assim, defendemos que a veiculação da mensagem governamental, seguida pelo envio de uma correspondência ao presidente e aos ministros, gerando um processo e uma resposta, posterior, ao missivista, assume a característica de um peculiar processo comunicativo. O que muitos historiadores não conseguiram detectar, ao pesquisar sobre a propaganda (devido à limitações das fontes disponíveis/pesquisadas) atualmente podemos fazê-lo: perceber como estas mensagens foram recebidas, compreendidas, operacionalizadas e ainda entender como elas mexem com os sentimentos dos receptores. Algo bastante evidente nas cartas é que os seus autores estão muito atentos ao que está acontecendo, são conhecedores do discurso e da propaganda governamental. Portanto, baseados em uma historiografia atual e na pesquisa realizada junto a estas cartas podemos, afirmar que, indiscutivelmente, a propaganda teve um alcance muito grande.

Para aquele que escreve, ressaltar que ouviu, leu ou assistiu algo relacionado ao presidente e ao governo funcionava como uma espécie de cartão de visitas que supostamente abria as portas e facilitaria a concessão daquilo que estava sendo pedido. É justamente a frequência com que os missivistas recorrem a este recurso que nos ajuda a comprovar, através das cartas, que a mensagem do DIP chegava às diferentes pessoas e lugares. O escriturário Irineu Guimarães Penteado, chefe de uma grande família curitibana de 10 pessoas, em dificuldade, solicita a intervenção do presidente junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários (IAPC) a fim de que consiga um empréstimo. O missivista deixa bem claro

que está por dentro do que tem sido veiculado através da mídia e ressalta que está “Confiante, na propaganda que a imprensa, ultimamente tem publicado referentes aos nobres sentimentos de V. Excia em proteger as famílias numerosas, gesto de grande estadista, que glorifica a nossa querida Pátria diante das mais civilizadas nações do globo”⁶⁹. Em outras palavras o missivista deseja ver se cumprindo em sua vida aquilo que tem sido veiculado pelos meios de comunicação, coloca à prova os supostos benefícios citados pela propaganda oficial.

Assim como o escriturário Irineu, outros missivistas estavam “confiantes na propaganda”. É o caso do funcionário da Cooperativa Central dos Banguzeiros, Paschoal Calábria Filho, da cidade de Nazareth, que descreve até os sentimentos ao ler uma reportagem: “Com grande satisfação deparei nos Jornaes o gesto nobre de V.Ex. no decreto amparo aos paes de familias que tenham, 8 filhos, o que passo as mãos de V. Ex.”⁷⁰

O decreto lei 3.200, ao qual se refere o senhor Paschoal tinha como elemento central a organização e proteção da família e foi assinado em 19 de abril de 1941. A imprensa noticiou com grande entusiasmo a nova medida. O Jornal *A Manhã* ressaltou que a “lei de amparo à família” será regulamentada em um “futuro próximo”⁷¹, proporcionando certa ansiedade em todos aqueles que supostamente preencheriam os requisitos para a aquisição do benefício. A ênfase maior era sempre no vigésimo nono artigo, o qual dispunha o seguinte:

Ao chefe de família numerosa, não incluído nas disposições do artigo precedente, e que, exercendo qualquer modalidade de trabalho, perceba retribuição que de modo nenhum baste às necessidades essenciais e mínimas da subsistência de sua prole, será concedido, mensalmente, o abano familiar de cem mil réis, se tiver oito filhos, e de mais vinte mil réis por filho excedente⁷².

Perceba que o decreto data de 19 de abril, aniversário do Presidente Getúlio Vargas, momento de festa e de afirmação do regime. A carta de Paschoal é do dia 1º de junho,

⁶⁹ Arquivo Nacional (AN-RJ), Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (GCPR), Ministérios - Trabalho, Processo 29.126, caixa 344, 1941.

⁷⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 16.971, caixa 347, 1941.

⁷¹ *A Manhã*, 21/08/1942.

⁷² Decreto lei 3.200 de 19 de abril de 1941. Fonte: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

portanto, pouco tempo depois da assinatura do decreto. A carta do pai de 13 filhos, “todos vivos”, nos revela o quanto os missivistas estão atentos às mensagens veiculadas. Acreditamos que estas mensagens passeiam em meios às famílias, assumindo significados diversos, alimentado sonhos, esperanças e impulsionando pais de família e pessoas simples a lutarem por algo que consideram bem possível, utilizando a modalidade escrita.

Paschoal Filho recebe em 18 de abril de 1942, portanto um ano depois de escrever ao presidente, a resposta do Diretor de Secretaria da Presidência da República, Queiroz Lima, orientado pelo Ministro do Trabalho. A carta-resposta destacava: “o benefício pretendido depende de prévia expedição de regulamento do art. 29 do Decreto-lei nº. 3.200⁷³”

A regulamentação a qual se refere Queiroz Lima somente será assinada com o decreto-lei 12.299 de 22 de abril de 1943, embora provavelmente o missivista não tivesse direito ao benefício, pois em sua carta afirma que já tem uma filha professora e um filho servindo a Marinha, ou seja, supostamente maiores de idade, o que estaria em desacordo com o decreto que considerava família numerosa a que compreendesse oito ou mais filhos, brasileiros, até dezoito anos de idade. Sem contar que Paschoal relaciona, na carta, os filhos menores de idade e o número total não chega a oito. Chega a ressaltar que possui 12 pessoas para sustentar, incluindo netos, ignorando ou talvez tentando se enquadrar de alguma maneira no que o próprio decreto diz no artigo 38: “Sempre que este decreto-lei se referir, de modo geral, a filhos, entender-se-á que só abrange os legítimos, os legitimados, os naturais reconhecidos e os adotivos”⁷⁴.

Mesmo antes da regulamentação e também após, a quantidade de cartas que o presidente Vargas recebeu, relativas a pedidos de abono familiar é muito grande. O presente trabalho dedicou-se apenas à subsérie Trabalho, na qual destacamos as caixas 407, 408 e 477 com uma quantidade significativa de processos relacionados ao decreto-lei 3.200, embora o

⁷³ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 16.971, caixa 347, 1941.

⁷⁴ Decreto lei 3.200 de 19 de abril de 1941. Fonte: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

tema esteja presente em muitas outras caixas e processos. Cartas, referentes ao abono familiar não paravam de chegar: o mineiro João Gilberto escreveu “Li no Correio da Manhã de 24 de novembro de 1942 o seguinte: ‘Foram concedidos abonos familiares (...)’⁷⁵”; Flácida Gomes de Mello também escreve motivada por uma reportagem: “Sendo esta que tem a ousadia de mandar estas linhas uma mãe de família que conta onze filhos e pude têr a felicidade de conseguir lêr em um jornal, um Decreto de V. Excia. as famílias numerosas, imediatamente resolvi explicar a V. Excia. a minha situação (...)”⁷⁶.

Assim, defendemos que as leis, as inovações governamentais, infográficos, discursos e palestras estão chegando, de alguma forma aos seus destinatários, os quais dialogam com estas mensagens e nelas encontram caminhos que os poderão levar bem próximos do presidente da república e do ministro do trabalho, bem como de seus objetivos.

Há de se ressaltar que os missivistas estavam atentos não somente aos jornais, como ressaltaram Paschoal, João Gilberto e Flácida, mas também aos discursos do Presidente, os quais consideramos muito mais eficazes na transmissão da mensagem por envolverem uma entonação especial, quando apenas ouvidos pelo rádio, ou uma mescla fascinante de entonação e gestos, quando proferidos em eventos públicos, estabelecendo uma memorização eficaz e surpreendente acerca do que foi dito. Ressaltamos que esta memorização é seletiva e refere-se a algum aspecto que marcou o ouvinte, que por sua vez olvidou muitos outros elementos do discurso, pois a memória é seletiva. “Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”⁷⁷. A memória é construída e estruturada pelas preocupações do momento.

Em 1943, no contexto da Segunda Guerra Mundial, em um momento em que o Brasil já se declarara a favor dos Aliados, Joyce Rêgo Heber é um nítido exemplo do que acabamos de defender. Em meio a tantos momentos importantes do discurso presidencial, Joyce ressalta

⁷⁵ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 36.151, caixa 476, 1942.

⁷⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 2.879, caixa 477-A, 1942.

⁷⁷ POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

o momento do discurso que mais lhe interessa, que responde às preocupações do momento. Ela escreve ao presidente Vargas motivada por uma reclamação: a demissão do seu marido, um alemão supostamente rotulado de ser “adepto do nazismo”. Para embasar sua argumentação a missivista cita o discurso do próprio presidente: “(...) *resôam nos meus ouvidos as vossas palavras*, pronunciadas em memorável discurso nos dias da tormenta. ‘Todos aqueles, ainda mesmo das nações inimigas, que se dispuzérem a trabalhar e respeitar as leis do Paiz, o governo lhes garante os seus direitos’”[grifos meus]⁷⁸.

Joyce prossegue em sua correspondência, trabalhando com as metáforas veiculadas pelo regime, a fim de embasar seus argumentos. Destaca que Vargas, sendo o chefe da família brasileira, “não abandonará uma vossa patrícia”, somente por ela ter contraído matrimônio com um alemão. Este não é qualquer alemão, mas um que jamais feriu os “sentimentos de brasilidade” de sua esposa. É respaldada pelo discurso do presidente, pelas palavras que, nos seu ouvidos, ainda ressoavam no volume mais alto, que Joyce conclui: “Pois bem magnânimo Presidente, o meu marido é um estrangeiro que viveu, vive e quer viver debaixo do céu anil da pátria brasileira, que é a pátria do meu filhinho; e por ter eu esta certeza é que em nome do Brasil peço justiça; justiça, justiça”.

Defendemos que o pedido de justiça só existe e torna-se legítimo porque há um discurso, do próprio presidente, que reprova o quadro atual de desamparo em que se insere a família germano-brasileira. Estas palavras de proteção aos estrangeiros residentes no Brasil não são fruto da imaginação de Joyce, pois um outro missivista traz à mente as palavras do presidente, em defesa não mais dos alemães, mas dos portugueses que habitam no país. A carta é de é Júlio José Batista, obviamente um português, o qual deseja exercer a profissão de motorista e há três anos recorre aos órgãos competentes para a aquisição da carteira profissional de motorista, sem sucesso. O motorista se vê diante de um impasse: obter a

⁷⁸ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 6.514, caixa 477, 1943.

carteira e ficar no país ou não obter a carteira profissional e retornar para Portugal, no entanto, não possui recursos para esta última ação, o que torna o seu caso muito mais complicado. Assim, recorrendo também às palavras do presidente, ressalta o autor da carta: “(...) lembrando-me da benévola frase de S. Ex^a. ‘Os portugueses não são estrangeiros no Brasil’”⁷⁹.

Júlio não somente cita as palavras do presidente como também ressalta que foi o “primeiro português” a se alistar pelo Brasil durante a Segunda Guerra, então em curso no momento da escrita. Há implícita uma exigência do motorista em ver atendida sua solicitação, pois já que pode servir à pátria durante a guerra, também pode ser reconhecido como membro desta pátria, com direito à aquisição da carteira profissional. Em um momento de extremo patriotismo, fecha a carta, intencionalmente, com a saudação: “Pelo Brasil”.

O missivista de Alagoas, Henrique Coutinho, operário do ramo das padarias, escreve em janeiro de 1940, também motivado pelas palavras do Presidente:

Nesta oportunidade em que ***ainda ressoam as palavras***, cheias de fé e elevação patriótica de V. Excia, no discurso altamente significativo proferido na véspera do natal, o coração de todos nós trabalhadores, transbordou de alegria e felicidade (...). As palavras de V. Excia, proferidas no dia 25 de dezembro, confortadoras e magnificas, sobre a valorização do HOMEN DO TRABALHO, encheu de alegria e felicidade a todos nós operarios do BRASIL!⁸⁰[grifos meus]

Henrique Coutinho, aos 60 anos de idade e com 40 anos de serviço foi despedido, segundo ele, injustamente pela Sociedade Panificadora Ltda. Recorre ao presidente, pois perdeu a ação na Junta de Conciliação e Julgamento e teve o recurso indeferido pelo Ministério do Trabalho. O missivista reproduz em sua carta as palavras do presidente, citando-o entre aspas, com ênfase na seguinte frase: “Meu governo tem se empenhado em garantir aos trabalhadores (...) condições de ESTABILIDADE economica necessaria a

⁷⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 30.632, caixa 349, 1942.

⁸⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 2.565, caixa 478, 1940.

manutenção da prole”. Note que a palavra “estabilidade”, em maiúsculo e sublinhada, é um destaque do próprio autor da carta, que retoma as palavras do presidente e as aplica à sua realidade, encontrando disparidade entre o discurso e a prática e de certa forma cobrando coerência por parte do governo.

Chamamos a atenção para um verbo em comum na carta de Joyce Rêgo Heber e Henrique Coutinho: o verbo “ressoar”. A idéia de que as palavras do presidente se propagavam, prolongavam, intensificavam ou soavam novamente é bastante eficaz para comprovar a hipótese de que os trabalhadores não apenas escrevem, num ato isolado e frio, mas comunicam-se, dialogam, à medida que as palavras cirandam constantemente em suas mentes, obrigando-os a confrontá-las com sua realidade. Na linguagem popular, as palavras estão “fresquinhas” e, portanto com força, envolvendo imaginários, embasado discursos e motivando a escrita.

Até o presente momento vimos que os discursos são mais apreendidos/ assimilados do que a historiografia sobre o período pôde imaginar, embora, reafirmemos que se trata de uma apropriação seletiva⁸¹ e criativa, conforme nos ajuda entender Michel de Certeau:

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização.⁸²

Imaginemos então quando este discurso é transmitido oralmente e também de forma escrita. Neste caminho de análise, destacamos as palavras do Ministro Marcondes Filho, proferidas na rádio nacional, ouvidas por inúmeros brasileiros e também publicadas, no dia

⁸¹ POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

⁸² CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1994, p.40.

seguinte, no jornal *A manhã*. Portanto, partimos do pressuposto de que estes discursos tiveram um elevado alcance, não somente por serem transmitidos oralmente, mas também por serem escritos. O Ministro, através de sua palestra aos trabalhadores, sintetiza a política estadonovista que é difundida de diferentes formas e em diferentes meios de comunicação, por isso é interessante analisarmos os seus pronunciamentos, os quais podem ser considerados exemplos de como e em que direção a mensagem governamental pretendia seguir. É com estes discursos que os receptores também dialogam.

Na sexta-feira, dia 27 de março de 1942, portanto no dia subsequente ao que foi proferida a exposição no rádio, o Jornal *A manhã*, publica um Ode ao trabalhador, nas palavras de Marcondes Filho:

No passado mostrávamos a grandeza do Brasil apontando para as suas magnificências naturais (...). Tudo isso era verdade, mas não era completamente a verdade (...) então, dentro do drama telúrico, compreendemos, deslumbrados, esta verdade: o que o Brasil possui de mais admirável é o brasileiro (...) O que o Brasil tem de mais forte é o homem, a heróica multidão dos seus trabalhadores, que luta, vence e domina pela intensidade de sua energia ignorada, a orgulhosa força cósmica do solo⁸³.

Eis um caloroso discurso que se analisarmos ingenuamente podemos nos limitar a dizer que é um elogio ao homem trabalhador, o qual emprega a sua força à serviço da nação. No entanto, pensando no campo de apreensão discursiva, devemos explorar os múltiplos significados que um discurso como este pode vir a assumir. Desta forma, algo que salta aos nossos olhos é a ênfase na força do homem, força que pode ser aplicada ao trabalho, mas que também pode ser aplicada na luta por direitos. Lembrar ao trabalhador que ele é forte para trabalhar pode também contribuir para despertar o sentimento de que ele também é forte para lutar, argumentar, exigir, dialogar, confrontar um regime rotulado de ditatorial.

Marcondes Filho também aproveitava o seu programa semanal para elogiar o regime e mostrar como as coisas estavam mudando. Sobre os fiscais do Trabalho, vistos por muitos

⁸³ *A Manhã*, 27/03/1942.

como uma intervenção desagradável e truculenta, o ministro dissertou, em 18 de junho de 1942, a respeito de como se modificou a maneira de recebê-los ao longo dos 12 anos do governo Vargas. Para o Ministro isto é fruto de uma modificação radical na mentalidade de empregadores e empregados, antes avessos a qualquer negociação, mas agora dispostos, graças à política que Getúlio Vargas “fez florescer”.

O discurso do Ministro soava como uma análise do momento, ressaltando a mudança de paradigma nas relações com os fiscais do trabalho, mas denota, principalmente, uma preocupação em doutrinar e ensinar aos ouvintes/leitores acerca do modo como deveriam receber estes fiscais. Abordar a maneira cordata e polida como têm sido recebidos é uma maneira de evidenciar o quanto aqueles que não adotam tal postura estão na contramão da sociedade.

Por mais que algum cidadão brasileiro não ligasse o rádio para ouvir a *Hora do Brasil*, nunca tivesse ouvido a voz do Ministro Marcondes Filho ou não costumasse ler alguma notícia sobre a mais recente inovação implementada pelo Estado Novo, mesmo assim a propaganda governamental encontrava uma maneira de alcançar seus destinatários. Na Praça da Bandeira estava instalado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), segundo Claudorino d’Oliveira, técnico de Propaganda do SAPS, a “menina dos olhos do presidente Vargas”, pois foi o primeiro restaurante popular que o Ministério do Trabalho instalou no Brasil. Para o SAPS dirigiam-se, desde as dez da manhã, inúmeros operários das fábricas vizinhas para almoçar, por 1\$400, o *menu* variado, com vitaminas, fósforo e cálcio. À porta do SAPS, um técnico adapta os alto-falantes de um rádio a uma caminhonete. À frente do alto-falante, a numerosa quantidade de operários que chegam ouve informações orquestradas pelo técnico de propaganda do SAPS. Tal movimentação gera a seguinte

mensagem no jornal *A Manhã*, do dia seguinte: “A frente do alto-falante do SAPS, numerosos operários ouvem conselhos sobre alimentação racional⁸⁴”.

É nossa intenção mostrar como a propaganda, durante o Estado novo estava presente nos diversos lugares e de diferentes formas. As inúmeras cartas, de múltiplos lugares do país, desde o Amazonas até a Capital Federal, ao incorporarem os discursos presentes nas distintas modalidades de propaganda, mostram que era muito difícil passar incólume diante da propaganda governamental, embora, ela por si só não gerasse adesão do receptor. Os discursos, os jornais, os alto-falantes corroboram esta idéia. Assim, os que escrevem são conhecedores dos temas que estão abordando e sabem, ou pelo menos pensam que sabem com quem estão dialogando, pois a propaganda os deixou muito próximos do destinatário.

Voltando ao verbo *ressoar*, que se coaduna perfeitamente com os substantivos rádio, alto-falante e preleção: as palavras de um discurso “memorável” ainda ressoavam nos ouvidos de Joyce, de Henrique, do português Júlio e também nos ouvidos de muitos outros que, como mostramos, estavam bastante atentos ao discurso governamental, seja ele escrito ou falado. Provavelmente, no momento em que proferiu/ divulgou tais palavras o presidente e o DIP não tinham tanta noção do seu poder de alcance, do quanto elas iriam ecoar em alto e bom som, durante muito tempo, embora talvez fosse exatamente esta a intenção. Mas quem pode prever os caminhos a serem seguidos pelas palavras? Neste sentido, a proporção que as mensagens governamentais e os discursos do presidente alcançaram, com certeza surpreenderam o governo, assim como continuam a nos surpreender. Assumindo significados diversos, embasando discursos, modificando a nossa maneira de olhar a relação povo-governo durante o Estado Novo, estes discursos e cartas constituem-se um patrimônio valiosíssimo para todos aqueles que desejam adentrar no imaginário trabalhista brasileiro.

⁸⁴ *A Manhã*, 11/06/1942.

É importante ressaltar que embora uma cultura trabalhista e um padrão comportamental fossem difundidos amplamente pelos meios de comunicação, na prática, não significava a inexistência de fugas e desvios com relação a este modelo. É extremamente necessário não absolutizarmos o regime varguista, acreditando que houve uma submissão total à ideologia pregada a partir de 1937.

No entanto, foi através da propaganda que a idéia de um Estado construtor e unificador foi difundida; um Estado moderno, presente em todos os setores da sociedade. Este era personificado na figura do presidente Getúlio Vargas, chefe da nação, condutor e fonte de decisões. Um homem que representava a própria noção de desenvolvimento e harmonia social com apenas um sorriso. Essas associações podem também ser creditadas à eficiência do DIP:

O Sr. Getúlio Vargas é um homem que ri: ri aberta e largamente. As fotografias e os instantâneos o têm apanhado inúmeras vezes a rir gostosamente, sem constrangimento e sem esforço, numa sincera expansão de toda alma. Esse riso do presidente é, não há dúvida, um trunfo de que V. Exc. dispõe junto à massa, para manter sua popularidade.⁸⁵

Vargas tonou-se, no imaginário popular, uma pessoa tranquilizadora, familiar, como jamais se vira na política brasileira. Sempre perto dos trabalhadores, falando do alto de palanques de madeira improvisados, “nunca tão altos que o separassem do público”⁸⁶. Ao povo se dirigia pela expressão “Trabalhadores do Brasil”, buscando deixar bem claro que estava do lado destes, que ele e o povo eram um só. Suas falas eram curtas e simples, desprezando toda a prolixidade retórica dos políticos tradicionais, evitando palavras rebuscadas, justamente para que o povo o sentisse, a cada discurso, mais perto. Os jornais noticiavam, em tom de extrema novidade na história política do país, que Vargas não se perdia no “jogo de palavras”. Todo o aparato propagandístico buscava transformar Getúlio

⁸⁵ Gilberto Amado *Apud* LACERDA, Aline Lopes. “A ‘Obra Getuliana’ ou como as imagens comemoram o regime”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14, 1994.

⁸⁶ LEVINE, Robert. *País dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.92.

Vargas no grande líder nacional, dotado de um conjunto de qualidades e atributos morais quase sobrenaturais.

E por falar em sobrenatural, este era bastante evocado quando se tratava do presidente. José Firmino Paz, cirurgião-dentista e político piauiense, por ocasião da inauguração do retrato do presidente Vargas no Paço da Prefeitura Municipal de Teresina, em 1938, discursou: “Um anjo de aza espalmar sobre a terra do cruzeiro, protegeu o movimento vitorioso, entregando, em bôa hora, os destinos da pátria ao grande patriota, filho dos pampas riograndenses, a inconfundível personalidade de Getúlio Vargas, o maior dos brasileiros vivos”. Em seu discurso compara o presidente a três grandes personagens que souberam enfrentar adversidades: “(...) Cristo teve o Calvário, Sócrates teve a Cicuta, e, já a Lenda Pagã, acorrentara Prometeu nos rochedos do Cáucaso. Continua, pois grande Presidente (...)”⁸⁷.

Ainda estabelecendo relação com aspectos sobrenaturais, Getúlio Vargas é assemelhado, em alguns momentos, a um Super-Herói. José Alfredo de Carvalho, presidente da União Sindical dos Trabalhadores de Alagoas, em carta ao presidente declara que Vargas é “o Super-Homem, o insubstituível que conduz os nossos destinos”⁸⁸.

Muitos eram os adjetivos que Getúlio recebia, amplamente divulgados pela propaganda oficial: “homem comum”, parecido com o povo; “político eficiente”, “verdadeiro líder”, possuidor de dons especiais, “cordato”, “ponderado”, “sensível”, “pacificador”, “pai dos pobres”, “doador” (das leis trabalhistas), “homem providencial”⁸⁹. Mônica Pimenta Velloso destaca que inúmeros são os folhetos e obras que exaltam a figura do presidente Vargas e chega até a afirmar que este tipo de literatura “alcança proporções surpreendentes na

⁸⁷ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 37.392, caixa 348, 1941. O discurso citado encontra-se em um panfleto anexado à carta escrita ao presidente em 16/12/1941, nela José Firmino solicita o perdão de uma dívida junto ao Instituto dos Comerciários.

⁸⁸ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 29.281, caixa 407, 1942.

⁸⁹ Estes adjetivos foram levantados por Monica Pimenta Velloso em pesquisa nos jornais da época, na *Revista Cultura Política* e nos demais folhetos e obras literárias que exaltavam a figura do presidente. VELLOSO, Mônica Pimenta. “Cultura e poder Político: uma configuração do campo intelectual”. In: GOMES, Ângela de Castro et alii. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.96.

época”⁹⁰, embora a sua afirmação esteja baseada muito mais em uma suposição do que em comprovação empírica acerca da recepção das imagens criadas pelo governo Vargas. A expressão “surpreendentes” não é suficiente e, por sinal, carece de profundidade. O presente trabalho tem com um de seus objetivos entender como estas imagens chegaram até os trabalhadores. Que novos significados estão assumindo no imaginário trabalhista? Que “proporções surpreendentes” são estas?

A propaganda varguista tinha preferência por tudo que pudesse exaltar o governo, músicas, textos, fotografias, cinema⁹¹. O ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, por ocasião da confecção de um livro documentário que pretendia exaltar as ações do presidente Vargas em seu primeiro decênio de governo⁹², designa quatro fotógrafos para realizar o trabalho de cobertura de aspectos das realizações do governo federal em todo o país. O fotógrafo Hess é quem nos mostra, claramente, as imagens que o Estado desejava enfatizar. Afinal, o que deveria ser fotografado? *“Tudo, menos a miséria! Quando nós fomos mandados, nós fomos mandados para ver as coisas bonitas que ele fez... Eu não recebi uma indicação de ‘faz só o que é bonito’, mas estava claro que a gente escolhia o aspecto”*⁹³.

Os tentáculos da propaganda governamental alcançam os mais diversos setores. Nem o carnaval ficou de fora. A sua popularidade foi também apropriada pelo governo Vargas. As escolas de samba, tradicionalmente localizadas nas favelas do Rio de Janeiro, foram “convidadas” a cadastrarem-se e submeterem-se à censura. Já em 1930, podemos perceber a efetiva presença do Estado na organização do carnaval, com a determinação, pelas

⁹⁰ VELLOSO, Mônica Pimenta. “Cultura e poder Político: uma configuração do campo intelectual”. In: GOMES, Ângela de Castro et alii. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.96.

⁹¹ O cinema também foi incorporado ao Estado na tentativa de legitimar um projeto, representando, nas telas, as imagens de uma identidade nacional que visava superar o arcaico, a barbárie, em troca de um mundo civilizado, moderno, industrializado.

⁹² A idéia inicial era publicar o livro como parte das comemorações que em 1940 celebrariam o décimo aniversário do governo. No entanto, a produção do livro, coordenada por Gustavo Capanema, demorou anos, sendo a sua publicação adiada para o aniversário dos 15 anos de governo, em 1945. O livro não chegou a ser publicado.

⁹³ *Apud* LACERDA, Aline Lopes. “A ‘Obra Getuliana’ ou como as imagens comemoram o regime”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14, 1994.

autoridades, dos locais onde deveriam ocorrer os bailes e desfiles. O samba, anteriormente veiculando entre as classes populares e, posteriormente, apreciado também pelas elites, foi elevado à posição de “instituição nacional”. Dele era extraída toda uma gama de valores simbólicos a serviço do engrandecimento do Estado. Já o futebol, só passou a ser uma “instituição nacional” em 1933, quando se profissionalizou sob a gerência da Confederação Brasileira de Desporto (CBD), combinado paixões de ricos e pobres atletas da classe operária. O governo aproveitou essa união, apropriando-se do símbolo nacionalista da vitória do time brasileiro na Copa Sul-Americana de 1932⁹⁴.

Por mais difícil que seja mensurar os ganhos ou auferir os lucros da propaganda varguista, uma coisa é impossível negar: o trabalho do DIP foi muito bem realizado, a mensagem central do Estado Novo conseguiu ser passada. No entanto, é válido lembrar que estas mensagens foram recebidas segundo expectativas e à moda do recebedor.

Em meio a todo este aparato propagandístico, a partir das décadas de 30 e 40 estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e de reabilitação do papel do trabalhador nacional. “A nova política de democracia autoritária se explica a partir do homem/trabalhador e a ele se destina”⁹⁵. Dá-se a constituição de um indivíduo ou cidadão definido como “trabalhador brasileiro”, um “homem novo”. Na proposta de renovação do Estado estava incluído um esforço inquestionável de atribuição de um valor positivo inerente ao trabalho. Este passou a ser encarado não somente como um direito e um dever, mas também como uma tarefa moral, um ato de realização, uma obrigação para com a sociedade e o Estado, enfim, uma necessidade para o próprio indivíduo que deseja sentir-se enquanto cidadão.

Ângela de Castro Gomes mostra como houve um grande esforço, por parte do governo, no sentido de construir um discurso oficial em torno da categoria *trabalho*, tornando o tema alvo de suas principais formulações, moldando a idéia de verdadeiro cidadão

⁹⁴ LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p.73.

⁹⁵ GOMES, Ângela de Castro. “O redescobrimento do Brasil”. In: GOMES, Ângela de Castro et alii. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.146.

brasileiro.⁹⁶ A partir desta ótica, só o trabalho poderia constituir-se em medida de avaliação do “valor social” dos indivíduos. E para isso devia ser definitivamente despedido de seu conteúdo negativo, sendo visto não como castigo ou desonra, mas como veículo de civilização do homem; como “atividade central” e não como um meio de “ganhar a vida”⁹⁷. Para Getúlio Vargas, o trabalho era muito mais que um meio de ganhar a vida; era, sobretudo, “um meio de servir à pátria”⁹⁸.

O rádio funcionava como um importante instrumento de divulgação desta nova cultura estadonovista, que vinculava cidadania ao trabalho. Afinal, haveria melhor veículo de propaganda que o rádio em um imenso país com alto índice de analfabetismo? Nas palavras de Lourival Fontes: “(...) o rádio chega até onde não chegam a escola e a imprensa, isto é: aos pontos mais longínquos do país e, até, à compreensão do analfabeto”⁹⁹. O decreto lei nº 1.949, de 30 de dezembro de 1939, obrigava todos os comerciantes a possuírem aparelhos receptores de rádio em seus estabelecimentos, de forma a transmitirem o programa oficial do DIP e a cultura do trabalho. Marcus Dezemone chama a atenção, nos depoimentos orais de camponeses, para o fato de que a memória de Vargas, associado às leis, aparece acompanhada de referências ao rádio¹⁰⁰, o que ajuda a corroborar a tese de que ele foi o principal veículo de divulgação do regime autoritário. Em discurso no Congresso, no dia 1º de maio de 1937, Vargas ressalta:

O Governo da União procurará entender-se, a propósito, com Estados e Municípios, de modo que mesmo nas pequenas aglomerações, sejam

⁹⁶ GOMES, Angela de Castro. “Ideologia e trabalho no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.55.

⁹⁷ GOMES, Ângela de Castro. “O redescobrimento do Brasil”. In: GOMES, Ângela de Castro et alii. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.127.

⁹⁸ Ângela de Castro Gomes ressalta que o deslocamento do centro das preocupações humanas para o trabalho, como fonte de produção de riqueza não é uma novidade do século XX, mas já se encontrava na tradição do Cristianismo. GOMES, Ângela de Castro. “O redescobrimento do Brasil”. In: GOMES, Ângela de Castro et alii. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.134.

⁹⁹ CALABRE, Lia. “Política Públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 31, 2003, p. 4-7.

¹⁰⁰ DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Niterói, PPGH-UFF. Tese de Doutorado, 2008, p.180, 181.

instalados aparelhos receptores, providos de alto-falantes. À radiotelefonia está reservado o papel de interesse a todos por tudo quanto se passa no Brasil¹⁰¹.

O interessante é notar como essa nova ideologia em torno do trabalho e do trabalhador vai ganhando espaço inclusive no meio musical: os sambas, que até então tinham como temática principal o elogio à malandragem, em contraposição ao longo e penoso sofrimento que era o trabalho, vão ganhando novas perspectivas. O samba incorporara, até então, o modo de vida boêmia e do não-trabalho, mas a presença de leis que reconheciam os direitos dos trabalhadores contribuía para o surgimento de novos personagens, nas canções, nos sambas, que se empregavam em fábricas e em outros afazeres, largando a ociosidade e a malandragem. Os malandros, que andavam pelas ruas portando facas, ameaçando, cujos feitos eram admirados pelos moradores da cidade, foram transformados em homens bem comportados, vestindo ternos e dedilhando o seu violão em locais ordeiros. Não é à toa que um material de propaganda concedia, não aos malandros, e sim a Getúlio Vargas o título de “maior trapaceiro de todos”, uma vez que usou a sua “malícia” para convencer os industriais a se comportarem melhor com os trabalhadores, protegendo-os com sua esperteza¹⁰². Vargas, inclusive, era reverenciado como o “trabalhador número um do Brasil”, “o maior trabalhador”, o trabalhador modelo que dedicava dezoito horas por dia ao serviço do povo¹⁰³.

Também não podemos deixar de ressaltar que a primeira carteira de trabalho emitida pertencia ao presidente Vargas. Temos aí uma estratégia argumentativa e propagandística extremamente eficaz que contribuiu para vincular a cidadania à necessidade de se exercer alguma atividade remunerada e reconhecida, chancelada através de um documento oficial.

¹⁰¹ VARGAS Apud OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. *Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país: um estudo do rádio de 1930 a 1945*. 2006. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, p. 98.

¹⁰² LEVINE, Robert. *Op. cit.*, p.93,94. Mário Lago, em seu livro de memórias, resalta que era permitido, até no teatro, certas cenas ou situações que explorassem a imagem de Vargas como “o grande malandro”, que sempre tinha um golpe no bolso para derrotar seus inimigos.

¹⁰³ PARANHOS, Adalberto. “A Historiografia e o Samba de uma nota só do Estado Novo”. In: *II Congresso Sul-Americano de História*. Editora da universidade de Passo Fundo, volume 1, 2005, p. 2.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, a carteira de trabalho “se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico”¹⁰⁴.

O texto, presente até os dias atuais na Carteira de Trabalho (1932), remete ao período histórico de sua criação e à ideologia presente no primeiro governo Vargas, associando trabalho a elementos como ordem, civilidade e engrandecimento da nação. Assim a carteira de trabalho “(...) *serve, ao mesmo tempo, como documento de crédito e atestado de antecedentes, tornando-se instrumento de múltiplas utilidades ao seu portador (...)*”. O documento, deste modo, fala supostamente mais que o trabalhador e suas habilidades e, ainda por cima, tem valor insondável, pois “*é o registro de toda a sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribuindo para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes*”. Conclui-se que o texto presente há muitos anos na carteira de trabalho não nos parece obsoleto e sem sentido.

Portanto, embora não seja nossa intenção abordar o histórico deste documento formal, constitui-se um eficaz trabalho historiográfico analisar o período de implantação da Carteira de Trabalho, observando rupturas e permanências na relação patrão-empregado e no modo como a sociedade atual percebe as questões de cidadania e trabalho enquanto forma de assegurar o futuro e a descendência.

Assim, de acordo com este novo conjunto de idéias em torno do trabalho, a malandragem tornara-se uma espécie de anacronismo histórico, algo incompatível com o governo Vargas, o qual montara todo um cenário de justiça social a partir de 1930 e principalmente, a partir do Estado Novo; aparato social este que não poderia conviver com o ócio. O “vadio e a malandragem são postos para o lado de fora do social”¹⁰⁵.

¹⁰⁴ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987, p. 69.

¹⁰⁵ TOMAIM. Cássio. “Com que roupa? Trabalho e Trabalhadores nos cinejornais do DIP”. In: Trajetos – Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 2, nº 4, 2003, p.131.

Greves, vadiagem e malandragem não eram toleradas pelo governo, o qual estava muito preocupado em esculpir a imagem de uma nação constituída por trabalhadores, rumo ao desenvolvimento capitalista. Declarações de amor à orgia e o culto à malandragem seriam certamente reprimidos. Da mesma forma seriam rechaçadas as manifestações e greves, tendo em vista que os ideólogos do regime associavam greve à ociosidade¹⁰⁶. O governo “apontou suas armas para os redutos da malandragem carioca”. A Lapa, sinônimo de drogas, bebidas, prostituição e malandragem, virou um alvo constante da polícia do Estado Novo, sofrendo, inclusive, desapropriações e reformas urbanas, concedendo lugar à “modernidade” e à “civilização”.¹⁰⁷

Os sambas deixam de abordar o trabalho como um longo e penoso sofrimento para torná-lo algo extremamente prazeroso. Vejamos dois sambas do início da década de 40 que expressam exatamente esta idéia do trabalho enquanto meio de realização pessoal e promoção do desenvolvimento social:

Quem trabalha é que tem razão
 Eu digo e não tenho medo de errar
 O bonde de São Januário
 Leva mais um operário
 Sou eu que vou trabalhar
 Antigamente não tinha juízo
 Mas resolvi garantir meu futuro
 Sou feliz, vivo muito bem
 A boemia não dá camisa a ninguém
 E diga bem¹⁰⁸

¹⁰⁶ Em entrevista coletiva concedida à imprensa no dia 15 de maio de 2007, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva condena as greves no funcionalismo público, defendendo que uma paralisação de 90 dias não é greve e sim férias. Podemos perceber o quanto o discurso de condenação à vadiagem ainda marca presença em nossa sociedade e pode servir de embasamento para diversos pontos de vista, afinal, há heranças do Estado Novo na vida nacional, que estão bastante presentes na vida cultural, econômica e política do nosso país. O Presidente afirmou: “*Não é possível que alguém faça greve 90 dias e receba os dias parados. Porque deixa de ser greve e passa a ser férias. Todos nós temos o direito de fazer greve, mas saber que não é tirar férias. Afinal de contas você ganha pelo dia que você trabalha, e não pelo que fica em casa*”. Extraído da Folha Online no dia 27/05/2007: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u92407.shtml>.

¹⁰⁷ PARANHOS, Adalberto. *Op. cit.*, p. 3.

¹⁰⁸ *O bonde de São Januário* de Wilson Batista e Ataulfo Alves, composto em 1941. *Apud* GOMES, Angela de Castro et alii. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.165. A letra original, segundo algumas versões, teria o seguinte refrão: “O Bonde São Januário/ leva mais um otário/ que vai indo trabalhar” e teria sido modificada após uma suposta interferência do DIP.

Através desta canção percebemos a importância que a música poderia assumir como via de acesso ao imaginário popular. Esta exemplifica, de forma clara, a política de valorização do trabalhador. Este seria muito prudente ao desprezar toda uma vida boêmia em troca do engrandecimento da nação, que se efetivaria a partir do seu trabalho, logo, estava em suas mãos. De acordo com a letra da música, trabalhar significa ter juízo, ser feliz, ter razão, acertar, ter futuro, viver bem, ter recursos. Através do trabalho o homem conquistaria não somente a prosperidade econômica, mas também a intelectual, adquiriria o respeito e a proteção, merecida, por parte do Estado.

Quanto àqueles que recusavam o trabalho, tinham em si projetado todo o mal que a sociedade trabalhadora desejava exterminar: o desânimo, o desleixo, a ignorância, o vício, a indisciplina, a fraqueza. Defendemos que estas mensagens de apologia ao trabalho também tiveram um alcance significativo. Isto é possível perceber à medida em que analisamos algumas das cartas endereçadas ao presidente. Em 1938, o mineiro da cidade de Barbacena, Constantino Valente, se dirige ao presidente Getúlio Vargas solicitando o seu local no mercado de trabalho e de forma quase catártica escreve: “(...) V. Excia. pode melhorar a minha vida dando-me um emprego, preciso trabalhar”¹⁰⁹. Já a paulista Margarida Menegalo, protesta, junto ao presidente, contra a demissão de seu pai, “despedido como um cão”. O demitido era um italiano residente a 20 anos no Brasil, trabalhando a 16 na *General Motors* do Brasil. A missivista ressalta “(...) pois é do trabalho que necessitamos”¹¹⁰. Comparando o discurso governamental e o discurso dos missivistas percebemos que para aquele o trabalho funcionava como uma forma de controle, abrandamento dos espíritos, enquanto para estes trabalhar significava uma necessidade, significava viver e garantir a subsistência dos seus.

Vejamos a segunda canção:

¹⁰⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 23.640, caixa 125, 1938.

¹¹⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 2.525, caixa 403, 1942

Eu hoje tenho tudo, tudo que um homem quer
 Tenho dinheiro, um automóvel e uma mulher
 Mas para chegar até o ponto que cheguei
 Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei
 Eu hoje sou feliz
 E posso aconselhar
 Quem faz o que eu fiz
 Só pode melhorar
 E quem diz que o trabalho
 Não dá camisa a ninguém
 Não tem razão
 Não tem. Não tem.¹¹¹

Mais uma vez podemos perceber a regeneração dos malandros, um elogio ao trabalho enquanto meio de ascensão social, um caminho para a felicidade da família brasileira (monogâmica, segundo o próprio samba sugere). Só o Estado poderia garantir a paz, a concórdia, o bem-estar, prosperidade e “tudo que um homem quer”. A música pode ser vista como um texto argumentativo, tentando convencer o receptor de que não existe nada melhor do que o trabalho. O trecho “Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei” expressa o ritmo contínuo de trabalho das fábricas, das plantações, dos escritórios. Dá-nos a impressão de um trabalho que se repete dia após dia, afinal, o autor da música opta por não camuflar e nem esconder esta verdade. No entanto, confrontadas com o prazer dos frutos “duradouros” deste trabalho contínuo e cansativo, a rotina e a repetição são envergonhadas, tornando-se sensações efêmeras. A repetição da expressão “Não tem” evidencia certa intolerância para com todos

¹¹¹ *Eu trabalhei* de Roberto Roberti e Jorge Faray, composto no início da década de 1940. *Apud* GOMES, Angela de Castro et alii. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.165. Essa valorização do trabalho chegava aos sambas sob o estímulo do DIP que mantinha contato estratégico com compositores populares. O próprio Vargas instituiu a prática de convidar cantores e músicos para as reuniões no palácio do Catete, mostrando assim o quanto o rádio e a música popular eram instrumentos valiosos da propaganda e doutrinação políticas. Nesse contexto, tornou-se comum que muitos brasileiros acompanhassem Getúlio em suas viagens ao exterior: em 1935, Carmem Miranda e o Bando da Lua acompanharam o Presidente em visita à Argentina e ao Uruguai, reforçando a simpatia e o carisma presidencial. Ao participar de um Congresso de Educação Musical em Praga, em 1936, Heitor Villa-Lobos expressou de maneira clara o papel atribuído à música na formação do cidadão: “*Nenhuma arte exerce sobre as massas uma influência tão grande quanto a música. Ela é capaz de tocar os espíritos menos desenvolvidos, até mesmo os animais. Ao mesmo tempo, nenhuma arte leva às massas mais substância. Tantas belas composições corais, profanas ou litúrgicas, têm somente esta origem – o povo (...). O canto orfeônico, praticado pelas crianças e por elas propagado até os lares, nos dará gerações renovadas por uma disciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e, ao cantar, devotando-se à pátria*”. *Apud* XAVIER, Libânea. “O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas”. In: *Revista do Centro de Educação*. Vol. 30, nº 2, 2005, p.8.

aqueles que se mostram recalcitrantes com a nova ordem, os “sem razão”. Estes precisam ser duramente reprimidos, pois são injustos em não reconhecerem o esforço do Estado para atender os anseios dos trabalhadores.

Voltando às canções acima citadas e ao aparato propagandístico, reiteramos que o Estado Novo coloca-se, então, como um divisor de águas entre o “velho Brasil” e o “Brasil Novo”, com novas atitudes, com um trabalhador revigorado, recompensado, feliz por estar contribuindo para a construção desse novo país.

Desta forma, continuar na malandragem seria o equivalente a tornar-se um inimigo interno, avesso ao trabalho, às leis e regras da nova ordem constituída. Não é em vão que o mineiro João Gilberto Leite, ao escrever para o presidente, evidencia suas qualidades, por sinal, bem próximas daquelas ressaltadas na primeira canção, o que por si só devia lhe fazer digno da atenção do presidente: “(...) há 24 anos não fumo, não bebo, não jogo, não escolho serviço [i]lícito e jamais me dei ao luxo de possuir um cão. Nunca estive preso nem detido. Minhas mãos estão limpas de sangue humano”¹¹². No entanto, uma coisa lhe faltava, para dançar conforme a música do Estado Novo: o trabalho.

Esta lacuna diretamente relacionada à necessidade de encontrar o seu lugar no mundo do trabalho gera um inconformismo naqueles que desejam enquadrar-se no novo modelo de homem-cidadão e ao mesmo tempo desejam pagar suas dívidas e adquirir alimentos para a família. O missivista de São Paulo, Benedito da Silva, da cidade de São Vicente, sabia muito bem disso e então resolve apelar para os altos “sentimentos de generosidade” do presidente, solicitando um auxílio para a sua numerosa família composta de onze pessoas. O missivista foi acometido por uma doença não explicada e nem detalhada muito bem em sua carta, mas que culminou com a perda das duas pernas e do braço esquerdo. Como continuar sendo um trabalhador? O próprio Benedito nos dá a resposta:

¹¹² AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 36.151, caixa 476, 1942.

Antes dessa infelicidade que tão pesadamente o golpeou, o requerente trabalhava como pedreiro, como demonstra com os atestados juntos, e ainda agora, tal como se vê pelo documento seguinte, apesar de possuir apenas o tronco e um braço, arrastando-se penosamente pelas ruas, exerce o suplicante humilde e incerta atividade, como vendedor de bilhetes de loteria, afim de resguardar-se, e aos entes que lhe são mais estremecidos, contra as agruras da mais extrema miséria. Daí por que, mutilado e padecendo sofrimentos apenas calculáveis, póde ainda o suplicante, como fez no início desta, inculcar-se como trabalhador¹¹³.

A palavra “trabalhador” não foi sublinhada por ênfase nossa, mas é um destaque do próprio autor da carta que só vê duas possibilidades de enquadramento social: malandro ou trabalhador. Como deseja ser enquadrado na segunda, não permite que o fato de ser portador de necessidade especial o deixe inerte, sem nenhuma atividade. Trabalhar significava obviamente garantir a sobrevivência dos seus - pois na própria carta Benedito relata que o filho mais novo tem 6 meses e o mais velho possui 14 anos de idade -, mas há algo mais que o missivista deseja: ser reconhecido como cidadão, visto que não bastava apenas intitular-se como tal, afinal, a obtenção de direitos estava vinculada a uma cidadania regulada. A mutilação significou perdas enormes que não poderiam ser acompanhadas da perda da dignidade conferida a todos que suam a camisa em prol da nação. Portanto o missivista permanecia a se arrastar, diariamente, pelas ruas de São Vicente, pois embora a doença tivesse arrancado braço e pernas, havia um título que ninguém poderia lhe arrancar: o de trabalhador.

Voltando às letras das canções analisadas, vimos que elas valorizam o trabalho e ratificam a dignidade daqueles que trabalham, em contrapartida, percebemos que as dificuldades para se inserir no mundo do trabalho, bem como as dificuldades inerentes a este mundo também contribuíam para aquilo que podemos chamar, utilizando a linguagem musical, de uma *voz dissonante*¹¹⁴ na melodia estadonovista.

¹¹³ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 5.018, caixa 477, 1943.

¹¹⁴ Os sons dissonantes dão a impressão de que algo na música não está muito afinado. No entanto, para as músicas elaboradas com extremo cuidado, as notas dissonantes adicionam à canção beleza e algo inesperado para os ouvintes, desde que bem executadas.

Não podemos cair no equívoco de crer que, mesmo com todo o aparato de censura do Estado Novo, esta voz dissonante não estava nos sambas. Seguindo este caminho, corremos o risco de cristalizar uma visão que apenas contribui para a superestimação do poder estatal. Assim, não devemos pensar que o novo samba-trabalho, comportado, dominou todos os recantos da cidade, sufocando o samba-malandro. É necessário ressaltar, também, que outros compositores populares não ficaram de braços cruzados, mas reagiram às intenções educativas e civilizadoras do governo Vargas.

Se de um lado, existiam compositores populares afinados com o regime de valorização do trabalho, por outro lado, podemos perceber a existência de um contra-discurso, canções que fugiam ao discurso “oficial”. É o que Adalberto Paranhos chama de “lado B da História”, em uma interessante comparação dos discursos pró e contra o trabalho com os dois lados de um disco de vinil. Assim, uma coisa é constatar pressões, outra, completamente distinta é ratificar a idéia corrente sobre o silenciamento das vozes desarmônicas.¹¹⁵ Havia “lutas de representações” em torno da imagem do trabalho e do trabalhador. O disco também possuía um “lado B” já que “o coro dos diferentes jamais deixou de se expressar, de modo mais ou menos sutil, conforme as circunstâncias¹¹⁶.” Vejamos o samba “Trabalhar eu não” de Almeidinha:

Eu trabalho como um louco
Até fiz calo na mão
O meu patrão ficou rico
E eu pobre sem tostão
Foi por isso que agora
Eu mudei de opinião
Trabalhar, eu não, eu não!
Trabalhar, eu não, eu não!
Trabalhar, eu não, eu não!¹¹⁷

¹¹⁵ PARANHOS, Adalberto. “A Historiografia e o Samba de uma nota só do Estado Novo”. In: *II Congresso Sul-Americano de História*. Editora da Universidade de Passo Fundo, volume 1, 2005, p. 5. Para o autor, afirmações taxativas sobre o monopólio do poder estatal precisam ser revistas.

¹¹⁶ PARANHOS, Adalberto. “A Historiografia e o Samba de uma nota só do Estado Novo”. In: *II Congresso Sul-Americano de História*. Editora da universidade de Passo Fundo, volume 1, 2005, p. 8.

¹¹⁷ *Apud* PARANHOS, Adalberto. “A Historiografia e o Samba de uma nota só do Estado Novo”. In: *II Congresso Sul-Americano de História*. Editora da universidade de Passo Fundo, volume 1, 2005, p.13.

É válido ressaltar que este samba é de 1946, momento e que já estavam afrouxados os laços do Estado Novo, os quais mantiveram em rédea curta a produção cultural. Assim, o “malandro regenerado”, em uma nova conjuntura, nega-se a trabalhar. A partir da letra deste samba, apreendemos um discurso que destoa totalmente do oficial e demonstra uma total aversão pelo trabalho, mostrando dificuldades para encontrar aspectos positivos nele. A canção esboça motivos para não se orgulhar da condição de trabalhador. Esta composição embalou o carnaval de 1946 e foi entoada pelos trabalhadores do porto de Santos durante uma greve no mesmo ano. É a comprovação empírica de que o Estado Novo não conseguiu erradicar do cenário musical a aversão ao trabalho e o culto à malandragem. Em 1949, poderíamos perceber, inclusive, desdobramentos desta cultura musical, acompanhada de uma forte crítica social, através da canção “O pedreiro Waldemar” de Wilson Batista: “Você conhece o pedreiro Waldemar?/...Faz tanta casa e não tem casa pra morar/... constrói o edifício e depois não pode entrar”¹¹⁸. A despeito de um ótimo trabalho realizado pelo DIP, existiam múltiplas significações acerca do que significava ser um trabalhador e também sobre os benefícios que o mundo do trabalho poderia trazer, ou talvez não, consigo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhar assumiu um significado de luta pela pátria. O esforço de guerra deveria ser imensurável. Neste contexto, Cássio dos Santos Tomaim mostra-nos a relação intrínseca entre produção e batalha. Assim, o Amazonas, por exemplo, assumiu a “batalha da Borracha”, transformando-se em um *front* onde os seringueiros eram os bravos soldados que enfrentavam os perigos e adversidades da densa mata para resgatar o látex, extremamente necessário para a economia de esforço de guerra nacional. Cada dia de trabalho perdido representaria o esquecimento dos compromissos assumidos com a Pátria. O Interventor Federal do Amazonas, Álvaro Maia, ressaltava, constantemente, que os seringueiros não deveriam se entregar a um “comodismo criminoso”

¹¹⁸ Extraído, no dia 06/06/2007 do site <http://www.seeklyrics.com/lyrics/Blecaute/Pedreiro-Waldemar.html>.

enquanto todo o país atendia aos apelos do Presidente Vargas. Mais uma vez, percebemos a relação entre ócio e crime, palavras quase sinônimas a partir da ideologia do trabalho, fundada durante o governo Vargas. Para o Interventor do Amazonas, os verdadeiros vencedores da guerra seriam aqueles que além de heroísmo e resistência, possuísem “o último galão de petróleo e o último quilo de borracha”¹¹⁹. Trechos do decálogo dos seringueiros, recitado em conjunto por todos os trabalhadores, ajudam-nos a compreender a ideologia predominante:

Cumpriremos essas instruções, ingressando alegremente nas selvas, porque a palavra do Presidente Vargas, descendo do Catete, e o nosso labor, subindo dos seringais, formam o mesmo Hino da Raça, que distribui igualmente o seu sangue e os seus benefícios nos palácios, nas usinas e nas barracas (...) Prometeremos convergir todos os nossos esforços na vitória da produção, certos de que a nossa inércia seria uma traição aos Aliados que batem pela liberdade (...) ¹²⁰

As escolas também não ficaram de fora, neste contexto de valorização do trabalho. Entre as atribuições do Ministério da Educação, não estava apenas a incumbência de educar, mas também de “formar o homem brasileiro”. A propaganda varguista chega, inclusive nos espaços escolares, ratificando o modelo ideal de homem a partir da cultura de valorização do trabalho implementada pelo governo. De acordo com a constituição de 1937, a educação tinha uma função estratégica com vistas a combater a subversão ideológica. A nova constituição enfatiza o ensino profissional e dispõe como obrigatória a prática de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias, situando a educação dentro de um projeto de desenvolvimento capitalista e de valorização da cultura trabalhista. Unindo-se a estes aspectos, podemos ver que o Estado dá cada vez mais ênfase à disciplina Educação Física e ao ensino cívico, mecanismos de disciplina e controle corporal e ideológico. A poesia escrita

¹¹⁹ TOMAIM. Cássio. “Com que roupa? Trabalho e Trabalhadores nos cinejornais do DIP”. In: *Trajeto – Revista de História UFC*. Fortaleza, vol. 2, nº 4, 2003, p.137.

¹²⁰ Trecho do segundo e do quarto mandamentos do Decálogo do Seringueiro. *Apud*. TOMAIM. Cássio. “Com que roupa? Trabalho e Trabalhadores nos cinejornais do DIP”. In: *Trajeto – Revista de História UFC*. Fortaleza, vol. 2, nº 4, 2003, p.138.

pela aluna Maria de Lurdes Bruce, do 1º ano da *Escola Argentina*¹²¹, revela esse espírito e mostra o quanto os alunos internalizavam os valores difundidos pelo aparato propagandístico governamental. Os alunos sabiam que estudavam para se tornar os futuros trabalhadores:

A escola é uma oficina.
O livro, o papel, a pena, a tinta, são nossos instrumentos de trabalho.
Nós somos os pequeninos operários que haveremos de trabalhar pelo
[Brasil.]¹²²

A poesia é surpreendente, uma vez que demonstra uma sintonia total com tudo aquilo que se desejava consolidar nas mentes e corações. O trabalho precisava perder o seu conteúdo negativo e para isso todos deveriam considerar-se operários, desde os mais pequeninos aos adultos. De posse dos seus instrumentos de trabalho, diversos, mas importantes e necessários, todos trabalhariam para o engrandecimento da nação. Os alunos, “pequenos operários”, eram educados segundo determinados padrões sociais, culturais e éticos a fim de que se integrassem a um projeto de nação que, naquele momento, encontrava-se em plena gestação.

Quanto ao discurso machista, que diferencia as atividades que poderiam ser exercidas por homens e por mulheres, ainda bastante presente na sociedade brasileira do período, não foi um empecilho para colocar homens e mulheres em um mesmo patamar quando se tratava das questões trabalhistas. A Coluna *Medicina Social* do Jornal *A manhã* destacou: “o trabalho não tem sexo”. O texto é uma verdadeira apologia à inclusão das mulheres no mercado de trabalho:

A inteligência e o trabalho não tem sexo (...). Se a pedagogia reconheceu a influência benéfica dos educandários mixtos chegando à conclusão de que a

¹²¹ A Escola Argentina é uma das cinco escolas experimentais criadas por Anísio Teixeira no antigo Distrito Federal, na primeira metade dos anos de 1930. Tem como objetivo levar à prática algumas das idéias defendidas no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), baseadas nos princípios da psicologia experimental, que ressaltam a importância da figura da criança durante as aulas. As crianças não mais se restringiriam a *ouvir* o professor, mas *veriam* e *agiriam* nas diversas situações escolares, interagiriam com o conhecimento, tornando-se co-autores do processo de aprendizagem. A escola compõe um grupo de escolas primárias que tinha por objetivo homenagear os países do continente americano.

¹²² *Apud* CHAVES, Miriam. “Um estudo sobre a cultura escolar no Rio de Janeiro dos anos de 1930 pelas lições de história”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Rio de Janeiro, nº. 11 jan./jun. 2006, p.92

companhia meiga, delicada e prudente das meninas abrandava o temperamento exaltado e impulsivo dos meninos, porque não reconhecemos o mesmo reflexo benéfico do contato das colegas com seus companheiros de trabalho?¹²³

Pudemos apreender, até então, que o trabalho instituiu-se na medida de valor do indivíduo, a única possibilidade de ascensão social. Não trabalhar significava trair a pátria. A própria constituição de 1937 adotava o critério de que o trabalho era um dever de todos¹²⁴, logo, a vadiagem e a desocupação significavam crime contra o próprio Estado. No dia 21 de agosto de 1941 o Jornal *A manhã*, trazia a seguinte matéria na página 6: “O desocupado estrangeiro e o operário nacional”. O objetivo era traçar um contraponto entre o trabalhador polonês e o trabalhador brasileiro para isso afirmava que “O operário brasileiro tem onde trabalhar, tem um salário mínimo dentro das condições de vida da região onde reside, tem portas abertas em todas as profissões, tem escola pública para educar os seus filhos¹²⁵”. Embora, como veremos adiante, na prática, a aquisição destes direitos fosse muito mais complicada e estivesse distante de milhares de trabalhadores – as cartas analisadas sempre nos remetem a uma distância entre a lei e a prática - o discurso oficial seguia vorazmente com sua política de valorização do trabalho e do trabalhador.

Assim, vemos todo um esforço no sentido de glorificação do trabalho, que seria a fonte de riqueza, felicidade e ordem social, uma vez que o trabalhador não teria tempo para se reunir com elementos nocivos ao Estado, partidários de idéias anarquistas e comunistas, por exemplo. É neste momento que o imaginário coletivo é preparado para conceber o trabalho como mecanismo essencial para o progresso da nação, o qual depende de esforços individuais, e também de muito trabalho.

¹²³ *A Manhã*, 22/08/1941.

¹²⁴ Art. 136: “O trabalho é um dever social e receberá do Estado proteção e solicitude especiais”.

¹²⁵ *A Manhã*, 21/08/1941.

1.2. A Propaganda Extraoficial e o Governo

Eu saí dá um passeio conhece o Brasir inteiro
 O nosso Brasir de hoje orguia todos os brasileiros (...)
 Nois tinha tanto partido que formava confusão
 Quando apareceu no sul um home de ispada na mão
 Assumiu nosso Governo sarvando assim a situação (...)
 Hoje no Brasir inteiro é o governo preferido
 Graças ao Dr. Getulio Vargas temos nosso Brasir unido (...)
 Hoje canta o sabiá aqui na terra da parmera
 O progresso do Brasir caminha mesmo de carrera
 Os nossos vinte e um estado só reconhece uma bandera (...)
 Viva todo o território viva a Bandeira Nacional¹²⁶.

O leitor provavelmente está se perguntando se esta não seria mais uma das canções de exaltação do Estado Novo, criada sob a supervisão do Departamento de Imprensa e Propaganda e distribuída como uma forma de consolidar o regime. No entanto, esta melodia não chegou até nós, nem tampouco fez sucesso como as canções *Eu trabalhei* de Roberto Roberti com Jorge Faray e *O bonde de São Januário* de Ataulfo Alves, analisadas anteriormente. A moda de viola *Nosso Brasil de Hoje*, permaneceria esquecida, silenciada e escondida se não fosse a carta do paulista Benedito Marques Ribeiro para o presidente Vargas, momento em que apresenta e oferece suas músicas ao chefe da nação. A moda de viola não foi encomendada, nem tampouco há sinais de que tenha sofrido uma intervenção do DIP para que enquadrasse sua letra aos pressupostos ideológicos do regime estadonovista, mas coadunava-se perfeitamente com a mensagem que o governo varguista desejava transmitir. Este interessante fenômeno é o que denominamos de uma *propaganda extraoficial* acerca do Estado Novo.

Benedito, o autor da canção, destaca em sua carta que as modas, “em sistema caipira” têm alcançado grande sucesso nos lugares por onde passa e as divulga. Ressalta o músico:

¹²⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 20.578, caixa 411, 1942.

“(...) meu desejo era mandar gravada para a hora do Brasil, mais dividido a grande dificuldade dos materiais criado pela atual situação, não foi possível”¹²⁷.

Não podemos cair nas *malhas do feitiço*¹²⁸ dos arquivos e acreditar que esta é uma composição inocente e sem interesse algum, tampouco devemos menosprezar a possibilidade do músico acreditar, verdadeiramente em cada palavra presente na canção. Enfim, este é um terreno arenoso que precisamos pisar com cautela.

Se analisarmos a letra da moda, incluindo as frases não citadas acima, percebemos que obedece a uma narrativa cronológica, comparado o Brasil pré-30 com o Brasil da Era Vargas. Primeiramente aborda a Revolução de 1930, “(...) apareceu no sul um home de espada na mão”; depois a Revolução Constitucionalista de 1932, “Nos primeiro ano de governo ele foi bem perseguido”; e por fim ressalta o Estado Novo, o momento atual: “Cabô com todo partido e cabô a politqueira”. Na primeira estrofe ressalta que o norte do Brasil já é civilizado e não possui mais cangaceiro, em uma alusão aos movimentos sociais presentes no campo, durante a Primeira República. Na mesma estrofe também destaca que o país já está fazendo muita inveja no estrangeiro, em concordância com o que os meios de comunicação divulgavam, acerca dos avanços atingidos pelo Brasil nas questões sociais, em virtude da implementação das leis trabalhistas. Outro momento de crítica à República oligárquica, já na segunda estrofe, é quando afirma que “O nosso pais já teve em muita mar situação”, relembrando o pluripartidarismo de forma pejorativa: “Nois tinha tanto partido que formava confusão”.

A canção evoca o Brasil unido e despreza o federalismo - já “deixado de lado” durante o Estado Novo - quando em seu encerramento afirma que “os nossos vinte e um estado só

¹²⁷ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 20.578, caixa 411, 1942.

¹²⁸ GOMES, Angela de Castro. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, nº21, 1998.

reconhece uma bandeira”, a Bandeira Nacional, buscando, assim, enterrar a *política dos governadores ou política dos estados*.

Lembramos que a canção, indiretamente, reproduz o que determinava a Constituição de 1937 no seu artigo 2º: “A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o País. *Não haverá outras bandeiras*, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais [grifos meus]”¹²⁹. Quando o compositor destaca que os vinte e um estados só conhecem uma bandeira, faz alusão à cerimônia na qual houve a queima das bandeiras estaduais, em menos de um mês após a implantação do Estado Novo, na Esplanada do Russell, no Rio de Janeiro. Nesta cerimônia, que marca simbolicamente o enfraquecimento do poder regional e estadual, foram hasteadas vinte e uma bandeiras nacionais em substituição às vinte e uma bandeiras estaduais que foram incineradas numa grande fogueira erguida no meio da praça, ao som do Hino Nacional tocado por várias bandas e entoado por milhares de colegiais, sob a regência do maestro Heitor Villa Lobos¹³⁰.

Ressaltamos também o título: “Nosso Brasil de Hoje”, exalando um sentimento de pertencimento e ao mesmo tempo de posse, que contribui para a formação/construção do país através do labor e da colaboração com o regime, acreditando que estava vivendo um momento novo, diferente.

A outra canção apresentada por Benedito Marques Ribeiro tinha por título “Nossa Bandeira” e retrata a situação de um jovem que deixa a roça para servir ao exército e “dar a vida” pelo governo. Inicialmente o jovem militar não compreende muito bem, mas depois conclui que o Brasil precisa de Exército para defender os nossos direitos e entende qual é o seu dever: “Devemos da inté a vida pra defende nossa Bandera”¹³¹.

¹²⁹ Constituição de 1937. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constituicao37.htm>

¹³⁰ OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ ANPOCS, v.1, n.2, 1986.

¹³¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 20.578, caixa 411, 1942.

Mas quem é o autor da moda em sistema caipira? O que deseja ao escrever para o presidente? Somente apresentar sua canção?

Benedito Marques Ribeiro, auto-intitulado como um “artista de diversões”, escreve uma carta para o presidente Getúlio Vargas, em 22 de julho de 1942, pedindo autorização para que seus filhos menores pudessem trabalhar no “Grupo Regional Tangarás” junto com o pai. O missivista não entra em detalhes, mas este talvez seja um grupo que faz apresentações em diversos lugares, viajando constantemente, pois ressalta, “sou um pai exemplar mesmo viajando”. Benedito alega que tem perdido “bons contratos” em cassinos e “outras diversões” por não conseguir licença para seus filhos trabalharem juntamente com ele.

A necessidade de se dirigir ao presidente para proceder com tal solicitação denota que havia uma fiscalização rigorosa no encalço de Benedito, do contrário, não haveria necessidade de tal pedido, bastava burlar a legislação e deixar que seus filhos trabalhassem com ele. Desta forma ele necessitava de uma autorização a fim de trabalhar tranquilamente com os filhos.

Em 3 de agosto de 1943, um ano e 12 dias após o envio da correspondência, Benedito recebe a resposta à sua solicitação, embasada por pareceres do Departamento Estadual do Trabalho e do Departamento Nacional do Trabalho. A carta-resposta, assinada por Queiroz Lima cita o artigo sétimo do Decreto-Lei 3.616, de 13 de setembro de 1941, visto que ainda não existia a Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943¹³²: “Aos menores de 18 não será permitido o trabalho em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade”. Os serviços prestados em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outros semelhantes enquadravam-se nesta situação de dano à moralidade. Pedido Indeferido! Quanto às suas canções, foram supostamente arquivadas juntamente com o processo e lá permaneceriam se o ofício de historiador não fosse ao resgate das mesmas.

¹³² A CLT foi anunciada em agosto de 1943, mas foi efetivada no aniversário do Estado Novo: 10 de novembro de 1943.

Concluímos que a propaganda extraoficial, desencadeada por Benedito, ajudava a consolidar o regime e a propagar as ideologias do Estado Novo, de valorização do trabalho, de depreciação do período anterior a 1930 e de reescrita da História do Brasil. A composição e a apresentação de suas canções, as quais valorizavam o governo, eram provavelmente apenas uma forma de sobrevivência, de ganhar dinheiro, escrevendo letras que obviamente seriam bem aceitas pelos espíritos e mentes já preparados para recebê-las, diante do quadro político de então. Já, apresentar tais canções ao governo, soa mais como uma estratégia, no sentido de mostrar-se do lado do presidente e adquirir com mais rapidez aquilo que deseja. No entanto, sem dotar o missivista de um maquiavelismo nato, é possível que o mesmo acreditasse verdadeiramente em tudo o que escreveu e, como desdobramento, apenas tivesse a esperança de um dia ver suas canções embalado a *Hora do Brasil*.

A carta do Senhor Benedito nos remete a existência de uma *propaganda extraoficial*. *Propaganda* porque a mensagem era difundida, propagada, distribuída e compartilhada, chegando a muitas pessoas. É claro que em menores proporções do que o discurso do Presidente da República e do Ministro do Trabalho. É *extraoficial* porque não há nenhuma sistematização acerca de sua distribuição e nem uma diretriz que vem de cima para baixo determinando de que forma deve ser distribuída ou veiculada.

É válido lembrar que as expressões artísticas e culturais não passaram incólumes diante do DIP. É certo que este departamento, também responsável pela censura, estendeu os seus tentáculos sobre inúmeras músicas, peças, escritos e jornais, orientando, direcionando e censurando. No entanto, não podemos deixar de destacar que muitas expressões de propaganda se deram, aparentemente, de forma auto-suficiente e voluntária, mas não inocentemente. Seguindo esta linha de análise queremos, muito mais, dar o crédito aos seus criadores do que ao Departamento de Imprensa e Propaganda. Embora este e os agentes federais nos estados não estivessem de olhos cerrados, muitas das vezes também não

induziram ou condicionaram o que deveria ser escrito, cantado ou falado, deixando a mensagem livre. É obvio, falamos de uma liberdade de criação dentro de um campo de limitação bem maior, pronto a entrar em ação se algo fugisse minimamente do esperado.

Alberto Martins, membro da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais e da Sociedade de Homens de Letras do Brasil é um forte exemplo de alguém que aproveitou essa “liberdade condicionada” para divulgar a sua arte e, simultaneamente, disponibilizar, na prateleira do Estado Novo, mais um exemplo de propaganda que tinha tudo para ser oficial, mas passou a ser extraoficial.

Falamos da Peça “O Operário e o Médico”, de autoria do próprio Alberto Martins. O espetáculo foi um grande sucesso do Teatro Ginástico, durante os meses de março e abril de 1943. Esta peça chega até nós através da carta que Alberto escreve para o presidente Vargas para “reparar uma injustiça”¹³³. O missivista participou de um concurso de romances e peças teatrais referentes às classes trabalhadoras com um trabalho original, que intitulou inicialmente de “Um Operário”. O missivista denuncia que o seu trabalho não foi “sequer lido pela Comissão julgadora”, que deu o prêmio para a peça denominada “Julho 10”, “verdadeiro atentado às letras, ao teatro e ao próprio trabalhador brasileiro.”

O concurso promovido pelo Ministério do Trabalho, fruto de uma iniciativa que certamente tinha a função de exaltar o Estado Novo, visto que a pauta era “romances e peças teatrais referentes às classes trabalhadoras”, atrai Alberto Martins. Amava, o escritor, a causa trabalhista para redigir com tanta propriedade? Talvez! O certo é que a vitória na competição tornaria a sua peça reconhecida, seria parte da propaganda oficial do governo e receberia investimentos para a sua execução. Mas não foi isto que aconteceu. A derrota obrigou o missivista a mudar de estratégia para ver o seu trabalho reconhecido: transformar o espetáculo

¹³³ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 9.551, caixa 476, 1943.

em uma propaganda extraoficial, custeada pelo próprio autor com base em empréstimos adquiridos com a ajuda de amigos.

“Um Operário”, que posteriormente passou a ser chamar “O Operário e o Médico”, estreou na sexta-feira, dia 19 de Março de 1943 no Teatro Ginástico. Trazia como aspecto central as vantagens da legislação trabalhista, mostrando a cooperação em uma fábrica onde o operário Augusto, pela honestidade, inteligência e trabalho consegue ascender. Nesta mesma empresa seu pai trabalhara e deixara um exemplo de eficiência e comportamento. No desenrolar da trama, graças às suas qualidades Augusto chega ao cargo de gerente e posteriormente torna-se sócio da empresa. Quanto ao médico da história, o Dr. Paulo, serviu como ponto de equilíbrio ao defender a igualdade social entre o operário e o médico, ambos trabalhando para o bem comum. Há inclusive, nas cenas, comparações entre os dois ofícios, ambos têm a tarefa de curar/reparar: o médico, o coração; o operário, o motor. Em um ponto alto da peça, um casa com a irmã do outro, contribuindo para a união das famílias e para a supressão das diferenças entre duas pessoas de classes supostamente díspares. Dentre as falas de mais destaque chamamos a atenção para o final do primeiro ato, quando Augusto declara: “A confiança só se conquista pelo trabalho, pela conduta, e pela honestidade!”¹³⁴.

O espetáculo foi um sucesso. De acordo com Abadie Faria Rosa, Diretor do Serviço Nacional do Teatro, “um trabalho filiado ao que se pode chamar de teatro educativo”. O missivista fez questão de anexar os comentários dos jornais em sua carta para o presidente. No periódico *A Manhã* é destacado que a escalada de Augusto, de operário a sócio “tornou-se possível, no clima social brasileiro (pois a ação se passa no Rio, contemporaneamente), mediante a legislação trabalhista”.¹³⁵ De acordo com o Jornal *Correio da Noite*, “Os três atos de ‘O Operário e o Médico’ são animados por um entrecho muito real, uma série de cenas

¹³⁴ *Gazeta da Noite*, 23/03/1943.

¹³⁵ *A Manhã*, 21/03/1943.

sentimentais e brilhantes em que os artistas da companhia se destacam com brilho.¹³⁶ Segundo um dos jornais anexados à carta, não identificado, “o que se desenvolve naqueles atos que a platéia do Ginástico aplaudiu não é um conflito, como se poderia presumir, porém um hino ao esforço do proletário e aos seus resultados em face das leis atuais”.

Contudo, já que a peça fez um sucesso considerável, por que Alberto Martins escreve para o presidente? Há na carta o desejo de protestar, contra o que o missivista considera uma injustiça: uma peça que está fazendo tanto sucesso e arrancando elogios da crítica não venceu o concurso promovido pelo Ministério do Trabalho. No entanto, soma-se a esta crítica o desejo de efetivar o convite ao presidente, já que o espetáculo encontrava-se em cartaz no momento de escrita da correspondência e apenas permaneceria por vinte dias.

Diante disso tudo, tomo a liberdade de convidar Vossa Excelência a assistir uma representação da minha peça “O OPERÁRIO E O MÉDICO”, afim de verificar a elevação de uma propaganda do govêrno de Vossa excelência entre as classes trabalhadoras, e mandar reparar a injustiça cometida, uma vêz que se trata de um escritor pobre que para fazer subir à cena o seu trabalho foi necessário tomar emprestado de dois bons e sinceros amigos (...) Muito agradecido ficaria se V. excelência convidasse os senhores Ministros do Trabalho e Justiça¹³⁷.

Em resposta à correspondência-denúncia, a Comissão Julgadora se pronuncia, informando que nos arquivos da Comissão do Concurso de Romance e Comédia consta que a peça foi analisada pelos senhores José Lins do Rego e Oswaldo Orico, membros da própria comissão, que emitiram parecer desfavorável à mesma. O Chefe da comissão, Brígido Tinoco, chega a informar que o texto foi retirado dos arquivos pelo próprio interessado, o que o impossibilita de transmitir a sua “modesta opinião sobre o assunto”. E se todos os julgadores fossem assistir a peça, a fim de, nas palavras de Alberto Martins, “reparar a injustiça”? Já era 11 de maio, a peça não estava mais em cartaz. Enfim, o governo não pareceu muito

¹³⁶ *Correio da Noite*, 20/03/1943.

¹³⁷ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 9.551, caixa 476, 1943.

interessado em uma expressão cultural que tinha tudo para ser “a menina dos olhos” do Departamento de Imprensa e Propaganda.

A peça “O Operário e o Médico” lutou para tornar-se oficial, mas não foi reconhecida pelo governo e nem alcançou o “lugar ao sol” esperado, mas, ironicamente, ficou 20 dias em cartaz, glorificando o regime, colocando no volume mais alto a política de valorização do trabalho e do trabalhador, bem como respaldando o Estado Novo. Por isso, este tipo de discurso não deixa de ser uma propaganda positiva, mas por outro lado não assume o *status* de oficial.

Defendemos que estas propagandas extraoficiais surgem com um objetivo bem específico de seus criadores, objetivos que não desejam maquiavelicamente, em um primeiro plano, trilhar um caminho de glorificação do regime, camuflando sentimentos de reprovação e descontentamento com o governo. É possível que os produtores dessa expressão artística de valorização do Estado Novo realmente acreditassem no regime e em cada palavra emitida pelo presidente. O que supostamente fizeram foi apenas aliar o que acreditavam/defendiam a uma estratégia para atingir um objetivo: seja a autorização para os filhos trabalharem em uma atividade circense e o reconhecimento no campo da composição, seja o reconhecimento do trabalho desenvolvido no campo da dramaturgia.

Portanto, não foi apenas o Estado que se impôs, dizendo o que deveria ou não ser escrito ou produzido. É necessário perceber como o processo de incorporação de aspectos da cultura popular pelo Estado Novo passava também pelo interesse dos próprios artistas. Há um quê de voluntarismo daqueles que desejavam obter o reconhecimento, serem famosos, gravarem, freqüentarem as rádios e por isso escolhiam trilhar um caminho de exaltação ao regime.

Se compararmos a Propaganda Oficial com o que neste trabalho chamamos de Propaganda Extraoficial, perceberemos que ambas estão na mesma direção, exaltando o

regime, difundindo a mensagem de valorização do trabalho e ratificando as ações do Presidente da República. Mas no que elas diferem? Em primeiro lugar, a propaganda extraoficial pode ser considerada, na linguagem popular, como “um tiro que saía pela culatra”, mas que não destoava do regime e por isso não seria um motivo para tanta preocupação, mas também não estavam respaldadas pelo governo. Portanto, entendemos as mesmas como um desdobramento, um segundo momento da Propaganda Oficial.

As canções de Benedito Marques Ribeiro não eram nem do conhecimento do DIP, até a escrita da carta, e mesmo assim já faziam sucesso por onde o modista as entoava. A peça de Alberto Martins tinha tudo para ser abraçada pelo governo, mas também não o foi. No entanto, estas ações culturais reverberaram nas mentes e nos corações, embasando comportamentos, pontos de vista e a forma com que os receptores enxergaram aquele momento histórico. Por não estarem na pauta do DIP, estas propagandas extraoficiais tinham tudo para permanecer no anonimato, mas a insistência de seus autores fez com que elas, de alguma forma sobrevivessem e se almassem com a propaganda Oficial de tal forma que às vezes somos tentados a não distingui-las.

As propagandas extraoficiais chamam a nossa atenção para a circularidade cultural presente durante o governo Vargas. Algumas vezes somos tentados a acreditar que o Estado assumiu todas as variáveis do processo histórico, inclusive a produção cultural e que nada foi criado ou reinventado pela cultura popular. Os exemplos acima citados nos mostram o contrário, que há uma interação entre os elementos supostamente subalternos e os elementos dominantes¹³⁸. Há interação, reinvenção e circularidade de idéias, conceitos e práticas políticas.

¹³⁸ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

Enfim, a propaganda ideológica em torno da valorização do trabalho e do trabalhador estava lançada, se bem que, como vimos anteriormente, não era um discurso hegemônico, havia contra-discursos. Mas mesmo assim, profetas não faltaram na tentativa de prever o impacto do aparelho ideológico estatal junto aos trabalhadores:

Como todos os homens de gênio (...) Getúlio Vargas viverá mais no futuro que no passado e aquilo que lhe negarem os seus contemporâneos brotará como dever moral da posteridade (...). Podem, hoje, os seus retratos descer das paredes, amanhã estarão no coração do povo, podem hoje arrancar o seu nome das ruas – amanhã estará de novo nos lábios dos trabalhadores, dos soldados, da juventude, das escolas; podem os amotinados e desordeiros apedrejar as suas estátuas, amanhã elas se erguerão mais altas ainda. (...) ¹³⁹

É evidente que mesmo os regimes os quais colocaram no volume mais alto o controle através da propaganda e dos meios de comunicação não conseguiram atingir o objetivo de formar uma opinião unívoca. Mas ainda assim, não podemos menosprezar a importância da propaganda política, pois “mesmo sem obter adesão unânime, ela foi um dos pilares de sustentação do poder”¹⁴⁰.

É Maria Helena Rolim Capelato quem relativiza o poder da propaganda política de massas. Para a autora, “a eficácia das mensagens depende dos códigos de afetividade, costumes e elementos histórico-culturais dos receptores”¹⁴¹. A propaganda política não surge com superpoderes, mas seu sucesso depende de tendências já existentes na sociedade, que ela apenas reforça. Sem a presença desses elementos, uma máquina propagandística, mesmo poderosa e sofisticada, cai no vazio. Enfatizar a estética da recepção e o modo como essa mensagem chega ao destinatário, objetivo deste trabalho, é um aspecto importantíssimo para

¹³⁹ VERGARA, Pedro. “Antecipando a Justiça na História”, *Ciência Política*, março de 1945, p.14. *Apud* VELLOSO, Mônica Pimenta. “Cultura e poder Político: uma configuração do campo intelectual”. In: GOMES, Ângela de Castro et alii. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.97.

¹⁴⁰ CAPELATO, Maria Helena. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.178.

¹⁴¹ CAPELATO, Marie Helena Rolim. “Estado Novo: novas histórias”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.203-205.

compreender a propaganda estatal em seu conjunto, minimizando as lacunas através do acesso ao discurso dos trabalhadores.

CAPÍTULO 2

CARTAS PARA AUTORIDADES POLÍTICAS: A ESCRITA DE SI.

(...) Mas por felicidade nossa, dos pobres, disseram-me que havia ainda um recurso e que eu recorresse a ele. Perguntei qual e falaram-me que eu escrevesse ao Presidente Getulio Vargas, expondo a minha situação e esperasse a resposta. Assim fiz e aí está a razão de hoje eu vir bater em vossa porta, na esperança de ser atendido (...)¹⁴².

José Amaro Rodrigues, em 26/03/1943.

2.1. Sobre Cartas e História

“Sim, quem sabe se um dia o compreenderei?”. Esta é a pergunta com que Carlos Drummond de Andrade fecha o seu poema sobre o “operário no mar”¹⁴³. Há, nesta obra, uma distância evidente entre o mundo de Drummond e o mundo do operário, um caminho a ser percorrido, bem maior do que a distância entre a areia e o mar, que os separa fisicamente, no poema. O desafio de conhecer a cosmogonia das pessoas comuns foi lançado pelo poeta e parece bem vivo nos dias atuais. O renomado escritor esboça o desejo de interação de idéias e culturas. Um ato de conhecer e prosseguir em conhecer o operário.

O que a historiografia atual vem nos mostrando, nos últimos anos, é que esta distância não é intransponível. A concepção de circularidade Cultural, em Ginzburg é bastante propícia ao nosso estudo, quando propõe que ao invés de culturas estanques e fechadas em si mesmas, há uma interação entre a cultura popular e a cultura erudita, as quais interagem construindo teias de relações sociais e diferentes visões de mundo¹⁴⁴. O encontro e o diálogo entre o poeta e o operário é extremamente possível e tem sido celebrado pela historiografia atual. Um grande investimento, no sentido de tentar conhecer os trabalhadores, tem sido a ênfase, não

¹⁴² AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 10.052, caixa 475, 1943.

¹⁴³ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do mundo*. “O Operário no mar”. In: Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, p. 61

¹⁴⁴ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

somente nos personagens importantes e de relevância em determinado período histórico, mas também e, principalmente, na fala das pessoas comuns, que precisam ser cada vez mais “ouvidas” e lidas pelos historiadores.

As cartas de trabalhadores dirigindo-se ao presidente da república nos auxiliam nesta instigante tarefa de aproximação das classes populares, de seus anseios e sua visão de mundo. Tais cartas ajudam a contrapor as idéias de trabalhadores com uma consciência incipiente ou mesmo sem consciência de seus direitos e incapazes de exercer influência sobre os políticos “populistas”. Foram escritas dentro de um contexto histórico, o que nos possibilita cotejá-las com as políticas públicas em vigor e analisar a apreensão do discurso dominante. É certo que estas cartas não revelam totalmente o que se passava nas mentes e corações dos milhares de missivistas, bem como não podem ser lidas como a pura expressão da cultura popular da época e nem é esta a nossa intenção, nesta pesquisa. Contudo, permitem-nos ver, de forma concreta, como alguns brasileiros apropriaram-se do discurso dominante, como se relacionavam com as mensagens governamentais, o que esperavam e como atuavam em meio a um campo de possibilidades.

Correspondências, diários e memórias sempre tiveram autores e leitores, mas nas últimas décadas, ganharam reconhecimento e visibilidade no Brasil e no mundo, mexendo com o mercado editorial e impulsionando diversos estudos acadêmicos¹⁴⁵. Os grandes fatos, os grandes líderes, as decisões magistrais foram consagrados - por uma velha historiografia - na bibliografia, nos manuais e nos livros didáticos. No entanto, a existência de estudos que privilegiam a história-problema, a história de todas as atividades humanas e não apenas a história política¹⁴⁶, contribuem para que nossos olhos também estejam voltadas para “a escrita de si”, com ênfase nas “pessoas comuns”. Esta trajetória metodológica nos ajuda, cada vez mais a desbravar caminhos inéditos na pesquisa histórica. Lançar mão de cartas escritas para o

¹⁴⁵ Ver GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

¹⁴⁶ BURKE, Peter. *A revolução Francesa da Historiografia: a escola do Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1991.

presidente Vargas, em um período que foi aparentemente abrangido em sua totalidade pela historiografia, é como se resolvêssemos assistir novamente a mesma partida de futebol, só que desta vez, a partir de um lugar diferente. O jogo seria o mesmo, só que com aspectos de novidade proporcionados pelos novos instrumentos que possuímos para assisti-lo: uma nova cadeira, um novo público ao nosso lado, um novo ângulo, dentre outros. Praticamente uma partida inédita.

Para Ângela de Castro Gomes, embora o ato de escrever cartas seja praticado há muito tempo, ganha contornos peculiares com a emergência do individualismo moderno. “A chave, portanto, para o entendimento dessas práticas culturais é a emergência histórica desse indivíduo nas sociedades ocidentais”. Assim, passam a ser legítimos os métodos de construção e guarda de uma memória individual e não apenas de um grupo social/nacional. Isso porque de acordo com princípios da sociologia todo indivíduo é social e também é singular. “É dos indivíduos que nasce a organização social e não o inverso.”¹⁴⁷

Foi entre os séculos XVIII e XIX que se passou a valorizar os escritos dos indivíduos, mas somente a partir da segunda metade do século XX estes passam a ser considerados fontes e objetos de estudo importantes para as ciências sociais, momento em que o indivíduo passa, cada vez mais a ser visto como um sujeito ativo e não como um objeto sobre o qual incidirão forças irrefutáveis¹⁴⁸. Portanto, as cartas e outros vestígios de diálogos passados emergiram como objeto privilegiado de investigação histórica. “Não mais a correspondência como um texto de onde se podiam simplesmente extrair informações, mas as cartas analisadas a partir

¹⁴⁷ GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.11-13.

¹⁴⁸ Sobre a fuga aos padrões estabelecidos e expressiva dose de autonomia frente à cultura predominante na sociedade, ver o artigo de Marieta de Moraes Ferreira sobre Honestalda, a fazendeira de destaque e mulher de negócios que conseguiu ampliar o seu espaço de atuação e garantir uma autonomia peculiar, se comparada às demais mulheres do período em questão. FERREIRA, Marieta de Moraes. “Correspondência familiar e rede de sociabilidade”. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.241-255.

de seu suporte material, dos códigos sociais utilizados e das formas lingüísticas empregadas¹⁴⁹.”

Se pensarmos a relação entre governantes e governados vemos que, de um lado estão os grandes chefes de Estado, os políticos importantes com sua imponência e poder supostamente absoluto. De outro lado está o povo, os trabalhadores, donas de casa e pessoas comuns que olham para os seus governantes e os consideram inatingíveis, inacessíveis. Certo? Errado. Se esta distância entre governantes e governados já é, claramente, um aspecto superado nos dias atuais, podemos afirmar que a historiografia vem, cada vez mais, mostrando como esta distância não tem sido tão grande quanto se imaginava, ao longo da história. A seu modo, com suas estratégias, as pessoas comuns chegavam diante dos governantes, sejam para expor o seu clamor, seja para agradecê-los. A utilização da modalidade escrita foi essencial para celebrar esta aproximação e para que as vozes dos comuns ecoassem no recôndito das autoridades políticas.

Acessar discursos através das cartas, da escrita de si, não é uma inovação no mundo acadêmico, que tem sido testemunha da qualidade e variedade dos trabalhos que giram em torno desta temática. A novidade fica, principalmente, por conta da diversidade das fontes utilizadas e de um eficiente cuidado teórico-metodológico, sensivelmente percebido nestas obras. É nosso objetivo mostrar como o estudo das cartas endereçadas ao Palácio do Catete tem contribuído para revolucionar o olhar do historiador em um período até então aparentemente esgotado pela historiografia, o primeiro governo Vargas. Todavia, ressaltamos que também há outras pesquisas, inclusive no campo da pedagogia, que não trabalham fundamentalmente com cartas, mas que também nos fornecem possibilidades de repensar o referido período¹⁵⁰.

¹⁴⁹ VENANCIO, Gisele Martins. “Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história”. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.113.

¹⁵⁰ Eis alguns exemplos: ARÊAS, Luciana Barbosa. *Consentimento e resistência: Um estudo sobre as relações entre trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de

Inicialmente destacamos o trabalho de Elisa Pereira Reis¹⁵¹, ainda da década de 1990, que explorou as interações entre o público e o ministro extraordinário para a Desburocratização, a autoridade máxima do Programa Nacional de Desburocratização do governo brasileiro em 1979. O programa tinha a função de simplificar as rotinas administrativas, cortar a papelada e também aperfeiçoar os mecanismos de prestação de serviços. A pesquisadora trabalhou com base em uma amostra de trezentas cartas dirigidas ao ministro Hélio Beltrão e com uma coletânea de palestras e discursos que ele dirigiu ao público em cerimônias oficiais ou através dos meios de comunicação. As cartas foram selecionadas aleatoriamente em um conjunto de 27.367 correspondências endereçadas à autoridade máxima da desburocratização no período que vai de 1980 a 1982. Concluimos que se trata de um número alto de cartas para o referido período. Esta quantidade significativa se explica também pelo fato do ministro ter encorajado a escrita, para que os seus receptores procedessem com o relato/denúncia de mazelas burocráticas e sugestões para a desburocratização.

A autora parte de uma análise bastante simplificada e nem por isso ineficiente, onde leva em conta apenas as dimensões semântica e interacional dos atos de fala. Elisa Reis destaca que nem só sobre desburocratização falavam as cartas, havia pedidos de emprego, sugestões para os serviços de previdência, direito do consumidor, critérios de taxaço, regulamentação dos bancos privados e até mesmo sugestões gramaticais, defendendo a

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000; CHAVES, Miriam. “Um estudo sobre a cultura escolar no Rio de Janeiro dos anos de 1930 pelas lições de história”. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Rio de Janeiro, nº. 11 jan./jun. 2006, p.72-100; D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; FORTES, Alexandre et alii. *Na luta por direitos. Estudos recentes em História social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; LACERDA, Aline Lopes. “A ‘Obra Getuliana’ ou como as imagens comemoram o regime”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14, 1994; TOMAIM. Cássio. “Com que roupa? Trabalho e Trabalhadores nos cinejornais do DIP”. In: *Trajeto – Revista de História UFC*. Fortaleza, vol. 2, nº 4, 2003; LEVINE, Robert. *Pais dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁵¹ REIS, Elisa Pereira. “Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº6, 1990, p.161-179.

mudança na grafia das palavras para que, de acordo com os próprios missivistas, “o português, escrito da maneira como se fala, se torne menos burocrático”¹⁵².

Os maiores problemas burocráticos relatados pelos missivistas diziam respeito ao acesso à hospitalização, exigências supérfluas *versus* informação inadequada, recebimento da aposentadoria e trâmite de processos administrativos. Frases como “Fiquei na fila durante 12 horas, sob chuva pesada, para receber o abono salarial (...)”; “Já juntei 425 documentos para atender as exigências feitas pelo governo federal (...)”; “Os documentos que eu tive de juntar para conseguir o empréstimo que o governo faz aos pequenos produtores já pesam mais de um quilo!”¹⁵³; eram comuns nas cartas endereçadas ao ministro.

Através da análise das cartas a autora trabalha com o mito da “boa” autoridade, mostrando que apenas duas das cartas analisadas se mostram céticas quanto ao ministro enquanto modelo de autoridade política, embora possamos entender a ausência de críticas diretas ao ministro da desburocratização, muito mais como estratégia dos missivistas do que pelo fato de acharem o mesmo um arquétipo da autoridade. A autora também trabalha com a idéia de burocracia como um mal absoluto, do ponto de vista de quem envia as cartas e ressalta o contraponto estabelecido entre o carisma da autoridade, Hélio Beltrão, *versus* a burocracia (o bem contra o mal, na visão dos missivistas: “Davi contra Golias”, dado o gigantismo burocrático). Além disso, a autora aborda a linha tênue entre *direitos* e *favores*, que é um aspecto sempre evocado quando nos referimos à comunicação com autoridades políticas e que abordaremos adiante.

Elisa Pereira Reis inova ao dar voz às narrativas pessoais, mas peca por não lançar um foco maior nos missivistas, se referindo aos mesmos como “um dos correspondentes”; “um dos que encaminham os problemas”¹⁵⁴, o que denota um trabalho inovador, por valorizar o discurso das pessoas comuns, mas ao mesmo tempo não tão preocupado com quem escreve,

¹⁵² REIS, Elisa Pereira. *Op. cit.* p.4.

¹⁵³ REIS, Elisa Pereira. *Op. cit.* p.6.

¹⁵⁴ REIS, Elisa Pereira. *Op. cit.* p. 6 e 11.

o que seria mais a frente - ainda na mesma década - explorado por Jorge Ferreira, que em sua dissertação de mestrado também se propôs a analisar as relações entre autoridades e pessoas comuns através da escrita de cartas.

O trabalho de Jorge Ferreira, *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*, de 1997, é paradigmático no que diz respeito às relações estabelecidas entre as classes populares e o Presidente Vargas. O autor rejeita todos os paradigmas explicativos que se utilizam da idéia de manipulação e violência ideológica para compreender esta relação. Embora ressalte a importância da repressão e da propaganda, reconhece-as como insuficientes para dar conta do fenômeno em questão, bem como seus desdobramentos. A partir de uma abordagem que trabalha com conceitos de história social e cultural, Ferreira defende a existência de uma área de atuação para aqueles que, até então, eram considerados apenas objetos da política varguista.

Jorge Ferreira nega-se não somente a chamar o período 1930 a 1964 de “populista” como também se recusa a entender esta expressão como um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade no referido período. Defende que esta é uma categoria imaginada e construída para explicar essa mesma política.¹⁵⁵

O autor enfrenta o desafio de procurar descobrir como o discurso varguista foi apropriado pelos diversos atores que vivenciaram o período em questão, apropriação esta múltipla e possuidora de margens de autonomia. Pretende reconstituir “algumas idéias, crenças, práticas políticas e estratégias políticas” de grupos sociais que viveram e participaram do primeiro governo Vargas¹⁵⁶. O Estado varguista construiu a sua auto-imagem, mas a grande questão que delineia o trabalho de Jorge Ferreira é como a política implementada repercutiu entre os trabalhadores? Quais as respostas obtidas? Qual o impacto que a política estadonovista causou entre as pessoas comuns? Para isso, lança mão de um

¹⁵⁵ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.65.

¹⁵⁶ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.17.

pequeno conjunto de cartas e processos administrativos onde as pessoas tiveram a oportunidade de se manifestar e registrar suas experiências, em um período onde fomos, durante muito tempo, levados a acreditar que não existiam manifestações. Através deste rico trabalho de análise, perscruta os caminhos que pretendem acessar o imaginário trabalhista, embora o número limitado de cartas analisadas e o fato delas terem sido enviadas de vários lugares diferentes do Brasil, não nos permitirem concluir, fechar e entregar, como um pacote embalado as idéias políticas dos trabalhadores”. Tal atitude residiria em uma grande presunção historiográfica. Todavia, as cartas se constituem em preciosos instrumentos que nos ajudam a dar mais vida e problematizar o período estudado, pois “Ao escreverem o que pensavam, as pessoas comuns, no primeiro governo Vargas, nos deixaram (...) um valioso artefato cultural.”¹⁵⁷

Para este autor, por mais que se depare com textos escritos individualmente, por pessoas diferentes, é possível identificar uma homogeneidade nos enunciados. Defende que os nomes e endereços mudam, mas a temática e os argumentos permanecem quase inalterados. E por falar em argumento, Jorge Ferreira identifica algumas estratégias contidas nos discursos dos missivistas, os quais constroem argumentos a partir do próprio discurso estatal, partindo dos pressupostos doutrinários do Estado Novo. Neste sentido, é bastante interessante observar a correspondência da mineira Amerinda de Mattos Diniz:

Permita Va. Excia. que uma pobre e humilde funcionária postal suba diretamente, à presença de Va. Excia. para solicitar sua decisiva protecção para um acto que é também de justiça (...) Aliás, não faço senão cumprir os desejos de Va. Excia. que já declarou que no Estado Novo não existem intermediários entre o governo e o povo.¹⁵⁸

¹⁵⁷ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.23.

¹⁵⁸ AN-RJ, GCPR, Geral – Movimentação de Pessoal, Processo 7.823, caixa 145, 1930. *Apud* FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.26. Nestas e nas demais citações ao longo deste trabalho, a concordância, a sintaxe e os erros evidentes de escrita originais não foram corrigidos, pois nos aproximam mais dos autores e fazem parte de um todo - imprescindível para a análise historiográfica - que associa conteúdo à forma.

Tal afirmação de que “não existem intermediários entre o governo e o povo” realmente esteve presente nos discursos de Vargas, no entanto, visava legitimar medidas autoritárias e a ditadura, com o fim dos partidos políticos e o fechamento do Congresso. Por isso o contato direto entre o chefe e o povo. Já para os trabalhadores que viveram a experiência política da Primeira República, o “fim dos intermediários” anunciava a abertura do Estado às suas demandas e reivindicações.

Amerinda trabalha com o argumento do presidente, criando outro. O que ocorre em diversos momentos de sua carta é uma ressignificação do discurso estatal, pois a missivista seleciona os elementos que melhor convêm aos seus interesses materiais e reelabora o discurso dominante em proveito próprio.

José P. de Abreu, de Sergipe, também faz a sua leitura acerca da afirmação de ausência de intermediários entre os trabalhadores e o povo: “com o advento do Estado Novo, acabou-se o protocolo pragmático que não permitia o governo identificar-se com o povo (...) Hoje os humildes brasileiros como eu sentem-se encorajados em pedir-lhe, diretamente, algo em seu benefício (...)”¹⁵⁹.

A partir da análise de cartas que seguem a mesma linha estratégica de dona Amerinda e seu José, Jorge Ferreira levanta um de seus argumentos principais: defende que as imagens, relatos e idéias dominantes não são aceitos passivamente pelos populares, mas interpretados, modificados e transformados. As pessoas comuns também eram capazes de elaborar estratégias de vida, criando contra-argumentos a partir do próprio discurso dominante.¹⁶⁰ Sempre que os trabalhadores manipulavam o arcabouço doutrinário do Estado varguista, selecionavam os elementos que poderiam beneficiá-los como a legislação, o trabalho, o progresso, os discursos sobre a família, dentre outros. Muitos trabalhadores, antes de fazerem os seus pedidos, dirigiam-se ao presidente como “filhos” ou “pobres”, convidando, desta

¹⁵⁹ AN-RJ, GCPR, Geral – Movimentação de Pessoal, Processo 18.100, caixa 146, 1938. *Apud* FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.26.

¹⁶⁰ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.27-28.

forma, o chefe do Estado a assumir o seu papel de “pai dos pobres”. A interpretação dos acontecimentos políticos era elaborada de acordo com suas expectativas, experiências, necessidades e tradições. Seriam leituras criativas, singulares e desviantes, as quais imprimiam um novo significado na relação povo-Estado.

Jorge Ferreira também se arrisca em um tema pouco explorado até então pela historiografia, os trabalhadores rurais durante o governo Vargas. Através do estudo da carta de um camponês, José Dario¹⁶¹, de Rio Preto, São Paulo, o autor desmistifica a idéia de que o campesinato é estranho aos temas políticos e critica o papel, geralmente subalterno, conferido aos camponeses na luta política. No entanto, defende que a repercussão da ideologia varguista não surtiu entre os camponeses os mesmos efeitos que teve entre os trabalhadores urbanos. O autor deixa bem claro que não é sua intenção investigar toda cultura camponesa do período, tendo apenas uma carta como suporte, mas através da carta de José Dario consegue dar um ligeiro passeio no imaginário camponês, analisando imagens, símbolos, idéias, crenças, valores comportamentais e representações contidas no texto do lavrador, o qual escrevia ao presidente em uma atitude que passa longe da resignação e do conformismo. Mais um capítulo da luta dos trabalhadores por justiça e por dignidade.

Jorge Ferreira foi pioneiro no trabalho com as cartas endereçadas ao presidente e localizadas no Arquivo Nacional. E justamente por ser o pioneiro neste trabalho responde a uma questão básica que todo pesquisador dos arquivos privados deve fazer ao se debruçar sobre um *corpus* documental. Como tais documentos foram preservados e chegaram até nós? Em seu livro destina um capítulo para resgatar aspectos das atividades desenvolvidas pela burocracia estatal durante o primeiro governo Vargas e sua relação com as pessoas comuns. Destaca a Secretaria da Presidência da República que era responsável por toda

¹⁶¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 12.437, caixa 205, 1940. Em sua carta José Dario denuncia as injustiças e ameaças que vem sofrendo, por conta de ter questionado as cobranças indevidas por parte do gerente da fazenda, Homero da Costa Braga, “desrespeitador de famílias de humildes trabalhadores”. O lavrador reclama que perdeu toda a sua colheita de milho, uma égua e dinheiro relativo ao trabalho no café, que não lhe foi pago.

correspondência endereçada à Vargas, transformando-as em processos administrativos e enviando ao órgão estatal mais adequado para dar um parecer a respeito da solicitação ou reivindicação. Buscava-se oferecer uma solução, enviando ao missivista uma resposta, positiva ou negativa, da sua demanda. A secretaria respondia ao interessado em nome do próprio presidente, sugerindo a preocupação pessoal deste com a questão. Desta forma, podemos perceber que a secretaria, de certa forma, também compunha um dos tentáculos da propaganda governamental, na tentativa de colocar o presidente bem perto do povo. De acordo com os dados levantados por Jorge Ferreira, somente no período de 1930-1945, o período utilizado por sua pesquisa, existem cerca de 800 caixas contendo dezenas e, às vezes, centenas de documentos. O autor não deixa muito claro a quantidade de caixas examinadas em sua pesquisa, mas seguindo a “arqueologia do texto”¹⁶², é possível arriscar que Ferreira utilizou uma média de 19 das caixas, com bastante ênfase na Subsérie Movimentação de Pessoal.

Assim, através de um pioneiro trabalho de pesquisa, Jorge Ferreira defende que o “mito Vargas” não foi apenas criado no rastro da propaganda política. Havia, realmente, realizações que beneficiavam, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito Vargas” exprimia um conjunto de experiências que, “longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores¹⁶³”. Segundo o autor, o que os trabalhadores perceberam no governo de Vargas foi a possibilidade de serem tratados como seres humanos, “de serem reconhecidos politicamente e valorizados socialmente¹⁶⁴.” Aliás, é o próprio autor que inova, quando defende que o ato de escrever ao presidente da República já demonstra características de agentes históricos e não de pessoas resignadas e conformadas¹⁶⁵.

¹⁶² Leia-se, as notas de rodapé.

¹⁶³ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.49.

¹⁶⁴ FERREIRA, Jorge. *Idem.*, p.50.

¹⁶⁵ FERREIRA, Jorge. *Idem.*, p.54-56.

Portanto, conclui que os trabalhadores não repetiam mecanicamente a doutrina estatal, mas a reelaboravam por meio de filtros culturais. Assim, a aceitação do regime não significava, basicamente, passividade e conformismo. O apoio manifestado pela população não era exatamente o que o governo almejava, pois,

(...) longe de repetirem mimética e mecanicamente o discurso dominante, repensavam-no, reformulavam-no e filtravam-no, fazendo com que fosse contado e vivido de acordo com os seus parâmetros culturais de mundo, como também de acordo com as suas condições imediatas de vida (...) O discurso dominante chegou e ficou, mas de uma certa maneira: instrumentalizado.¹⁶⁶

Se Jorge Ferreira analisa cartas de 1930 a 1945, não podemos deixar de abordar o trabalho de José Roberto Franco Reis, que em sua tese de doutorado - *Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945)*¹⁶⁷ - analisa um conjunto muito maior de correspondências em um período menor, 1937 a 1945¹⁶⁸. Esta diferença de periodização, na análise das cartas, não é fruto apenas de uma escolha arbitrária dos autores. Para Jorge Ferreira, do ponto de vista das pessoas que escreviam ao presidente, não foi possível perceber nenhuma ruptura cronológica, ou seja, na fala dos trabalhadores, a “descontinuidade 1937 não existia”. Não havia ruptura desde 1930 a 1945. No entanto, para José Reis, 1937 significa a intensificação das formulações doutrinárias de um regime que vinha sendo gestado desde 1930. Para defender seu argumento, destaca que, após 1937, o número de cartas ao presidente aumentou, resultado da política de aproximação política e da utilização, cada vez mais frequente e mais programada, dos meios de comunicação, conforme vimos no capítulo 1.

¹⁶⁶ FERREIRA, Jorge. “A cultura Política dos Trabalhadores no primeiro governo Vargas”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº6, 1990, p.194.

¹⁶⁷ REIS, José Roberto Franco. *“Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945)*. 2002. 310 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

¹⁶⁸ José Roberto analisou um total de 1.463 processos pertencentes às Séries Pessoal Civil (Subséries: Pedidos de emprego; Movimentação de Pessoal e Vencimentos); Governos Estaduais (Sub-séries Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul) e Ministérios (Subsérie Trabalho). Todas estas séries também estão agrupadas no Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (GCPR).

Em sua tese, Reis também tem como objetivo perceber como homens e mulheres recepcionaram o discurso de Vargas a partir de um código cultural próprio. Segundo o autor não é mais possível menosprezar, em qualquer interpretação histórica, a experiência efetiva dos indivíduos. Não é possível negligenciar seus valores morais e políticos, suas expectativas de vida e de realização pessoal. O autor mostra como eles estavam atentos às proposições do governo, dispostos, inclusive, a “negociar” com o mesmo. Deseja entender como os indivíduos que escreviam a Vargas percebiam a política, o poder e, a partir disso, estabeleciam “negociações de caráter pessoal com as formulações do regime”. Desta forma, tais cartas são vistas como importante forma de comunicação política. Propõe uma observação do projeto de Vargas a partir da ótica dos seus efeitos, ou seja, dos homens e mulheres que o recepcionaram. Estes que atenderam ao apelo ideológico do regime que buscava uma comunicação e aproximação dos trabalhadores.

Trabalha, através das cartas, com três eixos temáticos: o tema do *direito, da justiça e da confiança*, mostrando a lógica do favor e defendendo a idéia de que alguns indivíduos realmente compartilhavam valores políticos e ideológicos com o Estado Novo; o tema da *dignidade do trabalhador*, abordando as noções de direito e justiça que dialogavam com o regime e, por fim, a questão do mito Getúlio Vargas e do paternalismo.

O autor parte da idéia de que não podemos desprezar os desvios e a recriação de sentidos, por parte dos diferentes grupos sociais que integram uma comunidade. Assim, nas correspondências enviadas a Vargas podemos verificar uma “tensão dialética permanente” entre as intenções e formulações do Estado e uma recriação dos indivíduos.¹⁶⁹ As correspondências consultadas por José Reis têm em comum o fato de terem sido escritas por pessoas que se apresentavam como distantes do presidente, sem relações pessoais de amizade

¹⁶⁹ REIS, José Roberto Franco. *Op. cit.* p.45

ou proximidade, escrevendo em causa própria, apenas como desconhecidos que atenderam o apelo ideológico do regime em torno de uma comunicação ou aproximação.

Reis busca interpretar as justificativas e os argumentos dos missivistas, reconhecendo a presença de um modo de relacionamento entre governante e governados, onde as questões do favor, da gratidão, da dádiva e do autoritarismo estão bem presentes. Seguindo as pegadas de Sidney Chalhoub¹⁷⁰ - a caminho de uma interessante análise do paternalismo no Brasil, na qual contesta a interpretação deste, unicamente, como uma política de dominação e criadora de relações de dependência a uma vontade superior inviolável, concessora de benefícios em troca de obediência - José Reis defende a noção de paternalismo nos termos de uma reciprocidade hierárquica que não exclua a possibilidade de movimentos próprios pelos “de baixo”.

Um aspecto central de divergência entre os dois autores que trabalharam com os discursos dos trabalhadores e das pessoas comuns reside na interpretação acerca das intenções dos indivíduos. Para Jorge Ferreira, estes aceitavam a legislação e a doutrina estadonovista em benefício próprio, ao mesmo tempo em que deixavam de lado todo o aparato coercitivo e excludente. Já para José Reis, que rejeita uma maquinação estratégica, isso nem sempre ocorria. Alerta para o perigo de realizarmos uma inversão de papéis, substituindo a tese conspiratória de um Estado varguista manipulador que oprime uma classe trabalhadora apática, por outra que supõe a existência de indivíduos calculistas e maquinadores. Assim, defende que estes indivíduos transitavam entre modos diferenciados de participação política, em que os temas do apadrinhamento e da clientela ainda estavam bem presentes. Defende a existência de uma “lógica híbrida” na qual a atitude do missivista estaria baseada “simultaneamente no cálculo e na adesão ao regime”.¹⁷¹ Não havia apenas uma apropriação calculada, mas também uma crença efetiva no governo implantado. O indivíduo

¹⁷⁰ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁷¹ REIS, José Roberto Franco. *Op. cit.* p.85.

instrumentalizava as idéias, na tentativa de ver seus interesses atingidos, mas isso não significava que ele, muitas das vezes, não abraçasse tais idéias. Portanto, manipular os argumentos estatais não excluía a possibilidade de que os indivíduos pudessem se mostrar satisfeitos ou esperançosos com o advento do Estado Novo. Desta forma, explicar a adesão da classe trabalhadora ao Estado varguista apenas pelos cálculos utilitários, numa simples troca de obediência política pela legislação social, não é o suficiente para dar conta da relação trabalhadores-estado.

José Roberto Franco Reis conclui, em uma clara tentativa de não absolutizar nenhum dos lados desta relação:

Se não foi possível enxergar a presença de consciências revolucionárias, tampouco se pode observar o desfile de indivíduos passivos, conformados, subservientes, incapazes de perseguir objetivos próprios, como se tivessem se rendido anestesiados, ao fulgurante espetáculo do discurso redentor do Estado varguista.¹⁷²

Assim, o que temos são trabalhadores conscientes de seus interesses e atentos ao campo de forças alternativas, ou seja, uma dinâmica entre repressão e mobilização. Isso porque a admiração por Vargas não torna, inexoravelmente, os indivíduos passivos e dóceis. É evidente que o caminho da greve deixou de ser uma possibilidade de reivindicação durante o Estado Novo, mas não podemos assinalar a vigência de uma era de apatia e pleno domínio das realizações e intenções do Estado. Neste sentido, encontramos os trabalhadores buscando realizar reivindicações legítimas, dentro dos parâmetros legais. Reis chama a atenção para um aspecto recorrente nas cartas, a saber, a vigência de um tipo de ação política na qual se buscava “dentro da lei e da ordem”, negociar com o Estado¹⁷³.

É possível aprender muito e amadurecer a perspectiva de pesquisador a partir da comparação entre estes dois trabalhos que se destinaram a analisar as cartas do Fundo

¹⁷² REIS, José Roberto Franco. *Op. cit.* p.295.

¹⁷³ REIS, José Roberto Franco. *Op. cit.* p.198.

Gabinete Civil da Presidência da República (GCPR), no Arquivo Nacional e que têm uma importância extraordinária, pois abrem um campo de novas pesquisas e possibilidades analíticas, do qual esta pesquisa é fruto. Concluímos: não são trabalhos antagônicos e sim complementares. Com exceção dos pontos de divergência traçados acima, é possível afirmar que Jorge Ferreira e José Reis caminham na mesma direção: em busca de um trabalhador combativo, que elogia, mas que também cobra, critica e que avalia o mundo ao seu redor e age em um campo de possibilidades presentes, a despeito dos constrangimentos estruturais.

Esta importância conferida à escrita de si, entre os historiadores, recrudescer a qualidade das pesquisas, que passaram a ter “novas” fontes para cotejar e dialogar com a historiografia vigente até então. Estas novas possibilidades analíticas contribuíram para o surgimento de duas ricas pesquisas, que também trabalharam com cartas de pessoas comuns para autoridades políticas. Contudo, havia algo específico e inovador nestes trabalhos: eles destinavam a acessar os discursos dos trabalhadores rurais no período Vargas.

Vanderlei Vazelesk Ribeiro, em sua tese de doutorado: *A Roça Y la Campaña: a questão agrária face ao Varguismo e ao Peronismo*¹⁷⁴ trabalha com as cartas escritas por trabalhadores rurais a Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, nas quais os missivistas buscavam resolver, desde questões cotidianas até situações como o acesso à terra e relações de trabalho. A pesquisa foi realizada no *Arquivo Nacional*, na Série Ministérios, Subsérie Agricultura, e também no *Archivo de la Nación Argentina*. O autor procura mostrar como o tratamento e a resposta a estas correspondências poderia ser mais uma forma de propaganda dos regimes varguista e peronista no meio agrário. Vanderlei aborda a violência presente nos conflitos de terra em ambos os países, analisando os discursos que giram em torno desta questão comum ao Brasil e à Argentina. Reflete também sobre os pedidos de lotes de terras ou pedidos de dinheiro para adquiri-las, mais frequentes no Brasil e raros na Argentina, pois

¹⁷⁴ RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *A Roça Y la Campaña: a questão agrária face ao Varguismo e ao Peronismo*, 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

nesta, além do arrendamento ser uma saída importante para quem desejava cultivar a terra, havia a possibilidade de mediadores como a Federación Agrária e os sindicatos rurais.

Em seu trabalho comparativo Vanderlei mostra que em ambos os países foi propagada a mensagem de que era possível o presidente atender aos reclamos dos trabalhadores, sem necessidade de intermediários, por isso a quantidade de cartas eram enormes. “Exemplares do jornal Mundo Peronista mostravam, em imagens, as cartas saindo do correio, chegando à Casa Rosada, indo para a Mesa Geral de Entradas e, finalmente, após circular por vários gabinetes, sendo assinada por Evita”¹⁷⁵. Defendemos que tais imagens têm um poder de alcance imenso, mexendo com mentes e corações, impulsionando mais e mais pessoas a escreverem.

O autor conclui que, por mais que o trabalhadores do campo parecessem menos organizados, começaram a perceber a nova estrutura de poder que se formavam em seus respectivos países como um alternativa viável para melhorar suas duras condições de vida e solucionar seu problemas rurais.

A segunda pesquisa, sobre correspondências e trabalhadores rurais a qual nos referimos acima é a Tese de Doutorado de Marcus Dezemone, *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*¹⁷⁶, que pode ser considerado um dos trabalhos mais recentes a abordar a questão da comunicação com autoridades políticas, e por isso o consideramos extremamente rico e abrangente, embora esteja muito mais focado no mundo rural. Merece, certamente, a nossa atenção pelo cuidado, pela excelente redação, clareza e por trazer reflexões profundas que revolucionam a nossa maneira de enxergar o espaço rural no primeiro governo Vargas.

Dezemone tem como tema o sistema de colonato, buscando compreender o seu início, as suas alterações e superação, a partir de *corpus* documental relacionados à antiga fazenda cafeeira Santo Inácio, no Município Trajano de Moraes, região Serrana do estado do Rio de

¹⁷⁵ RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Op. cit.*

¹⁷⁶ DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Niterói, PPGH-UFF. Tese de Doutorado, 2008.

Janeiro. Estuda os conflitos entre uma família proprietária e a mão-de-obra na estância. A partir da fazenda e do município, reflete sobre os processos mais amplos do mundo rural brasileiro, dentre eles destacamos aquele que tem relação direta com esta pesquisa, que é a preocupação do autor em abordar os impactos materiais e simbólicos da Era Vargas (1930-1945) no mundo rural¹⁷⁷.

Um aspecto interessante a destacar é a preocupação de Dezemone em recusar um caráter absoluto às interpretações que insistem na exclusão dos camponeses dos aspectos-chave da legislação produzida no governo Vargas. Nega a separação insuperável entre esta legislação social, presente na CLT, e os trabalhadores rurais. Para compreender como parte dos camponeses recepcionou os discursos e iniciativas do Estado Novo para o mundo rural, trabalha com cartas de camponeses remetidas ao Ministério da Agricultura e também com depoimentos orais de trabalhadores rurais e militantes políticos que viveram as décadas de 1930 e 1940 e se mobilizaram politicamente nas décadas de 1950 e 1960. Consideramos a pesquisa com fontes orais um ponto alto do trabalho de Dezemone. Baseado em cartas, fontes orais e depoimentos, enfatiza/reafirma o que a historiografia e pesquisas em outras áreas já afirmaram e por vezes parece ter sido esquecido ou não visto: “(...) ações judiciais de trabalhadores do campo contra seus patrões foram mais frequentes do que se pensava”¹⁷⁸. Segundo o autor, estas pesquisas merecem maior divulgação. Desta forma, resgata a combatividade do trabalhador, permitindo que o vejamos como agente histórico transformador da realidade, ativo, atento ao momento histórico em questão.

¹⁷⁷ Referimo-nos ao capítulo 2 da Tese de Doutorado: “Tempo de Vargas”, p. 128-188.

¹⁷⁸ DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Niterói, PPGH-UFF. Tese de Doutorado, 2008, p.170,171. Eis os trabalhos aos quais se refere Marcus Dezemone: PRIORI, Ângelo. *Legislação Social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais no norte do Paraná (1956-1963)*. Pós-História, Assis, v. 3, 1995, 9. 223-227; BRANNSTROM, Christian. “Brazilian County-Level Juridical Documents as Sources for Historical Geography: A Case Study from Western São Paulo” *Yearbook*. Conference of Latin Americanist Geographers, 23, 1997, 9. 41-50; LINHARES, Maria Yeda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 160-163; WELCH Clifford. *The seed was planted: The São Paulo Roots of Brazil’s Rural labor Movement, 1924-1964*. Penn State Press, 1999.

2.2. Quem escreve, por que escreve e como escreve?

A presente pesquisa restringe-se apenas a uma das subséries do Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Serie Ministérios, subsérie Trabalho¹⁷⁹. Portanto, não é nossa intenção generalizar as formas de escrita e de se comunicar com o presidente Vargas, mas traçar estratégias, argumentos e comportamentos recorrentes dos missivistas. Assim cabe ressaltar em primeiro lugar *por que* as pessoas escreviam para o chefe do país, em segundo, *como* escreviam e ao longo destes dois caminhos de análise poderemos conhecer um pouco mais sobre *quem* escrevia para o presidente Getúlio Vargas. Este é o caminho que buscaremos traçar a partir de então, lembrando que os exemplos citados nas cartas não se tratam de ações isoladas, mas parte de um conjunto que denota a recorrência de determinadas formas de se dirigir ao chefe da nação.

Iniciemos com o *por que*, ou melhor, com os *porquês*, visto que muitas eram as motivações para a escrita. A partir da documentação analisada no Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, pudemos levantar alguns dos motivos pelos quais os trabalhadores e as pessoas comuns escreviam para o presidente, dentre eles destacamos quatro: primeiramente a existência de um incentivo à escrita, tonificado pelo fato de todos tomarem conhecimento de que o presidente recebia e “respondia” cartas, o que consideramos uma das principais motivações para a escrita; segundo, porque desejavam efetuar algum pedido, aproveitando-se deste novo canal direto com a presidência; terceiro porque as cartas possuíam a capacidade, em alguns momentos, de gerar uma grande mobilização estatal em torno da problemática levantada pelo missivista. E quarto: porque desejavam somente agradecer ou mostrar preocupação com o estado de saúde do presidente e de sua família.

¹⁷⁹ Para a presente pesquisa foram selecionados 200 processos da Subsérie Trabalho, conforme explicitado na introdução.

É valido lembrar que estes motivos não são os únicos e nem estão isolados em cada carta, mas por vezes, misturam-se uns com os outros e também se combinam com momentos de críticas.

I. Porque há incentivo à escrita.

“Pessoa que se diz bem informada afirma-me que V. Excia lê, com a maior atenção, as cartas que lhe são dirigidas”¹⁸⁰, afirmou José Antônio Nogueira na introdução de sua carta. Um aspecto está bastante claro: mesmo que as correspondências enviadas fossem lidas e respondidas pela burocracia presidencial, a idéia de que chegavam até o presidente e de que eram lidas e respondidas pelo chefe da nação soava muito forte. Fenelon Pinheiro da Câmara escreve do nordeste e solicita ao presidente: “Aos milhares de cartas que V. Excia. Recebe diariamente, peço juntar esta de um humilde patricio cá dos confins nordestinos”¹⁸¹. José Batista de Lorena escreve de bem perto, da capital federal, e também faz questão de esclarecer o motivo da escrita:

V. Excelência, Sr. Presidente, na memoravel entrevista concedida aos jornalistas em S. Lourenço, disse: “...desejo receber do povo, diretamente, os seus reclamos, ouvi-los e examina-los de forma a poder atender os verdadeiros e legítimos interesses da coletividade...”. Eis porque me animo em dirigir-me a V.Excia., por este meio (...) ¹⁸²

O missivista lança mão das palavras do próprio presidente para introduzir a sua carta e explica: “Eis porque me animo em dirigir-me a V. Excia”, em uma tentativa de explicar porque ousa escrever para um presidente. Aproximar-se de um governante, dirigir-se ao chefe da nação não era algo tão corriqueiro e comum e, certamente, a dúvida sobre se esta conduta era a correta ou a dúvida acerca da possibilidade de alguém ler a carta enviada, deveriam pairar no ar, fazendo supor que a escrita talvez fosse uma grande “perda de tempo”. Mas, a

¹⁸⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 21.962, caixa 280, 1941.

¹⁸¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 7.198, caixa 125, 1938.

¹⁸² AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 22.251, caixa 344, 1941.

partir do momento em que o próprio presidente convida os seus ouvintes a dirigirem-se diretamente a ele há uma mudança de paradigma, abre-se uma brecha para que milhares de correspondências cheguem até o palácio presidencial. Dentre os vários motivos pelos quais as pessoas escreviam para Getúlio Vargas, não podemos olvidar de um dos principais: estas pessoas foram direta ou indiretamente incentivadas a se aproximar e conseqüentemente a escrever¹⁸³.

Chamamos a atenção para outro “José” que também ouve o apelo, se aproxima e deseja desabafar com o presidente: José Amaro Rodrigues, habitante do município de Carlos Chagas, foi expulso juntamente com sua família da terra onde cultivava e trabalhava, uma área de três alqueires, às margens do córrego Jiquiriri. José era pai de onze filhos e sua esposa era cega - “impossibilitada de me auxiliar na luta pelo sustento de nossos filhinhos” - por isso pediu ao presidente que tivesse piedade dele. O algoz: Artur Pacífico de Oliveira, “homem rico e poderoso” que segundo o missivista os baniou deixando-os na miséria.

Logo que isto se deu, Sr. Presidente, procurei as autoridades locais e expuz o acontecido, mas, infrutíferos foram os meus pedidos (...). Então calei-me, porque ví que a conciencia do homens desta terra, é muda aos gritos dos humildes. Mas por felicidade nossa, dos pobres, disseram-me que havia ainda um recurso e que eu recorresse a ele. Perguntei qual e falaram-me que eu escrevesse ao Presidente Getulio Vargas, expondo a minha situação e esperasse a resposta. Assim fiz e aí está a razão de hoje eu vir bater em vossa porta, na esperança de ser atendido (...)¹⁸⁴.

A carta do “rude trabalhador”¹⁸⁵ traz consigo mais do que uma reclamação, ajuda-nos a entender a importância que a modalidade escrita assumiu durante o primeiro governo Vargas, enquanto instrumento de comunicação. Note que José Amaro escreve a seguinte frase: “disseram-me que havia ainda um recurso”. Assim, ressaltamos dois importantes aspectos. Primeiro, o verbo utilizado no plural “disseram”, ou seja, mais de uma pessoa o

¹⁸³ Ver a carta de Manoel da Silva Alves, que escreve uma carta para o presidente “(...) pois assim me aconselharam”. AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 21.090, caixa 280, 1941.

¹⁸⁴ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 10.052, caixa 475, 1943.

¹⁸⁵ Maneira como se autodenomina.

aconselhou a escrever para o presidente. Levando em consideração que a carta foi escrita em 1943 podemos afirmar que neste período, passados 13 anos de governo, muitos, além de tomarem conhecimento deste tipo de acesso aos canais presidenciais, também já haviam se utilizado dele ou já haviam tomado conhecimento de pessoas que o fizeram e, de alguma forma, foram respondidas. Em outro momento o autor da carta utiliza novamente o mesmo verbo, quando afirma: “(...) porque já me disseram que os humildes, os necessitados, os explorados, os que vivem pelo trabalho honesto sempre foram atendidos e amparados por vós”. O sujeito indeterminado nos transmite a idéia de que ele apenas ouviu falar de pessoas humildes e honestas que foram atendidas. Determinar o sujeito com a possibilidade de ver seu pedido aceito e bradar a frase “Eu fui atendido”, tornando a realidade concreta, é o que o missivista deseja.

Em segundo, destacamos a metáfora estabelecida entre o ato de escrever e o ato de bater à porta do Presidente da República. Escrever, para os diversos missivistas destacados nesta dissertação e também para aqueles que não entram neste trabalho, significava estar bem perto do destinatário. Quando alguém bate à nossa porta, temos a opção de atendê-lo ou não. Ressaltamos que a “cultura da recepção”, o ato de receber pessoas em nossa casa ou em um lugar restrito é recheado de aspectos simbólicos. “Bater a porta na cara” é tudo o que um visitante não espera e nem deseja, além de ser algo que demonstra a fragilidade dos laços entre possíveis receptores e visitantes. Quando batemos à porta esperamos ser atendidos. José Amaro ressalta, no primeiro parágrafo da carta, que Vargas “(...) já se tornou pai de todos nós brasileiros humildes”. Assim, evocar a figura da relação entre pai e filhos, tão difundida pela propaganda governamental, significava ter a certeza de que podia bater à porta e de que ia ser atendido, ou pelos ter a certeza de que tinha um respaldo para bater à porta, havendo possibilidades de vê-la se abrindo.

Consideramos as metáforas utilizadas por José Amaro o ponto alto de sua correspondência: “Então calei-me, porque ví que a consciencia do homens desta terra, é muda aos gritos dos humildes”. Há nesta frase um misto de indignação e denúncia. A oposição entre a consciência muda dos poderosos e o grito do trabalhador demonstra, de forma inteligente a sua insatisfação com fato da justiça estar sendo negada pelos homens de sua própria terra.

A segunda metáfora utilizada pelo autor da carta remete à linguagem utilizada no campo da pintura: “Se eu fosse pintar o quadro em que vivemos (...) não haveria tinta que o reproduzisse na sua nua realidade”. O missivista, assim, encontra uma maneira poética e ao mesmo tempo dura de expressar seus sentimentos e a situação atual de sua família.

Portanto, o que nos chama a atenção na carta do fazendeiro José Amaro é o fato dele mesmo ressaltar quais foram os aspectos que o influenciaram para a utilização da modalidade escrita e como as informações sobre este tipo de comunicação chegaram ao conhecimento dele, o que demonstra que muitos escreveram porque além do incentivo presidencial receberam o incentivo dos seus círculos de convivência. Assim, a escrita, na maioria das vezes, era qualificada como um último recurso e não como o primeiro, pois como diz o missivista: “havia ainda um recurso”, dando a entender que outros meios já tinham sido acionados, sem solução.

É obvio que pela quantidade de cartas que a burocracia estatal recebia em nome do presidente estávamos diante de um momento peculiar da História do Brasil Republicano, um chefe de Estado bem próximo dos trabalhadores, ouvindo seus reclamos e antecipando-se às necessidades daqueles que dedicam a sua vida ao labor. O tempo pré-30 em comparação com o pós-30 não passava despercebido diante dos missivistas. Para celebrar este momento novo de “livre acesso” ao presidente era necessário traçar este paralelo entre o antes e o depois, sem deixar de ressaltar o motivo da escrita, que mais uma vez passava pelo incentivo de “amigos” e “admiradores”:

Conselhos de amigos e admiradores de V. Excia., levaram-me a formular esta, pois, sómente depois de 1930 e principalmente agóra, é que os humildes são ouvidos e muitas das vezes, quando as suas pretensões encontram amparo e [?], são attendidas pelos responsaveis do destino do nosso Brasil¹⁸⁶

Já os “criados e admiradores” Joaquim Maia Lima e Lucas Lima escreveram: “Tomamos a liberdade de nos dirigir a V.Excia., a exemplo do que outros já tem feito¹⁸⁷”. O objetivo da carta era solicitar a mudança de Teresina para Goiás, juntamente com suas respectivas famílias, somando um total de 11 pessoas.

O exemplo de pessoas que escreviam para o presidente, motivadas por outras pessoas que escreveram ou tomaram conhecimento desta forma de comunicação com o chefe maior do Estado, chegava a diversos lugares, inclusive no norte e no nordeste, onde inicialmente poderíamos supor que as informações chegavam vagarosamente, devido à distância da capital. A certeza de que Vargas lia a “todas” as correspondências que lhe eram enviadas, era muito grande entre aqueles que escreviam. “Na convicção de que V. Excia. toma conhecimento de todos os pedidos e reclamações dirigidas ao inclito instituidor do “Estado Novo”, tomo a liberdade de, como brasileiro que sou, dirigir a minha reclamação”, escreveu o cearense Augusto Moreira Costa, para o qual só restava uma esperança diante do “quadro tétrico” de sua vida: “apelar para V. Excia na certeza de que V. Excia. saberá mais uma vez salvar a vida de uma família brasileira.¹⁸⁸”. Quanto a Jacques Fenelon de Araújo, inicia a sua carta da seguinte forma: “Sei, porque é notório em todo o Brasil, que V. Exc. tem por norma em seu esclarecido governo, considerar os apelos justos que lhe são diretamente endereçados¹⁸⁹”. Segundo Fenelon, já era conhecido em todo o Brasil que o presidente recebia cartas. O que no

¹⁸⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 16.657, caixa 126, 1938.

¹⁸⁷ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 33.791, caixa 344, 1941.

¹⁸⁸ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 8.302, caixa 347, 1942.

¹⁸⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 7.572, caixa 279, 1941.

momento da escrita parece mais uma suposição torna-se empiricamente comprovável a medida que vemos cartas de diversos estados do país sendo endereçadas ao chefe da nação.

O capixaba José Antônio da Silva apropriou-se desta nova idéia e deste novo campo de significados na relação povo-governo e escreveu solicitando o auxílio do presidente. O interessante é notar que as explicações, ressaltando a ausência de intermediários e a quantidade de correspondências recebidas pelo presidente, na maioria das vezes, encontram-se na parte introdutória da carta, servindo como uma abertura de portas, uma justificativa para escrever e aproximar-se de Vargas. Com o carpinteiro¹⁹⁰ José não foi diferente:

Animado por que V. Excia. em tão boa hora acabou com os intermediários, foi que resolvi fazer, diretamente, a V. Excia. uma queixa mais que justa, depois de haver procurado justiça aqui com os homens que são obrigados a zelar pela mesma (...). Não me dirijo ao Exmo. Sr. Dr. Ministro do Trabalho porque fui aconselhado por varios amigos que fizesse uma reclamação direta a V. Excia.¹⁹¹

O missivista faz questão de explicar o porquê de uma carta diretamente ao presidente, quebrando a hierarquia. Há dois motivos para esta atitude, segundo o autor da carta. O primeiro diz respeito à ineficácia dos agentes governamentais: Juízes de Direito e Promotor Público. Tal impotência judicial é destacada apenas nas entrelinhas, quando afirma que já havia “procurado justiça aqui com os homens que são obrigados a zelar pela mesma”. Ora se o pedido permanece, é porque estes agentes não foram capazes de zelar pela justiça. O segundo motivo para o carpinteiro capixaba dirigir-se diretamente ao presidente em uma questão trabalhista, pulando o ministro do trabalho, é devido ao conselho de seus amigos para que fosse feita uma “reclamação direta”. Assim, mais uma vez chegamos ao ponto de partida: a idéia de que o presidente lia as cartas, respondia e dava soluções, era muito forte entre os trabalhadores. Em 1943, o presidente recebe a carta de Martinho Marciano de Oliveira, que em meio à exposição de razões se remete a um telegrama no qual obteve resposta

¹⁹⁰ Título que o próprio missivista reclama para si.

¹⁹¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 17.009, caixa 405, 1942.

presidencial: “Anexando cópia de um telegrama que tive a honra de receber de V. Excia. em resposta ao meu apelo feito em 1939 (...)”, ressaltou o missivista¹⁹². Concluímos e pudemos constatar isto junto ao Arquivo Nacional que várias cartas eram recebidas e várias foram respondidas - nem sempre de acordo com os anseios dos remetentes¹⁹³. Com certeza estávamos diante de um momento especial e único da História do Brasil. O impacto político e social causado por estas cartas e por suas respostas é um promissor caminho de pesquisa que enriquece a história contemporânea.

Portanto, o ato de escrever para o presidente tornou-se conhecido de muitas pessoas, que aconselhavam outras a fazerem o mesmo. As respostas que os missivistas recebiam da secretaria da Presidência da República, eram em sua maioria respostas que não atendiam os anseios daqueles que escreviam, negando um pedido ou informando sobre a impossibilidade de se adquirir um benefício. Embora não seja a intenção desta pesquisa trabalhar com todas as respostas às cartas, defendemos que o fato dos remetentes receberem uma resposta, favorável ou desfavorável, denotava uma preocupação do “presidente” em ler, analisar e responder, o que por si só já se constituía como um fator motivador para muitos brasileiros que argumentavam, arriscavam, davam-se a ver, em uma última busca pelo atendimento de seus anseios, além de incentivarem outras pessoas a fazerem o mesmo. Comunicar-se com o presidente soava como a mais eficaz das estratégias a serem adotadas. Nenhuma oportunidade poderia se perder. Escreviam porque outros escreviam, escreviam porque o presidente lia e respondia.

¹⁹² AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 12.762, caixa 349, 1943.

¹⁹³ Em grande parte dos processos há cópia das respostas que foram enviadas aos missivistas.

II. Porque há um pedido a ser feito.

Outro aspecto que motivava os trabalhadores e as pessoas comuns a escreverem para o presidente era a possibilidade de colocar o seu pedido e suas reclamações, muitas das vezes desacreditados, diante do chefe da nação, sem intermediários. O ato de fazer um pedido ou solicitar a intervenção do presidente Vargas em uma determinada questão é constante nas cartas, conforme vimos até aqui e conforme veremos ao longo deste trabalho. Portanto, neste momento destacaremos a questão da escrita motivada por um pedido.

O primeiro pedido fica por conta do paulista Antonio Atlab, ao questionar uma penhora que recaiu sobre o salário. Inicia a sua extensa carta de quatro páginas da seguinte forma:

Quando uma pessoa se sente desamparada de tudo e de todos, depois de exgotar os derradeiros recursos que a lei lhe assegura, sem que a justiça lhe reconheça nem mesmo direitos considerados elementares, como o direito á subsistência e o direito ao trabalho, recorre o cidadão espoliado, ameaçado de ficar á mingua, ao mais alto magistrado da nação, ao Presidente da República, como a única pessoa capaz de tomar uma providência que faça com que se cumpra a lei¹⁹⁴.

O missivista, no texto acima, além de fazer intensas críticas faz questão de relatar sobre como se sente ao escrever a correspondência: desamparado; “espoliado”; “ameaçado”. Antonio não pede um favor, mas pede providências no sentido de que se cumpra a lei: “A Justiça fechou os olhos diante desta penhora iníqua e ilegal. Talvez porque seja eu um pobre homem, um trabalhador humilde e obscuro”. As suas críticas são para a Justiça, enquanto a esperança está depositada nas ações do presidente: “Para esta situação, agora só há um remedio: a manifestação expressa de V.Excia.”. Há uma tendência muito grande em não associar a ausência de justiça ao presidente Vargas. Os missivistas, ao relatarem as injustiças, entendem, ou querem entender que estão prestando um favor ao presidente e não o criticando:

¹⁹⁴ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 4.931, caixa 348, 1942.

“Mas, esqueceu-se ela [a justiça] certamente de que essa decisão (...) fere fundo a legislação social de V. Excia. e que tenho atraz de mim uma legião de operários e trabalhadores”. Notemos que há uma aliança condicionada, na qual Vargas entra com a imposição da legislação social e, em contrapartida, o missivista Antonio Atlab contribui com uma “legião de operários” que lhe são fiéis e consequentemente o serão à Getúlio.

Há outra possibilidade para os emissores que pedem/reclamam por justiça: crer que o aparato governamental, capitaneado pelo próprio presidente, impede o atendimento integral de seus direitos. Esta ousada atitude é adotada por poucos, e às vezes ocorre de forma velada, conforme veremos adiante, em parte mais especificamente dedicada às cartas de crítica ao governo.

Através da análise das correspondências podemos perceber duas vertentes principais nas cartas que se destinam a fazer algum pedido, portanto, a maioria das cartas: há aquelas que clamam pelo atendimento de um direito legal, a exemplo de Antonio Atlab, mas há aquelas que clamam em nome da caridade e evocando, muitas das vezes, aspectos religiosos, destacando que a recompensa ao presidente, por tê-los atendido, virá de Deus. Escrever com base na justiça ou na caridade é o que Brodwyn Fischer, ao estudar algumas correspondências enviadas ao presidente, chama de “lógica dual”, presente nos discursos escritos¹⁹⁵.

O famoso discurso presidencial, eliminando a necessidade de intermediários entre o governo e povo, assumiu múltiplos significados e foi bastante reproduzido nas correspondências. Remete à idéia de que o povo pode se aproximar do presidente, fazer pedidos, escrever, com a intimidade de alguém que escreve para algum familiar que não se encontra por perto. Achejar-se diante do presidente utilizando as palavras do próprio Vargas acerca da ausência de intermediários entre este e o povo, era bastante comum, a fim de justificar a aproximação. Esta se daria em primeiro lugar porque o presidente abria o canal de

¹⁹⁵ FISCHER, Brodwyn. “Direitos por lei ou leis por direito?”. In: LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, José (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: Ensaios de História Social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

comunicação com tal declaração e em seguida porque havia a necessidade de se ver atendida uma questão considerada justa. Vejamos a carta do jovem Ludivico Pinto, reservista de 24 anos de idade:

(...) na certeza de que não serei despresado neste meu primeiro e unico pedido, que na qualidade de brasileiro tenho o direito de o fazer, velendo-me e apoiando-me nos principios liberaes democráticos do governo patriótico de V.Excia., e aproveito a oportunidade para lembrar a feliz frase de V. Excia.: “ACABARAM-SE OS INTERMEDIÁRIOS ENTRE O GOVERNO E O POVO!”¹⁹⁶

Observe que a parte sublinhada e a parte em maiúsculo não são destaque nosso, mas um destaque do próprio missivista, em sua carta, que não pede um favor, mas reclama o direito de compor o grupo de representantes do Brasil na Feira Mundial de Nova York. O fato de ter servido a pátria “sem interesses financeiros” e somente pelo “orgulho de ver o Brasil no nível das grandes e demais nações” já seria o bastante para configurar uma dívida do governo para com o jovem que fazia o seu “primeiro e único pedido”.

Sobre a possibilidade de se dirigir diretamente ao presidente, o bancário José Orlando escreveu: “Dirige-se a V. Excia. um brasileiro, trabalhador e casado, agora muito justamente orgulhoso de seu paiz pois sabe que elle está sendo realmente governado, até o ponto de qualquer cidadão poder dirigir-se ao seu mais alto chefe com a certeza de ser ouvido”¹⁹⁷. José Jacinto, de Bom Jesus do Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, nesta mesma linha de pensamento, introduziu a sua correspondência: “Dirijo-me diretamente a V. Excia, sem a necessidade de intermediários, para apresentar ao grande chefe a minha reclamação, que me parece justa.”¹⁹⁸. Uma “reclamação justa” era o elemento propulsor para chegar diante do presidente, sem temor e sem pedir perdão por qualquer ousadia, como faziam aqueles que desejavam pedir um favor.

¹⁹⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 24.664, caixa 125, 1938.

¹⁹⁷ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 5.796, caixa 279, 1941.

¹⁹⁸ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 19.929, caixa 280, 1941.

III. Porque as cartas geram mobilização por parte do Estado.

Um importante aspecto motivador para a escrita e possível de ser percebido ao longo de todo este trabalho, reside no fato de Vargas, ser considerado alguém superior, um chefe de Estado, com capacidade para reverter situações e aprovar determinações que beneficiem os missivistas. Havia problemas relatados nas cartas que envolviam outras autoridades e justamente por isso o presidente, no imaginário dos missivistas aparece como uma autoridade maior, superior, com capacidade para intervir, seja no cumprimento de direitos, seja na prestação de um favor.

Enfim, o que vemos em algumas situações é que as cartas geraram uma surpreendente mobilização por parte do governo. Há momentos em que Inspetores Regionais do Trabalho são comissionados a coletar informações, em virtude de denúncias ou temas provocados por cartas. Um exemplo é a carta expedida por João Brasil de Menezes, presidente do Sindicato dos Operários Panificadores e classes anexas de Fortaleza, que denuncia o “estado deplorável do padeiro cearense”¹⁹⁹ e acaba por mobilizar a inspetoria em uma grande fiscalização coordenada pelo Inspetor Regional do Ceará, Raul Domingues Uchôa:

O Inspetor Reginal do Trabalho, no Estado do Ceará, tendo em vista o processo protocolado sob nº1432, recomenda ao Sr. Fiscal Braga Filho proceder rigorosa fiscalização nos estabelecimentos de padaria nesta capital (...) apresentará dentro de dez dias um relatório circunstanciado a este Gabinete, para ulteriores providência desta Inspetoria que serão tomadas após verificação pessoal e visita do Sr. Inspetor nos estabelecimentos fiscalizados, no sentido de regularizar a situação dos operários panificadores desta capital perante a legislação trabalhista²⁰⁰.

Foram fiscalizadas vinte e quatro padarias do estado, gerando um relatório de 21 páginas que apontou a higiene dos estabelecimentos como o problema mais grave, o que

¹⁹⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 33.624, caixa 206, 1939.

²⁰⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 33.624, caixa 206, 1939.

motivou um Ofício do Inspetor Regional para o Diretor do Departamento de Saúde Pública do Estado, solicitando providências na melhoria de vida dos operários, no que diz respeito ao saneamento das padarias.

Quanto aos míseros salários, o Inspetor ressalta, em seu relatório final, que a “lei do salário mínimo, já em sua fase final (...) virá resolver satisfatoriamente o assunto da melhoria de salários”.

Portanto, aqui e ao longo deste trabalho destacamos que as cartas enviadas para a presidência da República tinham esta capacidade de mobilizar inspetorias, ministérios, departamentos, companhias privadas e outros órgãos, produzindo efeitos inimagináveis. É provável que muitos, ao escreverem suas correspondências, não imaginassem os desdobramentos interessantes que sua carta provocaria, todavia, acreditamos que muitos escreviam na esperança de que o mundo fosse mobilizado em prol de sua causa.

III. Porque há gratidão.

Seguindo a nossa questão primordial sobre o porquê da escrita, vimos até aqui que os trabalhadores, as pessoas comuns, escreviam para o presidente Getúlio Vargas, em primeiro lugar, porque foram motivadas por alguém, ou porque tomaram conhecimento de pessoas que já haviam escrito; em segundo lugar porque desejavam fazer um pedido, uma solicitação a quem consideravam a última esperança, a última “carta na manga”; em terceiro porque acreditavam que suas cartas poderiam mobilizar várias instâncias em seu favor. Já o quarto motivo para a escrita consistia na vontade de prestar um agradecimento ao chefe da nação.

Domingos de Araújo Carlini exercia as funções de chefe da seção de crédito da firma Anderson Clayton & Cia., em São Paulo. O bancário foi envolvido em uma grande confusão em torno de sua identidade. Inicialmente apontado como sendo um criminoso, foi procurado

pela polícia e preso. Em juízo, Domingos provou que não era um criminoso e muito menos o criminoso que a Justiça procurava, sendo absolvido pelo juiz de direito da 3ª. Vara Criminal, recuperando, assim, a sua liberdade. Após este pesadelo, ao regressar para o seu trabalho, Domingos mal podia esperar pelo que lhe aguardava: uma demissão sem justa causa.

O ilustre Domingos então partiu para mais uma batalha judicial: pela Justiça do Trabalho moveu uma ação a fim de ser reintegrado na firma Anderson Clayton & Cia, alegando que deveria voltar para o seu lugar, pois há mais de dois anos era funcionário da Casa Bancária Credito Brasil América Ltda, da qual a firma norte-americana era possuidora de quase todas as ações. Portanto, esta se tornava responsável pela reintegração de Domingos e pelo pagamento dos salários atrasados.

Procedido o julgamento, o parecer foi favorável ao bancário²⁰¹, com a condenação da firma Anderson Clayton & Cia, obrigada a readmiti-lo em um cargo elevado ou equivalente. Firmara-se então a jurisprudência, baseada na lei 435, de 17 de maio de 1937 (lei de integração industrial): as empresas pertencentes ao mesmo grupo comercial ou industrial, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, são solidariamente responsáveis perante seus empregados para efeito de aplicação das leis trabalhistas e de caráter social.

É neste contexto de euforia pela causa ganha na Junta de Conciliação que o próprio Domingos escreve ao presidente Vargas para agradecer: “Si não fosse a Lei 435, hoje eu e os de minha família estaríamos passando por necessidades, além de eu ter desperdiçado seis annos de trabalho á minha firma”²⁰².

Há de se destacar dois aspectos em tudo o que vimos até aqui. Em primeiro lugar, o fato de um trabalhador entrar na Justiça contra os patrões era algo extremamente possível e comum, o que denota a existência de trabalhadores ativos, que tinham consciência de seus direitos e de alguma forma aproveitavam o campo de possibilidades para agir no mundo da

²⁰¹ Bancário é o modo como os jornais que publicaram a notícia da readmissão qualificam Domingos e também como ele se qualifica.

²⁰² AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 17.396, caixa 204, 1940.

justiça, em defesa destes. Sobre a relação patrão-empregado, o missivista faz uma denúncia: “Que Deus vos abençoe pelo bem que fizestes a todos nós trabalhadores, até hontem desprotegidos pela falta de consciencia dos patrões sem coração²⁰³”. Esta afirmação celebra a existência de leis que, de certa forma, contribuem para disciplinar os dirigentes ou patrões.

O segundo aspecto que destacamos é o porquê do bancário Domingos, após a vitória judicial escrever para o presidente. Teria ficado algo pendente? A firma teria recusado a readmiti-lo? Aparentemente não. O beneficiário da lei 435 escreve apenas para agradecer ao presidente Vargas. Assim, chamamos a atenção para esta carta que tem como única finalidade agradecer. Nela não há pedido algum, mas somente agradecimentos. Essa postura é algo incomum nas cartas analisadas, pois por mais que o agradecimento estivesse presente, ele estava sempre acompanhado de uma nova solicitação. Na carta de Domingos, se procurado um pedido, uma solicitação, uma reivindicação; não é possível encontrar:

Eu e todos commigo relacionados, inclusive todos os funcionarios da firma onde trabalho, assim como todos os bancarios e commercarios de algodão, exultaram com a applicação dessa Lei, acho que pela vez primeira em S. Paulo e todos nós somos unanimes em reconhecer, cada hora que passa, a justa comprehensão de vosso Governo, quanto as necessidades do povo e de sua classe trabalhista (...) o desejo de todos nós é que governo dirigido por vós se perpetue por seculum seclorum, amen.

Lembremos que a relação entre Vargas e São Paulo tem um histórico de incompreensão e intolerância, evidenciado pela Revolta Constitucionalista de 1932, ocorrida no próprio estado. No entanto, o missivista, em nome dos paulistas afirma, 8 anos depois, que “pela primeira vez em São Paulo”, há unanimidade com relação aos benefícios do governo Vargas. Domingos não faz apenas um agradecimento em seu nome, mas em nome do estado que um dia levantou as armas contra o governo Vargas, mas que agora agradece.

Nelson Aranha, funcionário do Instituto do Café, na capital paulista, também deseja externar o seu agradecimento ao presidente. Ressalta que inicialmente era contrário ao

²⁰³ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 17.396, caixa 204, 1940.

governo e a favor do presidente deposto Washington Luis, mas depois percebeu que “(...) ou lhe faltava competencia ou lhe faltava um pouco mais de amor ao nosso querido Brasil²⁰⁴”, por isso ressalta as qualidades do governo atual, em contraposição aos governantes da Primeira República. A correspondência de Nelson é mais um exemplo de carta que só pretende elogiar e agradecer. O missivista chega a abraçar “gostosamente” o presidente, por carta, em uma postura de carinho e admiração: “Dou hoje graças a Deus V.Exa. no supremo Posto e não podendo ocultar o quanto de meu reconhecimento ao valor inestimável que possui o Brasil na vossa pessoa (...) e pedindo licença para abraçar a V.Exa com devotado respeito. Salve o Dr. Getulio vargas.²⁰⁵”

Como ressaltamos anteriormente, em meio a tantos pedidos e a tantas reclamações, encontrar correspondências que têm e somente têm como tema central o agradecimento torna-se um achado fascinante, o qual nos impulsiona a refletir sobre a existência de um relacionamento de admiração e respeito incondicional e que supostamente não espera nada em troca. No entanto, visando afastar qualquer ingenuidade metodológica, atentemos para tal aspecto: se formos levar em consideração apenas o conteúdo da carta, podemos afirmar que não há um pedido formal, uma demanda em jogo; mas se analisarmos a conjuntura em que tais cartas de agradecimento foram escritas podemos afirmar que os missivistas já obtiveram algo do presidente: uma lei, um benefício, e por isso, em sua carta, não esperam nada em troca, apenas agradecem a alguém que com sua clarividência antecipou-se às demandas e aos pedidos dos trabalhadores.

Destarte, as cartas de agradecimento são mais exceção do que regra, mas também um importante motivo, dentre os já destacados, para lançar mão de uma caneta ou máquina de datilografar e escrever para o presidente. Desse modo, constatamos que em meio a tantos emissores, alguns escrevem não porque desejam obter um benefício ou um cargo político,

²⁰⁴ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 16.827, caixa 202, 1939.

²⁰⁵ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 16.827, caixa 202, 1939.

escrevem porque desejam manifestar os seus sentimentos com relação ao presidente, desejam abraçar gostosamente o Chefe da Nação e dizer bonitas palavras, enfim, fazer algo que as circunstâncias só permitem fazê-lo por carta. Nelson Aranha, por exemplo, julga-se obscuro para encontrar e abraçar o presidente, mesmo que tenha a oportunidade. Assim, através da missiva as palavras criam vida, reproduzem ação, confessam desejos, mostram sujeitos ativos e evidenciam as diversas finalidades que uma carta pode ter, inclusive a de beijar o presidente: “(...) impetro permissão para oscular a vossa sagrada destra em gloriosa homenagem pelo muito que V.Ex^a tem realizado em benefício dos membros da classe Trabalhista²⁰⁶”.

Analizados alguns dos motivos pelos quais os trabalhadores e as pessoas comuns escrevem para o presidente Getúlio Vargas, embora até o fim deste trabalho explicitemos mais motivações, passemos a analisar *como* se dá esta escrita: como são esses atos de aproximação do presidente; quais as táticas utilizadas; como os emissores se identificam; como é a escrita e a letra; que estratégias utilizam para se deixarem a ver²⁰⁷.

Escritas à mão ou à máquina, em folhas pautadas ou lisas, meia folha ou folha inteira, ou talvez com fotos coladas em um papel especial. Enfim, eram muitas as formas que os missivistas escolhiam para se expressarem diante do presidente Vargas. Acreditamos que os aspectos formais da carta por vezes combinam-se perfeitamente com o discurso nela presente. Pessoas que se intitulam como miseráveis, famintos ou muito necessitados apresentam a sua correspondência da forma mais simples possível: escrita à mão, contendo por vezes muitos

²⁰⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 27.988, caixa 411, 1942.

²⁰⁷ Faz-se necessário destacar a maneira como chegamos aos oito itens de “como” se dá a escrita: A documentação utilizada na presente pesquisa trata-se somente de uma pequena parte das demais correspondências lidas e analisadas durante o mestrado. Através da comparação das cartas que constam não apenas na Subsérie Trabalho, mas também em outras Séries e subséries do Fundo Gabinete Civil da Presidência, buscamos o padrão de escrita e as estratégias recorrentes, chegando, desta forma aos oito itens a seguir: “Aproximação com cautela”; “humilhação”; superação das adversidades, com a escrita dos “desprovidos de diploma”; “insistência”; “demonstração de desespero”; “apelo à horizontalidade das relações”; “clamor ao pai dos pobres” e “solicitação de resposta”.

erros gramaticais, desrespeitando parágrafos e linhas. Em contrapartida, há cartas impecáveis na forma, o que denota um maior nível de instrução do missivista, que pelo simples uso da máquina de escrever demonstra um possível conhecimento acerca do manuseio deste instrumento não tão popular e nem tão acessível no período em que as cartas analisadas são escritas (1938-1943).

Os subtítulos a seguir serão apresentados no modo imperativo, denotando uma voz consciente ou subconsciente que, de certa forma, orientava os missivistas a escreverem de acordo com o seu conjunto de valores e lugar social.

I. Aproxime-se com cautela

Priorizando a questão de como se dá a escrita, a primeira maneira mais comum de aproximação consistia em adotar bastante cautela. Era comum a idéia de que o presidente figurava enquanto uma personalidade aparentemente inalcançável e que escrever para o mesmo seria um ato de bastante ousadia. Frases como a de seu Manoel da Silva Alves: “Rogo a V. Ex. perdoar-me a liberdade destas linhas, pois se me atrevo a tal, porque sei o quanto e generoso e bom a pessoa de V. Ex.²⁰⁸”; de seu José Pereira dos Santos “(...) primeiro que tudo rogo a vossa excia perdoar-me a grande audacia em dirigir a vossa senhoria²⁰⁹”, ou mesmo do pedreiro Antonio Soares: “peço as minhas desculpa dos erros que eu não tenho competencia para escreve a Vos. Excia”²¹⁰, eram comuns para aqueles que, ao introduzir uma carta, não se achavam dignos de estarem diante do presidente – pois acreditavam estar -, com uma forma de escrita atuando, em um contraponto ao que vimos anteriormente, mais na ótica do favor do que do direito. Por isso Manoel da Silva Alves pede “ajuda” para sustentar sua família e José apela à “bondade” do presidente e não à justiça.

²⁰⁸ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 21.090, caixa 280, 1941.

²⁰⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 5.829, caixa 208, 1940.

²¹⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 30.798, caixa 280, 1941.

Esta é uma postura de missivistas que, mesmo considerando uma ousadia escrever para o presidente, o fazem com todo cuidado, alicerçados na idéia de que pedem um favor - e não um direito - que lhes será concedido quando a estrutura governamental atender às suas demandas.

“Diffícil se torna para mim approximar de V.Excia a não ser que valha deste meio²¹¹”. A introdução da carta do agrimensor Ary Souza Furtado reflete o pensamento de qualquer cidadão, acerca da dificuldade ou impossibilidade de se aproximar ou estar diante do presidente Vargas. Mas felizmente, no Estado Novo, de acordo com o próprio missivista, a carta estava contribuindo para derrubar esta barreira. Correspondências funcionaram com um eficiente mecanismo de aproximação. Para os missivistas era como se o presidente abrisse a porta do Palácio do Catete e se pusesse a ouvir cada cidadão, um por um, seus anseios e solicitações. Este é um ponto comum para todos que escrevem: queriam se aproximar do chefe da nação.

Defendemos, então que aproximar-se do presidente, mesmo através de cartas e mesmo que muitos outros já o tivessem feito, exigia cautela, que também não foi dispensada pelo paulista Mario Nunes Menezes: “Desculpas se o offendo por me atrever a lhe escrever, pois disseram-me que o sr atende a qualquer Opperario que lhe escreve-sse²¹²”. A escrita tornou-se uma maneira de reacender as esperanças de pessoas que se encontravam perdidas, desiludidas e descrentes de que ainda tivesse uma solução para os seus problemas. O próprio Mário ressaltou: “(...) chego quase a duvidar de tudo e de todos (...)”. Mas a esperança na clarividência, perspicácia e inteligência do presidente ainda permaneciam vivas, graças à possibilidade de dirigirem-se diretamente a ele: “(...) me acho satisfeito, e admiro a sua inteliencia nas horas em que as coisas estao pretas”, reafirmou Mário Nunes.

²¹¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 5.491, caixa 208, 1940.

²¹² AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 23.206, caixa 205, 1939.

Todavia, melhor do que adotar uma estratégia para se aproximar é mostrar que já está próximo, fortificando os laços de amizade. Dinorá Corrêa Santos sabia disso e procurou em sua mente um elo de ligação entre ela e o presidente, a fim de dar profundidade à relação estabelecida: “Quem vos escreve é uma paulista, que acenou muitas vezes o lenço em vossa passagem pelas ruas de São Paulo, sem poder falar-vos²¹³”. Note que o ato de acenar com o lenço, prática bastante comum em comícios e desfiles de autoridades políticas, funcionava ao mesmo tempo como uma maneira de aprovação àquela autoridade que passava e também como uma maneira de tornar o comício mais belo e lúdico. O aceno com o lenço fazia com que a paulista se sentisse mais próxima do presidente, no entanto, “sem poder falar”. Com o ato da escrita ela completava esta relação: já esteve próxima, já acenou com o lenço e agora pode, enfim, falar através de sua carta.

Defendemos até então que o ato da escrita funciona como um meio de estar bem perto do presidente. Alguns escrevem, se aproximam com maior timidez, outros com ousadia. Destacamos a carta de Maria Torres que combina estas duas formas de escrever. A missivista introduz a sua carta relatando que “ousa” escrevê-la, denotando a evidente preocupação de estar se dirigindo ao chefe da nação, mas logo no momento seguinte declara: “(...) mais acho que não é crime eu uma senhora pobre escrever uma umilde carta ao presidente da república e também pae de todas as brasileiras²¹⁴”. Consideramos que, mesmo sem muitos recursos lingüísticos e gramaticais, dona Maria deu uma virada fantástica em sua preleção, considerando-se filha do presidente e, portanto ressignificando o discurso estatal que consolidou a figura presidencial enquanto “Pai dos pobres”. No imaginário da missivista, não havia mais o que temer: era uma filha se aproximando do pai, com cautela.

²¹³ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 35.264, caixa 348, 1941.

²¹⁴ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 2.333, caixa 205, 1940.

II. Humilhe-se

Uma estratégia bastante utilizada pelos remetentes consistia em apresentar-se como humilde, incapaz e limitado diante da magnificência do presidente. É o que chamamos de humilhação pessoal *versus* exaltação presidencial. José Escarlante declara-se como “um humilde ancião” de mais de 80 anos, “já com as forças esgotadas” e pede abrigo da miséria e do abandono a que estava submetido, mesmo após 70 anos de trabalho²¹⁵. Já a missivista de Mato Grosso, Luciana Souza dos Santos, de 58 anos de idade, ao pedir a quitação de dívidas referente a um terreno da prefeitura, declara-se como viúva e “mãe de um filho que o trabalho inutilizou”, e por isso o presidente há de condoer-se com o seu sofrimento. Notemos a estratégia, adota-se uma postura de humilhação, mas em contrapartida confere-se um imenso poder ao presidente Vargas, pois quanto à aquisição do terreno, “(...) si V. Excia. quizer, poderá ser-me concedido”, ressaltou a missivista²¹⁶.

Não pretendemos defender que os missivistas estudaram vários padrões de argumentação escrita e intencionalmente adotaram alguns tipos, como este de humilhação pessoal *versus* exaltação presidencial, pois o processo da escrita é catártico, com pensamentos a fluir de uma maneira muito peculiar de cada um que escrevia. Todavia, queremos destacar que a aproximação do presidente seguia um protocolo de humilhação, provavelmente o caminho mais fácil para quem vai fazer uma solicitação. A arrogância não é uma característica marcante nestas correspondências, as críticas são mescladas a elogios e na maioria das vezes são veladas. Se voltarmos à carta de Dona Luciana, ela destaca: “mãe de um filho que o trabalho inutilizou”. Ora, o que a missivista faz nada mais é do que jogar a responsabilidade para o Estado, pois o seu filho servia à pátria através do trabalho em uma construtora de Corumbá, quando foi inutilizado, quebrando a cabeça “em três partes”,

²¹⁵ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 6.268, caixa 203, 1940.

²¹⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 33.596, caixa 346, 1941.

passando mais de um dia desacordado. Se a viúva²¹⁷ de Mato Grosso se encontrava sem condições de quitar as dívidas, era porque a única fonte de sustento de sua família, seu “único arrimo” se foi justamente no momento em que o filho ficou inutilizado, apesar de ter se comprometido em ser útil à pátria.

Embora não seja uma regra, apresentar-se diante do presidente com humildade é um importante aspecto a ser observado por qualquer missivista. Não havia uma receita de bolo acerca de como proceder na escrita, mas a presunção e a altivez não assumiram espaço privilegiado nas cartas enviadas. A humildade comove, aproxima, prepara o coração para receber um pedido. Anna Carmelina Pereira, mesmo de tão perto, do Rio de Janeiro, não economiza formalidade e inicia a sua carta pedindo permissão para dirigir-se ao chefe da nação, intitulado-se como a mais humilde das criadas²¹⁸. Esse ato de aproximação, pé ante pé, sugere um cuidado característico daqueles que não podem cometer erros grosseiros, afinal, o destinatário recebe cartas de todos, mas continua sendo o presidente da República.

III. Desprovidos de diplomas, “escreveam”!

O paulista José Gonçalves de Freitas desabafou:

Não é hábito em nossa grande terra os homens obscuros e desprovidos de diplomas, ou elevadas condições sociais, fazerem-se ouvir pelos seus superiores, e principalmente pelo mais elevado deles – O CHEFE DA NAÇÃO. É sempre um ato recebido como ousadia e desmedida arrogância! Todavia, os tempos são outros...²¹⁹

“Homens obscuros e desprovidos de diplomas” é a categoria na qual José se enquadrara, denotando uma evidente vinculação entre luz e estudos. O Brasil de seu José ainda era um país analfabeto, onde o acesso à educação era privilégio de muito poucos. Ao

²¹⁷ Forma como a missivista se autodenomina.

²¹⁸ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 18.063, caixa 125, 1938.

²¹⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 22.932, caixa 126, 1938.

posicionar o presidente no grupo dos “superiores”, automaticamente coloca-se no grupo dos “inferiores”, o que explicaria aquilo que o autor da carta chama de uma ousadia no ato de escrever para um superior. Assim, o fato de se encontrar na escuridão, sem a luz das letras e do conhecimento poderia por si só ser um motivo para intimidar a escrita, mas como o próprio missivista afirma: “os tempos são outros”. Os humildes e desprovidos de diplomas, os que estavam à margem da sociedade poderiam, sim, dirigir ao presidente a sua petição, poderiam ser ouvidos. O ato de aproximação era considerado ousado - por isso José e Anna Carmelina são cuidadosos na escrita - mas isso não foi considerado um motivo para deter os missivistas. As cartas continuavam a chegar. A “escuridão” não abafou a ousadia que insistia em motivar mais e mais pessoas a falarem com “o mais elevado dos superiores”, a despeito de qualquer empecilho intelectual.

Nem o analfabetismo impediu que várias pessoas de se dirigissem ao presidente. Estas, na ansiedade de serem atendidas pelo chefe da nação, “escreviam sem saber escrever”. O cozinheiro aposentado do Palace Hotel, na Bahia, Jorge Lino Lopez é um dos analfabetos que escrevem e deixa bem explícita a sua condição: “Quem aquí lhe escreve, aliás, sem saber escrever, para o que se valeu de um amigo, porém ditou tudo o que se segue, é um homem pobre, do povo, humilde, carregado de filhos, que está sofrendo²²⁰”. A carta foi toda datilografada, embora o missivista tenha feito questão de assinar à caneta. Já o colono da Fazenda Santa Cruz, viúvo²²¹, José João Feliciano, assina com a impressão digital e justifica: “Confiando na vossa Pessoa, Justiceira, o peticionario agradece a atenção, e por ser analfabeto, deixa a sua impressa digital”²²².

²²⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 32.418, caixa 407, 1942. O processo 21.895, caixa 347, 1941; é mais um exemplo de carta escrita a pedido de um analfabeto, o qual recorre “a este meio por intermédio de pessoa estranha, já que, quase analfabeto, não poderia (...) traduzir numa carta” o que sentia. Outro exemplo de um analfabeto que pede a alguém para escrever a sua carta está em: Trabalho, Processo 9.263, caixa 208, 1940.

²²¹ Forma como o missivista se autodenomina.

²²² AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 9.091, caixa 476, 1943.

A carta do cozinheiro da Bahia, que solicita “um abono qualquer” para cuidar de seus dez filhos e esposas - pois o valor atual da aposentadoria não era suficiente - embora supostamente ditada, possui um tom bastante dramático que, inclusive nos prende à leitura. Destacamos uma parte que reproduz o pensamento de muitos dos que escrevem para Vargas:

O Instituto não pode aumentar a minha aposentadoria de valor porque a lei não o permite e contra a lei não posso me insurgir (...) não tendo ninguém para quem apelar, nesta hora angustiosa, só a imagem de V. Ex. surgiu em minha esperança e é para V. Ex. que apelo, pedindo um abono para minha família²²³.

A idéia de que o presidente Vargas estava acima das leis é bastante ressaltada pelo cozinheiro Jorge e por muito outros que escrevem. Em primeiro lugar porque há uma linha tênue entre direitos e favores, como Elisa Pereira Reis bem destacou²²⁴. Em segundo porque as atitudes de Vargas apontavam em uma direção oposta às leis: o presidente rasgara a Constituição de 1934, impôs a Constituição de 1937 e suprimiu todos os partidos políticos com o golpe do Estado Novo. Não é de se estranhar que os missivistas implorem, mesmo quando as leis dizem “não”, para que o presidente diga “sim”. Em sua cozinha, Jorge Lino administrava as receitas: mais tempero, menos tempero, bastante tempo ao forno, uma pitada de sal. Tudo em suas mãos. Nada estava pronto ou nada tinha passado do ponto até que ele desse o toque final. Tal como mandava em sua cozinha, Vargas mandava no Brasil. Nada era impossível na cozinha baiana de Jorge, nada era impossível para o presidente Getúlio que podia, inclusive, passar por cima das leis, na concepção do missivista.

Há também aqueles que, embora analfabetos não se indicam como tal, restando ao historiador um olhar atento à documentação para ler aquilo que supostamente não está escrito. É o caso de Joaquim Peres, que escreve do Bairro de Vila da Penha, no Município do Rio de Janeiro, solicitando o andamento de um processo no Juízo Privativo de Acidentes de

²²³ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 32.418, caixa 407, 1942.

²²⁴ REIS, Elisa Pereira. “Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº6, 1990, p.161-179.

Trabalho, no Distrito Federal, a fim de alimentar “6 bocas que pedem pão e não têm onde encontra-lo”. A carta é toda redigida à mão, em uma folha pautada que o tempo tratou de amarelar. Ao término da mesma, a letra que esteve presente durante toda a correspondência escreve entre parêntesis “(Joaquim Peres)”. Ao lado, uma assinatura com letras tremidas e aparentemente desenhadas, sem sentido para quem as “desenhou”. Certamente trata-se de um analfabeto que apenas sabia “assinar” o seu nome.

Desta forma chegamos à conclusão que todos os desprovidos de diplomas, inclusive os analfabetos, adotam estratégias para dirigirem-se ao presidente através da modalidade escrita, solicitando a um amigo que escreva ou ditando para um desconhecido aquilo que desejam transmitir. Uma coisa é certa: o analfabetismo não poderia servir de motivo para desperdiçar esta nova fase na história do país, a saber, a possibilidade de se dirigir ao chefe da nação sem a presença de intermediários.

IV. Insista

Ainda analisando esse processo de escrita para o presidente Vargas, como ele acontece como são as cartas, é possível asseverar que ele se dá de forma insistente e de forma estratégica. A respeito da insistência podemos afirmar que o presidente recebia muitas cartas dos mesmos remetentes, o que denota esta obstinação, acompanhada de uma ansiedade por partes dos missivistas; o desejo de verem as suas solicitações atendidas, ainda mais se levarmos em consideração que, devido aos trâmites burocráticos, uma correspondência poderia levar meses e até mais de um ano para ser respondida. Mas a demora na resposta não foi o caso do ansioso Emídio Mateus, de Itacoatiara que escreve a sua quarta carta para o presidente no dia 16 de novembro de 1941 e escreve a quinta carta no dia 17 de novembro do mesmo ano, portanto, um dia depois: “Ouso tomar a liberdade de pela quarta vez vir

humildemente e reverente ante a presença de V. Excia., para solicitar-lhe humildemente que somente a V. Excia., e em quem posso recorrer dado o meu estado desesperador em que encontro-me (...) ²²⁵”, escreveu o missivista em um nítido tom de desespero.

No caso de Emídio ressaltamos o cuidado do Gabinete Civil da Presidência da República em responder ao missivista: a quarta carta foi respondida no dia 17 de dezembro do mesmo ano e a seguinte no dia 24 de dezembro. A despeito da morosidade ou da rapidez com que as respostas viriam, o mais interessante e inovador na política brasileira é que elas vinham até os lares dos solicitantes, o que por si só nos leva a questionar o impacto social desse *feedback*: uma resposta do presidente, que os inspira a escreverem uma carta e, se já o fizeram, sentem-se inspirados a escreverem outras, com novos argumentos e novas solicitações. Por que não insistir? Afinal, ele responde.

A jovem Francisca de Assis Queiroz, órfã de 18 anos, também estava ansiosa por uma resposta do presidente. Já era a segunda vez que escrevia para Vargas pedindo uma passagem do Ceará para o Rio de Janeiro: “(...) com esta já são duas cartas que faço e sem duvida, o senhor não recebeu ²²⁶”. A carta de Francisca, em primeiro lugar, confirma a idéia de que os missivistas escreviam várias vezes e, em segundo, transmite a certeza destes de que seriam “ouvidos” e, no mínimo, respondidos. A jovem não estava enganada, a resposta, embora negativa, foi emitida dois meses depois de sua segunda carta.

V. Demonstre desespero

Sem a preocupação de supervalorizar ou depreciar a figura do feminino e sem decretar a supremacia de um gênero sobre outro, é possível destacar que dramaticidade e comoção estão presentes de forma bastante peculiar nas cartas escritas por mulheres. Em uma

²²⁵ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processos 33.231 e 36.620, caixa 344, 1941.

²²⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 15.693, caixa 345, 1941.

sociedade onde as mulheres ainda viviam de maneira reclusa e onde os preconceitos ainda perseguiram àquelas que ousavam fugir do modelo proposto, a escrita foi uma forma encontrada por elas para exercerem um papel ativo, de tal forma que não podemos enxergá-las como seres passivos que deixaram os rumos da sociedade e de suas vidas para serem resolvidos pelos cidadãos do sexo masculino. Ateniza Torres, Eugênia Torres e Maria José escrevem uma carta conjunta, da própria cidade do Rio de Janeiro, a fim de solicitarem o cancelamento de uma dívida junto ao Instituto da Previdência. O prédio situado na rua Ibituruna nº 29, nas imediações do atual estádio Maracanã, foi hipotecado em virtude do atraso dos pagamentos. As irmãs estavam na iminência de perderem o prédio e consequentemente o local de moradia, por isso não hesitaram em escrever para Getúlio Vargas:

Sr. Presidente, peço-vos pelo amor de Deus e de Maria e em atenção a estas creanças que nos socorra. Informaram-nos que V. Ex. se quiser pode mandar cancelar esta divida (...). A nossa aflição é muito grande . Temos um menino de 5 anos que reza e chora... perguntando., mamãe quando é que vêm nos tomar a casa? Que pena!²²⁷

O apelo é a um presidente, que na visão dos missivistas pode todas as coisas: “(..) se quiser pode mandar cancelar esta divida”. Não é em vão que muitos dos que escrevem atribuem, inclusive, características extraordinárias ao presidente. O motorista Júlio José afirma que Vargas é o “super-homem que dirige o maior continente sul-americano”²²⁸. A interessante associação do presidente com um super-herói nos sugere que o mesmo fascínio causado pela personagem, que simboliza força, lealdade e destreza, está presente no modo como o missivista enxerga o chefe da nação.

O tom dramático do pedido fica por conta da evocação aos aspectos religiosos e da reprodução da fala do menino. O desespero salta da carta e causa certa comoção naqueles que

²²⁷ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 17.360, caixa 203, 1940.

²²⁸ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 30.632, caixa 349, 1942.

a lêem. Não podemos afirmar que na missiva há uma estrutura maquiavelicamente organizada para comover e colocar o tom apelativo da mesma em evidência, mas o fato de citar as palavras de uma das crianças moradoras não é aleatório e muito menos ingênuo. Com certeza tinha função de comover e mexer com todos quantos lançassem mão da correspondência.

A história protagonizada pelas três senhoras, autoras do apelo dramático, e que se inicia com a escrita da carta no dia 23 de julho de 1940, é um exemplo das correspondências em que o desfecho da história chegou até os nossos dias. Apesar de começar como um estilo dramático teve um final feliz típico dos romances: em 19 de outubro do mesmo ano, portanto quase 3 meses depois, o Chefe de Gabinete do Ministério do Trabalho responde ao Diretor do Expediente da Secretaria da Presidência da República que a solução se deu no dia 14 de outubro, ocasião em que as proprietárias entraram em um acordo com o Instituto da Previdência, visando o pagamento das mensalidades devidas de “forma benévola e tolerante”.

E por falar em pedidos dramáticos e apelos desesperados, a carta de Teixeira da Silva é um notável exemplo desta forma de se expressar. A letra desordenada, aplicada no que parece mais um bilhete apressadamente escrito do que uma carta, que em sua forma salva-se apenas pelo alinhamento que foi mantido graças à folha levemente pautada, caracteriza a correspondência. “Só V.Excia pode me tirar da situação em que me encontro, faminto nú e doente²²⁹”. Eis a trilogia catastrófica, ou seja, combina-se em uma só pessoa aspectos que geralmente apareciam separados nas cartas: a fome, a nudez e a doença. Juntas elas conferem um grau de gravidade bem maior a que está exposto o missivista. A ênfase na trilogia catastrófica explica-se por si só, motivo pelo qual o autor da carta não se alonga e nem perde em muitas explicações. Apesar de possuir apenas 11 linhas a carta conserva o seu apelo dramático aliado a uma crítica ao governo, pois afirma o autor: “Todos os meios empreguei até aqui para ser bom cidadão – tudo inútil. Resto-me este agora que espero não me ha de

²²⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 3.633, caixa 125, 1938.

faltar”. Diante de nós está evidente a importância depositada na escrita: um último recurso, a última “carta na manga” para a solução dos problemas. Não é em vão que Luiz Franco chegasse timidamente, em sua carta, diante do presidente, pedindo desculpas por “roubar o precioso” tempo e destaca que “(...) a necessidade obriga-me a bater as portas de seu coração (...)”²³⁰.

Um apelo dramático, na visão dos missivistas, percorreria um caminho supostamente menor em direção à solução, por isso o regime de urgência, a dramaticidade, o desespero e a necessidade saltando como elementos principais nas cartas.

VI. Relembre a horizontalidade das relações

Isabel Machado Silva ao pedir um emprego para o irmão declara: “Peço licença a V. E. para fazer-vos um pedido. Mas neste momento não me dirijo ao Presidente da República sim ao nobre e justiceiro gaúcho.”²³¹ Eis mais uma maneira de se aproximar de Vargas: despiando-o da capa de presidente da república e deixando-o apenas com a qualidade de ser um homem simples: um gaúcho, por exemplo, tornando assim a relação mais horizontal e menos vertical, pois agora tratava-se do “nobre justiceiro gaúcho” e não do chefe da nação. Portanto, o assunto em questão poderia ser tratado cara a cara. Ao clamar por justiça, a qualidade de ser justo, possível de ser comum a todos, era obviamente primordial para o atendimento de sua solicitação; todavia, ser presidente, para Isabel era, *retoricamente*, um aspecto de segunda grandeza. Ressaltamos o advérbio retoricamente, porque na verdade ela não deixava de se dirigir ao presidente da república, que nas palavras dos próprios missivistas podia todas as coisas.

Aproximar-se de Getúlio Vargas, de forma eficaz, consistia também em evocar aspectos de identidade com o presidente. A professora, viúva e com três filhos, Maria Júlia Ochoa Viola escreve com uma bela caligrafia a sua carta em duas folhas pautadas: “Sr.

²³⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 9.030, caixa 279, 1941

²³¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 10.771, caixa 279, 1941.

Presidente, Não me sinto constrangida ao me dirigir ao homem que dirige os destinos de minha Pátria, porque sou brasileira e gaúcha e sei que em sua lealdade me atenderá.²³²”

Em primeiro lugar vemos uma postura totalmente oposta se comparada às atitudes de Manoel da Silva Alves e José Pereira dos Santos, anteriormente citados, os quais consideravam um atrevimento o ato de se dirigir ao chefe da nação. Se a ação da escrita pudesse ser entendida como um ato de estar fisicamente diante de Vargas, com certeza a gaúcha de São Pedro, Maria Júlia, seria aquela que adentraria com passos firmes o Palácio do Catete e de cabeça erguida se expressaria ao presidente. Tudo isso por que considerava o “ser gaúcho” - elemento comum entre a missivista e o presidente – um aspecto que abriria portas, facilitaria a comunicação e o atendimento de sua demanda. No entanto, se o fato de ser gaúcha não foi capaz de acelerar o atendimento do pedido, ao menos serviu para dotar a professora de coragem e ousadia, na forma como escreveu e se aproximou do presidente Vargas.

VII. Clame ao Pai dos pobres

Convém destacar, mais uma vez que os missivistas não são articuladores e negociadores natos que irão subjugar o governo com sua sapiência, todavia, não podemos de forma alguma negligenciar um padrão de escrita que consciente ou inconscientemente foi extremamente estratégico, pragmático e focado em seus objetivos.

Uma das mais utilizadas estratégias consistia em evocar a figura do presidente enquanto pai. Esta estratégia consiste em despir Vargas da capa de presidente, uma figura política e distante, aproximando-o, dotando-o de sentimentos fraternais e, de certa forma, encostando-o contra a parede, pois “(...) um pai não deve negar nunca um pedido justo que lhe

²³² AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 30.931, caixa 407, 1942.

faz uma filha num dos momentos mais angustiantes de sua vida²³³”. Nem o ministro Alexandre Marcondes Filho passa incólume, diante dos pedidos dos missivistas. Sebastião Alves Coutinho, escreve para o ministro e para o presidente no mesmo dia, solicitando o andamento de seu processo, em que pede indenização por acidente de trabalho: “(...) e mais uma vez peço-vos encarecidamente como um filho pede a um pai que lhe mate a fome”²³⁴. A relação pai e filho mais uma vez foi estrategicamente evocada.

VIII. Peça resposta, lance um desafio, aproveite o momento histórico.

Outra estratégia consiste em escrever para o presidente, já solicitando uma resposta, como fez o paulista João Jesus: “Sei perfeitamente que V.Excia é um grande amigo dos operarios e não me deixará sem resposta ao que lhe vou expor²³⁵”. Alguns missivistas são mais ousados e já escrevem dizendo qual deve ser a resposta do presidente, como a viúva Luiza Pinheiro Brandão que ao redigir a sua segunda carta, pedindo um auxílio financeiro afirma: “Sei perfeitamente que não ficarei desamparada²³⁶”. Seguindo esta mesma linha de argumentação, é emblemática a carta de Isaura Monteiro:

V. Ex. que é amigo das crianças e não deixai-as desamparadas, V. Ex. que é amigo das mães brasileiras attendai os rógos desta aflicta mãe brasileira (...) confio na excelsa bondade do Vosso Coração, o Coração que não diz o Não para os que mecerem a caridade, para os pedidos justos, para os aflictos²³⁷.

“O Coração que não diz o Não”. Preleção poética e simultaneamente estratégica. Como dizer o “não”, após tal discurso? Defendemos que o apelo da missivista é muito mais à consciência daqueles que lerão sua correspondência, do que baseado em sólidos argumentos.

²³³ AN-RJ, GCPR, Movimentação de Pessoal – Geral, Processo 18.591, caixa 146, 1938.

²³⁴ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 21.423, caixa 282, 1942.

²³⁵ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 10.564, caixa 403, 1942.

²³⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 32.352, caixa 407, 1942.

²³⁷ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 15.175, caixa 402, 1942.

“Será que o ‘pai dos pobres’ terá coragem de malograr as minhas expectativas, se eu me comparar à uma filha sua? Se eu disser que tenho certeza que a resposta será positiva?”. Estas eram, provavelmente, algumas das questões que passavam pelas mentes destes missivistas ao recorrerem a tais estratégias. Quanto à resposta às questões formuladas, é sim: a estrutura governamental tinha coragem de negar qualquer pedido, independente da estratégia adotada. Ou seja, tais estratégias não garantiam uma resposta positiva, pois as respostas são sempre embasadas por questões legais, visando uma atitude justa e isenta por parte do governo. O coração do presidente, na instrumentalidade de sua estrutura política governamental, dizia o ‘não’. No entanto, no caso da viúva maranhense, Luiza Brandão a negação ao pedido foi velada. Quase três meses depois ela recebe uma resposta informando que o Decreto que instituía o Abono às famílias numerosas²³⁸ ainda não havia sido regulamentado. Todavia, a missivista do Maranhão, não pedia exatamente um Abono familiar, tendo que cumprir com toda a burocracia em torno do decreto-lei nº. 3.200²³⁹. Ela pedia algo mais emergencial, um auxílio qualquer, para cuidar de seus oito filhos menores, pagar a farmácia, a casa e as despesas com o sepultamento do “inesquecível marido”, que ainda não haviam se encerrado. Auxílio este que discretamente lhe foi negado.

Transferir responsabilidades para o presidente, retirar o fardo pesado do próprio ombro e lançá-lo nos ombros do chefe da nação, lançando um desafio, também se tornou um recurso bastante utilizado pelos missivistas, na tentativa de obter uma resposta positiva à correspondência enviada. Alfredo Francisco Tormann do Rio Grande do Sul, em sua carta enviada em 03 de junho de 1939, pedindo o andamento de um processo junto à Caixa de aposentadorias e Pensões, declara: “(...) há momentos em que me falta a coragem de viver (...) vivo no turbilhão da incerteza; no entanto não desmerecerei da fé e da confiança que deposito,

²³⁸ Sobre o Decreto-lei 3.200 e o Abono Familiar, ver o capítulo 1.

²³⁹ A impaciência em esperar pela regulamentação do decreto-lei 3.200 tomou conta do chefe de numerosa família, Vicente Machado: “(...) nem sempre as péssimas condições de vida permitem uma espera longa. A falta do pão é uma cousa tão cruciante e dolorosa que não pode depender de longa espera”. AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 27.629, caixa 409, 1942.

sei que o pão da minha família está nas mãos de S. Excia²⁴⁰”. Caso a família de Alfredo passasse necessidade, a idéia que o missivista nos transmite é de que a culpa seria inteiramente de Vargas, que não atendeu a sua reivindicação. Todas as gestões seriam de responsabilidade do presidente e de seus agentes políticos. Já a parte que caberia ao pai de família gaúcho consistiria somente em um ato de fé depositado no chefe do Estado Novo.

Quanto à estratégia de lançar um desafio ao presidente, deixamos por conta do casal residente em Natal, João Antonio Viana e Elvia Araújo Viana, que se qualificam como “infelizes” devido à perda de um filho atropelado por um dos bondes da Companhia Força e Luz do Nordeste. Após entrarem na justiça, com um pedido de indenização e ganharem em primeira instância, a Companhia que administrava os bondes recorreu, reformando a sentença que até então era em favor do casal. É neste contexto que João e Elvira desafiam o presidente: “(...) faça-nos aquilo que os homens de justiça daqui tiveram por impossível²⁴¹”. Direta ou indiretamente há um convite para que o presidente figure ao lado da justiça, algo que somente aconteceria se as reivindicações do casal fossem atendidas. Do contrário Vargas, mesmo sendo presidente, mesmo poderoso se mostraria tão incapaz quanto os “homens de justiça”, indo de encontro a tudo que pregava e que era difundido acerca do caráter justo do chefe maior do Brasil.

Por fim, destacamos como estratégicas as cartas que sabem aproveitar o momento histórico da escrita e fazem alusão ao golpe de 1937, ressignificando-o em seu favor. Ao pedir a reintegração no cargo que ocupava no British Bank, Oswaldo Lins Albuquerque e outros ex-funcionários demitidos após mais de 10 anos de serviço, dizem ao presidente como este deve atuar para solucionar a questão: “com a mesma calma, habilidade e Justiça com que deu o

²⁴⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 17.068, caixa 202, 1939.

²⁴¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 8.856, caixa 411, 1942.

grande golpe de 10 de Novembro de 1937, salvando assim o nosso Brasil das garras dos inimigos”²⁴².

Os bancários acreditam que falavam com uma autoridade, alguém superior, com poder. Um presidente que poderia determinar o cumprimento da lei, a fim de que os banqueiros não desrespeitassem “as nossas Leis Trabalhistas”.

A partir de alguns exemplos de como os missivistas escreviam ou estruturavam suas correspondências²⁴³, concluímos que o ato da escrita, aparentemente algo comum, trazia consigo um conjunto de símbolos e significados. Não é em vão que Maria Torres faz questão de ressaltar, que enquanto escreve a sua carta está ouvindo o Hino Nacional Brasileiro, “musica que desperta no coração de todos brasileiro a vontade de vencer e elevar o brasil ao mais alto pedestal da gloria e do progresso”. Dirigir-se ao presidente através da escrita, para Maria Torres era tão solene quanto estar na presença do mesmo, por isso a escrita deveria ser ao som do Hino Nacional.

Enfim, a partir de vários exemplos, pudemos responder a duas questões iniciais: em primeiro lugar por que as pessoas escreviam para o presidente e em segundo como escreviam. Todavia, ainda existe uma questão para a qual construiremos a resposta ao longo deste trabalho: “Quem escrevia?”. A análise de cada carta vai nos ajudando a dar voz e vida para este grande grupo de pessoas que ousaram estar diante do chefe da nação através da modalidade escrita: trabalhadores urbanos, rurais, funcionários públicos, civis, donas de casa, políticos, empresários, representantes sindicais, fazendeiros, mulheres, velhos, viúvas,

²⁴² AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 10.820, caixa 208, 1940.

²⁴³ Ressaltamos que para cada item selecionamos no mínimo duas correspondências, o que nos ajuda a comprovar o critério de elaboração dos itens, pautados muito mais na quantidade, no fato de serem recorrentes, do que na representatividade.

crianças²⁴⁴, alfabetizados ou não, todos encontraram um modo de enviar sua carta para Getúlio Vargas²⁴⁵.

O radiotelegrafista de Poços de Caldas, Carlos C. de Oliveira, em um momento brilhante de desabafo, refletindo sobre o ato da escrita, é quem nos ajuda a concluir, sobre as motivações e sobre o conjunto de valores que circundavam as mentes e corações de todos que se sentavam à frente da máquina de datilografar ou lançavam mão de uma caneta e de uma folha em branco, na qual depositariam esperanças, críticas, sonhos e indignações:

Si o Chefe desse novo Brasil, governa pelo coração; si êle é do povo e vive para o povo; si êle atende, investiga e resolve, por que devo permanecer dentro de criminoso silencio? Não! Cheio de confiança e patriotismo falarei ao Chefe da Nação, como se falasse ao proprio Brasil, minha Pátria, meu berço amigo. Ouvi-me!²⁴⁶

²⁴⁴ Ver a carta de Luiza Maria e de suas irmãs que se intitulam como “três meninas pobres” e assinam como “suas criadas menores”. AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 29.139, caixa 345, 1941.

²⁴⁵ Destacamos que em alguns casos a qualificação dos missivistas não se encontra, de forma direta, nas cartas. Mas através de seus discursos, de seus exemplos e também da autodenominação conseguimos detectar a profissão, a faixa etária e a vida no espaço urbano e rural. Relembrando que não entendemos a esfera do trabalho como algo isolado e estanque da vida dos trabalhadores, ou algo que pode ser destacado e analisado separadamente. Nas atividades de lazer, no ambiente familiar ou nas discussões acerca da comunidade e de seus direitos o homem não deixa de ser um trabalhador. Assim como no ambiente de trabalho ele não deixa de ser um pai de família ou um membro da comunidade. Defendemos que mesmo aqueles que não possuíam um contrato formal, mesmo as donas de casa e mesmo os desempregados são trabalhadores, pois assim desejavam ser reconhecidos a partir da vinculação entre trabalho e cidadania.

²⁴⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 24.702, caixa 206, 1939.

CAPÍTULO 3

“NESTE DIA SOLENE...”: FESTAS E VOZES DISSONANTES NO ESTADO NOVO.

Neste dia solene, quando todos os bons brasileiros comemoram com a maxima alegria o “Dia da Independencia”, lembro-me da V. Excia., para tomar a liberdade de dirigir-vos esta linhas²⁴⁷.

Adalgisa Lucena, em 07/09/1942.

A partir da propaganda estatal, da escrita de uma carta e da resposta a esta correspondência, percebemos que no Estado Novo havia uma forte política de aproximação entre o governo e os trabalhadores. As memoráveis e irretocáveis correspondências funcionavam como um desdobramento do discurso estatal. Quanto à resposta presidencial às mesmas, funcionavam, certamente, como um meio de continuar a estabelecer uma propaganda positiva do Governo, embora prefiramos enxergar também como um momento extremamente peculiar da história brasileira.

Nesta linha de análise, buscando aspectos não delineados nas pesquisas anteriores, que trabalharam com o acervo do Fundo Gabinete Civil da Presidência, destacamos dois temas que comporão importantes pautas em algumas das cartas enviadas para o presidente:

De toda a documentação utilizada na presente pesquisa, cerca de 20% remetem aos momentos de festa cívica, o que nos impulsionou, inicialmente, a pesquisar como os missivistas viviam a atmosfera de festividades que rodeava o primeiro governo Vargas e como *as datas festivas do Estado Novo* (1º de maio; 19 de abril; 10 de novembro e 7 de setembro) tinham a capacidade de mexer com as mentes e corações pulsantes, que mais vibrantes ainda ficavam mediante as celebrações do regime. Comparamos a celebração

²⁴⁷ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 30.820, caixa 407, 1942.

governamental com a celebração dos missivistas, buscando diferenças e semelhanças no modo como enxergam o calendário cívico do Estado Novo.

Em um segundo momento, destacamos cartas de pessoas que não tinham muitos motivos para festejar, pois apresentavam como tema central de suas missivas, contundentes críticas e denúncias, a despeito de estarem vivendo a experiência de um governo ditatorial.

3.1. Discursos e Cartas em tempo de festa

Quando despontavam os comícios de 1º de maio ou de 7 de setembro, através de cartazes, ou através do rádio, ajudavam na construção de uma identidade nacional, pois reuniam simbolicamente os brasileiros, transmitindo unidade, alegria, objetivo em comum, comunicando a idéia de que algo extremamente novo estava em vigor. Michael Pollak destaca que quando há uma tentativa de enquadrar a memória oficial por meio de datas oficialmente selecionadas para comporem o calendário de festas nacionais, há em muitas das vezes problemas de disputa política para “determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”²⁴⁸. O Estado Novo pretendia vencer esta disputa com o seu calendário cívico.

Neste sentido, iniciamos a nossa abordagem a partir dos discursos do Presidente Getúlio Vargas, durante as celebrações do primeiro de maio, a fim de que entendamos como esta festa, por ser a síntese das demais, tornou-se uma das mais importantes, senão a mais importante do calendário estadonovista. Procuramos entender como o governo vê estes momentos festivos. Em seguida, passamos a palavra aos trabalhadores, os quais nos surpreendem e demonstram, por vezes, percepções diferentes acerca destes momentos de festa e celebração, denotando uma recepção ativa das mensagens veiculadas.

²⁴⁸ POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 203.

3.1.1. A Celebração Governamental

Os discursos proferidos pelo presidente Vargas nas comemorações relativas ao primeiro de maio, a partir do ano de 1938 passaram a ter uma dimensão cada vez mais apoteótica, pois a partir deste período as celebrações ganham um fôlego especial da imprensa e da propaganda²⁴⁹. As palavras proferidas por Vargas, nestas festividades, é óbvio que não dão conta de todo o aparato propagandístico elaborado pelo DIP, mas é certo que tiveram uma grande ressonância, em vários lugares do país, devido à grandiosidade da festa. Defendemos que traços destes discursos foram apreendidos de maneira tão significativa pelos atentos interlocutores de todo o Brasil, que conseguimos vê-los, às vezes reelaborados, nas correspondências enviadas ao presidente. As preleções, em diversos momentos serviram como ferramenta para os missivistas se apresentarem ao presidente e introduzirem a escrita, o que só é possível de ser percebido se confrontarmos estes dois *corpus* documentais: discursos e cartas.

O primeiro importante aspecto a ser destacado é que o primeiro de maio já era considerado feriado desde a Primeira República, mas assume uma característica festiva no governo Vargas, que ressignifica e incrementa o feriado durante o Estado Novo. Para Luciana Arêas, a incorporação desta data ao calendário oficial de comemorações é um processo muito mais complexo do que aparenta à primeira vista, isso porque foi progressivamente transformado em um dia de festa nacional, o dia da conciliação dos interesses de classe. Ainda no início da década de 1930 a repressão policial e a proibição da realização de comícios e passeatas, marcou a continuidade da maneira como o feriado era tratado na Primeira República, limitando a liberdade de expressão. Cabe ressaltar que desde o início do século

²⁴⁹ O trabalho de Miguel Nicácio percorre o dia 1º de maio a partir de 1935, através da imprensa, e percebe como a partir de 1938 e 1939 as celebrações vão ganhando força. Também indica que à medida que o regime estadonovista vai chegando ao fim, o espaço concedido ao discurso estatal, na imprensa, vai diminuindo. *O Discurso Político do Estado Novo*. 2008, 118 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

XX o Primeiro de Maio era considerado a data máxima do operariado carioca, momento propício para a ação direta e recheado de significações: “o ponto de partida da conquista da jornada de oito horas de trabalho; o dia da grande revolução social e do despertar da consciência de classe; e um dia de lembrança e de luto pelos mártires do operariado”.²⁵⁰. Visando manter a chama da combatividade acesa, o movimento operário protesta, constantemente, contra a substituição do antigo significado do Primeiro de Maio como um dia de luta do proletariado, por um novo significado. Vejamos o editorial do jornal *A Luta de Classes*:

A burguesia, impotente diante das contínuas manifestações de consciência de classe dos trabalhadores, tem procurado transformar o 1º de maio num dia de festa (...). Os calendários burgueses registram a data como sendo uma “festa do trabalho” (...) Mas o 1º de Maio continua a ser um dia de luta e não pode perder o seu verdadeiro significado. No dia de hoje, os trabalhadores se reúnem em praça pública, não só para protestar, com toda a energia contra as arremetidas da reação, mas, principalmente, para reivindicar os seus direitos dentro dos quadros da atual sociedade e agitar as palavras de ordem revolucionárias que conduzirão o proletariado à conquista do poder.²⁵¹

Em 1938, podemos dizer que o Estado “entra em cena” de forma mais efetiva, contribuindo para tornar o primeiro de maio uma data mais relevante. Em cerimônia no Palácio Guanabara, são assinados decretos instituindo o salário mínimo e concedendo isenção de impostos para a construção de casas operárias. O presidente Vargas discursou e assumiu o compromisso de sempre “presentear” os trabalhadores com algum feito na área da política social²⁵². Já a partir de 1939, as cerimônias oficiais são cada vez mais bem elaboradas, com o aumento expressivo do número de participantes e em locais bem amplos como o Estádio de São Januário, o maior estádio da cidade do Rio de Janeiro, na época. Em 1944, apenas, as cerimônias foram realizadas no Estádio Pacaembu, em São Paulo. Estes estádios esportivos,

²⁵⁰ ARÊAS, Luciana Barbosa. *Consentimento e resistência: Um estudo sobre as relações entre trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945)*. 2000. 343 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

²⁵¹ *A Luta de Classes*, 01/05/1931. *Apud* ARÊAS, Luciana Barbosa. *Op. cit.* p.135.

²⁵² GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.216.

lotados, tornaram-se o altar no qual se agradecia a Getúlio pelas “graças” concedidas, pelo cuidado e pela tutela que demonstrara para com os brasileiros.

Havia o discurso de Vargas, o discurso de outras autoridades presentes, como o Ministro do Trabalho, e também havia o espaço para representantes dos patrões e dos empregados discursarem, proporcionando a idéia de harmonia social e conciliação entre as classes.

Músicas, hinos e corais que exaltavam o regime tornavam a cerimônia ainda mais comovente, conferindo uma característica espetacular. Havia jogos de futebol entre times operários, exhibições de esquadrilha de aviões, desfiles de militares e operários carregando estandartes. As cerimônias eram apoteóticas e nenhum lance poderia passar despercebido ou ser desprezado, por isto as câmeras do DIP registravam todo o evento que seria posteriormente passado como *trailers* no cinema²⁵³. Mas com certeza, um dos pontos altos da cerimônia era o discurso do presidente Getúlio Vargas. Assim, o primeiro de maio assumiu a característica de uma comemoração de massas, na qual o presidente em pessoa se encontrava com os trabalhadores, que aguardavam ansiosamente o anúncio de mais uma iniciativa governamental no campo social. O próprio presidente Vargas fazia questão de ratificar a existência de um “novo” primeiro de maio, que passou a ser comemorado com júbilo e fraternidade:

A obra de reparação e justiça realizada pelo Estado Novo distancia-nos, imensamente, desse passado condenável, que comprometia aos nossos sentimentos cristãos e se tornara obstáculo insuperável à solidariedade nacional. Naquela época, ao aproximar-se o primeiro de Maio o ambiente era bem diverso. Generalizavam-se as apreensões e abria-se um período de buscas policiais nos núcleos associativos, pondo-se em custódia os suspeitos, dando a todos uma sensação de insegurança e exibindo um luxo de força nas ruas e locais de reunião, que, não raro, redundavam em choques e conflitos

²⁵³ FRENCH, John. “Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos”. In: LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, José (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: Ensaios de História Social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007, p.383.

sangrentos. Atualmente, a data comemorativa dos homens de trabalho é festiva e de confraternização²⁵⁴.

Para o presidente, a partir do novo primeiro de maio os soldados das forças armadas se juntam aos “soldados das forças construtivas do nosso progresso e grandeza” para celebrar a grande festa.

E em meio a toda esta celebração, Luciana Arêas ressalta que, se diferenciando das antigas comemorações do primeiro de maio, promovidas pelos próprios operários, “os maiores homenageados das cerimônias oficiais não eram os trabalhadores ou os mártires do movimento operário, mas sim Vargas e seus aliados”²⁵⁵. Vê-se então a sutileza e a estratégia do regime e do aparato governamental que promoviam uma festa, supostamente dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que exaltavam as ações do presidente. É justamente esta valorização dos feitos governamentais que, paradoxalmente, estava no volume mais alto nas comemorações do primeiro de maio, “(...) a data maior do calendário festivo do movimento operário e dos trabalhadores foi transformada em um evento exaltador das ações e do modo de pensar do regime varguista”²⁵⁶. O ministro Marcondes Filho justifica esta apropriação, afirmando que, diferente do que acontece em outros países, no Brasil, a legislação social foi “livremente outorgada pela clarividência de um gênio político” e por isso no primeiro de maio “não recordamos os nosso mártires, consagramos um apóstolo”²⁵⁷.

Mas não devemos acreditar, sob pena de empobrecer e engessar a nossa análise, que todos os trabalhadores e cidadãos foram inconscientemente conduzidos às festas organizadas

²⁵⁴ Discurso de Getúlio Vargas em comemoração ao 1º de Maio de 1940. Os discursos do Presidente Getúlio Vargas, utilizados neste capítulo, foram extraídos da coletânea de Textos Políticos da História do Brasil: BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Robert. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume V. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

²⁵⁵ ARÊAS, Luciana Barbosa. *Op. cit.* p.132.

²⁵⁶ ARÊAS, Luciana Barbosa. *Op. cit.* p.139.

²⁵⁷ *Apud* REIS, José Roberto Franco. “Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). 2002. 310 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.36.

pelo Estado Novo. Havia espontaneidade, apoio ao regime, curiosidade e também coerção, uma vez que industriais montavam caravanas até os estádios:

As comemorações do 1º de maio, como as da Semana da Pátria, eram uma imitação dos grandes comícios hitleristas e das grandes concentrações italianas. Toda a máquina era posta a serviço. Eu assisti a várias, queria saber como eram. Os grandes industriais, como o da Bangu, por exemplo, faziam questão de apresentar o maior contingente possível de trabalhadores. A central punha trem de graça, o governo punha ônibus de graça, todo mundo ia para o estádio do Vasco. Vinte e cinco, trinta mil pessoas, e ainda ficava gente de fora. E o rádio transmitindo. Tinha muita gente que ficava nas praças, ouvindo os discursos com o famoso “Trabalhadores do Brasil” (...)²⁵⁸

Assim, é correto afirmar que uma parcela significativa da sociedade brasileira era constantemente informada acerca das políticas do Estado Novo, das leis trabalhistas e dos principais feitos de Vargas, uma vez que, seja presencialmente ou pelo rádio, muitos tinham acesso aos discursos do presidente e de seu Ministro do Trabalho. A carta de Edmundo Silveira é um grande exemplo de como os trabalhadores estavam atentos às mensagens governamentais: “(...) adquiri, então um pequeno rádio, e, *todas as noites ouvia a hora do Brasil* até que a 10 de novembro de 1937, senti que algo de novo se dava que bem podia mudar a orientação seguida até então” [grifos meus]²⁵⁹. O discurso em homenagem ao principal trabalhador, dono da Carteira de Trabalho nº. 000001, ecoava nos estádios e nos lares.

No primeiro de maio de 1938, o presidente discursava no Palácio da Guanabara. Em meio às suas palavras de exaltação ao trabalho, apresentando os principais feitos e os meios como estava satisfazendo “as justas aspirações das massas trabalhadoras”, é interrompido por um operário que brada: “Confiamos em Vossa Excelência!”. O Operário é seguido de palmas e apoio dos presentes. O discurso é constantemente interrompido por palmas prolongadas e

²⁵⁸ Entrevista de Hilcar Leite. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, p. 188-189.

²⁵⁹ Apud REIS, José Roberto Franco. *Op. cit.* p.117,118.

palavras de incentivo. O evento político torna-se cada vez mais interessante à medida que a formalidade do discurso não impede a interação dos presentes²⁶⁰.

Dá-se, então, a impressão de que Vargas, pela linguagem simples aplicada e pela sinergia estabelecida com os trabalhadores, não está discursando, mas sim conversando. Expressões vocativas ou introdutórias como *“Aqui estou, como de outras vezes”²⁶¹*, *“Brasileiros e amigos do Brasil”²⁶²* ou *“Ao vosso contato, ao calor das vossas manifestações espontâneas e vibrantes, encontro motivos de júbilo (...)”²⁶³* mostram o quão próximo pretendia estar dos trabalhadores. Esta maneira do líder político se aproximar dos seus interlocutores, bem como a linguagem simples e livre de prolixidades acabaram contribuindo para que os trabalhadores e as pessoas comuns continuassem, mesmo após as celebrações oficiais, a estabelecer uma comunicação com o presidente, que se dava através do processo catártico da escrita de cartas, contendo elogios, pedidos e ratificando o apoio ao governo. Os missivistas, em diversos, momentos, dão continuidade a assuntos já abordados em discursos oficiais do presidente Vargas ou de seu ministro do trabalho, como se realmente estivessem conversando com as autoridades políticas.

Um primeiro aspecto observado nos discursos do primeiro de maio, analisados, é a constante comparação feita por Vargas entre o Estado Novo e a Primeira República. O movimento de 10 de novembro de 1937 era considerado “um reajustamento dos quadros da vida brasileira”²⁶⁴. O presidente, em suas preleções convidava todos a voltarem os olhos para esse passado bem próximo, a fim de que se regozijassem com os novos patamares adquiridos pelo Brasil, no que diz respeito à legislação social. Patamares que os povos de “civilização

²⁶⁰ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1940.

²⁶¹ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1940.

²⁶² Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1942, lido pelo Ministro do Trabalho, Marcondes Filho.

²⁶³ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1943.

²⁶⁴ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1940. Em trecho de panfleto intitulado *Getúlio Vargas para Escolares*, produzido pelo DIP afirmava-se que *“as sombras foram dissipadas à luz que raiou com a manhã de 10 de novembro de 1937”*.

mais velha” ainda não conseguiram resolver satisfatoriamente. Olhar para trás era um importante exercício que ajudava a glorificar o regime:

(...) não posso deixar de pensar como os nossos governantes permaneceram, durante muito tempo, indiferentes à cooperação construtiva das classes trabalhadoras. Relegados à existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes os votos, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais²⁶⁵.

O segundo aspecto a ser observado nos discursos do primeiro de maio é a transmissão, constante, da idéia de que os trabalhadores e interlocutores são participantes ativos do governo. No discurso de 1940 o presidente anuncia leis criando a Justiça do Trabalho, os refeitórios populares e as escolas de ofício nos estabelecimentos industriais. Estas medidas, segundo o próprio presidente, originaram-se do contato pessoal com os trabalhadores, ocasiões em que verificou, nas visitas aos estabelecimentos industriais, “as suas necessidades mais imediatas”. A estratégia de tornar os trabalhadores co-autores dos projetos implementados era eficaz na manutenção, disseminação e sucesso destes:

Trabalhadores: como vedes, no regime vigente, participais diretamente das atividades organizadoras do Estado, em contraste flagrante com a situação anterior a 1930, quando os vossos interesses e reclamos não eram, sequer, ouvidos e morriam abafados nos recintos estreitos das delegacias de polícia²⁶⁶.

Assim, a partir do momento em que viam a possibilidade de serem participantes do governo, muitos trabalhadores sentiam-se à vontade para escrever ao presidente fazendo denúncias e críticas que, supostamente, contribuiriam para melhorar o país e a sua situação. Estas denúncias assumiriam, ao mesmo tempo, um tom reivindicatório na luta por direitos.

²⁶⁵ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1940.

²⁶⁶ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1939.

Ainda seguindo a idéia dos trabalhadores como co-autores dos projetos governamentais, percebamos que, em seus discursos, Vargas sempre conclamava os trabalhadores a assumirem a responsabilidade acerca dos rumos do país. O discurso do primeiro de maio de 1942 revela, neste sentido, um caráter diferencial. Não apenas pela ausência do Presidente às comemorações²⁶⁷, mas pelo momento histórico em que foi redigido e pronunciado, a saber, durante a Segunda Guerra Mundial. Momento este em que será exigido dos trabalhadores o chamado “esforço de guerra”:

No momento a nossa tarefa nas lavouras, nas manufaturas, nas minas e estaleiros, é preencher os claros da importação e fabricar em quantidades exportáveis o que apenas bastava ao consumo interno. A palavra de ordem a que devemos obedecer é produzir, produzir sem desfalecimento, produzir cada vez mais ²⁶⁸.

Durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhar assumiu um significado de luta pela pátria. O esforço de guerra deveria ser imensurável. A linguagem militar vai ser o diferencial nestes discursos, que abusam de metáforas de guerra: “(...) como chefe ou como soldados, estarei sempre convosco (...) na primeira linha dos combates”; “Soldados, afinal, somos todos, a serviço do Brasil”. No entanto, a frase de maior impacto o presidente deixou para o discurso do ano seguinte: “Estamos em guerra (...) Quem não estiver conosco está contra nós”²⁶⁹. O trabalhador só “estaria com o presidente” se empunhasse a sua arma em defesa da nação ameaçada. O trabalho e o esforço de guerra eram, seguramente, as mais eficazes armas, a partir da ótica governamental.

O terceiro tema que pretendemos aqui destacar e que foi predominante nas preleções do primeiro de maio (1938-1944) foi a questão da *valorização do trabalho contrapondo-se à ociosidade*. No primeiro de maio de 1938, Vargas discursa: “O trabalho é o maior fator da

²⁶⁷ O discurso não foi proclamado pelo próprio autor, Vargas, mas lido pelo Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, visto que o presidente Getúlio Vargas não pôde comparecer às comemorações oficiais por ter sofrido um acidente automobilístico.

²⁶⁸ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1940.

²⁶⁹ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1943.

elevação da dignidade humana”. E prossegue, “Ninguém pode viver sem trabalhar (...) o trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social”. Neste ritmo de exaltação do trabalho, o presidente elabora a pergunta e ele mesmo responde: “Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho”. A fórmula era bem simples: o trabalho bem realizado era uma forma de patriotismo, já a ociosidade configurava-se como uma atitude nociva e reprovável.

Considerando o trabalho como uma forma de enobrecimento, através do serviço à pátria, conseqüentemente há, nos discursos presidenciais, um combate veemente à ociosidade. Em tempos de guerra defendeu:

Hoje mais do que nunca a ociosidade deve ser considerada crime contra o interesse coletivo. Não se pode tolerar a desocupação quando há tantas tarefas urgentes a realizar. Operários nas máquinas, marinheiros nos navios, ferroviários, motoristas, funcionários, diretores de indústrias, almirantes nos mares, ou generais nos postos de comando – todos sob o mesmo imperativo: fazer bem e rapidamente a parte que lhes toca²⁷⁰.

Pelos discursos presidenciais podemos perceber o quanto as datas comemorativas do calendário governamental eram importantes. As celebrações ficavam gravadas nas mentes e corações, conforme pudemos observar nas lembranças do radialista Luiz Mendes: “O clima nesse dia era festivo. Getúlio começava o discurso sempre com ‘Trabalhadores do Brasil’. Dizia bem gaúcho na forma de falar”²⁷¹. Foi, inclusive, no dia 1º de maio de 1943 que Getúlio Vargas adentrou o estádio de São Januário em carro aberto e, após vários desfiles e discursos proclamou as Leis trabalhistas da tribuna de honra do estádio. Tal estratégia acabava por associar, automaticamente, as datas comemorativas ao governo e à obtenção de boas notícias. Assim, o momento das celebrações, supostamente o momento em que o coração presidencial estaria mais aberto para outorgar benefícios, seria um interessante momento para escrever

²⁷⁰ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1943.

²⁷¹ OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. *Op. cit.* p.102.

uma carta e elaborar um pedido. Com as festas do 1º de maio, Getúlio Vargas ensinara o povo a celebrar e abrir-se para o que Angela de Castro Gomes chamou de “tempo festivo”²⁷².

3.1.2. A Celebração dos Missivistas.

As comemorações e o calendário festivo do Estado Novo constituíram-se em momentos chave para a comunicação entre Vargas e os trabalhadores, seja esta uma comunicação direta, através de um discurso, ou uma comunicação indireta, através da aprovação de uma lei que automaticamente se vinculava à data festiva.

Na documentação correspondente à subsérie Trabalho não foram encontradas cartas alusivas às celebrações do dia 1º de maio, escritas neste dia ou nas proximidades dele. Todavia, a quantidade de cartas alusivas às demais celebrações do regime é expressiva e ajudam-nos a entender um pouco mais esta atmosfera festiva que marcou o primeiro governo Vargas.

Chama-nos atenção a expressiva quantidade de pessoas que escrevem uma carta em data próxima ao aniversário do presidente, 19 de abril. Este dia se tornara uma data cívica, principalmente a partir do Estado Novo, quando se transformou em uma comemoração nacional, “tal como os dias de Tiradentes e de Duque de Caxias, elevando Getúlio ao pedestal de herói nacional. A comemoração pública seguia o estilo da celebração, na Itália, do nascimento de Mussolini”²⁷³.

Em 19 de abril de 1942, por exemplo, são inaugurados os novos estúdios da Rádio Nacional. Desde 1942 a rádio passara para as mãos do governo²⁷⁴. Líder absoluta em

²⁷² GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.216.

²⁷³ OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. *Op. cit.* p.99.

²⁷⁴ A Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional pertencia ao mesmo grupo de A Noite e da Rádio Editora, que, a partir de 1931, passam a integrar os empreendimentos, no Brasil, do capitalista norte-americano Percival Farquhar – que atuava em várias outras áreas, como as de estradas de ferro (Madeira-Mamoré), de exploração de minério e de fornecimento de energia elétrica. (...) Em março de 1940, através de um decreto, o Presidente da República incorporou ao Estado todos os bens da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Entre estes estavam incluídos os acervos das sociedades A Noite, Rio Editora e Rádio Nacional. Elas passam a integrar

audiência, a rádio inaugurou uma série de melhorias físicas em suas instalações passando, inclusive, a partir do primeiro dia do ano seguinte a falar para o mundo. Foram inauguradas cinco antenas de ondas curtas: duas voltadas para os Estados Unidos, duas para a Europa e uma para a Ásia. A solenidade de inauguração dos novos estúdios foi um exemplo de programação veiculada como parte das comemorações do aniversário do presidente²⁷⁵.

Outra estratégia de celebração do 19 de abril foi o pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, transmitido pelo rádio e depois publicado, em 19 de abril de 1940, pelo Jornal *O Estado de São Paulo*. Ao referir-se a Vargas, o ministro dizia: “(...) homem sem ódio, sem vaidade, dominado pela preocupação de fazer o bem; servido por espírito de tolerância exemplar, sistematicamente devotado ao serviço da Pátria...”²⁷⁶. Assim, percebemos que a data nunca passava sem ser lembrada, celebrada.

Contudo acreditamos que a inclusão do dia 19 de abril no calendário festivo foi muito mais uma estratégia de comunicação do DIP do que um desejo profundo de Getúlio Vargas, pois apesar da cidade ser entregue a uma grande variedade de atos comemorativos - missas, almoços, jantares, paradas, bailes, inaugurações e solenidades – o presidente normalmente se ausentava do Rio por ocasião de seu aniversário²⁷⁷. Ao analisar esta data no diário de Vargas, Maria Celina D’Araújo constata a forma como este percebia o 19 de abril:

Preferiu, como se sabe, ritualizar datas nacionais, criar mitos e apelos populares e projetar sua imagem de homem pouco afeito a bajulações e intimidades. A expressão mais clara disso no diário está relacionada aos dias de seu aniversário. Menciona que sempre se ausenta do Rio em caráter particular para não ser importunado e também para não criar constrangimentos aos que o cercam no governo²⁷⁸.

o grupo das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio da União. CALABRE, Lia. *O rádio na sintonia do tempo: radionovelas e cotidiano (1940-1946)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, p.31,32.

²⁷⁵ OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. *Op. cit.* p.134.

²⁷⁶ OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. *Op. cit.* p.100.

²⁷⁷ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.217.

²⁷⁸ D'ARAUJO, Maria Celina. “O Fio da meada no diário de Vargas”. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº. 17, 1996.

Se comparados a outras datas comemorativas, percebemos o caráter mais simples e moderado dos eventos relacionados ao aniversário de Vargas. Todavia, diante da população, a data mantinha a atmosfera de evento cívico. Não eram poucos os missivistas que escreviam próximo ao dia 19 de abril para externarem o seu sentimento com relação ao presidente:

Emocionados e integrados, na sincera e justa manifestação dispensada a V. Excia. hoje, pela passagem de seu natalício, vimos M. Garcia Senra e sua esposa Zilá Margarida da Costa Senra, muito admiradores, cumprimentar e fazer votos pela sua constante felicidade, para tranqüilidade de nosso Brasil e especialmente a nossa²⁷⁹.

Chama-nos a atenção a crença no fato de que a tranqüilidade do país, na perspectiva daqueles que escrevem, estava diretamente associada à felicidade do presidente Vargas, que se tornara a síntese da nação. A boa saúde do presidente e seu bem-estar era desejo de grande parte dos brasileiros, que entendiam as conquistas sociais do momento político em vigor como obra exclusiva do presidente, pois como pudemos ver, as mensagens governamentais sempre destacavam que Getúlio Vargas havia feito, havia assinado, ou havia aprovado. O presidente era visto como o ator principal daquele governo. Mais um ano de vida para Vargas passou a representar mais um ano de valorização da política trabalhista, com possibilidades de novas conquistas. É por isso que o Padre Agostinho José Rezende deseja uma “longa e feliz existência²⁸⁰” para o presidente, já a “mãe brasileira”, Elia Alcantara Pessoa, se esmera na tarefa de encontrar um adjetivo para o 19 de abril: “Peço licença a V. Excia. para dirigir-vos estas linhas felicitando-vos pela data gloriosa para nós Brasileiros, de vosso aniversario natalício”²⁸¹.

Observe que a data é gloriosa para todos os Brasileiros e não apenas para o aniversariante. Nas palavras de Pedro Araújo é o dia “que simboliza a tranqüilidade e a

²⁷⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 10.792, caixa 279, 1941.

²⁸⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 12.934, caixa 208, 1943.

²⁸¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 11.394, caixa 403, 1942.

felicidade do povo brasileiro”²⁸², neste dia “milhões de brasileiros celebram, de alma contente e coração alegre”²⁸³ o aniversário de Getúlio Vargas.

Estes sentimentos descritos nas cartas ajudam-nos a entender como o aniversário do presidente Vargas foi atingindo um significado cívico cada vez mais forte. Em grande parte das correspondências enviadas no mês de abril, sempre havia um tópico de felicitações ao chefe da nação, pois a data fora cravada nas mentes e corações, assim como o sete de setembro e a Proclamação da República. Abdalla Nemes, elevando Getúlio ao posto de ídolo e herói, homenageia o presidente nesta data especial: “(...) tendo a minha esposa dado à luz o nono filho, no dia 19 de abril e, como tivesse a felicidade de ser um filho varão, dei-lhe o nome de Getúlio, em homenagem a V. Exa. (...)”²⁸⁴.

João Aquino escreve no dia dez de abril, mas também não deixa a data que está por vir “passar em branco”, por um motivo muito especial:

Peço aceitardes os meus antecipados cumprimentos e votos de felicidade pela data de 19 de abril, comemorativa ao vosso aniversário, tão grata para todos nós brasileiros. Nascido, também, a 19 de abril, eu me felicito, de certo modo orgulhoso, por ser também a data natalícia do eminente estadista que tão sabia e honestamente vem conduzindo os destinos do nosso querido Brasil. É, todavia, bem diversa a sorte, excelência: enquanto subis, cercado de justas glórias e triunfos merecidos, eu me sinto cada vez mais abatido pelos contratempos da vida, que nestes últimos tempos tem me sido bem adversa, conseqüente de enfermidades e do falecimento de minha esposa e das mil e tantas dificuldades que me advieram²⁸⁵.

João aproveita o fato de fazer aniversário no mesmo dia que o presidente para estabelecer a comparação entre a sua realidade e a realidade do chefe da nação. O ponto em comum está apenas no aniversário, pois no quesito sorte, Vargas, “cercado de justas glórias e triunfos merecidos” está muito a frente de alguém que perdeu a esposa e passa por muitas dificuldades. Seguindo esta estrutura de argumentação, apenas no penúltimo parágrafo o

²⁸² AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 9.263, caixa 208, 1940.

²⁸³ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 12.930, caixa 478, 1942.

²⁸⁴ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 13.448, caixa 406, 1942.

²⁸⁵ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 10.058, caixa 279, 1941.

missivista faz a sua solicitação: um pedido de empréstimo junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

É interessante ressaltar que estas cartas que trazem os “parabéns” para o presidente não têm este como objetivo principal. Nas correspondências analisadas, procedentes de vários lugares do Brasil, percebemos que há sempre uma solicitação a ser efetuada, um pedido especial. A questão que surge é o porquê da grande quantidade de pedidos, justamente no dia 19 de abril, ou seja; que lógica é esta, regida pela idéia de que o aniversário é do Presidente, mas o presente deve ir para o missivista?

Entendemos que o momento de celebração de um aniversário, em nossa sociedade é marcado por rituais e comportamentos. Um dos mais evidentes é a necessidade do aniversariante mostrar-se receptivo e aberto a todos quantos desejarem prestar-lhe homenagens. O dia do aniversário é uma grande oportunidade para celebrar a vida, para sorrir, dar atenção aos amigos e pessoas que estão próximas. Assim, esperar ou utilizar a data do aniversário do presidente para fazer uma solicitação significa agir estrategicamente, abrindo a possibilidade de encontrá-lo em um ótimo e feliz momento que impulsionariam ao atendimento positivo da demanda. Na medida em que a política governamental adiciona o 19 de abril no calendário das comemorações cívicas, acreditamos que o aniversário do presidente também entra nos calendários familiares de comemoração. Portanto, como esquecer o aniversário do presidente? Como esquecer o seu “poder”, a sua “clarividência” e a sua “bondade”, que podem nos beneficiar neste dia solene e feliz²⁸⁶?

Outra importante data era o dia sete de setembro, dia da Independência do Brasil. Para o regime varguista, as comemorações do dia da Independência representavam oportunidades para a população demonstrar o seu amor ao país, à Nação e conseqüentemente ao governo. As

²⁸⁶ Destaque para mais correspondências que felicitam o presidente da república por seu aniversário: AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 12.783, caixa 349, 1943; Processo 12.813, caixa 344, 1941 e Processo 11.724, caixa 403, 1942.

cerimônias realizadas nos sindicatos, com o canto do Hino Nacional, hasteamento da bandeira e ministração de palestras cívicas, reunia os trabalhadores para a exaltação de valores simbólicos, o que contribuía para deixar a data muito viva dentro de cada cidadão brasileiro. Era o dia de abençoar a pátria e também abençoar o presidente, conforme fez Luis Gonzaga em carta escrita no dia da Independência: “Que as bênçãos dos Céos caiam em abundancia sobre vós nesse grande dia consagrado ao culto da nossa Pátria, do nosso querido Brasil hoje para sua grandeza entregue nas mãos de V. Excia.”²⁸⁷

No sete de setembro havia uma distribuição de solenidades ao longo do dia: pela manhã a tradicional parada militar, enquanto à tarde era realizada a “Hora da Independência”, com salvas de tiros, demonstrações de esquadrilhas de avião e desfiles de estudantes²⁸⁸. Havia também discursos do presidente, conforme escreve Maria Torres de Oliveira em sua humilde carta, escrita ao som do Hino Nacional: “No dia 7 de setembro eu ouvi seu discurso e chorei de emoção (...)”²⁸⁹.

Em seus discursos do dia 7 de setembro, o presidente costumava destacar a figura do soldado, utilizando em sua fala a imagem de pelotões de trabalhadores, integrados na tarefa de proteger a pátria. Soldados e trabalhadores passaram a fazer parte de uma mesma totalidade, principalmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando cada um passa a combater e engrandecer o seu país em seu *front* de batalha, seja encarando o combate ou o desafio da produção aditivada com o esforço de guerra.

Além do desfile de sete de setembro, durante o Estado Novo também foram largamente celebrados o do Dia da Bandeira e a instituição do Dia da Juventude Brasileira, também apontado como o Dia da Raça, em 05 de setembro²⁹⁰. Os colégios desfilavam nas

²⁸⁷ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 25.602, caixa 345, 1941.

²⁸⁸ ARÊAS, Luciana Barbosa. *Op. cit.* p.140.

²⁸⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 2.333, caixa 205, 1940.

²⁹⁰ MENESES, Eduardo Diathay. “Disfarcas da Ideologia da totalidade”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 4, 1989, p.287.

grandes cidades, dois dias antes das Forças Armadas. O radialista Luiz Mendes lembra que muitos profissionais do ramo eram convocados pelo governo para abrilhantar os desfiles:

Eu era sempre chamado para narrar os desfiles de 05 e 07 de setembro. Era o DIP quem convocava. Quem comandava a transmissão era o DIP. Eles é que escolhiam [os locutores]. Escolhiam pela capacidade de improvisação. Abria as transmissões tendo que descrever meia hora antes o que estava acontecendo. Eles não mandavam muitas determinações. Mandavam apenas a ordem do desfile e os nomes das pessoas que comandavam, que apareciam²⁹¹.

A celebração da Semana da Pátria, com a “Parada da Juventude”, consistia em um desfile escolar pelas principais ruas da cidade e simbolizava vinculação entre o “jovem” e o “novo”, peças-chaves de um regime que se pretendia inovador. Nos jovens era creditado o futuro do regime²⁹². No exato dia 5 de setembro de 1942, dia da Juventude Brasileira, durante a Semana da Pátria, a adolescente Yeda da Cunha, de 14 anos escreve para o presidente Vargas:

Escrevo a V. Excia., nesta data, em que se comemora a Festa da Juventude. Sou brasileira e tenho quatorze anos de idade. Meus pais são também brasileiros e pobres, não podendo por isso custear meus estudos na primeira série secundária do Instituto de Humanidade do Estado do Rio, colégio a que pertenço²⁹³.

Para melhorar a qualidade de vida e da família e ter condições de prosseguir com os estudos, a adolescente deseja que o pai seja reintegrado ao serviço de ferroviário marcador de dormentes da Estrada de Ferro Leopoldina, dirigida por ingleses. Yeda tira o foco da solicitação de seu pai e transfere para ela mesma, já que estava a escrever no dia em que a juventude era evocada e celebrada: “Igual ao caso de meu Pai existem outros pais de meninas pobres da minha idade, que sonham com a felicidade, cuja felicidade depende dos nossos amigos cidadãos ingleses (...)”.

²⁹¹ OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. *Op. cit.* p.101.

²⁹² ARÊAS, Luciana Barbosa. *Op. cit.* p.141.

²⁹³ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 30.352, caixa 408, 1942.

A carta da adolescente de 14 anos é um forte indício de que as cartas não eram apenas escritas aleatoriamente, mas sim dentro de um contexto. Os missivistas estavam sensíveis aos eventos políticos que os rodeavam e agiam dentro de um campo de possibilidades. O Sr. Lafayette da Cunha e Souza, pai de Yeda poderia ele mesmo ter escrito a carta, pois na mesma não é citada qualquer tipo de limitação para que pudesse fazê-lo. Permitir que a filha escrevesse por ele tinha apenas o objetivo de tornar o pedido mais legítimo e inteiramente afinado com o calendário festivo, que de forma alguma foi esquecido ao longo da correspondência: “Va. Excia. que sempre foi amigo e o é, dos ferroviários e protetor da juventude, certo me atenderá”, afirmou a jovem Yeda no dia destinado a ela.

E era esta atmosfera de festa patriótica que estava intrinsecamente ligada à imagem do presidente Getúlio Vargas, conforme ressalta Adalgisa Lucena na introdução de sua correspondência, escrita no dia sete de setembro: “Neste dia solene, quando todos os bons brasileiros comemoram com a maxima alegria o ‘Dia da Independencia’, lembro-me da V. Excia., para tomar a liberdade de dirigir-vos esta linhas”²⁹⁴.

Interessante notar como a missivista associa o sete de setembro à idéia de livre-arbítrio, autonomia. Era justamente neste evento histórico rememorado por todos que, a correspondente se sentia com liberdade aditivada para se apresentar diante do Presidente com a sua prece.

Pensar em Independência do Brasil, durante o Estado Novo, significou pensar no governo Vargas. Creditamos esta automática associação à eficácia e eficiência do DIP, que orquestrou o calendário cívico de forma estratégica, convocando todos os verdadeiros cidadãos a celebrarem a Independência sobre os auspícios do aparato governamental. Assim estariam, conseqüentemente, celebrando também o Estado Novo. Ficar de fora desta

²⁹⁴ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 30.820, caixa 407, 1942.

celebração significava não estar integrado e nem afinado com as diretrizes em vigor, pois como destacou Adalgisa: “todos os bons brasileiros comemoram” alegremente.

A celebração do dia dez de novembro, aniversário de instituição do Estado Novo, era ao lado do dia primeiro de maio uma das datas mais importantes no calendário festivo do governo Vargas. Não porque reunia milhares de pessoas em estádios, visto que as comemorações referentes ao aniversário do *Golpe Silencioso*²⁹⁵ eram mais descentralizadas, compondo-se de diversos eventos espalhados pelo dia ou por vários dias²⁹⁶, mas porque era um momento de exaltação das realizações do regime. Momento de fornecer à população provas concretas de tudo quanto se realizara em busca do progresso do país e do bem-estar dos cidadãos. Ocasão em que o regime expressava a representação acerca daquilo que havia construído sobre si mesmo²⁹⁷. Foi, inclusive, durante um discurso em comemoração ao primeiro aniversário do regime, que Getúlio Vargas utilizou pela primeira vez o vocativo “*Trabalhadores do Brasil*”²⁹⁸. Estes encontros festivos celebravam a aproximação entre Vargas e o público trabalhador.

O fato do aniversário do Estado Novo estar próximo de uma data tão importante para a memória brasileira, que é a Proclamação da República - no dia 15 de novembro - não anulou a magnitude do dia 10 de novembro. Muito pelo contrário, podemos ver uma extensão do calendário festivo e uma ressignificação da Proclamação da República, que por ser comemorada cinco dias depois acabou por ser entendida como extensão das celebrações referentes à implantação do Estado Novo, conforme escreve Oscar Pereira da Silva, da Bahia,

²⁹⁵ CAMARGO, Aspásia. *O Golpe Silencioso: as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

²⁹⁶ No dia 10 de novembro de 1942, por exemplo, foram organizados 14 desfiles, em vários lugares públicos, com a cooperação de bandas de música militares; no campo do Fluminense realizou-se um concerto sinfônico com a colaboração da Orquestra Sinfônica do Teatro Municipal; No Museu Nacional de Belas Artes, uma exposição de pintura e uma exposição do livro “Brasil pela imagem, de Álvaro Martins. FILHO, João dos Santos. “O Turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda”. In: Revista de Cultura e Turismo. Ilhéus, nº 2, 2008.

²⁹⁷ ARÊAS, Luciana Barbosa. *Op. cit.* p.150.

²⁹⁸ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.216.

em sua correspondência: “Felicito-vos mais uma vez o transcorrer das datas, 10 e 15 do corrente, tão grandes e auspiciozas para os Brasileiros²⁹⁹”. Neste aspecto, percebemos o quanto a propaganda e as celebrações têm o poder de associar calendários que, salvo pela proximidade, poderiam ser considerados díspares.

O interessante é perceber como a quantidade de festas e celebrações misturavam-se nas mentes e corações dos missivistas. Herminio Mazzini escreve, em 1940, parabenizando o presidente Vargas pelo décimo ano do Estado Novo, que havia sido instituído há apenas três: “En Primeiro lugar felesitovos pela pasagen do desimo aniversario do Estado Novo e rogo a deus que lhe de vida e saude (...)”³⁰⁰. Inicialmente poderíamos pensar que Hermínio provavelmente confundira o dia 10 de novembro com o dia 24 de outubro de 1930, que marca o aniversário do golpe de 1930, com a chegada de Vargas à presidência. Todavia a carta corrobora o argumento de Jorge Ferreira em *Trabalhadores do Brasil*³⁰¹, de que para os trabalhadores o tempo é contínuo e a ruptura de 1937 não existia. A propaganda, inclusive, trabalha com esta idéia de continuidade que contribui para o erro de calendário percebido na correspondência.

Erros de calendário à parte, a regularidade das festas e comemorações não deixava que a população esquecesse a importância destas datas. O próprio Hermínio confirma: “(...) mas lembrei-me do aniversário de nosso Estado Novo para felicitar-vos e no mesmo tempo dizer-vos o que sinto dentro de minha alma”. Talvez o mais correto fosse não afirmar que o missivista lembrou, mas que foi lembrado acerca do aniversário do Estado Novo, pois precisa e massiva era a propaganda a girar em torno de tal data, conferindo a esta uma importância inimaginável nos três anos que antecederam a escrita do Sr. Mazzini. Importância esta que aparentava já haver se passado dez anos, tamanha a capacidade que um evento cívico

²⁹⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 34.863, caixa 348, 1941.

³⁰⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 28.282, caixa 278, 1940.

³⁰¹ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997

orquestrado pelo DIP tinha de carimbar determinado evento histórico nas mentes e corações dos brasileiros³⁰².

No entanto, a vontade de se comunicar com o presidente e sentir-se bem perto do mesmo não crescia apenas nas datas cívicas. Para alguns missivistas, qualquer data especial era motivo para acionar a providência governamental, inclusive ao final do ano quando o presidente costumava desejar Boas Festas e Feliz Ano Novo especialmente para o “lar operário”³⁰³.

É neste clima de festas natalinas que no dia 2 de dezembro de 1942 Ilza Mascarenhas pede providências no sentido do seu pai, Apolinário Mascarenhas, ser reconduzido à função de diretor da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas e indenizado no valor das quantias merecidas pelo seu trabalho. O pedido da missivista é contextualizado. No momento em que presentes são trocados e um clima de alegria invade as residências, Ilza faz a sua solicitação: “Senhor Presidente, estamos nas vésperas de Natal, o maior dia do anno, dia esse que todos devem estar alegres, dia em que todos presenteiam uns aos outros (...).Seja o nosso ‘Papai Noel’!”³⁰⁴.

A associação de Vargas, com um bom velhinho que traz presente para as crianças na noite de Natal é o que impulsiona a escrita da carta ter sido supostamente efetuada pela filha e não pelo pai. Analogia interessante a que fez a missivista, pois assim como no início de dezembro as crianças escrevem cartas para Papai Noel, pedido presentes, ela também escreve a sua carta. No entanto, o destinatário, não está no Pólo Norte, ele mora no mesmo estado do remetente: Getúlio Vargas. Só ele “com sua incomparável bondade e justiça” poderia garantir este presente de Natal. Trata-se de uma troca simbólica, pois os destinatários também não pretendem deixar o chefe da nação sem presente natalino:

³⁰² Mais cartas de Felicitações pelo dia 10 de novembro: AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 33.237, caixa 407, 1942.

³⁰³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.218.

³⁰⁴ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 36.002, caixa 476, 1942. Outra carta escrita em clima de Natal: AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 2.565, caixa 478, 1940.

O Presente de Natal para V. Ex. mandarei por intermédio do Menino Jesus, Farei uma prece junto ao seu bercinho pedindo-o para que proteja muito e conserve a tão preciosa vida do PAE DOS BRASILEIROS, Presidente da mais linda Nação e Homem de maior valor do mundo.³⁰⁵

As festividades oficiais constituíam ocasiões importantes para a comunicação entre Vargas e os trabalhadores, consolidadas pela regularidade das comemorações e pela repetição dos rituais. Portanto, a partir desta pequena amostra de cartas escritas em perfeito alinhamento com o calendário festivo do Estado Novo - as quais fazem parte de um conjunto muito maior presente em outras subséries do Fundo Gabinete Civil da Presidência da República - defendemos que a escrita nas datas comemorativas não se tratou de uma simples coincidência. O que vimos são missivistas com plena consciência do momento em que estão escrevendo. Percebemos nas cartas que até o vocabulário estava afinado com a celebração em vigor no momento da escrita. Na visão dos missivistas, tais cuidados poderiam até resultar em uma resposta positiva, por parte do presidente.

3.2. Sem motivos para festejar: Cartas, Denúncias e Críticas ao Estado Novo.

Recordemos o conto de Cinderela, em sua versão moderna, amplamente conhecido: uma belíssima jovem é humilhada diariamente pela madrasta, sem perspectiva de dias melhores, ou de ver reativada a sua exuberante vida social após a morte dos pais. Em um momento mágico, a jovem é auxiliada por sua fada madrinha e consegue, de forma miraculosa, comparecer ao grande baile no palácio e encantar o príncipe, deixando apenas o seu sapato de cristal como rastro.

³⁰⁵ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 36.002, caixa 476, 1942.

Imaginemos, então, a grande noite de Cinderela contada a partir do ponto de vista do porteiro do palácio. Interessante, não? E nesse exercício contamos com a maestria e irreverência de Luis Fernando Veríssimo através da narrativa *Detalhes*, publicada no Jornal do Brasil³⁰⁶.

Nela, após o baile, o porteiro chega em casa trêmulo e mal consegue compartilhar a história com sua esposa. Começou tudo bem, as pessoas chegavam ao baile quando “*de repente, chega a maior carruagem que eu já vi. Enorme e toda de ouro*”. E prossegue: “*(...) salta uma dona. Sozinha. Uma beleza. Eu me preparo para barrar a entrada dela porque mulher desacompanhada não entra em baile do palácio*”. O porteiro titubeia, parece que vai estragar a noite de Cinderela, mas enfim “*(...) essa dona é tão bonita, tão, sei lá, radiante, que eu não digo nada e deixo ela entrar*”. O baile prossegue. Só que à meia-noite o porteiro escuta um rebuliço na porta do palácio, olha para trás e vê uma mulher maltrapilha descendo as escadas correndo. “*Ela perde um sapato. E o príncipe atrás dela (...) E gritando para mim segurar a esfarrapada*”. O porteiro continua o seu relato para a esposa: “*(...) Me preparo para segurá-la quando ouço uma espécie de ‘vum’ acompanhado de um clarão (...) a tal carruagem de ouro. A de ouro. Tinha se transformado em abóbora (...) E os cavalos em ratos*”.

Após a história, a esposa não acredita no porteiro, diz que este já bebeu demais e deveria pedir sua transferência para o almoxarifado.

Luís Fernando Veríssimo narra a mesma beleza, a mesma magia e os mesmos contratempos do conto tradicional, só que de forma diferente, através do porteiro e de sua linguagem coloquial, a qual não tem preocupações, nem com a retórica e nem em acertar a colocação pronominal. Este, uma pessoa comum, um trabalhador, contando a história a partir da sua apreensão dos fatos. E o mais interessante é que o porteiro, muitas das vezes

³⁰⁶ VERÍSSIMO, Luís Fernando. “Detalhes”. In: CARNEIRO, Agostinho Dias. *Pré-vestibular Social: Língua Portuguesa*. V.1. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2007.

esquecido, renegado pelo conto oficial, aparece na narrativa de Veríssimo com participação relevante. Teve o seu papel de agente, permitindo a entrada da moça no baile e fracassando na tentativa de segurá-la à meia-noite. O próprio título da narrativa, *Detalhes*, sugere que o autor deseja chamar a nossa atenção para alguns aspectos que só o porteiro do prédio seria capaz de nos contar, lançando um foco de luz mais amplo sobre a história, sobre seus diferentes pontos de vista, permitindo o cotejamento do conto oficial com a experiência do porteiro. Assim, a verdade não é mais unitária e passa a ser pensada em sentido plural, é claro, sem perder a solidez. Isso porque plurais são as vidas individuais, as experiências, como plural é a memória que registra os acontecimentos da vida.³⁰⁷

É isso que o trabalho com as cartas do Fundo Gabinete Civil da Presidência nos proporciona: novos caminhos pelas veredas da história do Brasil, a partir de pontos de vista e experiências diferentes. Experiências de trabalhadores e pessoas comuns que durante algum tempo foram rejeitados pela historiografia oficial, mas que a cada dia são descobertos e redescobertos enquanto agentes históricos e não apenas como espectadores. O porteiro teve a sua participação na escolha daquela que seria a futura rainha. Os trabalhadores, durante um governo ditatorial, tiveram um importantíssimo papel ativo na cobrança de direitos, os quais, a partir da concepção do Estado Novo e sua cultura de valorização do trabalho, tornaram-se inalienáveis³⁰⁸.

A partir da análise de cartas que, na maioria das vezes, se inserem em modelos tradicionais de acionar interesses (clientelismo, paternalismo, a lógica do favor), não podemos chegar a conclusões precipitadas de que em tais correspondências os indivíduos não reclamassem o cumprimento de direitos e apenas solicitassem favores. Existe, em muitos

³⁰⁷ GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.14.

³⁰⁸ Sobre o estudo de um acontecimento histórico, a partir de diferentes pontos de vista é interessante ressaltar a pesquisa de Celso Castro, a qual, a partir do diário Bernardina, filha do então tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, ratifica a tese de que Benjamin estava sendo aos poucos atraído pelos jovens militares com posições politicamente mais radicais e não o contrário, como foi veiculado durante muito tempo na historiografia e nos livros didáticos. O diário de Bernardina ajuda o pesquisador a reconstruir os dias que antecederam ao golpe republicano de 1889. Ver CASTRO, Celso. "O Diário da Bernardina". In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.229-239.

casos, uma crítica velada. Para José Roberto Reis, quando a crítica aparece, “a sinuosidade e a ambigüidade são a sua marca registrada”³⁰⁹. Segundo Jorge Ferreira e José Reis, a omissão será a regra preferencial, mas não descarta a existência de críticas. O missivista, quando achar necessário, buscará fazer uma crítica dissimulada. No entanto, é possível, a partir do discurso dos próprios trabalhadores, encontrar estas críticas, como quem acha um tesouro, pois é um duro golpe na historiografia que defendia trabalhadores neutralizados, apáticos e manipulados pelo aparato propagandístico do Estado Novo.

A partir da análise das cartas ao presidente Vargas, pudemos acessar um outro discurso acerca do Estado Novo. O discurso oficial transmite idéia de coesão, unanimidade, aprovação irrestrita à administração estadonovista. Todavia, não é o que as correspondências do Fundo Gabinete Civil da Presidência nos mostram. Nelas percebemos críticas ao governo; vozes dissonantes; percebemos uma nova versão em contraponto ao conto oficial. Assim como no conto de Veríssimo, demos voz aos “porteiros”; ferroviários; carpinteiros; donas de casa, dentre outros protagonistas da História do Brasil.

Durante muito tempo estes agentes foram silenciados por uma historiografia pautada na tese de que a classe trabalhadora, a partir de 1930, era passiva, vulnerável aos dispositivos ideológicos e aos “eficientes” mecanismos de controle social das classes dominantes que doutrinavam as mentes, manipulavam, e afastavam os trabalhadores de seus interesses³¹⁰. Estes, desprovidos de tradição de luta, sem consciência e sem organização, recebiam passivamente a doutrinação política e rendiam-se ao discurso de Getúlio Vargas.

Partir dessa análise seria atribuir ao projeto estatal do governo Vargas um poder “total” que este não possuía³¹¹, seria cair na armadilha metodológica de achar que o Estado Novo tinha o controle de todas as variáveis do processo histórico, sempre coordenando, prevendo antecipadamente e tomando decisões minuciosamente arquitetadas. Atentemos para

³⁰⁹ REIS, José Roberto Franco. *Op. cit.* p.108.

³¹⁰ FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.14.

³¹¹ *Id. Ibid.* p.16

o fato de que a ação dos trabalhadores, das “pessoas comuns”, resulta de “escolhas, decisões e negociações dos indivíduos frente ao poder constituído, cheio de contradições e porosidades”.³¹²

Neste trabalho com as cartas, descartaremos qualquer possibilidade de saber “o que realmente aconteceu”, ou seja, a verdade dos fatos, pois o registro não é elaborado com esta perspectiva. O que importa para nós, enquanto historiadores, é a ótica assumida pelo registro e como o seu autor expressa as suas próprias experiências. Não se trata de “dizer o que houve”, mas dizer o que o autor diz que viu, sentiu, experimentou, em relação a um acontecimento. Mas é óbvio que “ao explorar esses arquivos, os historiadores nutrem a esperança de tornar o passado tangível, tocar o que de real restou de um tempo pretérito, vivendo a sensação de atingir de forma definitiva e próxima os testemunhos do passado”³¹³

Assim, o trabalho com as correspondências requer um cuidado metodológico porque, como já foi destacado anteriormente, o pesquisador, não pode se deixar levar pelo “feitiço das fontes”, as quais não são expressões do que realmente aconteceu. No entanto, o que pretendemos é destacar como o conteúdo destas correspondências possui uma relação com o tempo de sua produção. As correspondências são “vestígios de histórias em migalhas” e, por isso, só podem ser compreendidas como partes de um “jogo”³¹⁴. Desta forma, os documentos não devem ser considerados como retratos fiéis da realidade, mas como registros a serem analisados em si mesmos, em um tempo histórico.

A nossa atenção está voltada para as concepções e valores que os missivistas veiculam, bem como para as representações sociais que orientam sua comunicação com o

³¹² COSTA, Hélio; SILVA, Fernando Teixeira da. “Trabalhadores Urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.216.

³¹³ VENANCIO, Gisele Martins. “Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história”. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.112.

³¹⁴ VENANCIO, Gisele Martins. *Idem*, p.111.

Presidente; perseguindo recursos, metáforas e recorrências discursivas; buscando apreender os hábitos políticos que embasam a formulação dessas demandas.

O que podemos perceber, a partir da leitura da documentação, é que os trabalhadores estavam muito atentos a todos os passos e palavras de Vargas. Iniciemos com a carta de Artur Inácio do Prado, de Porto Alegre, que chama atenção para o jornal referente ao mesmo dia em que escreve ao presidente. A notícia estava “fresquinha”, em suas mãos, pois saíra “No ‘Correio do Povo’ de hoje”. Assim, investir de forma pesada na propaganda política podia auferir grandes lucros, ou seja, levar os feitos de Vargas até os “confins da terra”, uma vez que os jornais e revistas que exaltavam a figura de Getúlio possuíam alcance significativo. Mas, de acordo com o documento, percebemos que esta exposição excessiva da figura pública, dando até a impressão de que esta se encontrava bem ao lado de cada receptor, em todos os momentos, poderia também despertar dúvidas e críticas daqueles que não se sentiam privilegiados com os benefícios estatais disseminados pela propaganda, a exemplo do missivista.

No ‘Correio do Povo’ de hoje, na longa entrevista dada por V. Exc. A imprensa aí em Petrópolis, li os seguintes tópicos:

‘Só a correspondência diária lhe toma muito tempo, pois que faz questão de ler todas as cartas e telegramas que lhe são dirigidas’

‘Todos tem uma resposta favorável ou contrária, mais ninguém deixa de saber a solução que teve seu caso’.

Tudo isso diz o jornalista em relação a V. Ex. Mas eu cá com minhas justificadas reservas, fiquei pensando que tais afirmativas, como bonitas, correm por conta da reportagem. (...)

Será possível que V. EX., com seu ponderado espírito de justiça, não tivesse lido o meu telegrama? Estou certo que fui dos primeiros.(...) Apelei para V. Ex. e não obtive resposta!

Será mesmo que V. Ex. lê todas as cartas e telegramas? Será que V. Ex. com tão lindos e oportunos projetos não quererá colocar-me em lugar distinto onde eu possa trabalhar, subir, fazer-me pelo meu merecimento!

É o que fico esperando.³¹⁵

³¹⁵ AN-RJ, GCPR, Pessoal Civil – Pedido de Emprego, processo 4.785, lata 133, 1938.

O que Artur faz é trabalhar com a própria ideologia do regime. Este sabe que o discurso estadonovista é repleto de retórica. E isso fica bastante evidente quando diz que ficou pensando nas afirmativas “bonitas” que “correm por conta da reportagem”. Mesmo assim, insiste em interpretá-lo ao pé da letra, utilizando cada palavra da entrevista em seu benefício. Ou seja, se o presidente diz, para toda a imprensa que lê e responde a “todas as cartas e telegramas que lhe são dirigidos”, deve ter a obrigação de dar uma resposta à sua solicitação que, provavelmente, foi uma das primeiras a bater na caixa de correio do presidente, visto que é de 1938: “Estou certo que fui dos primeiros”.

Artur solicita a sua nomeação para uma das “inúmeras” vagas disponíveis, de inspetor do ensino secundário; “mais de uma dezena”, segundo informações do trabalhador. No entanto, nenhuma delas foi sua. O missivista faz uma denúncia quando afirma, peremptoriamente, que “os protegidos foram nomeados”, citando, inclusive, nomes e grau de parentesco com importantes autoridades. Revela que, inicialmente, estava confiante na “reforma dos nossos costumes”, mas apesar de apresentar o comportamento do trabalhador ideal veiculado pela propaganda política - “competência”; “qualidades morais”; “companheirismo”; disposição para o trabalho - não foi contemplado com uma das vagas, as quais não foram criteriosamente preenchidas. Ao estabelecer a sua denúncia e a sua crítica ao governo, Artur coloca em questão a tão prometida “reforma dos costumes”, uma vez que aquilo que tem predominado é a proteção política e a injustiça reinantes na República Velha. O missivista parece insinuar uma continuidade de práticas do período anterior, contrapondo-se a todo um discurso, amplamente divulgado de valorização de um novo tempo e do trabalhador.

O ponto alto da correspondência de Artur é quando lança a pergunta que, de uma certa forma, já estava implícita em toda a correspondência: “Será mesmo que V. Ex. lê todas as cartas e telegramas?”. O autor da interessante carta ousou ao duvidar do clarividente, justo,

digno, honrado e fiel presidente Getúlio Vargas. Ao nosso entender esta não é uma atitude de alguém que foi cooptado pelo sistema e calou-se mediante ao aparato governamental, em um contexto ditatorial marcado pela censura e sim de um trabalhador atento à ideologia do regime e que a utiliza para fazer reivindicações, ao seu ver, legítimas. Tais reivindicações são pautadas no discurso estatal, uma vez que não pede proteção política e muito menos para que alguém seja retirado do cargo, mas pede que seja alocado em um “logar distinto”, segundo o seu “merecimento”, pois todos quantos trabalhavam em conformidade com os interesses do país seriam dignos do seu galardão. Termina a carta com a frase: “É o que fico esperando”. Esta pode ser vista como inadequada para dirigir-se ao presidente, pois transmite a idéia de cobrança na celeridade do processo. No entanto, o missivista estava certo de que este era um direito intransferível e que não poderia ser desprezado, por isso a veemência na solicitação da demanda.

Em diversos momentos, aqueles que escrevem a Vargas, clamam por justiça. Artur faz a sua prece em nome do “ponderado espírito de justiça” do presidente, já Francisco Velasco Martinez, operário da construção civil desabafa ao escrever que “mais uma injustiça se praticou com um pobre velho”. A sua carta também é um documento de crítica ao Estado Novo, uma vez que denuncia a continuidade da prática de injustiça, visto que foi apenas “mais uma”. Na visão do trabalhador a página nacional não foi virada com o advento do governo Vargas:

E assim, Exm. Snr Dr. Getúlio, fui esbulhado dos meus direitos; a lei sobre acidentes de trabalho deixou de ter a eficácia que lhe é atribuída e, mais uma injustiça se praticou com um pobre velho, já sem forças para ganhar o sustento e sem poder obter dos seus, por paupérrimos, injustiça que se praticou a sombra protectora da lei de finalidades tão nobres, de princípios tão elevados decretada por V. Excia., injustiça essa para o qual, confiado nos altos sentimentos de humanidade que são uma auréola para o coração de V. Exc., eu, signatário da presente, venho suplicar reparação³¹⁶.

³¹⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 24.738, caixa 278, 1940.

Na correspondência em questão, Francisco solicita que seja reconhecida a sua total invalidez, após a queda de um andaime, durante o exercício de atividades no trabalho de construção civil. O trabalhador é mais um que ousa criticar o regime, e o faz, de forma peculiar quando, em dois momentos, suscita dúvidas quanto à eficácia das leis trabalhistas. Em um primeiro momento, constata que “a lei sobre acidentes de trabalho deixou de ter a eficácia que lhe é atribuída”. O que o missivista faz é solicitar que as novidades, as leis veiculadas pela propaganda, pelos programas radiofônicos, tenham efetiva aplicação e sejam sentidas no dia-a-dia, o que não estava sendo parte de sua realidade. A distância da aplicação das leis, no atendimento de suas demandas, proporciona o segundo momento de crítica, o qual traz consigo um forte tom de ironia: “(...) injustiça que se praticou a sombra protetora da lei de finalidades tão nobres”. Na concepção do missivista, a lei ficara apenas na “finalidade”, nobre, distanciando-se da prática.

A carta de Francisco é um bom exemplo daquilo que Thompson chama de “economia moral”, ou seja, havia obrigações sociais que pertenciam ao patrimônio de direitos dos trabalhadores e deveriam ser atentamente observadas pelos governantes. Não é em vão e gratuitamente que o operário suplica “reparação”. Reparação, aqui, assume o sentido de consertar algo que está errado. Não significa trocar tudo, mudar a lei, mas otimizar aquilo que não está funcionando e tem sido apenas retórica. Mais uma vez, o trabalhador joga conforme as regras do jogo político e não solicita nada mais do que a correta aplicação da lei. Há dezenas de cartas que seguem a mesma estrutura argumentativa e quando comparadas e confrontadas demonstram esta mesma necessidade de ver a distância entre a lei e a prática ser diminuída:

Em nome de milhares de trabalhadores agrícolas do município de Leopoldina venho apresentar a V. Exc^a. Reclamação sobre a falta de execução da lei do ‘Salario Minimo’. A benevola e humanitaria lei, decretada por V. Exc.^a em 1º de Maio do corrente anno (...) não mereceu o mínimo respeito neste município (...) Ora, como é publico e notório que V.

Exc^a. Tem a melhor boa vontade para com o trabalhador braçal e não iria decretar uma lei para ficar guardada no Ministério do Trabalho, torna-se urgente as vossas providências para que as vossas ordens sejam cumpridas fielmente (...) ³¹⁷.

V. Exa. Já deu às classes os seus direitos, fazendo agora V. Exa. Com que elles se tomam realidade absoluta, dará ao paiz esse admirável exemplo de dierecção e patriotismo. ³¹⁸

Esta concepção acerca do que está certo ou errado tem como paradigma a introdução das leis trabalhistas. A divulgação de tais leis deu um “norte” para os trabalhadores e lhes ensinou em que direção deveria focar as suas solicitações. Neste sentido, as cartas acima lançam responsabilidades sobre Vargas o qual prometeu e continuava a prometer que iria amparar os trabalhadores.

A correspondência do Presidente do sindicato dos bancários de Manaus, Armando Faria e Cunha, também é um exemplo de um discurso que faz críticas e solicitações utilizando o próprio argumento estatal:

Doutrinando sobre as diretrizes do Estado Novo, disse V. Excia., certa ocasião, que não havia Estados grandes, nem Estados pequenos, grande era apenas o Brasil. Coerente com esse pensamento, afirmou V. Excia., ante os assalariados do Pará e do Amazonas que o saudaram, corações em festa, o Grande Amigo, que não via razão fossem carreados para os grandes centros as nossas contribuições aos Institutos de Aposentadorias e Pensões a que pertencemos, pois aí são transformados apenas em capitais rendosos, fugindo a finalidade principal que seria e, V. Excia quer que seja, a de reverterem integralmente em benefício dos que trabalhando, mormente dando a cada operário a possibilidade de possuir habitação própria ³¹⁹.

Armando inicia a sua carta reproduzindo as palavras do presidente. Nada melhor, para conferir legitimidade ao discurso, do que citar as palavras do próprio Vargas: “(...) disse V. Excia., certa ocasião, que não havia Estados grandes, nem Estados pequenos, grande era apenas o Brasil”. Lançar mão do discurso do Presidente para fazer uma reclamação ou

³¹⁷ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 16.071, caixa 204, 1940. Carta de José Gonçalves Viana.

³¹⁸ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 4.730, caixa 125, 1938.

³¹⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 23.906, caixa 278, 1940. Carta do Sindicato dos Bancários de Caxias, no Rio Grande do Sul

reivindicação, além de mostrar, mais uma vez, trabalhadores atentos aos passos e às palavras do Chefe da nação, poderia significar uma forma sutil de colocá-lo contra a parede e pressioná-lo com o próprio discurso. É óbvio que ao falar da existência de apenas um estado grande e unido - o Brasil - o presidente tinha como intenção aniquilar aquele que já era apenas um cadáver: o federalismo. Neste sentido, percebemos a distância percorrida entre a elaboração do discurso e sua apropriação por parte dos trabalhadores. Há não somente apropriação, mas também há resignificação. Isso porque “os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram”³²⁰; o leitor “(...) inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a ‘intenção’ deles. Destaca-os de sua origem (...). Combina os seus fragmentos e cria algo não sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações”³²¹. Percebemos, assim ao longo de todo este trabalho, que o leitor é dotado de competências específicas que lhe permitem combinar aquilo que é lido e recebido para elaborar interpretações.

O desejo exposto pelo bancário é o de que o dinheiro da contribuição aos Institutos de Aposentadorias e Pensões fosse revertido, não para os grandes centros, mas para a aquisição da casa própria, desejo não somente seu, mas também de muito trabalhadores do Pará e do Amazonas. Na visão do missivista, se realmente não havia estados grandes e pequenos, se todos eram iguais, então não havia motivos para os estados “grandes” ficarem com toda a arrecadação. O autor da correspondência aponta uma incoerência no discurso do próprio presidente, pautado em uma defesa da igualdade entre os estados, e ressalta que é “indispensável que não existam classes privilegiadas, nem dentro dos agrupamentos econômicos, nem núcleos mais favorecidos por simples fatores regionais”. Percebemos neste trecho uma forte crítica ao Estado Novo, o qual se intitulava uma nova experiência na História

³²⁰ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.259.

³²¹ *Idem.*, p. 264-265.

do Brasil, inaugurando um momento novo, mas na prática, apresentava uma política regional de favorecimento semelhante à posta em prática durante a Primeira República, tendo Minas Gerais e São Paulo com atores principais do jogo político. Provavelmente, o bancário perguntava a si mesmo se realmente havíamos mudado a página da história nacional.

O argumento utilizado para ratificar o merecimento de aquisição da casa própria pautou-se, primeiramente, em um auto-elogio: “Operários que somos, e com papel marcante na vida da nossa Pátria querida”. Desta forma, percebemos que os trabalhadores tinham plena consciência da sua relevância para o funcionamento do país e utilizavam-se desta certeza para solicitar os seus direitos intransferíveis. Um segundo argumento de apologia à aquisição da casa própria girou em torno da necessidade de repouso. Mas não é um descanso qualquer, ou o descanso dos vadios, malandros e ociosos, tão admoestados pelo Estado Novo. É o repouso dos “justos” daqueles que desejam, após o labor, descansar para adquirir “novas forças para a luta pela vida”. Ter um lar ajudaria a repor as energias para retornar ao trabalho e movimentar a nação.

“Um lar para cada bancário”. Este é o lema do missivista. Lema que assume um tom de reivindicação, uma vez que, somente com o atendimento desta exigência é que os trabalhadores poderiam sentir-se integrados ao ritmo de vida e “estuante justiça” em que marchava o Brasil da propaganda governamental. Viveriam efetivamente aquilo que os meios de comunicação difundiam.

Acreditamos que estes argumentos não são utilizados de forma ingênua e desinteressada pelo missivista. Eles dialogam, durante todo tempo, com as proposições do Estado Novo. Como bem ressaltou Reis, isto não significava indivíduos extremamente calculistas, mas pessoas que, muitas das vezes, passeavam entre uma adesão ao regime e entre uma postura ativa “na luta por direitos”³²².

³²² REIS, José Roberto Franco. *Op. cit.*

Assim, pudemos perceber, com as análises efetuadas até então, como o trabalhismo exprime uma relação mais ampla dos trabalhadores com o Estado, bem como a interpretação que estes faziam, dos direitos trabalhistas e sociais.

Os períodos que antecediam ao aniversário do Estado Novo, conforme pudemos analisar, constituíam-se momentos estratégicos para elogiar o regime estadonovista e também ocasião em que a propaganda coordenada pelo DIP estava no volume mais alto. Uma ótima estratégia governamental consistia em rememorar os feitos do regime e, em contrapartida, envergonhar a República “Velha”, quando posta ao lado do governo instaurado por Vargas. A carta de O. Motta Filho é escrita no calor deste clima festivo, mas em alguns momentos não esboça tantos motivos para a celebração:

Aproxima-se o dia 10 [de novembro] e faço votos para que o Dr. Getúlio viva muitos annos com saúde, e a testa do maior cargo do paiz, a fim do povo melhorar nos seus soffrimentos.

O governo do Dr. Getúlio tem sido o melhor até hoje. Infelizmente ainda perduram as miserias na Empresa mais rica que é a Light, ainda se vê empregados do escriptorio aposentando-se com 500\$ e 600\$ depois de 30 annos de serviço! Mas, todos esperam que ainda haja um interesse do governo em favor dos empregados antigos perseguidos e que não melhoram há innumerous annos. Desejo muita saúde ao digno Dr. Getúlio, porque sei que V. Excia. é um homem de bom coração e justiceiro.

Com V. Excia. no poder, as misérias irão desaparecendo, e a felicidade virá aos poucos.

O povo sensato deve ser reconhecido a V. Excia., porque com o Congresso antigo funcionando nunca teríamos as Caixas de Aposentadorias³²³.

É este momento peculiar de comemorações, em que o trabalhador é bombardeado com a propaganda estatal, o mais propício para confrontar o discurso oficial com a sua realidade. E é isso que o missivista faz.

Vejamos a estrutura de argumentação desta correspondência: Inicialmente, o autor reproduz a idéia, amplamente difundida pelos meios de comunicação, de que “O Governo do Dr. Getúlio tem sido o melhor até hoje”. Os elogios estão sempre presentes nas

³²³ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 27.158, caixa 126, 1940.

correspondências enviadas ao presidente. Desta forma, podemos, inclusive, afirmar que as manifestações elogiosas dos assalariados ao ditador dificilmente são contestadas pelos estudiosos do período. Mas ao seguir essa premissa não podemos dizer que este elogio era interessado ou falso e muito menos afirmar que os trabalhadores estavam cegamente cooptados pela ideologia trabalhista e por isso elogiavam, passivamente, o presidente. O que temos são trabalhadores, em sua própria experiência, em seu próprio fazer-se, dialogando com as proposições do regime; buscando, sim, o atendimento de seus interesses, mas nem sempre tão contrários a um regime ditatorial.

Neste sentido, O. Motta referenda a ditadura estadonovista, bem como a dissolução do Congresso, e mostra toda a sua simpatia por aquela quando afirma que se o Congresso antigo ainda estivesse funcionando “nunca teríamos as Caixas de Aposentadorias”. Ressalta-se que argumento do missivista, escrito em 1940 denota um “enquadramento de memória”³²⁴ consolidado a partir do Estado Novo: as Caixas de Aposentadorias não foram um feito exclusivo de Getúlio Vargas, como supõe o correspondente, mas foram criadas em vigência parlamentar. A lei nº 159, de 30 de dezembro de 1935, aprovada antes do Estado Novo e da dissolução do congresso, regula a contribuição para a formação da receita dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados ao Conselho Nacional do Trabalho³²⁵.

Todavia, mesmo elogiando os supostos feitos do regime, percebemos, que os elogios são acompanhados por frases de crítica e denúncia: “Infelizmente ainda perduram as misérias na Empresa mais rica que é a Light”. Idéias-chave: miséria e riqueza. O trabalhador evoca aquilo que podemos chamar de “antítese trabalhista” para caracterizar o mundo do trabalho na

³²⁴ POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15. Segundo Michale Pollak este enquadramento de Memória consistiria em um trabalho de reinterpretar o passado em função dos combates do presente e do futuro. Neste sentido, os indivíduos tendem a “controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais”.

³²⁵ <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-159-30-dezembro-1935-499861-publicacao-1-pl.html>

“Era Vargas”. Empresas extremamente ricas, com um lucro elevadíssimo, mas que se baseiam na exploração do trabalhador, pagando míseros salários.

“Mas, todos esperam que ainda haja um interesse do governo em favor dos empregados antigos perseguidos e que não melhoram há innúmeros annos”. Esta passagem mostra, claramente, como o missivista está revestido de uma significativa dose de ousadia, afinal, o trabalhador “ainda espera”. Nada mudou. Nada tem sido feito. O governo não tem mostrado interesse em reverter o quadro. Ao analisar esta frase, não podemos esquecer que estamos abordando um período marcado por um governo ditatorial, e é esta ousadia, na adversidade, que impulsiona os trabalhadores a se movimentarem, lutarem por direitos, dentro de um regime onde as mãos e os pés estão, supostamente, “amarados”.

O missivista ousa ainda mais, desta vez no campo da profecia, pois, nas palavras do autor, a antítese *riqueza x miséria* será superada com o esmagamento da segunda. Aquilo que é um desejo do escritor torna-se uma previsão: o desaparecimento da miséria e a chegada da felicidade virão aos poucos, sob a maestria de Getúlio Vargas. Quanta responsabilidade lançada sobre os ombros do Presidente!

E por falar em ousadas críticas e descontentamento, a carta do ferroviário Pedro Vieira Pinto (amofinado com o decreto-lei 2.474 de agosto de 1940, instituindo o limite de 60 anos para a concessão de aposentadoria ordinária pelos institutos de previdência) é bastante clara e nos ajuda a analisar como, a despeito de um regime ditatorial, é possível perceber que a voz de protesto não foi silenciada:

(...) V. Exc. Foi levado ao ódio e os comentários é se o Brasil não estivesse no regimem que não concede liberdade a quem quer que seja, como a imprensa, v. exc. receberia os clamores de muito brasileiro agora aborrecido com este ato.³²⁶

³²⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 23.327, caixa 278, 1940. O tema central do Processo 26.770, caixa 278; também é o mesmo.

Portanto, os trabalhadores não ficaram apáticos diante do Estado varguista, não estavam mergulhados em meio a uma passividade. As cartas analisadas neste trabalho mostram que a cada nova medida adotada pelo governo, cartas de elogio ou crítica eram imediatamente disparadas³²⁷. No documento em questão, redigido por Pedro Vieira, há um descontentamento evidente com relação ao regime ditatorial e à censura orquestrada pelo Departamento de Propaganda.

Quanto à propaganda oficial, conforme observamos no capítulo dois, cada vez mais traçava uma relação direta entre cidadania e trabalho; somente aqueles que estavam inseridos no mundo do trabalho e longe da vadiagem poderiam ser considerados verdadeiros cidadãos. No entanto, o desemprego continuava a bater na porta de muitos. A situação dos desempregados não poderia ser a pior, pois eram bombardeados, em todo tempo, com a importância do trabalho, que o labor valoriza o homem, que o verdadeiro cidadão serve à Pátria... Todavia, não conseguiam encontrar o seu lugar neste mundo do trabalho, sentindo-se deslocados, inúteis, indignos, sem contribuir para o engrandecimento da Nação, tão veiculado pela propaganda coordenada pelo DIP. A carta do desempregado José Baptista Villar é um grande exemplo de como as cartas dialogam com o presidente e com a propaganda oficial. O missivista compartilha os problemas que trabalhadores com 35 ou 40 anos de idade vinham enfrentando para conseguir emprego:

(...) Tendo V. Excia assinado Decretos, assegurando os direitos dos empregados, garantindo-lhes férias, pensões, manutenção no emprego e aposentadoria ao atingirem a idade taxada pela lei, ninguém no Brasil atualmente aceita para os seus serviços, homens com 40 anos de idade e, muitas são as que já reduziram a idade limite (...) para trinta e cinco anos; isto é simplesmente calamitoso!

Como fazer então, Sr. Presidente, um pai de família, neste momento agudo do século, que por diferentes fatores imprevistos fique, como já aconteceu com milhares de brasileiros, de uma hora para outra deslocado?

O que presentemente está se passando entre nós é simplesmente comovente: homens válidos, com larga prática de vida, muitos dos quais trabalhadores

³²⁷ Até reclamações sobre o decreto que obrigava os fabricantes de pão a adicionarem 2% de farinha de mandioca ao pão de trigo, chegaram ao Palácio presidencial, sob a alegação de que o pão iria ficar mais caro com esta medida. AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 25.270, caixa 125, 1938.

honestos e que dedicaram em muitos anos de constante labor, os seus esforços em favor de firmas, muitas vezes também honestíssimas, mas que por qualquer circunstância deixaram de existir, hoje são obrigados pela necessidade, a saírem de suas residências pela manhã, com um jornal na mão e voltam a noite, quase exasperados, depois de dias inteiros terem implorado uma colocação, tendo ouvido em toda parte, quase sempre em resposta aos seus pedidos, esta chocante pergunta: Quantos anos o Snr. Tem? (...).³²⁸

É interessante observar como o missivista, nesta correspondência, também lança as responsabilidades sobre Getúlio Vargas: “Como fazer então, Sr. Presidente (...)”. O trabalhador tira de suas costas o peso de estar sem trabalho, na contramão da sociedade, e coloca-o sobre os ombros do chefe da nação, em um tom de cobrança para a alteração deste quadro.

José Baptista lista em sua correspondência as diversas características necessárias aos verdadeiros trabalhadores, todas de acordo com o ideal de trabalhador veiculado pela propaganda: “homens válidos”, “com larga prática de vida”, “honestos”, que dedicaram o seu labor em favor de firmas. Assim, estavam todos em conformidade com modelo de cidadão veiculado pela ideologia do Estado Novo, no entanto ainda lhes faltava alguma coisa: o trabalho.

O relato do missivista nos mostra o quanto os trabalhadores estão afinados com o discurso oficial e com o modelo de trabalhador-cidadão, meta que desejam atingir. Assim, lançar mão do jornal, todas as manhãs, e passar o dia inteiro “implorando uma colocação”, além de conter um aspecto material de luta pela própria sobrevivência e da família, também contém um aspecto simbólico de combate ao ócio e à inatividade. Passar o dia inteiro na luta por um trabalho era a forma que também encontravam de se movimentarem e de não se enquadrarem na classe dos vagabundos, vadios e traidores da Pátria.

O que dissemos até então é que se os benefícios produzidos pelo Estado sob a forma de leis estavam tendo aplicação e sendo reconhecidos pela classe trabalhadora, ela, em

³²⁸ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 173, caixa 475, 1941.

contrapartida, não deixava de resistir politicamente. Todavia, queremos acrescentar que, muitas das vezes, estes benefícios não estavam tendo aplicação efetiva, o que impulsionava os trabalhadores a se movimentarem, criticando, denunciando, lançando responsabilidades sobre o presidente e lutando pela efetivação dos direitos, os quais conheciam e, por isso, encontravam legitimidade nas reivindicações.

Nesse sentido, acreditamos que as leis trabalhistas foram, muitas das vezes, postas em prática porque os trabalhadores se apropriaram delas com força, vigor e estratégia. Foi justamente isso que José Natal Pessoa, de Natal fez ao enviar uma correspondência criticando de forma direta e dura o Instituto dos Comerciários daquela cidade. Intercede por João Soares, que antes da mulher dar à luz requereu os “favores da lei” para custear as despesas com o parto. Todavia, a criança já estava com seis meses e “nada do Instituto dos comerciários da um ar de sua graça!”. O missivista conclui em tom de ironia: “Calcule V. Excia. É o regime do papelório”³²⁹. O Processo 5.343 mostra que a carta foi escrita no dia 15 de janeiro de 1941 e o benefício pleiteado foi atendido em 1º de abril de 1941, muito provavelmente motivado pela correspondência e pelo fato de José não ter permanecido de braços cruzados diante da apatia burocrática.

O atendimento rápido da demanda e o tom da correspondência remetem ao fato de que o benefício para a família Soares se tratava de um direito. Todavia, estamos abordando um processo: os trabalhadores não nascem prontos e acabados reivindicando direitos. É diante desta conjuntura de criação de uma cultura de direitos e da linha tênue entre direitos e favores que o missivista requereu “os favores da lei”, dando um tom ambíguo à correspondência. Todavia, a carta caminha muito mais na pela seara do favor, seguindo os passos de uma grande quantidade de cartas escritas no mesmo período e analisadas pela presente pesquisa.

³²⁹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 5.343, caixa 279, 1941. A carta foi escrita no dia 15 de janeiro de 1941 e o benefício pleiteado foi atendido em 1º de abril de 1941, provavelmente motivado pela correspondência.

Nesta linha de reivindicação dos benefícios sem aplicação efetiva, segue o operário José Vieira de Melo da Cia Brasileira de Mineração e Metalurgia, ao solicitar indenização por conta de um acidente de trabalho que o deixou com o dedo defeituoso, incapacitando-o para o trabalho:

(...) um operário brasileiro se vê na contingência de ser prejudicado nos seus interesses e seus direitos – interesses e direitos esses – que V. Excia lhes concedeu em decretos e leis, mas que os patrões fazem todo o possível por não seguir (...) Sr. Presidente, não é um favor que almeja o signatário e sim tudo o que lhe for devido pelo direito – esse mesmo direito que V. Excia tem dado a todos os operários brasileiros por meio de decretos, de leis e outros atos comprovados em todo o imenso território do Brasil (...) Sr. Presidente, queira aceitar os protestos umildes de veneração e respeito de um operário anonymo e prejudicado – de um operário que recorre a V. Excia clamando por justiça³³⁰.

A carta do operário constitui-se, mais uma vez, um grande exemplo daquilo que chamamos de “economia moral” dos trabalhadores, ou seja, o missivista baseia-se em uma visão consistente das normas e obrigações sociais, que deviam ser observadas pelo governo. Os trabalhadores extraíam do sistema de idéias formal os recursos necessários às suas demandas e lutas, utilizando-o como algo que pertencia ao seu patrimônio de direitos: “Sr. Presidente, não é um favor que almeja o signatário e sim tudo o que lhe for devido pelo direito – esse mesmo direito que V. Excia tem dado a todos os operários brasileiros (...)”. Deste ponto de vista, o atendimento ao pedido do trabalhador, não seria simplesmente um favor e sim o cumprimento da lei.

O que podemos perceber a partir da carta do operário é que ele parte para a “ação direta”, em uma luta por seus direitos. Esta é uma atitude que foge da passividade e da apatia muitas das vezes conferidas aos trabalhadores do pós-30. A certeza de estar lutando por algo tão legítimo impulsiona, inclusive, o missivista a pedir que o presidente aceite os seus “protestos umildes”. Portanto, se protestar significa reclamar com veemência, bradar,

³³⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 14.133, caixa 474, 1942.

insurgir-se, rebelar-se, então a palavra “umildes” foi utilizada apenas para eufemizar a reivindicação, mas não para esvaziá-la e muito menos distanciá-la do seu caráter legítimo.

O operário encerra a sua carta “clamando por justiça”. Esta é sempre evocada pelos missivistas que tentam ver atendidas suas demandas através dos canais oficiais, por isso vemos, nas cartas analisadas até aqui, que Artur Inácio apela para o “ponderado espírito de *justiça*” do presidente; Francisco Velasco em apenas um período utiliza três vezes a palavra “*injustiça*”; o presidente do sindicato dos bancários, em elogio ao Estado Novo, fala sobre um Brasil caminhando no ritmo da *justiça* e O. Motta chama Getúlio de um homem “*justiceiro*”. Havia um imaginário, uma concepção acerca do que significavam os valores de justiça e consequentemente os de injustiça, na visão daqueles que se correspondem com o presidente. “Justiça”, para o Palácio do Catete, poderia não significar, e com certeza não significava, a mesma coisa que “justiça” para os trabalhadores. Isso porque a leitura não se configura como relação transparente e direta entre o texto e o leitor, mas é mediada por apropriações variáveis, construídas pela prática histórica e social. Desta forma, ao clamarem ao presidente e denunciarem os descaminhos do regime os missivistas não estão fazendo nada além do que o próprio presidente solicitou, pois em cartaz veiculado pelo DIP, Getúlio Vargas proferia a seguinte mensagem: “*Eu constituo o povo brasileiro em auxiliar permanente do Estado. Eu o constituo em legião para a defesa permanente dos interesses da pátria*”. Os receptores estavam investidos de autoridade e sentiam-se na obrigação de alertar o presidente quanto à toda injustiça e todas as questões que pudessem, de alguma forma, contribuir para manchar a pátria e barrar a marcha rumo ao progresso e ao “novo”.

A ousadia de José Vieira é evidente não apenas pela forma como se dirige ao presidente, mas também pelo fato de não titubear em denunciar patrões da Cia Brasileira de Mineração e Metalurgia, visto que, os direitos e benefícios, “V. Excia lhes concedeu em decretos e leis, mas que os patrões fazem todo o possível por não seguir (...)”. Ao comparar a

estrutura argumentativa destas cartas que criticam e denunciam algo no ambiente de trabalho ou no governo, percebemos que a denúncia aos patrões é um aspecto sempre presente nas correspondências. Embora muitas das vezes as denúncias sejam assinadas coletivamente, solicitando que não se identifique os signatários, sob pena de sofrerem retaliações, também pudemos perceber que alguns momentos os missivistas ousaram em enfrentar, individualmente ou coletivamente, seus patrões. Os operários da *Fabrica de Meias Mouseline*, dirigida pelo estrangeiro D. Schweri, ao reclamarem a redução dos salários e a recusa do patrão em firmar acordo, ameaçaram o mesmo, comunicando-lhe que iriam tratar seus direitos perante a lei, despertando a fúria e o ódio do dirigente:

E o Snr. Schweri em tom alterado e nervoso, não vacilou em menosprezar o nome de V. Excia. Afim de nos intimidar, mandando que podíamos tratar dos nossos direitos pela Lei, mas uma cousa ele nos avisava: Que se a Lei o obrigasse a pagar os salários anteriores, ele fecharia a fabrica e entregava a chave para o “Getúlio” que viesse tomar conta da mesma.³³¹

A postura do Sr. Schweri não é isolada e aponta para a postura de muitos empregadores, acerca das leis trabalhistas, mostrando como eles encararam esta avalanche de mudanças no mundo do trabalho; aponta para as ações e atitudes adotadas no calor da implementação da legislação social. Angela de Castro Gomes destaca que a resistência à intervenção do Estado sobre o mercado de trabalho foi grande, principalmente nos anos 20: “As resistências a tal inovação vieram de múltiplas frentes, em especial do patronato, que se recusava a assumir custos considerados abusivos e denunciava a intervenção do Estado em assuntos que não lhe diziam respeito”³³². Foi só no pós-30 que o patronato passou a ser fortemente pressionado pelas autoridades do ministério do trabalho.

Ainda clamando por justiça, vemos a cozinheira do Hotel Brasil, Benedicta Franco Lima, de São Paulo, a qual foi dispensada e maltratada pelo gerente do hotel:

³³¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 11.878, caixa 403, 1942.

³³² GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.179.

Contra a minha demissão injusta, sem aviso prévio, reclamei em tempo útil ao Departamento estadual de Trabalho. Mas tantas foram as dificuldades que encontrei em fazer a prova de minha demissão, que terminei desistindo. Assim, o proprietário do aludido hotel, no qual todos os funcionários do Departamento Estadual do Trabalho se hospedam, além de me dispensar sem motivo justo, não me indenizou com coisa alguma. Sou pessoa pobre e luto com dificuldades para me manter airoso. Há dias recebi uma carta sob n.68174, processo n.579, do mencionado Departamento, intimidou-me a comparecer àquela repartição na capital do Estado. Transporte-me com despesas até o Departamento e lá me disseram que eu havia sido intimada para me cientificar de que eu tendo desistido do processo estava ele terminado! Como não tenho recursos para demandar, pois sou pobre como faz prova o atestado incluso, resolvi endereçar esta a V. Excia para pedir a V. Excia justiça para o meu caso (...)³³³.

O argumento de Dona Benedicta é acompanhado de denúncias associadas a um tom despropositalmente irônico. Relata que no próprio hotel onde se hospedam os funcionários do Departamento Estadual do Trabalho, ela foi vítima de uma das maiores injustiças trabalhistas: foi demitida sem justa causa, sem aviso prévio e sem indenização. Abordar a convivência, em um mesmo ambiente (espaço, hotel), da *justiça* (funcionários do Departamento Estadual do Trabalho) e da *injustiça* (gerente do hotel) é a forma característica que encontrou para denunciar o descumprimento, à luz do dia, das leis trabalhistas. O mais interessante é notar como a justiça estava tão pertinho da cozinheira e, ao mesmo tempo, tão longe, bem longe. A “antítese trabalhista” aparece novamente aqui, desta vez com os contrários *perto x longe*.

A missivista, em um último grito por socorro, clama ao presidente, alegando que “não tem recursos para demandar” acerca do seu processo, em uma clara exposição dos desdobramentos de uma demissão.

Reclamações à justiça do trabalho era o que não faltavam. Esta análise microscópica que aqui destacamos, ou seja, o estudo de casos individuais, nos ajuda a compreender quais os desdobramentos, como se deu a aplicação das leis trabalhistas. Privilegiar apenas o discurso estatal seria ratificar o sucesso de implantação da nova legislação social. No entanto, é

³³³ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 2.687, caixa 478, 1943.

necessário recorrer aos trabalhadores, eles que, melhor do que ninguém, viveram a experiência do primeiro Governo Vargas e o contexto de implantação e efetivação, ou não, das leis trabalhistas.

Em busca de um atendimento especial ou prioritário, diante do presidente, os missivistas utilizavam, recorrentemente, o argumento de terem apoiado Vargas desde o princípio, lutando, inclusive, ao lado dele durante a Revolução de 1930. O interessante é notar como ocorre uma inversão da importância dos eventos históricos à medida que se muda o destinatário. Em seu trabalho com correspondências enviadas a Filinto Muller, nos anos de 1933, 1938 e 1942, Luciana Heymann destaca que as menções à participação no movimento de 1924 são recorrentes e predominantes, uma vez que o Chefe de Polícia do Distrito Federal (1933-1942) participou do levante tenentista de 5 de Julho de 1924³³⁴. Ser revolucionário de primeira hora poderia ser um trunfo político e um instrumento para conferir legitimidade à solicitação. Este é o caso do pai da estudante Iracema Castro Salles Abreu, de 13 anos. A adolescente escreve a Vargas para solicitar uma matrícula escolar, pois o seu pai não possuía recursos para pagar um colégio. Mario Lopes Mesquita foi duramente perseguido por sua postura política e por isso foi demitido. A estudante, semelhante a muitos outros missivistas, lança a responsabilidade sobre os ombros do presidente, visto que somente por apoiá-lo é que seu pai foi dispensado: “Como os patrões do meu pai eram adeptos da candidatura Julio Prestes, depois da vitória da Revolução, começaram a perseguir meu pai, a ponto de despedi-lo do lugar de viajante, com 10 anos de serviço, sem que a justiça do Trabalho amparasse meu Pai”³³⁵.

³³⁴ HEYMANN, L.Q. “‘Quem não tem padrinho morre pagão’: Fragmentos de um discurso sobre o poder”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº24, 1999. Em uma das cartas analisadas por Luciana Heymann podemos perceber como a cobrança pela participação em ações que contribuíram para a vitória do regime, autoriza a expectativa de uma recompensa: “Penso que sendo ex-revolucionário com bons serviços a causa que elevaram as autoridades dominantes ao Poder, tenho direito a qualquer coisa, eu já requeri várias vezes mas sempre me indiferaram (...), mas eu não acho justo essa alegação desde que prestei bons serviços a causa do País como revolucionário combatente”. (março, 1938) p.13.

³³⁵ AN-RJ, GCPR, Governos Estaduais – Distrito Federal, Processo 34.035, caixa 462, 1939.

Em toda a correspondência enviada pela estudante há uma riqueza de detalhes, o que denota um conjunto de informações supostamente fornecidas pelos pais. No entanto, a crítica é clara: o seu pai fora fiel aos princípios da “revolução”, mas a revolução não foi fiel ao seu pai, permitindo a sua demissão após dez anos de serviço, sem que a justiça do trabalho o amparasse. Para esta família a Justiça do Trabalho era ausente.

Vicente Pereira de Andrade, com mais de 35 anos, também se encontra desempregado e por isso escreve ao presidente:

(...) Hoje em dia as empresas particulares (Bancos, Companhias e Casas commerciaes) fecharam as portas do ingresso nas suas dependências aos homens maiores de 35 anos, mesmo que em pleno vigor, allegando como justificativa para esse acto anti-social e deshumano as pesadas exigencias das leis de aposentadorias e pensões (...) e assim face das exigências deshumanas do Commércio, nós homens chefes de família ficamos em situação difficil, cujas conseqüências poderão ser dannosas aos interesses sociaes e mesmo da ordem publica nacionaes. Eu pelo menos estou sem collocação há sete mezes e sem esperança de conseguir alguma coisa por ter mais de 35 anos de idade³³⁶.

Nesta correspondência, o trecho que mais nos chama a atenção é quando o missivista afirma: “nós homens chefes de família ficamos em situação difficil, cujas conseqüências poderão ser dannosas aos interesses sociaes e mesmo da ordem publica nacionaes”. A ordem tão apregoada pelo governo, tendo como eixo propulsor o trabalho, está ameaça justamente pela falta deste.

Tal fato nos leva a refletir sobre o abismo enorme que existia entre as palavras, as leis outorgadas e a prática. Brodwyn Fischer destaca que há uma classe de trabalhadores que ficou à margem da lei, é o que chama de “separação entre o legal e o possível”, pois somente aqueles que preenchiam as exigências mínimas da lei conseguiam disputar benefícios como a estabilidade no emprego. “Aqueles que não conseguiam preencher esses requisitos travavam tais lutas em um terreno escorregadio, definido pela lógica da caridade, do clientelismo, da

³³⁶ AN-RJ, GCPR, Movimentação de Pessoal - Geral, Processo 26.733, caixa 134, 1938.

ameaça ou da crítica moral radical contra a lei em si”³³⁷. O missivista em questão apela para a lógica da ameaça à ordem social, tão cara ao regime varguista.

Portanto, ao buscar emprego durante todas as manhãs, José Baptista e tantos outros desempregados persistiam, de sol a sol, não só porque precisavam sobreviver, mas também porque relembavam as palavras do presidente no 1º de maio: “O trabalhador brasileiro nunca me decepcionou. Diligente, apto a aprender a executar com enorme facilidade, sabe ser, também, bom patriota”³³⁸.

Assim, ao analisar o conteúdo das cartas vemos o trabalhador lançando responsabilidades sobre Vargas e seu governo na tentativa de comprometê-lo com sua promessa de olhar para os trabalhadores, afinal, nas palavras do próprio presidente, já não restavam mais intermediários entre o governo e o povo³³⁹. O discurso varguista mostrava um Estado empenhado em melhorar as condições de vida dos trabalhadores. O trabalhismo então passou a ser indissociável da idéia de cidadania. A negação ao trabalho era a negação à própria condição de cidadão, representando, assim, a subtração dos direitos sociais “doados” pelo Estado Novo. É baseado nesta idéia que a ação popular assume o seu caráter legítimo. Ao escreverem para o presidente, homens e mulheres estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos inquestionáveis.

Não há dúvida de que havia, simultaneamente, uma questão material e uma questão moral que impulsionavam o discurso e a prática dos trabalhadores. Certamente estes meandros, a partir da combinação do material com o simbólico só podem ser percebidos a partir de um confronto entre os discursos governamentais e as cartas dos trabalhadores. Este

³³⁷ FISCHER, Brodwyn. “Direitos por lei ou leis por direito?”. In: LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, José (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: Ensaio de História Social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

³³⁸ Discurso de Getúlio Vargas no 1º de maio de 1943.

³³⁹ Para Jorge Ferreira, quando Vargas se refere ao “fim dos intermediários”, procurava legitimar o advento da ditadura com o fechamento do Congresso, a extinção dos partidos e outras medidas autoritárias. Já para os trabalhadores, o “fim dos intermediários” anunciava a abertura do Estado às suas demandas e reivindicações.

confronto nos mostra que, a despeito de uma grande quantidade de festividades e celebrações durante o Estado Novo, muitos missivistas não possuíam motivos para festejar. Diante destes, o dia cívico orquestrado pelo DIP se revestia de uma capa cética e contestadora. Enfim, não era tão solene assim.

CAPÍTULO 4

A MINHA FOTO PARA O PRESIDENTE

Ao Eminentíssimo e nosso querido chefe da Nação, Dr. Getulio Vargas, ofereço a presente fotografia da minha família³⁴⁰.

Joaquim Pedro Costa, em 17/10/1942.

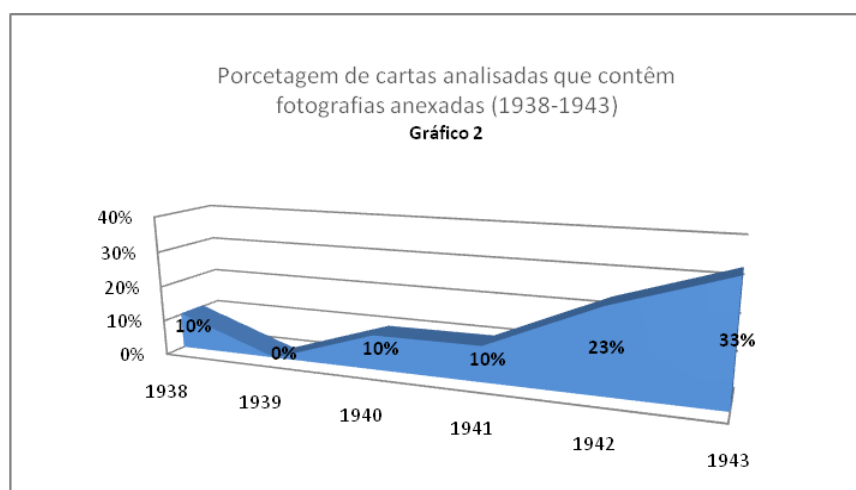
Um importante aspecto a ser destacado, a partir de nossa pesquisa no Arquivo Nacional, está relacionado à questão que é sempre evocada quando abordamos o ato da escrita: “Quem são estes que escrevem”? Jorge Ferreira e José Reis, como pioneiros na pesquisa, já sinalizaram que se tratava de trabalhadores, pessoas comuns, presidentes de sindicatos, dentre outros. Às vezes estes missivistas eram até pessoas que possuíam algum cargo notório, “pessoas importantes”, mas que acreditavam ser a modalidade escrita a mais eficaz para fazerem solicitações, denúncias, críticas ou elogios.

Contudo, surpreendemo-nos ao descobrir, através da análise das cartas, que alguns missivistas mandaram fotografias suas para o presidente. Esta empolgante descoberta, algo não explorado pelos autores que anteriormente utilizaram a documentação, tem nos ajudado a ir além, na questão “Quem são estes que escrevem?”. Inicialmente, neste tipo de pesquisa abordava-se que “pessoas” escreviam para autoridades, ou seja, era um momento onde nos preocupávamos mais com as autoridades, mesmo com a possibilidade de acessar o imaginário das pessoas comuns; em um momento seguinte, influenciados pelas novas perspectivas analíticas, preocupadas com o “rosto na multidão”, começou-se a trazer os nomes destes que escrevem. Um bom exemplo é a inesquecível Dinorah F. Wangler, citada por Ferreira e autora da memorável frase: “(...) *Por isso eu imploro a V. Exa. que atenda o pedido que lhe vou fazer, como Chefe da Nação, como Pai dos Brasileiros, pois eu me considero sua filha, e um pai não deve negar nunca um pedido justo de lhe faz uma filha num dos momentos mais*

³⁴⁰ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 32.903, caixa 408, 1942.

*angustiantes de sua vida (...)*³⁴¹”. No terceiro momento, no qual nos inserimos, temos a oportunidade de dar rostos a alguns missivistas. E como os caminhos seguidos por uma pesquisa são diretamente influenciados pelo contexto de sua produção, fomos beneficiados pela atual tecnologia digital que nos possibilita a formação de um arquivo particular contendo as cartas pesquisadas e as fotos enviadas pelos emissores.

Notas e esboços de escritores são catalogados, as pinceladas iniciais de um artista são guardadas, todavia, muitos repositórios culturais contêm preciosas fotografias que em momento algum foram registradas nos inventários. Embora atualmente haja uma conscientização maior por parte das instituições em relação à importância da imagem enquanto fonte de informação histórica, somos herdeiros de um período que não pretendia conferir à iconografia fotográfica o *status* de documento. Portanto, constitui-se um precioso trabalho, o garimpo em meio aos arquivos, sinalizando para a existência deste tipo de documentação por vezes “escondida”, clamando para ser vista e apreciada. Foi assim que encontramos valiosas fotografias no fundo Gabinete Civil da Presidência da República:

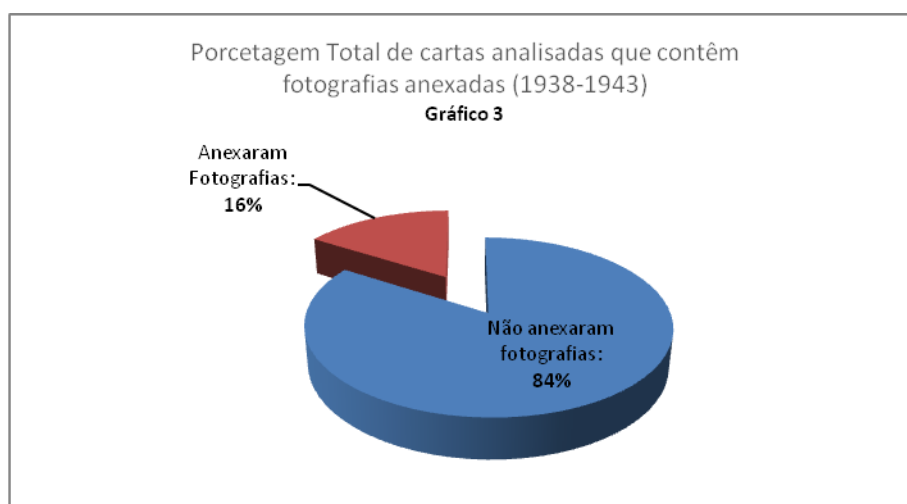


Fonte: Arquivo Nacional (AN-RJ), Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (GCPR), Ministérios – Trabalho.

³⁴¹ AN-RJ, GCPR, Movimentação de Pessoal – Geral, processo 18591, caixa 146, 1938. *Apud* FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.53.

Dentre as cartas e processos da Subsérie Trabalho chamou-nos atenção a expressiva quantidade de pessoas que enviaram suas fotografias para o Presidente da República, anexadas às correspondências, conforme o gráfico 2.

Este gráfico, que contempla, estatisticamente, apenas as cartas analisadas na presente pesquisa, mostra-nos que a prática de anexar uma fotografia para o presidente foi ganhando cada vez mais força. Como a *Subsérie Trabalho* só contém cartas enviadas até o ano de 1943, não podemos, num primeiro momento, confirmar o recrudescimento desta prática nos anos subseqüentes, todavia não podemos deixar de enfatizar este costume que, conforme o Gráfico 3 e o conteúdo dos processos nos mostram, está longe de ser banal e insignificante.



Fonte: Arquivo Nacional (AN-RJ), Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (GCPR), Ministérios – Trabalho.

Essa presença marcante da fotografia em meio aos processos está diretamente relacionada ao aperfeiçoamento da indústria química e aos avanços nas pesquisas relacionadas à ótica, no final do século XIX e início do XX, acompanhada da compactação das câmeras, proporcionando um aumento no número de profissionais e usuários da fotografia: “a fotografia, popularizada especialmente a partir de 1860, trouxe novas possibilidades de

produção de informação e conhecimento, além de servir como instrumento de apoio à pesquisa e ser uma forma de expressão artística”³⁴².

Em 1888 os norte-americanos conhecem a primeira câmera portátil que custava US\$ 25 e vinha com o lema: “*You press the botton, we do the rest*”. Era do tipo caixão, carregada com um rolo de papel para 100 exposições. Esta “máxima da fotografia amadora”³⁴³, nas palavras de Ana Maria Mauad, contribuiu para deixar as fotos mais próximas dos usuários amadores. Aqui no Brasil, em 1920, o presidente Epitácio Pessoa assinou o decreto que autorizava a instalação, no Rio de Janeiro, do primeiro escritório da *Kodak* no Brasil. Pronto, a fotografia inexoravelmente passou a fazer parte de nossas histórias e o Fundo Gabinete Civil da Presidência da República atesta esta realidade. Assim, desde a sua descoberta até os dias de hoje, “a fotografia vem acompanhando o mundo contemporâneo, registrando sua história numa linguagem de imagens”³⁴⁴. A história da fotografia está intrinsecamente ligada à história deste mundo contemporâneo.

Vivemos em uma sociedade onde a maioria das pessoas gosta de tirar fotografias. Esse gosto costuma nascer avassaladoramente dentro de nós, em uma tentativa de eternizar o presente. Na maioria das vezes é herdado dos pais e avós, os quais registram, em imagens, uma considerável parte da nossa trajetória familiar. Desde pequenos somos acostumados a posar para fotos. Momentos vividos inicialmente em formas monocromáticas que, com o tempo, foram ganhando cor e diversidade de formatos e texturas³⁴⁵. Até a década de 1990 esperávamos ansiosamente a sua “revelação”, já nos dias atuais podemos ter acesso ao fruto da pose, em questão de segundos, com a possibilidade de permitir que ela conte parte da nossa

³⁴² KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p.133.

³⁴³ MAUAD, Ana Maria. “Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 80.

³⁴⁴ MAUAD, Ana Maria. “Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13. n.1, 2005, p. 136,137.

³⁴⁵ Em 1935 foi lançado o KODAKCHOME, o primeiro filme para fotos coloridas. Fonte: <http://wwwca.kodak.com>.

história ou seja deletada³⁴⁶ para sempre. A possibilidade atual de se apagar instantaneamente ou forjar um momento capturado pela câmera fotográfica, contribuiu para tornar os registros breves e efêmeros. Fotografias nascem e morrem no território virtual. Todavia, a imagem digital continua a ser um importante documento e um desafio para os historiadores contemporâneos.

Assim, mesmo depois de crescidos temos a tendência em não abandonar o legado deixado por nossos pais; o interesse pela fotografia amplia-se; vivemos em um mundo abarrotado de imagens fotográficas; continuamos a fotografar e organizar álbuns onde podemos acompanhar o nascimento dos filhos, as viagens de férias, as variadas comemorações, os passeios matinais, as aparentes insignificâncias do cotidiano. E de posse dos álbuns, sobre as pernas, na sala de estar, recontamos as histórias nas quais também somos personagens.

No dia 16 de janeiro de 1840 o daguerreótipo³⁴⁷ desembarcou no Brasil. Desde então, os equipamentos fotográficos passaram por inúmeras transformações, principalmente quanto às técnicas, que foram aperfeiçoadas, modificando a nossa forma de nos enxergar e de ver o mundo. Mas, a ação singular e mágica de recortar, selecionar um momento, um espaço, continua a despertar os mesmos sentimentos de outrora. O poder que a fotografia possui, ao afetar seus produtores e também aqueles que a observam consiste principalmente na irrepetibilidade da experiência capturada, combinada com o tempo que se esvai ininterruptamente. O poeta francês Baudelaire é quem melhor nos transmite o sentimento presente no século XIX, com o surgimento da fotografia:

Que ela enriqueça rapidamente o álbum do viajante e dê aos olhos a precisão que faltaria à sua memória, que orne a biblioteca do naturalista, exagere os animais microscópicos, fortifique mesmo alguns ensinamentos e hipóteses

³⁴⁶ De acordo com o Dicionário Houaiss, trata-se de um regionalismo brasileiro que tem por sinônimo as palavras *apagar*, *suprimir* e *remover*.

³⁴⁷ Aparelho fotográfico inventado por Louis Jacques Mandé Daguerre (1787-1851), físico e pintor francês, que fixava as imagens obtidas na câmara escura numa folha de prata sobre uma placa de cobre.

do astrônomo; que seja enfim a secretária e bloco-notas de alguém que na sua profissão tem necessidade duma absoluta exatidão material. Que salve do esquecimento as ruínas pendentes, os livros as estampas e os manuscritos que o tempo devora, preciosas coisas cuja forma desaparecerá e exigem um lugar nos arquivos de nossa memória; será gratificada e aplaudida³⁴⁸.

Contudo, hoje não há mais dúvida quanto à natureza polissêmica das imagens, as quais deixaram de ser um espelho ou duplicação do real, como desejavam os historiadores da escola metódica positivista, para serem percebidas como cheias de ambiguidades, podendo ser recebidas de forma distinta daquilo que inicialmente fora planejado no momento da captura. Assim, fotografias “constituem modos específicos de articular tradição e modernidade. Por tudo isso, sabe-se que uma dada imagem é uma representação do mundo que varia de acordo com os códigos culturais de quem a produz”³⁴⁹.

Portanto, o documento histórico iconográfico vem cada vez mais ganhando espaço no meio acadêmico, por meio de estudos que o utilizam e também o priorizam enquanto fonte de conhecimento histórico. Todavia, não devemos mergulhar neste universo fotográfico sem antes abordar alguns pontos, os quais qualquer pesquisador, escritor ou até mesmo autor de livros didáticos devem estar atentos, em se tratando de trabalho com imagens.

Primeiro: as fontes imagéticas não devem ser interpretadas como ilustração e muito menos como uma apreensão da realidade, mas devem ser decifradas e descobertas pelas críticas e questionamentos do pesquisador. As fotografias não se esgotam em si mesmas, mas são o ponto de partida para se desvendar o passado³⁵⁰. Portanto, o pesquisador deve ir além dos limites das imagens, deve apreender os significados nelas contidos e refletir sobre suas condições de produção e recepção, pois segundo Ulpiano de Meneses:

³⁴⁸ *Apud* MAUAD, Ana Maria. “Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 74.

³⁴⁹ BORGES, Maria Eliza. “Fotografia: desafios da interdisciplinaridade”. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n. 2, 2005, p.80.

³⁵⁰ KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 21.

(...) As imagens não têm sentido em si, imanescentes. Elas contam apenas – já que não passam de artefatos, coisas materiais ou empíricas – com atributos físico-químicos intrínsecos. É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar³⁵¹.

Tal interação social que produz sentidos, defendida por Ulpiano Meneses, evita a utilização da imagem apenas como ilustração do texto, ou como uma vitrine através da qual temos um contato simplificado e célere com o texto.

Acreditamos que identificar, analisar, interpretar e compreender este tipo de fonte contribui para um entendimento maior da sociedade, pois as imagens fixam a experiência humana de diferentes maneiras e acabam se tornando o substrato material das memórias contemporâneas. Assim, nosso objetivo não é procurar a verdade histórica nestas fotografias, mas levantar probabilidades e explicações possíveis para determinados acontecimentos, enquadrando-os em seu contexto, conferindo-lhes novos significados, entendendo a fotografia como uma representação do mundo que pode variar de acordo com a cultura de quem a produziu e de quem a interpreta. Sobre a relação entre fotografia e realidade, Philippe Dubois³⁵² aponta para três tempos no qual vai se proferir uma interpretação sobre o objeto fotográfico:

- a) *a fotografia como espelho do real*, evocando o discurso da mimese, de que a fotografia seria cópia exata da realidade;
- b) *a fotografia como transformação do real*, consistiria em um discurso feito a partir da realidade, afastando-se desta a medida que criava a sua representação. Este

³⁵¹ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 11-36, 2003.

³⁵² DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico e Outros Ensaios*. Campinas: Papirus, 1994.

discurso desnaturaliza a imagem, afinal a fotografia é bidimensional e exclui outras formas sensoriais como o olfato e o tato, além de ser muitas vezes encenada;

- c) *a fotografia como traço de um real* transmite a idéia de que esta seria um indício, um resíduo da realidade impresso em um papel fotográfico. Seria um testemunho, atestando a existência não da realidade, mas de uma realidade.

Para o autor, ainda assim, todos estes tempos deixam-nos insatisfeitos quanto às possibilidades de compreensão do artefato fotográfico, por isso defendemos a idéia de complementaridade de fontes, buscando nos suportes escritos os elementos lacunares para se chegar a uma determinada interpretação da sociedade, ou seja, não se prender apenas à fotografia. Este entrecruzamento se torna fundamental para que as fotografias adquiram um sentido em seu contexto. Neste aspecto fomos favorecidos pelo fato das fotografias encontradas no Fundo Gabinete Civil estarem sempre acompanhadas de uma carta, ou conterem dedicatórias no verso. Entretanto, não decretamos a supremacia de um tipo de documento com relação a outro, pois como lembra Ulpiano de Meneses, muitas vezes algumas imagens podem contestar o que vem dito ou escrito, obrigando certas “calibrações” na análise, sob pena de contemplarmos o desperdício de um “generoso potencial documental”³⁵³, neste caso, a fotografia. Esta, por ser um peculiar e poderoso documento, também é capaz de preencher as brechas do texto com informações e representações não verbalizadas.

É forte consenso, entre os pesquisadores atuais, de que as fotografias não se constituem uma cópia fiel do mundo, como queriam os positivistas dos Oitocentos³⁵⁴. Mesmo

³⁵³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003 p. 21.

³⁵⁴ A técnica fotográfica oitocentista foi definida pela expressão “*o olho da história*”, atribuída a Mathew Brady, chefe da equipe fotográfica que cobria a Guerra Civil norte-americana. As fotografias produzidas nos campos de batalha costumavam ser consideradas verdadeiras testemunhas oculares da história, pois traduziam, desvelavam em imagens a dura realidade da guerra de uma maneira bem diversa dos relatos escritos. In: MAUAD, Ana

com toda a sua carga de realismo elas não correspondem à verdade histórica, mas apenas ao “registro (expressivo) da aparência... fonte, pois, de ambiguidades”³⁵⁵. A postura positivista se deve ao fato da imagem, diferentemente do texto escrito, chegar de forma mais direta à compreensão, pois o “observador confia nas imagens técnicas tanto quanto nos seus próprios olhos”³⁵⁶. Maria Eliza Borges chama a nossa atenção para o fato das imagens fotográficas serem representações bidimensionais de uma realidade tridimensional: “Este aspecto, por si só, insere a fotografia no universo representacional próprio dos signos visuais fixos”³⁵⁷.

De acordo com Roland Barthes “é bem verdade que a imagem não é o real, mas é, pelo menos, o seu *analogon* perfeito, e é precisamente esta perfeição analógica que, para o senso comum, define a fotografia”³⁵⁸. Entretanto, estas imagens carregam apenas marcas de seu tempo; “entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver”³⁵⁹. É através desta trilha que Ana Maria Mauad nos incentiva a chegar diante do que não foi imediatamente revelado pelo olhar e ir além, enxergando através da imagem, procurando a “pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem”³⁶⁰, a despeito de toda a perícia do fotógrafo e do seu comportamento planejado e condicionado pela técnica que visa a perfeição da fotografia.

O trabalho com as fotografias e o desafio de ir além se tornam uma instigante tarefa para o historiador, que assim como os demais consumidores dos artefatos visuais, nunca fica passivo diante de uma fotografia, a qual incita nossa imaginação, nos conta histórias, nos faz

Maria. “Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea”. In: *HISTÓRIA*. São Paulo, v.24, nº. 2, 2005, p.46.

³⁵⁵ KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p.45.

³⁵⁶ MAUAD, Ana Maria. “Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13. n.1, 2005, p. 154,155.

³⁵⁷ BORGES, Maria Eliza. “Fotografia: desafios da interdisciplinaridade”. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n. 2, 2005, p.46.

³⁵⁸ BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p.13.

³⁵⁹ MAUAD, Ana Maria. “Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 75-77.

³⁶⁰ BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: v. 1, Ed. Brasiliense, 1994, p.94.

pensar sobre o passado, sobre a cultura, experiências, lugares e personagens; “imagina a História”³⁶¹. Sobre a relação entre o pesquisador e a fotografia, Roland Barthes é quem melhor disserta a respeito, trabalhando com os conceitos de *studium* e *punctum*.

O *studium* seria a fotografia informando e comunicando o sentido óbvio ao nosso intelecto, ao nosso olhar. O *studium* representa a fotografia como campo de estudo, reconhecimento de informações, de signos e mensagens, ou seja, um saber que podemos desvendar, entender à luz dos nossos conhecimentos. Já com o *punctum* não se trata mais apenas do intelecto, é o corpo que fala e reage àquilo que a imagem cala e ao que ela tem de inesgotável. O *punctum* não tem relação com as intenções do fotógrafo, depende do espectador se sentir pungido pela fotografia. No prefácio do clássico *Retratos de Família*³⁶², de Miriam Moreira Leite, Davi Arrigucci Jr, cita o poeta Drummond de Andrade:

Havia a um canto da sala um álbum de fotografias intoleráveis,
alto de muitos metros e velho de infinitos minutos,
em que todos se debruçavam
na alegria de zombar dos mortos de sobrecasaca.

Um verme principiou a roer as sobrecasacas indiferentes
e roeu as páginas, as dedicatórias e mesmo a poeira dos retratos.
Só não roeu o imortal soluço de vida que rebentava
Que rebentava daquelas páginas³⁶³.

Neste poema Drummond enaltece o soluço de vida que pode brotar de um simples retrato e chama a nossa atenção para o fato de estarem contidas muito mais coisas na fotografia do que o nosso olhar é capaz de alcançar. Esta vida, este algo especial que nos surpreende e mexe com os nossos sentimentos é o que podemos chamar de *punctum*. Assim

³⁶¹ MAUAD, Ana Maria. “Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13. n.1, 2005, p. 135.

³⁶² LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp / FAPESP, 1993. Para dar vida a este singular trabalho a autora se baseia, fundamentalmente, em uma coleção de retratos de família de álbuns cedidos por descendentes de imigrantes de várias origens. São famílias italianas, alemãs, portuguesas, judias, russas, espanholas, marroquinas, suecas, libanesas e japonesas que acabaram por se reunir na cidade de São Paulo no início do século. Abrangendo o período de 1890 a 1930, esta coleção de fotografias compreende três gerações. A esses retratos foram acrescentadas fotografias de família de acervos públicos e os publicados em revistas ou almanaques.

³⁶³ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Os Mortos de Sobrecasaca*.

sendo, podemos descrever objetivamente uma fotografia e todos os elementos que a compõem (*studium*), mas esta análise também será influenciada pelos sentimentos que nos circunvizinham no momento do olhar (*punctum*)³⁶⁴.

É mister ressaltar que um número considerável de historiadores no século XIX e início do século XX se recusava a utilizar a fotografia como evidência de pesquisa histórica. De acordo com Peter Burke, alguns mais tradicionais apontavam o caráter ambíguo das imagens, em contrapartida, afirma que esta mesma ambiguidade estaria também presente nos textos, principalmente quando traduzidos de uma língua para outra³⁶⁵. Assim, defendemos a utilização da fotografia na pesquisa histórica, pois acreditamos que a produção historiográfica que envolve temas como os tratados nesta pesquisa - acerca da agência e do protagonismo daqueles que vivenciaram o Estado Novo - carece de evidências que não devem ficar restritas aos documentos escritos.

Outro aspecto também a ser destacado é a necessidade de se entender as imagens como memória, levando em consideração que elas dependem de escolhas feitas no momento em que foram produzidas³⁶⁶. Quando alguém efetua um registro visual, o faz baseado em escolhas possíveis. Uma opção é adotada em meio a tantas outras. As sociedades, quando guardam determinados objetos, relatam certos eventos ou organizam uma coleção de fotografias, determinam o que deve ser lembrado e preservado da ação do esquecimento. Estas escolhas, ao mesmo tempo, criam evidências sobre o que se passou e deixam um legado de representações sobre determinado momento, período ou experiência.

Mediante a tudo o que até aqui foi destacado, acerca do trabalho com fotografias, é Ana Maria Mauad que nos ajuda a sintetizar a importância destas, sem deixar de chamar atenção para os cuidados que os pesquisadores devem adotar diante das imagens:

³⁶⁴ BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

³⁶⁵ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004, p.134.

³⁶⁶ MAUAD, Ana Maria. “Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98.

No caso das fotografias, em suas diversas modalidades, elas guardam na sua superfície sensível a marca indefectível do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, ou narrativa, próxima àqueles que as consumiam, possuíam, guardavam e colecionavam como relíquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser recuperam o seu caráter de presença num novo lugar, num outro contexto e com uma função diferente. Da mesma forma que seus antigos produtores ou donos, aqueles que as estudam como história entram em contato com esse presente/passado e os investem de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática a ser estudada. Nisso reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas. A imagem decalca-se em nosso pensamento como sombras, duplos, projeções, representações, mensagens para sempre ou por um instante na memória, imediatamente ou a longo prazo, como se pensar fosse ver e ver fosse também pensar, numa circularidade difícil de interromper. Reside aí a possibilidade de se conhecer por meio das imagens³⁶⁷.

Dentre os aspectos destacados pela autora, o que merece maior atenção dos historiadores é o aspecto comunicativo das imagens fotográficas, que desperta uma multiplicidade de sentidos e diferentes caminhos de análise. Quando estamos a observar uma fotografia, não é exatamente ela que vemos, mas sim outras que despontam em nossa memória, despertadas por aquela que está diante de nós³⁶⁸.

Por fim ressaltamos que neste trabalho, assim como nos demais que se propõem a trabalhar com imagens, as mesmas precisam ser expressas por palavras “o que acrescenta à polissemia da imagem as ambigüidades provocadas pela alteração do código”³⁶⁹. Esta transmissão da imagem através de palavras, na opinião de Miriam Moreira Leite é empobrecedora, “problema para o qual ainda não se mostrou uma saída”³⁷⁰.

Pensando neste “imortal soluço de vida” que pulsa de cada retrato, analisamos as fotografias enviadas para o chefe do Estado Novo com enfoque em alguns tópicos especiais:

³⁶⁷ MAUAD, Ana Maria. “Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13. n.1, 2005, p. 172.

³⁶⁸ LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp / FAPESP, 1993, p.145.

³⁶⁹ LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp / FAPESP, 1993, p.16.

³⁷⁰ LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp / FAPESP, 1993, p.16, 17.

(1) a fotografia funcionando enquanto prova daquilo que está escrito na correspondência anexada à mesma; (2) a idéia de fotografias “esculpidas” para o presidente; (3) o trabalho assumindo a posição de elemento central nas fotos; e (4) a fotografia enquanto um presente para o presidente Getúlio Vargas.

Em meio a tantos que deixaram os seus rostos em uma fotografia e sobreviveram à impetuosidade dos “vermes roedores” destacamos, inicialmente, o jornaleiro da prefeitura de Teresina, Lauriano Borges de Carvalho. Este, ao ser transferido para os trabalhos de terraplenagem do campo de aviação de Teresina, sofre acidente com um “arado” e tem o tendão inferior do pé direito “completamente decepado”. Segundo o missivista, não podia mais ficar de pé e nem mais trabalhar, mesmo após os oito dias de tratamento na Santa Casa de Misericórdia, interrompido abruptamente devido à falta de dinheiro para custear as despesas, visto que, de acordo com o remetente, a prefeitura suspendeu o pagamento referente ao tratamento médico³⁷¹.

Lauriano apresenta-se para o presidente como *“um cidadão que se inutilizou em serviço do Estado”*, visto que estava a serviço da prefeitura. Assim, pede um serviço mais leve, com remuneração adequada para continuar o tratamento e cuidar da esposa e dos cinco filhos.

Imagem 3



Fonte: Arquivo Nacional. GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 14.894, caixa 125, 1938.

³⁷¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 14.894, caixa 125, 1938.

É interessante destacar alguns aspectos, mediante à fotografia anexada à correspondência de Lauriano Borges. Primeiro: a foto não se trata de um flagrante, é posada. A vantagem deste tipo de fotografia deve-se ao fato de podermos escolher o que queremos mostrar e o que não desejamos enfatizar. O cenário não é dos melhores, destaque para o piso do local que transmite a idéia de um lugar desagradável e sem saneamento. Era necessário mostrar miséria e ausência de beleza para atingir o objetivo: comover o destinatário. E por falar em beleza, atentemos para os cabelos de Lauriano: despenteados e sem forma, como o de qualquer pessoa que não teve tempo de se preocupar com penteados, em meio a um quadro de doença. O olhar sério e sofrido sintetiza a história contada na carta. O terno, geralmente utilizado nas fotografias posadas, é substituído por uma roupa, clara, de paciente, a qual traz idéia de hospital, doença, tratamento médico. Há um destaque especial para dois elementos: o pé machucado, que foi levemente suspenso para ocupar o primeiro plano e saltar aos olhos dos receptores; e a bengala, quase ao centro da fotografia, demonstrando o papel central que assumira no dia a dia do acidentado.

Chama-nos a atenção que, apesar de se autodenominar “um pobre velho”, a fotografia mostra alguém muito mais jovem do que poderíamos supor, somente através da leitura da carta. O missivista, portanto, ao tentar utilizar a fotografia como prova da realidade, acaba deixando-se ver bem mais do que inicialmente pretendia.

A carta do piauiense, enviada ao Presidente Vargas, atinge proporções tão inusitadas que o próprio prefeito Lindolfo do Rego Monteiro é quem responde ao Inspetor Regional do Ministério do Trabalho, um pouco mais de um mês após o envio da correspondência. O Inspetor colhe depoimentos do prefeito e também de Lauriano, que foi encontrado em um banquinho na sombra de sua residência, próximo à Inspetoria. Estava a dar ordens para um conjunto de crianças que capinavam a rua. Quanto ao prefeito, ressalta que Lauriano retirou-se da Santa Casa de Misericórdia por conta própria e não por falta de pagamento da prefeitura,

além de afirmar que foi até a residência do reclamante para lhe oferecer um emprego de “cortador de grâmas” que não foi aceito.

Nosso objetivo neste trabalho não é mostrar quem está mentindo (embora um dos dois esteja) ou mesmo quem apresenta argumentos mais coesos. Todavia, cabe destacar que a fotografia - com aquilo que destaca e aquilo que omite - funcionou perfeitamente como um meio de referendar o discurso do missivista, tornando-o quase “imbatível” e “inquestionável”, diante do aparato governamental.

A fotografia, para Lauriano e para todos que as enviam, funcionava como um elemento comprobatório, uma prova de que estão falando a verdade, pois, como destacamos anteriormente, a idéia de que a fotografia teria a potencialidade de mostrar a exata realidade foi e ainda é muito forte em nossa sociedade. Não é em vão que o piauiense destaca: “como está demonstrado na fotografia anexa”. Mais a frente volta a realçar: “(...) como V.Excia. poderá verificar da fotografia acima aludida (...)”³⁷². Muitos outros também seguem esta trilha do apego à realidade fotográfica. Um interessante exemplo é o comerciante gaúcho Francisco Alves, que inicia a sua correspondência com a seguinte frase: “Remeto com esta a fotografia dos meus dez filhos, o melhor meio que encontrei para afirmar a V. Ex^a a existência deles”³⁷³.

Enfim, é justamente este apego à “realidade fotográfica” que está intrinsecamente ligado à capacidade de um retrato convencer, comover e mexer com os sentimentos daqueles que o observam. Esta capacidade de comoção já era bem conhecida pela sociedade dos 30 e 40, embora possamos dizer que a mesma ainda estivesse aprendendo a se familiarizar com a fotografia e com a maravilha que significava ter em mãos algo bem próximo da realidade. Para alguns, a própria realidade; prova irrefutável do que se estava alegando, podendo até ser

³⁷² Após solicitar o Abono Familiar, para famílias com oito filhos ou mais, em sua carta para o Presidente, Paschoal Calabria Filho destaca: “(...) *tenho diariamente 12 pessoas para sustentar, já tirei a fotografia com todos os meus filhos (...) se V.Ex. desejar vel-a terei o prafazer de enviar*”. Desta maneira, a missivista reproduz a noção de que a fotografia é capaz de provar aquilo que está sendo dito, de forma “inquestionável”, pois transmite a realidade. AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 16.971, caixa 347, 1941.

³⁷³ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 546, caixa 477, 1943.

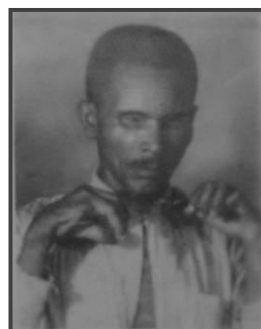
vir como um “laudo médico”, atestando as condições de saúde dos missivistas, conforme pudemos observar. Mas não foi somente Lauriano Borges que utilizou a fotografia como “laudo médico”. Dentre os que adotaram esta postura (carta acompanhada de foto apelativa), selecionamos duas imagens, as quais não funcionam apenas como ilustrações das cartas, mas são capazes de emitir uma mensagem própria, comovente e ao mesmo tempo chocante. Isto porque “nunca olhamos apenas uma coisa, estamos sempre olhando para as relações entre as coisas e nós mesmos”³⁷⁴:

Imagem 4



Arquivo Nacional. GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 4.457, caixa 279, 1941.

Imagem 5



Arquivo Nacional. GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 10.005, caixa 282, 1943.

A mão esmagada é do praticante de manobra da São Paulo Railway Company, Augusto José, o qual pleiteia indenização por acidente de trabalho. O missivista pretende não apenas comover com a foto, mas também com palavras, pois ressalta:

(...) dezastrre esse que consistiu os seguintes detalhes, fui recolhido pella assistencia Publica a honde forão flaturadas 5 costelas e 3 quebradas com a craviculas direita do honbro direito e a mão esquerda esmagada, em fim segue algumas fotografias *provando a realidade*, Exelentissimo snr. Dr. Getúlio Vargas (...) ³⁷⁵. [grifos meus].

O interessante é ressaltar que, tratando-se de acidentes ocorridos com os destinatários, a legitimidade para qualquer solicitação efetuada ao Presidente Vargas consiste no fato de tal

³⁷⁴ BERGER, John. *Apud* LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp / FAPESP, 1993, p.31.

³⁷⁵ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 4.457, caixa 279, 1941.

acidente ter ocorrido durante o expediente de trabalho. O fato de estarem trabalhando para o engrandecimento da nação e seguindo a diretriz do Estado Novo impulsiona-os a se posicionarem diante do Estado em postura de cobrança.

Quanto à *Imagem 5* foi anexada à carta missivista da Bahia, auto intitulado como “vosso já conhecido invalido”, Manoel Antonio de Santana, que ficou aleijado e cego em consequência de acidente na Usina de Bananeiras, da Companhia Energia Elétrica da Bahia, em 1918³⁷⁶.

Apesar de receber sessenta cruzeiros por mês, Manoel solicita que a referida empresa pague um salário justo para manter a sua família. O próprio fiscal do trabalho, na Bahia, em seu relatório, reconhece que “é realmente irrisória uma pensão de Cr.\$60,00”.

Tudo parecia perdido e esta carta estava pronta para figurar no imenso conjunto das solicitações absurdas endereçadas ao Presidente, principalmente porque o próprio fiscal destacou: “(...) sabendo-se que, para o mesmo, a lei, a nosso ver, não proporciona o menor remédio (...), pois do acidente que vitimou Manuel Antônio de Santana separa-nos um grande lapso de tempo.” Todavia, o próprio Delegado Regional do Trabalho, Antonio Felipe Domingues Uchôa, consultou junto à Usina Bananeiras a possibilidade de um aumento no auxílio mensal do senhor Manoel. Em menos de um mês depois, a referida empresa responde positivamente, dobrando voluntariamente o auxílio do missivista.

Temos diante de nós um exemplo precioso de resposta positiva a uma solicitação efetuada ao Presidente Vargas. Mais uma vez destacamos este momento singular da história: em um governo ditatorial, com censura, prisões e Estado forte, havia brechas para que as pessoas se movimentassem e pudessem agir de acordo com as próprias ferramentas fornecidas pelo aparato estatal. O caminho percorrido por Manoel seguiu os trâmites burocráticos do Gabinete Civil da Presidência até a Companhia de Energia Elétrica da Bahia. Uma humilde

³⁷⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 10.005, caixa 282, 1943.

carta percorreu, durante mais de um ano, diversos lugares. Foi atentamente lida por várias autoridades, que provavelmente “deram de cara” com a fotografia de Manoel, acima reproduzida, a qual estava colada no canto superior direito da carta. Até que ponto esta fotografia comoveu, impulsionou as ações daqueles que folhearam o processo nº. 10.005? Ou podemos afirmar que a resposta positiva deve-se tão somente a uma política de boa vizinhança entre o Gerente da Companhia Elétrica e o Delegado Regional do Trabalho? Contudo, cabe ressaltar que o rosto que tinha tudo para ficar na escuridão, em meio à cegueira e ao anonimato, alcançou lugares inimagináveis. Com a pretensão de se deixar ver pelo presidente da República, Manoel acabou sendo visto por todos nós e continuará a ser visto, pois cravou o seu nome e a sua face na História do Brasil Republicano. Difícil acreditar que estamos falando de um cego³⁷⁷.

Seguindo os mesmos passos do piauiense Lauriano, de Augusto José e do bem-aventurado Manoel, todos utilizando a fotografia como prova da verdade, temos Catharina Maria Monteiro, da Bahia, viúva mãe de cinco filhos, que aproveita o início de um novo ano (1940) para encher-se de ousadia e depositar a sua esperança em uma humilde carta acompanhada da fotografia da família³⁷⁸.

O ano anterior trouxera para Catharina péssimos momentos: em julho o marido falecera, deixando-a com 5 filhos. Nem todos os familiares foram capazes de sobreviver à fome e miséria que se sucedeu após a morte do remador Manoel Camillo, assim, em menos de 5 meses, um de seus filhos também morre pela falta de alimentos e cuidados médicos: *“morreu a mingua, que eu vivendo as esmolos não pode comprar alimentos nescessarios e remedios para elle”*. Portanto, a carta escrita no início do ano de 1940 traz consigo o desejo

³⁷⁷ Sobre o ato de retratar a doença ou a incapacidade física, além dos missivistas citados, destacamos a carta de Honorato da Silva Chaves, que perdeu o braço direito em um acidente de trabalho e também anexa a sua fotografia (Trabalho, Processo 8.699, caixa 405, 1942); e o fazendeiro José João Feliciano, o qual, sem a perna direita anexa a sua fotografia à carta. Na foto, nada mais além de uma bengala. No corpo do texto ressalta: “Como bom trabalhador que tem sido, apesar do defeito físico, conforme V. Excia. poderá constatar na fotografia anexa, e cumpridor dos seus deveres, o peticionario vos apresenta a presente reclamação (...)”. (Trabalho, Processo 9.091, caixa 476, 1943).

³⁷⁸ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 3.005, caixa 203, 1940.

de ver uma nova história de vida sendo escrita. É recheada da esperança que costuma invadir mentes e corações ao início de cada ano.

Imagem 6



Família Monteiro: Arquivo Nacional. GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 3.005, caixa 203, 1940.

O objetivo da carta é reivindicar um auxílio junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões, para manter a família, visto que mesmo após ter apresentado a documentação exigida pelo Instituto, não foi atendida. Embora no processo não conste as decisões firmadas em torno da solicitação, a própria missivista sinaliza que está pedindo algo impossível, pois o marido “*distrahiu-se de se inscrever na caixa de Aposentadoria e pensão pois levou 30 e tantos dias de cama e com muito esforço para ver se escapava*”. Findando-se os caminhos burocráticos, só restava recorrer ao chefe da nação.

A fotografia da família Monteiro chama a atenção com relação às outras fotografias de família enviadas para o presidente, pois se trata de uma família supostamente pobre e afro-descendente. Não encontramos nem na carta e nem nos despachos exarados pelo Serviço de Comunicação e pelo Ministério do Trabalho, qualquer menção à questão étnica, que é silenciada. Este silêncio, tanto do missivista quanto do governo, vem ao encontro da idéia de

que “a consistência do comportamento político coletivo do negro revelava-se na sua participação como ‘povo’ durante o Estado Novo”³⁷⁹.

Amaury de Souza destaca que até a implantação da legislação trabalhista, a discriminação ocupacional em virtude de fatores raciais era manifesta. Todavia, as medidas de assistência ao trabalho, vigentes a partir do Estado Novo, foram benéficas ao negro e ao mulato, cuja situação melhorou substancialmente no Estado Novo e “lhes garantiu certa equidade na competição salarial com os brancos envolvidos nos mesmos níveis ocupacionais”³⁸⁰. Havia uma política em vigor que visava marcar positivamente a “raça brasileira”, vide a criação do *Dia da Raça*, demonstrando que o estado Novo assumira uma postura de reprovação aos preconceitos de cor e de elogio ao ecletismo étnico do povo brasileiro, enterrando os ideais de eugenia e branqueamento³⁸¹. O silêncio étnico desta carta e das demais escritas por afro-descendentes, aponta para a absorção desta idéia de “raça brasileira”³⁸² o que contribui para uma tentativa dos missivistas negros, em construir uma nova identidade, não mais pautada nas identidades vinculadas ao mundo da escravidão.

Assim, concluímos que nas décadas de 30 e 40 os serviços fotográficos não permaneceram como um privilégio das classes abastadas, mas conseguiram alcançar parcelas consideráveis da sociedade. A possibilidade de posar para uma fotografia já estava ao alcance de muitas pessoas, pois mesmo em dificuldades Catharina conseguiu tirar a fotografia daqueles que restaram na família, pois no retrato não está o marido e constam apenas as quatro filhas, demonstrando que o momento fora capturado menos de um mês antes da escrita³⁸³. A despeito de um maior acesso aos serviços fotográficos, ressaltamos que para alguns a fotografia ainda mostrava-se distante: “Se não vos remeto certidão de idade dos 9

³⁷⁹ SOUZA, Amaury de. “Raça e Política no Brasil Urbano”. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 1971, p.64.

³⁸⁰ SOUZA, Amaury de. *Op. cit.*, p.64-66.

³⁸¹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p.223.

³⁸² Outras cartas escritas por negros: AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 8.699, caixa 405, 1942; Processo 9.091, caixa 476, 1943; e Processo 33.209, caixa 408, 1942.

³⁸³ O filho de Catharina morreu no dia 9 de dezembro de 1939 e a carta foi escrita no dia 02 de janeiro de 1940.

filhos, ou uma fotografia do grupo, é por carência de recursos”³⁸⁴, destacou Otávio em sua carta para Vargas.

Um segundo aspecto que nos chama a atenção na foto analisada e em outros retratos de família é a presença de crianças, que costumam suscitar inevitável emoção nos receptores. Sobre o hábito de retratar crianças, Ana Maria Mauad ressalta:

(...) a presença maciça de crianças nas fotografias (...) cria um elo entre o que foi efetivamente fotografado, e a comunidade de imagens já fotografadas sobre crianças, unindo produtor e receptor, através do ato fotográfico. Isto porque, todos, algum dia já fotografamos crianças, ou fomos fotografados quando crianças, a cumplicidade no ato fotográfico garante a simpatia na recepção permitindo a elaboração de uma imagem positiva dos sujeitos históricos envolvidos na e pela narrativa³⁸⁵.

A fotografia traz consigo muito elementos importantes: primeiramente cumpre destacar as vestimentas. Era muito comum vestir as melhores e mais bonitas roupas para deixar-se fotografar, contudo, as roupas da família Monteiro são muito simples e sem elaborações especiais. Uma das filhas está descalça, em complemento às humildes vestes, denotando a impossibilidade desta família em cumprir com os quesitos necessários ao que se consideraria um perfeito retrato de família. Os semblantes transmitem aflição e, mesmo desacompanhada da carta, a fotografia transmite a idéia de pesar, luto e tristeza, destacados pela predominância de trajes na cor escura. Um pano serve ao fundo como painel, falhando na tarefa de cobrir o que o fotógrafo não desejava capturar. Um chão árido enfeitado com duras e disformes pedras complementa o cenário pesaroso.

Todavia, o que mais salta aos olhos nesta fotografia são os fotografados: trata-se apenas de mulheres. A ausência de homens em uma fotografia familiar tem um peso cultural muito grande num tipo de sociedade em que o homem é o responsável pela provisão e sustento. A fotografia, neste caso, comove e assume o papel de mostrar a verdade, pois como

³⁸⁴ Octávio Pinto Távora. AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 11.119, caixa 475, 1943.

³⁸⁵ MAUAD, Ana Maria. “O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual”. In: *ArtCultura*, 32, Uberlândia, v. 10, n. 16, 2008, p.45.

a própria missivista ressalta: “*para melhor prova envio as nossas photographia*”. Assim, a foto serve para ratificar as informações prestadas na correspondência.

A escrita é um processo catártico onde o que escreve dá-se a ver. Quando adiciona a fotografia, o missivista deseja ir além, pretendendo através das palavras e também da imagem convencer o receptor, além de estabelecer uma relação íntima afinal, não é em vão que Catharina, ao final da carta ressalta: “(...) *desejo obter uma fotografia de V. Excia*”. A idéia de troca está presente, troca entre iguais, pois o próprio presidente ressaltou que não havia mais intermediários entre o governo e o povo.

O que pudemos compartilhar até aqui é que muitos, além da carta, enviavam suas fotografias para o presidente. Percebemos também que em algumas poucas cartas faz-se alusão a uma fotografia que não consta no processo³⁸⁶. Tal ausência, por vezes deve-se ao fato da aludida fotografia não ter sido anexada³⁸⁷, mas também reside no costume do Gabinete Civil da Presidência da República em devolver as fotografias recebidas juntamente com a resposta, ciente do grande valor que estas possuíam para os missivistas. Mas, para a felicidade dos historiadores muitas respostas não chegavam aos destinatários, retornando com as fotografias. Em outros momentos a resposta nem cogitou a possibilidade de devolução do retrato, denotando uma diferença de procedimento que pode variar de acordo com as diretrizes em vigor na Secretaria. Na carta-resposta destinada ao senhor Alfredo Eismann há uma observação no rodapé: “Junto segue a fotografia que veio anexa à vossa carta”³⁸⁸. A assinatura na carta-resposta é do Secretário Queiroz Lima. Não se trata de uma cópia para arquivamento, geralmente em papel mais frágil e com baixa qualidade, trata-se da versão original da carta que não encontrou seu destinatário e por isso voltou juntamente com o retrato da família para ser arquivada:

³⁸⁶ Ver carta de José Xavier de Lima, que oferece ao presidente uma fotografia do Sindicato das Classes Trabalhadoras de Parintins, AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, Processo 30.330, caixa 279, 1940.

³⁸⁷ No processo nº. 546, Ministérios - Trabalho, caixa 477, 1943, encontramos um despacho do próprio Gabinete Civil da Presidência informando que o “o missivista não juntou a fotografia que faz referencia”.

³⁸⁸ AN-RJ, GCPR, Ministérios - Trabalho, Processo 27.974, caixa 282, 1940.

Imagem 7



Família Eismann: Arquivo Nacional. GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 27.974, caixa 282, 1940.

A imagem acima tinha tudo para ser apenas mais uma fotografia de família, das típicas fotos posadas: um coveiro em momento distinto da sua atividade diária; portando provavelmente o seu melhor terno; acompanhado da esposa e de suas filhas bem arrumadas e penteadas. Estava constituído o cenário para uma fotografia perfeita, que tinha como pano de fundo uma parede lisa, visando chamar a atenção apenas para os fotografados. A novidade do *flash* como recurso adicional nas atividades fotográficas, a partir da segunda década do século XX contribuiu para que as fotografias fossem também tiradas em lugares fechados, assumindo um caráter mais privativo e possibilitando fotografar o recôndito e a intimidade do lar. Contudo, além de Alfredo, sua esposa e suas três filhas, há um sexto e importante elemento que se deixou fotografar: a Carteira de Trabalho empunhada pelo coveiro do cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Destacamos a partir desta imagem, não apenas o hábito de se enviar retratos para o presidente Getúlio Vargas, mas também o cuidado no ato de preparar e tecer a fotografia a ser enviada. A fotografia da família Eismann fora “esculpida” para um público alvo específico,

contendo uma mensagem clara, que consiste na idéia de cidadania a partir da aquisição da Carteira de Trabalho. O Sr. Eismann direta ou indiretamente tinha noção de que os retratos poderiam conferir *status* ao indivíduo, tornando pública a presença de sua personalidade³⁸⁹. Aquele que escreve é um cidadão, trabalhador, enquadrado nos pressupostos da política trabalhista do Estado Novo e por isso tem legitimidade para fazer o seu pedido: receber auxílio financeiro, visto que está impossibilitado de trabalhar após sofrer fratura dupla na bacia, durante o trabalho.

O pedido do coveiro é negado. A Santa Casa de Misericórdia declara que “Alfredo Eismann, nunca foi, nem é, presentemente, empregado da requerente”, além disso, o reclamante, intimado a prestar esclarecimentos na Delegacia Regional de Porto Alegre não compareceu à mesma, abandonando sua solicitação, mas deixando-nos a fotografia especialmente posada para o chefe da nação. Mostra-nos, assim, a forma como estava a enxergar aquele momento histórico, e de certa forma, revela-nos como agiu estrategicamente no sentido de chamar a atenção do presidente, visto que a pose do missivista não era das mais comuns em meio às fotografias de família.

De posse dos retratos das famílias Monteiro e Eismann, percebemos o quão valiosa é para a história este tipo de fotografia. A despeito de serem apenas uma representação do mundo, visto que não se constituem apreensão da realidade, elas eternizam momentos e acabam por nos proporcionar um conjunto de valiosas informações sobre estes momentos históricos. Estes retratos em família, até os dias de hoje, assumem um sentido de eternização dos grandes momentos, os quais muitas vezes são apenas situações cotidianas, aparentemente banais. Tais imagens têm uma dimensão bastante expressiva para o grupo, pois servem para reforçar o sentimento de integração e pertencimento.

³⁸⁹ CLARKE, Graham *Apud* MAUAD, Ana Maria. “Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n° 49, 2005, p. 65.

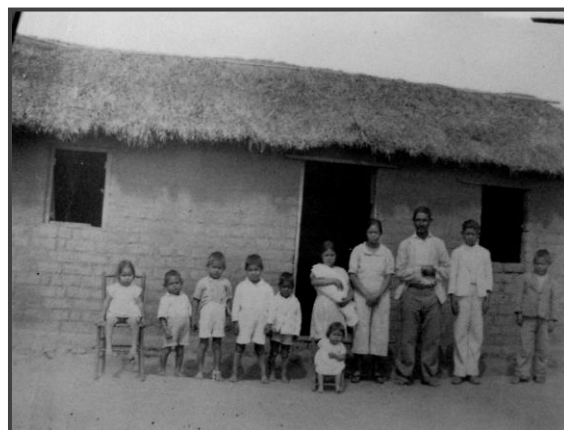
“Tanto tirar as fotografias, como conservá-las ou contemplá-las, emprestam à fotografia de família o teor de ritual de culto doméstico”³⁹⁰. As fotografias de família tinham como principal finalidade servir de memória dos importantes momentos, lembrança das pessoas. Mas as fotografias utilizadas como fonte histórica necessitam de contextualização para serem analisadas, assim, durante a Era Vargas percebemos uma reapropriação dos significados dos retratos de família, os quais passam a servir não somente como provas do que se diz em uma carta - algo extremamente necessário após a aprovação do Decreto-lei número 3.200 de 19 de abril de 1941³⁹¹, que concedia abono às famílias numerosas - mas também a funcionar como instrumento de comunicação com autoridades políticas. As fotografias de família contêm importantes informações do ponto de vista histórico e cultural. Seguindo este promissor caminho, vamos nos deter um pouco mais nos retratos de família em determinado contexto histórico: o Estado Novo. Observemos três fotografias, anexadas em cartas enviadas para o presidente Vargas:

Imagem 8



Família Massaranduba - Arquivo Nacional. GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 29.598, caixa 278, 1940.

Imagem 9



Família Nascimento - Arquivo Nacional. GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 27.988, caixa 411, 1942.

³⁹⁰ LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp / FAPESP, 1993, p.87.

³⁹¹ Ver mais informações sobre o decreto-lei 3.200 de 19 de abril de 1941, no Capítulo 1.

Imagem 10



Família Furquim Vaz. Arquivo Nacional. GCPR,
Ministérios – Trabalho, processo 8.359, caixa 476, 1943.

A *Imagem 8* foi enviada juntamente com a carta de Joana, cearense que vivia com sua família no Pará. Escreve em nome do marido, “inválido com as faculdades mentais abaladas” e proclama denúncia contra a Companhia Ford, a qual teria demitido José Massaranduba e expulsado sua família da propriedade que pertencia à Companhia. Em um dos momentos mais simbólicos de sua carta, Joana se enche de nacionalismo, para clamar ao presidente: “V. Excia não consentirá que o Capitalismo estrangeiro acacabem os direitos do pobre trabalhador Nacional (...) mas eu mulher trabalharei para manter meu esposo e filhos.”³⁹².

Embora não deixe evidente qual o motivo do acidente que vitimou o marido - ressaltando apenas que o mesmo “perdeu o seu phizico de homem sadio” durante serviços prestados à Ford - em diversos momentos de sua carta ela lembra dos filhos e da condição do marido. A fotografia funciona como um elemento comprobatório da carta, pois apresenta José portando muletas e os demais filhos, citados na carta, comportadamente sentados para a captura de um momento da família. Uma das filhas, estudante da “Escola Ford”, fora inclusive abraçada e beijada “com ar paternal” pelo Presidente Vargas durante sua visita àquela cidade. Informação esta valiosíssima, que serve para estreitar os laços da missivista com Vargas e afirmar o quanto se sentia próxima do mesmo. Todavia, o que nos chama a

³⁹² AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 29.598, caixa 278, 1940.

atenção nesta fotografia, com relação às demais encontradas no Fundo Gabinete Civil da Presidência e com relação às fotografias de família presentes nesta pesquisa, é o fato da pose tradicional não ter sido adotada. Na fotografia, as crianças não estão sérias e sisudas, mas demonstram certa descontração e mobilidade, algo que não acontece nas demais. Em comparação às *Imagens 9 e 10*, temos um retrato de família informal, que foge às convenções comumente adotadas: pais ocupando um espaço de destaque; filhos enfileirados pela ordem de nascimento; braços relaxados e uso de vestimentas formais.

Embora as fotografias das famílias *Nascimento* (Imagem 9) e *Furquim Vaz* (Imagem 10) sejam estruturalmente bem semelhantes, há um aspecto que destoa totalmente: o cenário. A residência campesina, ao fundo da família mineira, a distancia da família curitibana, a qual traz em sua fotografia urbanidade, luxo e sobriedade detectados pela escolha da cortina como pano de fundo e pela qualidade da foto e do enquadramento. Na Imagem 9 um dos meninos da família mineira está quase fora da fotografia, saindo pela direita, denotando a ausência de cuidado no posicionamento dos fotografados, cuidado este esculpido pelo fotógrafo de Curitiba. As crianças da família *Nascimento*, apesar de estarem todas vestidas, não portavam calçados, ao contrário das crianças curitibanas. Comparando-se as cadeiras utilizadas pelas crianças menores em ambas as fotografias, o requinte da família de Curitiba e a simplicidade da família *Nascimento* também vêm à tona. Contudo, como já destacamos anteriormente, não podemos interpretar as fotografias isoladamente, sem entender em que contexto histórico foram produzidas. Analisar e classificar a família mineira enquanto pobre e a família curitibana como rica constituir-se-ia um ingênuo reducionismo, principalmente se levarmos em conta que quando as famílias envergam, para a pose, os seus melhores trajes, as diferenças de classe são neutralizadas. Quando o espetáculo produzido pelo fotógrafo utiliza as ferramentas corretas na constituição do cenário, uma família humilde pode ostentar luxo e

prosperidade. São omissões pensadas, avaliadas, as quais esperam pela competente decifração do historiador.

Portanto, eis alguns motivos pelos quais não podemos cair na armadilha dos rótulos que as fotografias sugerem, classificando como desprovida a família mineira e a curitibana como abastada:

Primeiro, porque a “fotografia pode ser a reprodução de um recorte de alguma coisa existente, mas freqüentemente é mais a reprodução do que o retratado e o fotógrafo quiseram que ela fosse”³⁹³.

Segundo, porque o retrato é um objeto de exibição. As roupas de domingo e de festa, segundo Miriam Leite, tinham por objetivo transmitir a impressão de prosperidade e bem-estar. A preocupação com o traje adequado para a hora certa demonstra a existência de um código do bem vestir como elemento de distinção social³⁹⁴. Para os imigrantes e descendentes de imigrantes, a ostentação de progresso material era bem maior na medida em que a volta para seus países de origem ficava cada vez mais fora de cogitação. Assim, a fotografia também servia como isca para atrair familiares remanescentes da terra natal, não correspondendo à realidade dos fotografados.

Terceiro, porque a partir da leitura das cartas que acompanham tais fotografias percebemos que ambas as correspondências tinham um mesmo objetivo: solicitar ao presidente o abono familiar que beneficiaria famílias com oito filhos ou mais³⁹⁵. Esta solicitação em comum entre as duas famílias denota um problema que somente a análise da fotografia não seria capaz de revelar, a saber: tanto família curitibana quanto a família mineira passavam por dificuldades financeiras para cuidar dos seus.

³⁹³ LEITE, Miriam. *Op. cit.*, p.143, 144.

³⁹⁴ MAUAD, Ana Maria. “Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13. n.1, 2005, p.163.

³⁹⁵ Considerações sobre o Decreto Lei nº. 3.200 foram apresentadas no Capítulo 1.

O trabalho realizado com as fotografias do Fundo Gabinete Civil da Presidência foi extremamente profícuo, pois nunca ficamos inertes diante das fotografias. Elas incitam a nossa imaginação e nos levam ao passado a partir de um dado de materialidade que perdura na imagem³⁹⁶. Contudo, o trabalho com imagens nos deixa alertas e cuidadosos para não cairmos nas armadilhas que podem estar contidas por trás das fotografias. O historiador deve estar, inclusive, atento aos silêncios das fotografias, conforme ressalta Miriam Leite:

Sobre os silêncios das fotografias existe muito o que elaborar. Como se recortam dos retratos de família as ovelhas negras, não se conservam os retratos de desafetos, ou então são utilizados para amaldiçoá-los. Há lugares da casa dos quais não se tiram retratos, assim como existem situações que não são registradas³⁹⁷.

Pensando nas armadilhas interpretativas que uma imagem pode propiciar e na natureza polissêmica das imagens, voltemos à fotografia da família *Furquim Vaz*, reproduzida abaixo com indicações especiais:

Imagem 11



Família Furquim Vaz. Arquivo Nacional. GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 8.359, caixa 476, 1943.

Inicialmente poderíamos inferir que as pessoas acima destacadas se tratavam do pai e da mãe das crianças, os quais teriam dez filhos. Mas são a carta e a dedicatória constante no

³⁹⁶ MAUAD, Ana Maria. “Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 98.

³⁹⁷ LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp / FAPESP, 1993, p.20.

verso da fotografia que nos ajudam a entender melhor a constituição da família. Sobre as dedicatórias, Aline Lacerda destaca:

Uma dedicatória na imagem ou no verso da foto, um carimbo de jornal com a data da possível publicação, um rasgo, um recorte, uma moldura com algum tipo de inscrição, um dado a respeito da técnica empregada naquela imagem, entre outros exemplos, são elementos valiosos que muitas vezes apontam para possíveis usos e funções dessas imagens ao longo da sua história³⁹⁸.

A missiva que acompanha a fotografia da *Família Furquim* é escrita por Jandyra Furquim Vaz, 34 anos que se põe a desabafar junto ao presidente: “fui abandonada com meus (11) onze filhos pelo meu esposo que atualmente vive na companhia de uma moça minha filha de criação”. Portanto, o homem ao centro, que atrai para si os olhares, devido à altura e ao acessório especial que porta, não se trata do marido, mas sim do filho de 17 anos, Lourival Furquim, conforme indicado no verso da fotografia. A estratégia de colocá-lo no centro da fotografia traz implícita a necessidade que esta família teve em eleger, constituir e forjar o novo chefe, seguindo assim o modelo de perfeição familiar pregado pela sociedade dos anos 1940, constituída de pai e mãe. Isto porque “o retrato é um signo cujo objetivo é tanto descrever o indivíduo, como inscrevê-lo numa identidade social”³⁹⁹. Neste caso, uma nova identidade de chefe da família, figura masculina predominante. Assim, a fotografia reforça a integração do grupo familiar, reafirmando o sentimento e a necessidade de unidade.

Todavia, as desventuras da família *Furquim* precisavam ser reveladas ao presidente Vargas, a fim de que o mesmo entrasse com providência diante do caótico quadro que se formara diante da mesma. Eis o motivo pelo qual não fomos capturados pelas armadilhas adjacentes ao documento iconográfico, que neste específico caso, graças ao enquadramento, à

³⁹⁸ LACERDA, Aline *Apud* ALVES, Josefa Aparecida. “Fotografia: Fonte de Pesquisa Histórica” In: *Olhares & Trilhas*. Uberlândia, Ano VII, n. 7, 2006, p.27.

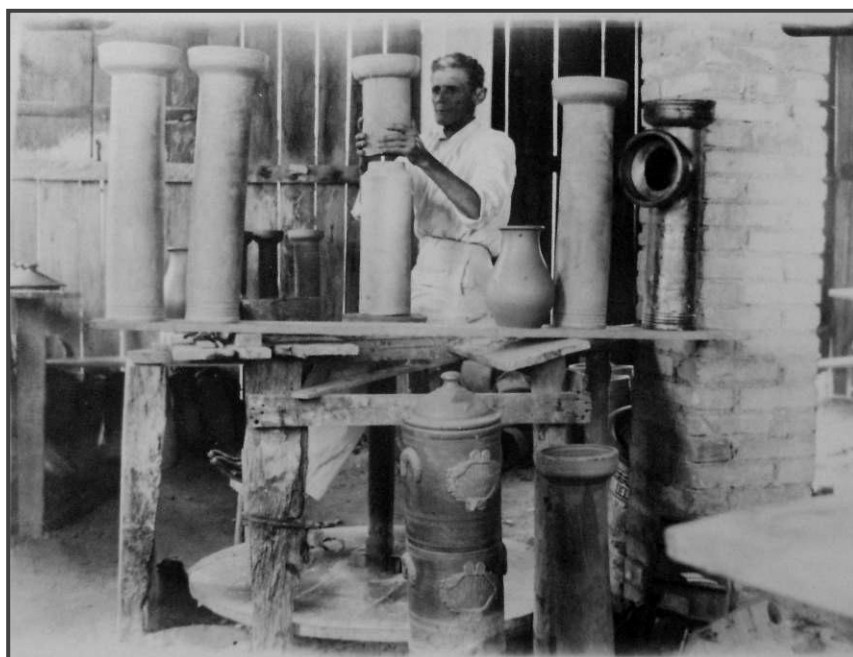
³⁹⁹ TAGG, John. *The Burden of representation*. London: Verso, 1988, p.37 *Apud* MAUAD, Ana Maria. “Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 49, 2005, p. 65.

produção, cuidado e posicionamento dos fotografados, tinha tudo para nos levar a crer que se tratava de uma família completa⁴⁰⁰.

E por falar em retratos e representações, evocar a atmosfera trabalhista não apenas nas palavras escritas, mas também através das fotografias, aproveitando-se da subjetividade e emoções que estas transmitem tornou-se um interessante caminho a ser percorrido. Seguindo esta trilha, o artesão de 60 anos, José Irineu da Gama escreve ao presidente com o objetivo de pedir auxílio financeiro para a sua fábrica de louça de barro. Anexa a sua fotografia desejando que Vargas tome conhecimento do modo como trabalha e entenda perfeitamente suas necessidades:

(...) primeiro faço uma parte de baixo e depois a de cima quando os dois pedaços estão enxutos eu vou ao torno para emendar assim como está mostrando na fotografia que vós remeto para v. exc.^a certificasse *da minha verdade*, então resolvi pedir um auxílio a v. exc.^a, pois é a única pessoa no Brasil que pode socorrer-me (...) ⁴⁰¹[grifos meus].

Imagem 12



Arquivo Nacional. GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 20.524, caixa 125, 1938.

⁴⁰⁰ Mais fotografias de famílias poderão ser encontradas nos Processos 23.342 (caixa 403); 20.728 (caixa 405); 4.470 (caixa 477); 32.903 (caixa 408) e 11.947 (caixa 475).

⁴⁰¹ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 20.524, caixa 125, 1938.

Mais uma vez percebemos a fotografia funcionando enquanto um elemento que torna o pedido mais sincero, verdadeiro, e a carta legítima. A foto destaca o extenuante e difícil trabalho manual que é fabricar manilhas, mas lembremos que uma fotografia corta o fluxo natural, transforma a totalidade em parcial e o tempo contínuo em fragmento⁴⁰², ou seja, “é uma redução e um arranjo cultural e ideológico do espaço geográfico, num determinado instante”⁴⁰³. Destarte, o modo com senta o trabalhador e a posição das mãos, apenas transmitem um fragmento do quão difícil seria um dia inteiro exercendo tal atividade. O missivista ressalta que costumava fazer trinta tubos por dia, todavia, devido à avançada idade, “hoje só faço oito ou dez”, trabalhando das seis da manhã às seis da tarde. Assim, para agilizar o trabalho e otimizar a produção, pede ao presidente que lhe compre uma máquina de fabricar manilhas com pagamentos a serem efetuados através de prestações.

Há na fotografia de Irineu uma diferença com relação às apresentadas até então. Apesar de ser uma foto nitidamente posada, o artesão não olha diretamente para a câmera, mas concentra-se em seu trabalho, transmitindo um ar de informalidade ao momento retratado. Desta forma, o elemento principal da foto não é Irineu e sim o trabalho, elemento central também na política varguista. A roupa alva, apesar de totalmente incompatível com a sujeira provavelmente proporcionada pela atividade, denota a preocupação tão comum entre os fotografados: “aparecer bem na foto”, mesmo que seja uma foto de simulação de uma atividade laboral cansativa.

O pedido lhe foi negado sob a justificativa de que o Ministério do Trabalho não tinha verba para atender à solicitação do artesão. Todavia, a fotografia de Irineu, juntamente com a sua dedicatória no verso, nos auxilia na instigante tarefa de resgatar a história do trabalho

⁴⁰² BARROS, Armando Martins. “Notas sobre a fotografia como documento historiográfico”. In: *Práticas Discursivas ao Olhar: Notas sobre a vidência e a cegueira na formação do pedagogo*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.

⁴⁰³ LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp / FAPESP, 1993, p.19.

através de imagens: “V. ex^a esta fotografia e mostrando a maneira que eu emendo os tubos no meu torno e a maneira que eu trabalho”.

A relação entre fotografia e trabalho também é percebida na foto enviada pelo pedreiro Antonio Soares da Silva: “(...) provo a V. Ex^a que sou simples cervente de pedreiro provo com minha photographia tirada em construção”⁴⁰⁴.

Imagem 13



Arquivo Nacional. GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 30.798, caixa 280, 1941.

Confrontados com esta fotografia, nos questionamos por que o missivista optou por apresentar-se ao presidente com aquela que certamente não era a sua melhor roupa e em um panorama que seguramente não estava no topo dos melhores cenários forjados pelos fotógrafos. Optara por seu ambiente de trabalho: a enxada, o carrinho de mão, o chão por cavar, negando a vantajosa sombra do chapéu que fora deixado de lado, junto ao paralelepípedo. Ao seguir os passos de Ana Maria Mauad, procurando enxergar através da imagem, percebemos que os elementos que compõem a fotografia o vinculavam muito mais à atmosfera trabalhista, de esforço e sacrifício, que impregnou as décadas de 1930 e 1940 e

⁴⁰⁴ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 30.798, caixa 280, 1941.

supostamente chamariam muito mais a atenção do destinatário. Uma mensagem é visivelmente transmitida pela fotografia: Não se tratava de qualquer um. Era um trabalhador.

Portanto, o que as pesquisas nos arquivos, até então, têm nos ajudado a entender é que a aproximação entre Vargas e as pessoas comuns foi possível. A propaganda e as estratégias governamentais tiveram um alcance bastante eficaz, contribuindo para a idéia de que o presidente estava bem próximo de todos aqueles que lançavam mão de um papel, uma caneta, ou uma máquina de escrever para se dirigir e estabelecer uma comunicação política com o Chefe da Nação. Já a fotografia, tinha por finalidade deixar os laços bem mais estreitos do que as próprias palavras tinham condições de deixar. Geralmente tentamos dar um sentido às imagens quando as traduzimos e queremos pensar nelas de forma verbal. Mas as palavras não dão conta de do visível, mas daquilo que é imaginável no documento fotográfico.

É justamente por isso que percebemos os cuidados dos missivistas em selecionarem a foto mais estratégica, mais em conformidade com a sua solicitação, para o presidente Vargas; uma foto que consegue proferir muito mais do que as palavras contidas na carta. Epaminondas de Queiroz não fugiu à regra, conseguiu ir além e transmitir à sua fotografia o desespero e a dramaticidade geralmente presentes nas palavras escritas:

Imagem 14



Epaminondas escreve do Rio de Janeiro. Após enfrentar uma imensa Odisséia de mais de 30 dias, em sua viagem do Sertão da Bahia até a Capital Federal, viagem feita a pé, a cavalo e também de trem, cruzando as cidades baianas e passando por Minas Gerais. O missivista não consegue atingir o seu objetivo: estar pessoalmente com o presidente para pedir ajuda na obtenção de indenização por danos causados à sua propriedade e auxílio judicial em processo no qual é acusado de molestar uma menina.

Não há indicações acerca de onde e em que momento a fotografia foi tirada, mas ao ver Epaminondas de joelhos e com olhar cansado, temos a impressão de que se trata do momento da escrita, o fim uma longa jornada até o Rio de Janeiro. Conforme o próprio missivista ressalta, a decisão de escrever foi uma mudança de estratégia, visto que não conseguia falar pessoalmente com o presidente Vargas. Portanto, tudo nos leva a crer que a foto, assim como a carta foi confeccionada no Rio de Janeiro, logo, produzida pensando em seu destino: parar nas mãos do chefe da nação.

Deste modo, convém destacar que através de recursos formais, as imagens fotográficas apresentam ao pesquisador uma visão de mundo previamente recortado pelo fotógrafo⁴⁰⁵ com possíveis intervenções do fotografado. Todavia, ressaltamos que o *punctum* reage àquilo que a imagem cala e ao que ela tem de inesgotável. O controle destas variáveis não se encontra nas mãos dos fotógrafos e muito menos nas mãos dos fotografados. Mesmo em uma fotografia esculpida, o *punctum* pode entrar em ação a partir de aspectos negligenciados por todos os envolvidos no ato fotográfico. É aí que reside a peculiaridade do trabalho com as fotografias, o qual nos chama a atenção para o impacto que as mesmas provocaram diante da burocracia estatal. Embora não tenhamos encontrado nos processos analisados indícios da reação

⁴⁰⁵ BARROS, Armando Martins. “Notas sobre a fotografia como documento historiográfico”. In: *Práticas Discursivas ao Olhar: Notas sobre a vidência e a cegueira na formação do pedagogo*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.

daqueles que leram as cartas e viram as fotografias é certo que em diversos momentos o *punctum* entrou em ação.

Após cruzar o país, do nordeste ao sudeste, chega o grande momento de Epaminondas estar diante do presidente, todavia, não mais pessoalmente e sim através de cartas como muitos outros fizeram. O ato de se ajoelhar evoca reverência na presença do presidente, mas associado à leitura da carta, também evoca cansaço, linha de chegada, momento de desabafo. Aqui vemos um exemplo de como os missivistas acreditavam estar diante do presidente, seja através de uma carta ou de uma fotografia. A subjetividade que esta contém, sendo um “detonador de emoções” e provocando sentimentos que o nosso intelecto não é capaz de reproduzir ou teorizar já era, certamente, do conhecimento daqueles que postavam a sua carta amalgamada a uma fotografia.

De tudo que vimos até então, baseado nas cartas e nas fotografias que acompanham tais correspondências, cumpre ressaltar que a foto além de ser um elemento que pretende comprovar algo, mostrando que está falando a verdade, também funciona como um presente para Vargas, conforme correspondência de Martinho Marciano, que às vésperas do aniversário do Presidente escreve: “Permiti, Exmo. Snr. Presidente, que vos envie meu sincero e humilde voto de felicidade ao ensejo do vosso aniversario, depondo aos vosso pés o meu coração representado no retrato de minha filhinha Laura. Salve 19 de Abril de 1943 – Salve”⁴⁰⁶.

Para Marciano, o envio da fotografia significava depositar o coração aos pés do presidente. Significava dependência, confiança e lealdade. Para este missivista, a fotografia tinha um valor simbólico muito grande. Sua correspondência mostra o quanto estava sensível às mensagens transmitidas por um retrato: “Diante do vosso retrato colocado no salão principal desta Caixa [de Aposentadoria e Pensões de Serviços de Mineração do Estado de

⁴⁰⁶ AN-RJ, GCPR, Ministérios – Trabalho, processo 12.762, caixa 349, 1943.

Minas Gerais], digo, todos os dias, espiritualmente: ‘Pae do povo brasileiro, daí uma solução ao meu problema; ajudai-me, socorrei-me’”.

Toda imagem é histórica, pois as imagens revelam objetos de uma civilização, transmitem os significados de uma cultura. A história se escreve com documentos escritos, mas também com documentos visuais, os quais dependem da habilidade e do cuidado do historiador, conforme destaca Lucien Febvre:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. [...] Com os exames de pedras feitas pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertence ao homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem⁴⁰⁷.

A fotografia, mais do que nunca, pertence ao homem, além de demonstrar os seus gostos e a sua maneira de ser. A fotografia precisa ser decifrada, descoberta, de forma a “permitir devolver às imagens congeladas o tempo delas abstraído, bem como apreender os significados nelas contidos”⁴⁰⁸. Acreditamos que fotografar é sempre fazer história, seja de simples trabalhadores, seja de “grandes” autoridades. Concordamos com Boris Kossoy quando afirma que “É a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”⁴⁰⁹, que nos faz entrar em nós mesmos.

Relembrando Drummond, os vermes não foram capazes de roer “os mortos de sobrecasaca”, nem as fotografias do Fundo Gabinete Civil da Presidência da República e muito menos as emoções que delas pulsam com vigor tremendo, ajudando-nos a entender

⁴⁰⁷ FEBVRE, Lucien *apud* LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: *História e memória*. 2ª ed. Capinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992, p.351.

⁴⁰⁸ NEVES, Lucas Vieira. “A Fotografia como documento Histórico”. In: *Em Tempo de Histórias*. Universidade de Brasília, nº 8, 2004, p. 1.

⁴⁰⁹ KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 28.

melhor esta sociedade que, notando a ausência de intermediários, se aproximava do presidente da república com ousadia, com sua fotografia.

CONCLUSÃO

Não se conhece mais, por exemplo, a caligrafia de quem escreve. Até mesmo os erros de ortografia são corrigidos automaticamente. Daqui a alguns anos, os arquivos privados possivelmente terão outra configuração, bem diferente da que se conhece hoje.⁴¹⁰

Este trecho do artigo de Jorge Ferreira, sobre as cartas de João Goulart a Getúlio Vargas, nos convida a uma reflexão acerca da importância histórica dos arquivos privados. Atualmente vivemos uma “revolução tecnológica”. Não se escreve mais carta e sim, envia-se *e-mail*; não se escreve mais com papel e caneta e sim com teclado e monitor. Muito do que se escreve é “deletado”, apagado da história; lançando novos desafios ao historiador acerca de como vai acessar os arquivos privados daqui a algum tempo, de como adentrará o mundo do informal, percebendo emissor e receptor em seu processo catártico de escrita; ambos “dando-se a ver” através da mesma.

No presente trabalho foi possível penetrar no mundo, no imaginário de trabalhadores, de pessoas comuns, através das cartas endereçadas ao presidente. Acreditamos estar contribuindo para a memória social do país quando divulgamos o discurso de Marias, Josés e Franciscos, os quais passariam anônimos pela história se não fosse a preservação de arquivos tão preciosos e instigantes. Cabe aqui uma observação à pesquisa, já citada, de Luciana Heymann, a qual analisa as correspondências endereçadas a Filinto Muller⁴¹¹. Neste trabalho a autora não tem nenhuma preocupação em citar os nomes dos correspondentes, os quais são analisados em meio a uma grande “massa”. Quando os menciona, utiliza os seguintes termos: “um missivista” (p.12); “mediadores” (p.13); “a professora de Filinto Muller” (p.19); “o necessitado” (p.28), dentre outros. Acreditamos que esta opção denota um trabalho que, inova, quando dá voz às pessoas comuns, mas ao mesmo tempo ainda está preso em um

⁴¹⁰ FERREIRA, Jorge. “Ao mestre com carinho, ao discípulo com carisma: as cartas de Jango a Getúlio”. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.279.

⁴¹¹ HEYMANN, L.Q. “‘Quem não tem padrinho morre pagão’: Fragmentos de um discurso sobre o poder”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº24, 1999.

paradigma tradicional, o qual privilegia as grandes autoridades e apenas refere-se ao povo, à massa, aos missivistas, esquecendo-se de que entre estes há indivíduos, agentes históricos. Neste sentido, acreditamos que a perspectiva de uma “história vista de baixo”, de tentar localizar o “rosto na multidão”, muito tem enriquecido a produção historiográfica.

Com o avanço tecnológico, acreditamos que podemos perder em muitos aspectos, no que diz respeito à preservação de determinados tipos de documentação, mas por outro lado, ganhamos em diversos outros, um deles com certeza é a rápida disseminação da informação e o surgimento de mecanismos eficazes de armazenamento do material, dos quais este trabalho é fruto. Assim, é correto afirmar que os avanços técnicos estão proporcionando não somente rupturas, mas também reelaborações. A história oral, aliada ao surgimento de eficientes tecnologias de áudio, talvez seja um importante tipo de documentação a ser cada vez mais utilizada para acessar o imaginário popular. Enfim, estas são apenas algumas reflexões acerca da preservação do nosso patrimônio histórico e cultural. Graças a essa preservação, este trabalho pôde ser realizado.

O que fizemos nesta pesquisa foi mostrar o reverso, o outro lado da moeda, neste processo de positivação do trabalho humano e valorização de uma sociedade laboriosa e harmônica. A partir da propaganda amplamente divulgada de idealização do mundo do trabalho, aqueles que o rejeitavam seriam portadores de todo mal a ser extinto dessa sociedade trabalhadora e feliz. Este mal desapareceria juntamente com o desânimo, o desleixo, a indolência, o ócio, a indisciplina e a fraqueza. Ser efetivamente um cidadão não dependia de estar ligado a um código de valores políticos, mas significava pertencer a uma ocupação reconhecida e definida em lei, ser possuidor de uma ocupação profissional regularizada. Havia um imaginário negativo acerca dos sem-trabalho, à margem dos direitos sociais, associados à figura do vagabundo e do malandro.

Confrontando a propaganda governamental com as diversas mensagens das cartas, percebemos que o discurso do bom sujeito, honesto, trabalhador e chefe de família não tinha nada de inocente e desinteressado. Servia como um meio do trabalhador exigir o seu “lugar ao sol” no Estado Novo. Deixar de atender a este trabalhador, que cumpria fielmente o seu papel, significava voltar às costas a tudo aquilo que foi dito pelo aparato estatal. Deixar de fornecer o trabalho a alguém significava ir de encontro à política – exaustivamente difundida - de valorização daqueles que trabalhavam. Seria legitimar o ócio e a vagabundagem. E não era isto que o governo desejava. Mas o crescimento das dificuldades vividas pelos trabalhadores, do qual as cartas aqui analisadas constituem uma pequena amostra, principalmente com o esforço de guerra (desvalorização dos salários, direitos cerceados, sobretrabalho imposto), pôs em xeque toda a propaganda oficial pautada em uma sociedade sem conflitos gerida por um Estado protetor dos trabalhadores.

O que buscamos foi menos falar daquilo que realmente aconteceu e mais sobre o modo como os missivistas estavam interpretando certos acontecimentos históricos, perceber que sentidos atribuíam aos diferentes eventos. E principalmente, destacar que havia crítica e voz de protesto durante o Estado Novo, havia voz dissonante. Todavia, ressaltamos o cuidado a ser observado, no sentido de não se conferir agência em exagero a tais missivistas, desprezando os momentos de passividade que existem e também são realidade no primeiro governo Vargas.

Ao fim do Estado Novo, o número explosivo de greves e mobilizações que se deram no cenário político Brasileiro, não decorreu do acaso, mas das “lutas silenciosas” travadas no interior das fábricas, da cultura de crítica e contestação, que longe de ter sido silenciada, foi aperfeiçoada e assumiu diferentes características no período de 1937 a 1945. Interessante é analisarmos o movimento conhecido como *Queremismo*, em 1945, que em uma interpretação simplista é interpretado como “vitória final de um suposto condicionamento homogeneizador

da mídia do Estado Novo”⁴¹². No entanto, é possível pensar o *Queremismo* na esteira de um processo que, efetivamente expressou “uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências políticas, econômicas e culturais vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo, antes e durante o ‘primeiro governo’ de Vargas”⁴¹³.

Enfim, a cultura popular, criada ainda no Estado Novo, foi vivificada e vivenciada no período posterior, de 1945 a 1964. Não podemos achar que em 1945, da noite para o dia, só porque o regime ditatorial se findou, é que os trabalhadores aprenderam a reivindicar, a lutar, combater e criticar. Seguindo uma trilha thompsoniana, podemos afirmar que foram as lutas dos anos aparentemente sem lutas, travadas às vezes de forma velada e de acordo com um campo de possibilidades restrito, é que constituíram a classe trabalhadora no Brasil. As diferentes formas dos trabalhadores travarem esta luta, não permanecendo acomodados, foi o que vimos nesta pesquisa. Continuar lutando, escrevendo, cobrando, concordando e elogiando; mesmo em situações adversas, faz parte da experiência que também ajudou na constituição dos Trabalhadores do Brasil.

Os trabalhadores estavam atentos ao que se passava, tinham memória de lutas e, por sua vez, viviam a experiência de ser uma classe social. Experiência e classe se constituindo. Não defendemos sujeitos super-conscientes, manipuladores ou revolucionários, mas destacamos que os trabalhadores foram e podem ser sujeitos de sua história, não se comportando apenas como seres passivos e subservientes a toda e qualquer lógica governamental. A concordância com o regime varguista também existiu, mas não era cega, manipulada e visando apenas ganhos políticos.

Neste trabalho, vimos que os missivistas identificam-se como trabalhadores, proletariado e não como povo, o que denota um aprendizado eficaz das lições propostas pelo

⁴¹² FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15.

⁴¹³ Idem, p.15.

regime, em torno da valorização do trabalho e do trabalhador. Percebemos também que entre os escritores havia uma multiplicidade de lugares sociais, culturais e regionais. Através da leitura e análise das correspondências, pudemos ver essa multiplicidade. Os missivistas eram muitos, de vários lugares: o operário; a cozinheira; a estudante; o marítimo; o presidente do sindicato, dentre outros. Na ótica governamental todos eram trabalhadores, com a missão de desprender forças em prol da nação, independente do lugar onde estivessem, na escola, na indústria, na guerra, ou no trabalho doméstico.

Pudemos ver que a escrita funciona como um ato terapêutico catártico para quem escreve e para quem lê. Os missivistas, por vezes, imploravam; em outras, pareciam gritar, desabafar. Isso porque escrever cartas significa “dar-se a ver”, é mostrar-se ao destinatário, o qual também está sendo visto na perspectiva peculiar de cada remetente. A carta “é um instrumento de configuração da própria identidade. Através dela, o autor se constrói para o leitor, mesmo inconscientemente”⁴¹⁴. A escrita também significa compartilhamento de idéias, opiniões, angústias e desejos.

O interessante é perceber a visão de mundo, o imaginário destes missivistas que constroem em suas mentes uma visão do que representava o Estado Novo e o governo ditatorial, do que seria lei ou justiça, tudo nos termos de suas próprias experiências. Desta forma, temos nas cartas um importante instrumento para a pesquisa historiográfica, uma vez que “os usos do escrito, em todas as suas variações, são decisivos para se compreender como as comunidades ou os indivíduos constroem representações de seu mundo e investem de significações plurais, contrastadas, suas percepções e suas experiências”⁴¹⁵.

No decorrer deste trabalho também pudemos perceber que, cada vez que uma memória está relativamente estabelecida, ainda resta o trabalho de manutenção, de coerência, de

⁴¹⁴ VENANCIO, Gisele Martins. “Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história”. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.125.

⁴¹⁵ CHARTIER, Roger. *Apud*. GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu”. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.166.

unidade, de continuidade e organização. E neste aspecto, as celebrações estatais assumiram o papel de preservar esta memória construída acerca do Estado Novo, possível de ser apreendida, em parte, através das correspondências enviadas para o presidente Vargas.

Inovamos, com relação às pesquisas que também exploraram a documentação do Fundo Gabinete Civil da Presidência, visto que estabelecemos um foco de análise que privilegia as datas comemorativas do regime a partir da perspectiva dos missivistas. Inovamos em uma discussão acerca da imagem e da importância das fotografias que acompanhavam algumas das cartas, assim resgatando rostos em meio à multidão que escrevia para o presidente Vargas. Inovamos na apresentação de uma propaganda extraoficial, comparando-a com a propaganda oficial. Trilhando este caminho que pretendia enxergar a documentação a partir de um lugar diferente, buscamos, através das cartas, descobrir um pouco mais sobre quem escrevia, como escrevia e porque escrevia para o chefe do Estado Novo.

As cartas endereçadas ao Palácio do Catete materializam a intimidade, evidenciam normas e protocolos compartilhados e consolidados, recuperam um imenso e representativo desenho do imaginário político brasileiro, em um período em que se processavam grandes transformações políticas, mas também sociais. Neste sentido, seguimos os passos da irreverente narrativa de Luis Fernando Veríssimo que foi atrás de uma nova versão para o conto oficial da Cinderela, através perspectiva do porteiro. As cartas nos possibilitaram mergulhar, também, em uma busca de um novo olhar para o Estado Novo, a partir do ponto de vista dos missivistas. O que procuramos fazer não foi anular os trabalhos anteriores, mas complementá-los em uma instigante tarefa de colocar mais uma peça do grande quebra-cabeças inconcluso que é a história do primeiro governo Vargas.

Neste momento em que se completa 80 anos do Golpe que instaurou o primeiro governo Vargas, prosseguimos em defesa de uma história daqueles que foram agentes históricos neste peculiar momento da trajetória do Brasil. Momento histórico que até hoje

estimula debates, diferentes pontos de vista, pesquisas, dúvidas, paixões, nostalgia. Em comemoração⁴¹⁶ ao aniversário da Revolução de 1930, acreditamos que tão interessante e legítimo quanto as abordagens tradicionais - pautadas em uma interpretação estrutural do período – é que enxerguemos trabalhadores e trabalhadoras decidindo sua própria sorte. A intenção deste trabalho é convidar a comunidade acadêmica a pensar sobre a formação da classe trabalhadora, o movimento operário, os sindicatos, as ações populares, percebendo que tanto a subjetividade quanto a racionalidade influenciam nas escolhas das “pessoas comuns”. Pensar as relações com o poder estatal, a lei como campo de luta, a criatividade dos trabalhadores em estabelecer novas formas de atuação, bem como a reconstrução dos sujeitos históricos.

Este trabalho não pretendeu, de forma alguma, esgotar todas as possibilidades de análise oferecidas pelo tema tratado, mas serve como ponto de partida para novos estudos acerca dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. Sinaliza para novas questões e abordagens, por exemplo, as cartas escritas no contexto da Segunda Guerra Mundial; a forma como os padrões e empregadores são descritos na correspondência; as dezenas de cartas que versam sobre propriedade industrial, no ramos das marcas e das patentes, bem como as demais séries e subséries do Fundo Gabinete civil da Presidência, que contém um mundo a ser descoberto, ou redescoberto pelos historiadores que estiverem dispostos a ser de deleitar e perderem a hora diante dos arquivos e da meia luz da sala de consultas do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁴¹⁶ Entenda-se por comemoração não o alinhamento à qualquer postura política que defenda um estado ditatorial, mas sim um ato de trazer o tema à tona para debates, discussões e enriquecimento da pesquisa em História do Brasil.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ALVES, Josefa Aparecida. "Fotografia: Fonte de Pesquisa Histórica" In: *Olhares & Trilhas*. Uberlândia, Ano VII, n. 7, 2006, p. 25-34.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Sentimento do mundo*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.

ARÊAS, Luciana Barbosa. *Consentimento e resistência: Um estudo sobre as relações entre trabalhadores e Estado no Rio de Janeiro (1930-1945)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000. 343 p.

BARROS, Armando Martins. "Notas sobre a fotografia como documento historiográfico". In: *Práticas Discursivas ao Olhar: Notas sobre a vidência e a cegueira na formação do pedagogo*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: v. 1, Ed. Brasiliense, 1994.

BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Robert. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume V. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

BORGES, Maria Eliza. "Fotografia: desafios da interdisciplinaridade". In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n. 2, 2005, p. 41-51.

BURKE, Peter. *A revolução Francesa da Historiografia: a escola do Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1991.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BLOCH, Marc. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998.

CALABRE, Lia. *O rádio na sintonia do tempo: radionovelas e cotidiano (1940-1946)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006.

CALABRE, Lia. "Política Públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 31, 2003.

CAMARGO, Aspásia. *O Golpe Silencioso: as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo*, Papirus: Campinas, 1998.

CARDOSO, C. F.; PÉREZ BRIGNOLI, H. *Os métodos da História*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CATROGA, F. Memória e História. In: *Fronteiras do milênio*. Sandra Pesavento (org.). Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1988.

CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. "Textos, impressões e leituras. In: Hunt, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHAVES, Miriam. "Um estudo sobre a cultura escolar no Rio de Janeiro dos anos de 1930 pelas lições de história". In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Rio de Janeiro, nº. 11 jan./jun. 2006, p.72-100.

DARTON, Robert. *O grande massacre dos gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

D'ARAUJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina. "O Fio da meada no diário de Vargas". In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº. 17, 1996.

DEZEMONE, Marcus. *Do cativeiro à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. Niterói, PPGH-UFF. Tese de Doutorado, 2008.

DEZEMONE, Marcus. Legislação Social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº42, 2008, p. 220-240.

DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico e Outros Ensaio*s. Campinas: Papirus, 1994.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

EDWARDS, Derek. “Psicologia Discursiva: Teoria da Ligação e método com um exemplo”. In: IÑIGUEZ, Lupicino (coord.). *Manual de análise do discurso em ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FERREIRA, Jorge. “A cultura Política dos Trabalhadores no primeiro governo Vargas”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº6, 1990.

FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. *O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “Correspondência familiar e rede de sociabilidade”. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.241-255.

FILHO, João dos Santos. “O Turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda”. In: *Revista de Cultura e Turismo*. Ilhéus, nº 2, 2008.

FORTES, Alexandre et alii. *Na luta por direitos. Estudos recentes em História social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

FORTES, Alexandre. “Miríades por toda a eternidade – A atualidade de E.P. Thompson”. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo: USP, v. 18, nº 1 (junho 2006).

FRENCH, John D. *Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FREITAS, Adriana Oliveira & MOREIR, Vânia Maria. “A Imagem No Espelho: Memórias De Operários”. In: *Revista Ágora*, Vitória, n.1, 2005, p. 1-20.

GERMANI, Gino. *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.143-179.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro; VELLOSO, Mônica P.; OLIVEIRA, Lúcia L. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOMES, Angela de Castro. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, nº21, 1998.

GOMES, Angela de Castro. Questão Social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº34, 2004.

GOMES, Angela de Castro (coord.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HEYMANN, L.Q. “‘Quem não tem padrinho morre pagão’: Fragmentos de um discurso sobre o poder”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº24, 1999.

HOBBSBAWN, E.J. “A outra História - Algumas reflexões”. In: KRANTZ, F. *A Outra História. Ideologia e Protesto Popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1971.

KOSELLECK, Reinhart. “Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LACERDA, Aline Lopes. “A ‘Obra Getuliana’ ou como as imagens comemoram o regime”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, nº 14, 1994.

LARA, S.H. “Blowin in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. In: *Projeto História*, PUC, São Paulo, nº 12, 1995.

LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, José (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: Ensaio de História Social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: *História e memória*. 2ª ed. Capinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp / FAPESP, 1993.

LEVINE, Robert. *Pais dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MAUAD, Ana Maria. “Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13. n.1. p. 133-174, 2005.

MAUAD, Ana Maria. “Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98.

MAUAD, Ana Maria. “Flávio Damm, profissão fotógrafo de imprensa: o fotojornalismo e a escrita da história contemporânea”. In: *HISTÓRIA*. São Paulo, v.24, nº. 2, 2005, p.41-78.

MAUAD, Ana Maria. “Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 49, p. 43-75, 2005.

MAUAD, Ana Maria. “O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual”. In: *ArtCultura*, 32, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 31-48, 2008.

MAUAD, Ana Maria. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. 1990. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1990.

MAUAD, Ana Maria. “Visões plurais em um único olhar: a experiência fotográfica de Marcel Gautherot, 1940-1960”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.16. n.2. p. 267-275, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 11-36, 2003.

MITSI, Marcia Eléia & SOUZA, Maria Irene. “A fotografia como evidência histórica: retratos da família Mitsi”. In: *Discursos fotográficos*, Londrina, v.4, n.5, p.131-158, jul./dez. 2008.

NÉBIAS, W. B. *A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro - trabalhadores e movimento operário: tendências e debates*. Monografia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ, 2007.

NEGRO, Antônio Luigi. “Ignorantes, Sujos e Grosseiros: Uma Reinvenção da História do Trabalho”. In: *Trajeto – Revista de História UFC*. Fortaleza, vol. 2, nº 4, 2003.

NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sérgio. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

NEVES, Lucas Vieira. “A Fotografia como documento Histórico”. In: *Em Tempo de Histórias*. Universidade de Brasília, nº 8, 2004.

OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de. *Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país: um estudo do rádio de 1930 a 1945*. 2006, 209 p. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro.

OLIVEN, Ruben George. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ ANPOCS, v.1, n.2, 1986.

ORLANDI, E.P. *Análise do Discurso*. Campinas: Editora Pontes, 2003.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

REIS, Elisa Pereira. “Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, nº6, 1990, p.161-179.

REIS, João José Reis. “A greve negra de 1857 na Bahia”. In: *Revista USP*, nº18, 1993.

REIS, José Roberto Franco. “*Não existem mais intermediários entre o governo e o povo*”: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). 2002. 310 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

REIS, José Roberto Franco. “Rádio, nacionalismo e cultura popular durante o Estado Novo: a pedagogia radiofônica do Almirante”. In: *Temas de Ensino Médio*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2006

RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas: 1882-1950: O primeiro governo Vargas*, vol. I. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *A Roça Y la Campaña: a questão agrária face ao Varguismo e ao Peronismo*, 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SOUZA, Amaury. “Raça e Política no Brasil Urbano”. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 1971, p.61-70.

SOUZA, Miguel Nicácio. *O Discurso Político do Estado Novo*. 2008, 118 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

THEML, N.; BUSTAMANTE, R. M. da C. História Comparada: Olhares Plurais. *Estudos Iberos Americanos*, PUCRS, v.XXIX, n.2, pp. 7-22, 2003.

THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMAIM, Cássio. “Com que roupa? Trabalho e Trabalhadores nos cinejornais do DIP”. In: *Trajeto – Revista de História UFC*. Fortaleza, vol. 2, nº 4, 2003.

VARGAS, Getúlio. *Diário (1930-1942)*. São Paulo, Siciliano; Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VASQUEZ, Pedro. *A fotografia no Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil”. In: *Estudos CEBRAP*, nº 4. São Paulo, 1973.

WOLFE, Joel. *Working women, working men: São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial working class, 1900-1955*. Duke University Press, 1993.

XAVIER, Libânea. “O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas”. In: *Revista do Centro de Educação*. Vol. 30, nº 2, 2005.